



FACULDADE DINÂMICA

PROJETO PEGAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO



Avenida Dona Dita, s/n – Setor Júlio Venâncio
Santa Terezinha de Goiás

Santa Terezinha de Goiás – GO, 2025



FACULDADE DINÂMICA

MANTENEDOR

Dr. José Xavier Rodovalho

SECRETÁRIA GERAL

Maria Abadia da Silva Godinho

COORDENADORA DO CURSO DE DIREITO

Ma. Edilane Neves

COORDENADOR ADJUNTO DO CURSO DE DIREITO

Esp. Francisco Venâncio de Amorim

GERÊNCIA ACADÊMICA / ADMINISTRATIVA

Me. Ana Karina Silva

GERÊNCIA DE GESTÃO DE SISTEMAS E LABORATÓRIOS

Pedro Miranda Naves

PROCURADORA INSTITUCIONAL

Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Silva

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Ma. Edilane Neves – Presidente

Dr. Clodoaldo Valverde

Me. Ricardo José Ramos de Arruda

Dra. Maria Izabel de Melo Oliveira dos Santos

Dra. Sonilda Aparecida de Fátima Santos



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. HISTÓRICO DA FACULDADE DINÂMICA	10
1.1 Dados da Mantenedora e da Mantida	10
1.1.1 Mantenedora	10
1.1.2 Mantida	10
1.2 Breve Histórico Institucional	11
1.3 Missão	13
1.4 Objetivos Institucionais	13
1.5 Eixo de atuação	14
1.6 Missão do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica	16
1.7 Eixo temático do Curso de Direito	16
2. CONCEPÇÃO DO CURSO	18
2.1 Especificidades do Município de Santa Terezinha de Goiás e Cidades Circunvizinhas	21
2.2 Justificativa da Oferta do Curso	21
2.2.1 Santa Terezinha de Goiás	25
2.2.2 Campinorte	27
2.2.3 Campos Verdes	27
2.2.4 Crixás	28
2.2.5 Uirapuru	29
2.2.6 Alto Horizonte	29
2.2.7 Nova Iguaçu de Goiás	30
2.2.8 Itapaci	30
2.2.9 Pilar de Goiás	31
2.2.10 Hidrolina	33
2.2.11 Uruaçu	33
2.2.12 Guarinos	34
3 BASES LEGAIS	35
3.1 Informações Gerais sobre o Curso	35
3.2 Perfil do Curso	36
3.3 Objetivo do curso e Perfil Profissional do Egresso	36
3.4. Competências e Habilidades do Egresso	38
3.4.1 Acompanhamento do Egresso	39
3.5 Diretrizes	40
3.6 Responsabilidade social da IES	41
4. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ACADÊMICA	47
4.1 Administração Acadêmica: coordenação do curso	48
4.2 Coordenação do Curso	51
4.2.1 Regime de Trabalho	52
4.2.2 Perfil da Coordenadora do Curso	52
4.2.3 Atuação da Coordenadora	53



4.2.4 Estratégias do Plano de Ação da Coordenadora	55
4.2.5 Atribuições da Coordenadora do Curso de Direito	56
4.2.6 Plano de Ação do Coordenador	58
4.3 Colegiado	66
4.4 Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional	68
4.5 Implementação das Políticas Institucionais constantes do PDI e do PPI	69
4.6 Administração Acadêmica: Conselho Superior (CONSUP), Colegiado Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE)	71
4.6.1 Composição, Competência e Funcionamento do Colegiado do Curso	73
4.6.2 Núcleo Docente Estruturante – Composição, Competência e Funcionamento do NDE	74
4.7 Da Materialização do NDE na Organização Curricular Prevista	77
5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA	81
5.1 Política de Ensino	81
5.2 Política de Iniciação Científica	91
5.3 Política de Extensão	95
5.3.1 Extensão – Curricularização da Extensão	99
5.4 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	101
5.5 Qualidade do Ensino	102
5.6 Mecanismos de Aprendizagem	106
5.7 Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem	108
5.7.1 Da Verificação do Rendimento Acadêmico	111
5.8 Interdisciplinaridade	115
5.9 Transversalidade	116
5.10 Estratégia de Flexibilização Curricular	116
5.11 Apoio ao Discente e Permanência	117
5.12 Acessibilidade	118
5.13 Bolsas	119
5.13.1 Acessibilidade e Inclusão	120
5.13.2 Atendimento Extraclasse e Comunicação Acadêmica	120
5.13.3 Núcleo de Acompanhamento ao Egresso (NAEg)	120
5.13.4 Organização Estudantil e Ouvidoria	121
5.13.5 Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)	121
5.14 Tecnologias no Ensino Jurídico	121
5.15 Apoio ao Discente	122
5.16 Acompanhamento do PPC pelo NDE, Colegiado CPA	125
6. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.	128
6.1 Pesquisa	128
6.2 Extensão	129
6.3 Ensino	129
6.4 Atividades complementares	130
6.4.1 Regulamento das atividades complementares	132
6.5 Iniciação Científica – Estímulo à Pesquisa	137
6.6 Internacionalização do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica	140
7. ESTÁGIO CURRICULAR	141
7.1 Regulamento do Estágio Supervisionado dos Cursos da Faculdade Dinâmica	143



7.2 Atribuições do Núcleo de Prática Jurídica - NPJ	152
7.3 A Infraestrutura Núcleo de Prática Jurídica - NPJ	152
8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	153
8.1 Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão de Curso	153
9. AVALIAÇÃO	163
9.1 Avaliação Processo Ensino Aprendizagem	163
9.2 Avaliação Institucional	164
9.3 Sistema De Avaliação Do Projeto Do Curso De Direito	167
10. ESTRUTURA CURRICULAR	169
10.1 Organização Curricular	170
11. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE DIREITO – BACHARELADO	174
11.1 Metodologias Ativas	180
12. EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DO CURSO DE DIREITO - BACHARELADO	183
12.1 Matriz Curricular	185
13. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM O PERFIL DO EGRESSO	250
13.1 Objetivos do Curso	250
13.1.1 Objetivo Geral	250
13.1.2 Objetivos Específicos	251
13.2 Conteúdos curriculares: coerência do currículo com os objetivos do curso	253
14. RECURSOS HUMANOS	260
14.1 Corpo Docente/Nominata	260
14.2 Plano de Carreira Docente	269
14.3 Corpo Técnico Administrativo	270
14.4 Discentes	270
15. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	271
15.1 Coordenação do Curso de Direito	273
15.2 Colegiado do Curso de Direito	275
15.3 Secretaria Acadêmica	276
15.4 Núcleo de estágio e de atividades complementares	278
15.5 Formas de ingresso	279
15.6 Apoio Psicopedagógico	280
15.7 Programa de preparação para o ENADE e OAB	280
15.8 Organização estudantil	282
15.9 Centro Acadêmico	284
15.10 Ouvidoria	284
16. ESTRUTURA FÍSICA	286
16.1 Núcleo de Acessibilidade	286
16.2 Instalações para os Docentes	288
16.3 Espaço de Trabalho para o Coordenador	289
16.4 Apoio Técnico-Administrativa	290
16.5 Sala de Professor	290
16.6 Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática	292
16.7 Espaço de Trabalho para Professor em Regime de Tempo Integral	294
16.8 Recursos e Equipamentos Audiovisuais de Apoio	295
16.9 Núcleo de Práticas Jurídicas	296



16.10 Considerações sobre a Infraestrutura	297
17 POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE LIVROS DA BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR	
17.1 Política de formação do acervo bibliográfico	299
17.1.1 Bibliografias Básicas	300
17.1.2 Bibliografias Complementares	302
17.1.3 Política de aquisição de livros da bibliografia básica e complementar	304
17.2 Núcleo de Prática Jurídica	305
17.2.1 Normas Regulamentares do Núcleo de Prática Jurídica	314
18. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO	323



APRESENTAÇÃO

Este Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN, após análise, atualização e revisões realizadas pelo Núcleo Docente Estruturante — NDE, constitui documento acadêmico-institucional indispensável à instrução do processo de reconhecimento do curso, autorizado pela Portaria MEC n.º 1.085, de 16 de dezembro de 2022, e iniciado no primeiro semestre letivo de 2023.

Atualmente, no semestre letivo de 2026/1, o Curso de Direito da Faculdade Dinâmica oferta até o 7.º período, consolidando sua trajetória formativa e reafirmando o compromisso institucional com a qualidade acadêmica, a responsabilidade social, a formação humanística e a preparação técnico-jurídica dos estudantes. A FACDIN, credenciada pela Portaria MEC n.º 443/2021, publicada no Diário Oficial da União em 25 de junho de 2021, está localizada no município de Santa Terezinha de Goiás e atende a uma antiga demanda educacional, social e profissional da região Norte do Estado de Goiás.

O presente PPC organiza-se em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES, com os instrumentos de avaliação externa do Ministério da Educação — MEC/INEP e com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, instituídas pela Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018, alterada pela Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021. Dessa forma, apresenta a concepção do curso, sua organização didático-pedagógica, a estrutura curricular, o perfil do egresso, as competências e habilidades esperadas, as políticas de ensino, iniciação científica, extensão, estágio, prática jurídica, acessibilidade, avaliação e gestão acadêmica.

A elaboração e a revisão deste Projeto Pedagógico resultam de um processo coletivo, iniciado em fevereiro de 2020, com a constituição da Comissão Elaboradora do Curso de Bacharelado em Direito, e continuamente aprimorado pelo Núcleo Docente Estruturante, pela Coordenação do Curso, pelo Colegiado e pela equipe técnico-pedagógica da Instituição. Esse processo foi pautado pelo diálogo acadêmico, pela análise das demandas regionais, pela observância das normativas legais e institucionais e pela busca permanente de padrões de excelência na formação jurídica.

Durante a construção e a atualização do PPC, foram cuidadosamente discutidos aspectos relacionados à identidade do curso, ao perfil profissional do egresso, à matriz curricular, às ementas, às bibliografias, à interdisciplinaridade, à curricularização da extensão, à articulação



entre teoria e prática, ao estágio supervisionado, ao Núcleo de Prática Jurídica e aos mecanismos de avaliação da aprendizagem. Também foram consideradas as competências e habilidades necessárias ao bacharel em Direito no século XXI, especialmente diante das transformações sociais, tecnológicas, econômicas, ambientais e institucionais que atravessam a sociedade brasileira.

A concepção pedagógica do curso privilegia uma formação jurídica crítica, ética, humanística, interdisciplinar e comprometida com a realidade social. Para tanto, o processo formativo busca articular conhecimentos teóricos e práticos, experiências extensionistas, iniciação científica, práticas simuladas e reais, estudos de caso, resolução de problemas, mediação e conciliação, análise de conflitos e atuação comunitária. Tal perspectiva visa formar profissionais capazes de compreender o Direito como instrumento de justiça, cidadania, pacificação social, desenvolvimento regional e defesa dos direitos fundamentais.

A identidade do Curso de Direito da FACDIN também se fortalece por sua inserção territorial. A região Norte de Goiás caracteriza-se por sua relevância geoeconômica, marcada pela presença de atividades minerárias, agropecuárias, comerciais, educacionais, comunitárias e de prestação de serviços. Nesse contexto, a formação jurídica ofertada pela Faculdade Dinâmica assume papel estratégico, ao preparar profissionais aptos a atuar em demandas relacionadas ao Direito Constitucional, Civil, Penal, Trabalhista, Ambiental, Agrário, Empresarial, Minerário, Administrativo, Previdenciário, de Família, do Consumidor e das políticas públicas.

A autorização do Curso de Direito foi recebida pela comunidade regional como uma conquista significativa, especialmente porque a formação jurídica presencial era historicamente escassa no Norte de Goiás, obrigando estudantes a se deslocarem para municípios distantes ou para a capital do Estado. A oferta do curso em Santa Terezinha de Goiás amplia o acesso ao ensino superior, contribui para a democratização da formação jurídica e fortalece o desenvolvimento social, cultural, econômico e institucional dos municípios circunvizinhos, entre eles Crixás, Campos Verdes, Alto Horizonte, Hidrolina, Uirapuru, Pilar de Goiás, Guarinos, Itapaci, Campinorte, Nova Iguaçu de Goiás e Uruaçu.

Nesse sentido, o Curso de Bacharelado em Direito da FACDIN atende não apenas a uma demanda educacional, mas também a uma necessidade social concreta da região. A formação de profissionais do Direito qualificados, éticos e socialmente comprometidos contribui para ampliar o acesso à justiça, fortalecer a cidadania, orientar a população, prevenir



conflitos, promover práticas de mediação e conciliação e fomentar uma cultura jurídica voltada à dignidade humana, à sustentabilidade, à inclusão e ao desenvolvimento regional.

As revisões realizadas pelo NDE tiveram como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, o Projeto Pedagógico Institucional — PPI, o Regimento da FACDIN, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e os indicadores de qualidade da educação superior. Desse modo, este PPC reafirma o compromisso da Instituição com a formação integral do estudante, a melhoria contínua dos processos acadêmicos, a qualificação do corpo docente, a consolidação das práticas extensionistas, o fortalecimento da pesquisa e o aprimoramento permanente da gestão do curso.

Este documento, portanto, não se limita a uma exigência formal para o reconhecimento do curso. Trata-se de um instrumento vivo de planejamento, acompanhamento, avaliação e aprimoramento da formação jurídica ofertada pela Faculdade Dinâmica. Sua função é orientar o trabalho coletivo da comunidade acadêmica, assegurando coerência entre missão institucional, perfil do egresso, organização curricular, práticas pedagógicas, avaliação, extensão, estágio, iniciação científica e responsabilidade social.

Por fim, o Núcleo Docente Estruturante, a Coordenação do Curso, o Colegiado, a equipe técnico-pedagógica e a gestão institucional reconhecem que este PPC deverá permanecer em constante processo de avaliação, atualização e aperfeiçoamento, de modo a responder às transformações do Direito, às demandas da sociedade contemporânea e às necessidades formativas dos estudantes. Assim, o Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica reafirma seu compromisso com uma educação jurídica de qualidade, regionalmente contextualizada, socialmente referenciada e orientada para a formação de bacharéis competentes, éticos, críticos e comprometidos com a justiça e com o desenvolvimento humano e social.

José Xavier Rodovalho

Mantenedor Educacional

Faculdade Dinâmica



1. HISTÓRICO DA FACULDADE DINÂMICA

1.1. Dados da Mantenedora e da Mantida

1.1.1. Mantenedora

Nome	JX RODOVALHO EIRELI
CNPJ	01.016.457/0001-57
Categoria Administrativa	Pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos
Registro do Estatuto	Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, Títulos, Documentos e Processos – Santa Terezinha de Goiás
Endereço	Avenida Dona Dita, s/n, Setor Júlio Venâncio – Santa Terezinha de Goiás- GO, CEP: 76.500-000
Telefone	62 – 99686 1057
Representante Legal	Dr. José Xavier Rodovalho

1.1.2. Mantida

Nome	Faculdade Dinâmica – FACDIN -
Endereço Unidade Sede	Avenida Dona Dita, s/n, Setor Júlio Venâncio – Santa Terezinha de Goiás- GO, CEP: 76.500-000
Telefone	WhatsApp 62 981428491
Site	www.facdin.edu.br
Portaria Credenciamento Faculdade	Portaria MEC 443/2021, publicada no Diário oficial do dia 25 de junho de 2021
Portaria de Autorização do Curso de Direito	Portaria MEC 1.085/2022, publicada no diário oficial do dia 16 de dezembro de 2022



A Tecnologia faz a Diferença

1.2. Breve histórico institucional

A história do Ensino Superior, em Santa Terezinha de Goiás, nasceu a partir do ano 2000, quando aconteceu a implementação do Ensino Superior na cidade de Santa Terezinha de Goiás, com a instalação de um Polo da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Este foi um projeto do então governador Marconi Ferreira Perillo Junior. Na época havia um grande déficit de professores com habilitação superior em licenciatura; a maioria dos docentes da rede estadual e municipal era leiga.

Era a década da educação e para atingir a meta e atender às normativas da atual LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei n.º 9.394/96, a UEG, criou o maior Projeto de Qualificação Profissional do Estado de Goiás, que foi as licenciaturas parceladas Estadual e Municipal e Convênios Particulares – LPPE - LPPM e LPPC. O então prefeito municipal Marcos Ferreira Cabral viabilizou um convênio com a Universidade, objetivando oferecer os cursos de licenciatura em diversas áreas para qualificar os professores. Para isso, a contrapartida da prefeitura seria um percentual do pagamento das mensalidades e a estrutura física, além de outros requisitos exigidos na celebração do convênio que beneficiou sobremaneira os profissionais da educação deste município e cidades circunvizinhas, enquanto crescimento pessoal, bem cultural e demais conquistas.

Nesse período, a cidade de Santa Terezinha de Goiás convivia com a decadência do garimpo de esmeraldas, na vizinha cidade de Campos Verdes, afetando a economia de toda a região, principalmente Santa Terezinha de Goiás, que via sua população diminuindo significativamente. Em 2003 foi finalizado o convênio da Prefeitura com a UEG e o prédio que fora construído para esse fim ficou fechado por alguns anos. A construção era afastada do centro da cidade e passou a ser local de esconderijo de vândalos com visível depredação e principalmente, sem oferta de ensino superior à população de Santa Terezinha de Goiás e às cidades circunvizinhas.

Diante das crises é que se buscam alternativas de sobrevivência, então o gestor do Colégio Dinâmico, em busca de novos desafios, deu início ao Ensino superior na modalidade EAD, em parceria com a UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins e a empresa Eadcon, em Santa Terezinha de Goiás, no ano de 2005.

Em 2007, já estava com o ensino superior instalado na cidade, no Colégio Dinâmico, e visando consolidar esse benefício, o mantenedor solicitou ao chefe do poder executivo de Santa Terezinha de Goiás, a autorização para a utilização do prédio da UEG, que estava em desuso, e após a autorização da Câmara Municipal de Vereadores e a validação pelo Prefeito Municipal,



A Tecnologia faz a Diferença

com a aprovação do comodato, foi promulgada a Lei Municipal, n.º 548/2007, sancionada em 13 de agosto de 2007, autorizando o comodato pelo período de 10 (dez) anos. Foi então realizada uma ampla reforma no prédio, e iniciou ali a oferta do Ensino Superior na modalidade EAD, como polo da UNITINS, em amplas instalações e totalmente reformadas para atender à comunidade acadêmica nos encontros presenciais.

Em 2011, o prefeito vigente, com a promulgação da Lei n.º 699/2011, de 15 de agosto de 2011, prorrogou o referido convênio por tempo indeterminado, enquanto durar os fins educacionais neste espaço, cedido para funcionar o Polo Unopar – Faculdade Dinâmica.

Para a celebração do comodato, contou-se com o apoio da Câmara de Vereadores, pois aquela alusiva Casa de Leis não mediu esforços no sentido de contribuir para que o Projeto fosse aprovado e transformado em Lei. O dirigente do poder executivo verificou que o investimento feito pela mantenedora Rodovalho & Rodovalho Ltda beneficiava muitas pessoas de Santa Terezinha e cidades circunvizinhas, uma vez que a educação é o melhor investimento.

O segundo comodato teve um diferencial quanto ao anterior, pois ficou definido que enquanto durar o fim específico de Ensino Superior, prevalecerá esta Lei de Comodato (699/2011). Foram feitas novas instalações, novos laboratórios, trazendo melhor comodidade para a comunidade acadêmica.

De acordo com os registros acadêmicos, formaram pela Unitins-Universidade Norte do Tocantins via EAD – Educação a Distância, um total de 164 (Cento e Sessenta e Quatro) alunos, dos cursos de: Pedagogia, Análise de Sistemas, Serviço Social, Administração, Ciências Contábeis e Letras.

A parceria com a UNITINS durou até o ano de 2010, quando a UNITINS teve que deixar de ofertar cursos na modalidade EAD, fora do Estado do Tocantins e o contrato de parceria teve que ser interrompido. A partir do segundo semestre de 2010, a parceria passou a ser com a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), instituição credenciada pelo Ministério da Educação para a oferta de cursos na modalidade a distância.

Já formaram no polo mais de 600 (seiscentos) alunos nos cursos oferecidos pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, em Santa Terezinha de Goiás. Esse número aumenta a cada semestre e atualmente conta-se com vários cursos de Licenciaturas, Bacharelados e Superiores Tecnológicos, na modalidade a distância, com aulas semipresenciais e (100%) online.

A Faculdade Dinâmica conta com uma estrutura física em perfeito estado de conservação, arejada, espaço para estacionamento, área descoberta ampla, (01) uma área de



A Tecnologia faz a Diferença

convivência coberta, todas as dependências identificadas com piso tátil e toda estrutura física adequada para o funcionamento dos cursos presenciais, além de continuar como polo da Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera

O sonho dos cursos superiores presenciais concretizou-se com o credenciamento para a modalidade presencial, por meio da Portaria 443/2021, publicada no Diário Oficial do dia 25 de junho de 2021 e, atualmente, oferece o Curso de Bacharel em Psicologia (Portaria 662/2021) e Direito (Portaria 1085/2022).

1.3. Missão e visão institucional

MISSÃO

Promover a produção, a transmissão e a socialização de conhecimentos, para a formação de profissionais e cidadãos capazes de promoverem e serem agentes de transformação da sociedade e do desenvolvimento de Santa Terezinha de Goiás e da região.

VISÃO

Atuar de forma inovadora e sustentável, para ser a melhor escola para estudar, conviver e trabalhar

1.4. Objetivos institucionais

A Faculdade tem por objetivos, em consonância com as finalidades definidas no artigo 43 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB9394/96:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento crítico e reflexivo.
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;



A Tecnologia faz a Diferença

- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.
- Promover ações de responsabilidade social
- Defender e promover a prática da liberdade e do exercício da cidadania.
- Promover a flexibilidade, contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos.
- Manter investimentos em infraestrutura física e de tecnologia da informação e comunicação.
- Atualizar e manter atualizados a estrutura física e os equipamentos de laboratórios específicos necessários à qualidade de formação.

1.5. Eixos de atuação

O perfil já estabelecido desta Instituição está sedimentado em um ensino superior com ênfase em Direito, Saúde (Psicologia e Enfermagem), Licenciaturas, Administração, Recursos Naturais (voltados para mineração e agropecuária) e Engenharias. Para tanto, desde seus primórdios, busca-se:

- Fortalecimento Institucional;
- Ênfase na problematização do conhecimento;
- Melhoria da qualidade de vida e das condições de trabalho da comunidade universitária;
- Melhoria e ampliação da infraestrutura e dos recursos materiais e tecnológicos.

Em atenção a sua missão e garantindo o cumprimento de seu Regimento, a Faculdade Dinâmica definiu um conjunto de diretrizes que orientam sua atuação como instituição educacional comprometida com a formação integral, para tanto, tem como premissa:

- I. atuar em consonância com a legislação vigente para a oferta e desenvolvimento de programas de educação superior em todos os níveis;



A Tecnologia faz a Diferença

II. atender aos anseios e às demandas regionais, com oferta diversificada de programas e cursos de

III. Ofertar Educação Profissional de nível médio e de estudos de terceiro grau;

IV. retroalimentar a qualidade de seu projeto pedagógico por meio de reuniões do Núcleo docente estruturante (NDE) em consonância com os anseios da comunidade acadêmica:

- a) oferecer ao alunado treinamento profissional no próprio local do futuro emprego;
- b) implantar projetos de extensão universitária visando ao atendimento dos anseios e necessidades básicas da comunidade, por meio da curricularização da extensão;
- c) estabelecer parceria com o executivo municipal visando ao aprimoramento das políticas públicas;
- d) publicar a revista eletrônica TERTÚLIA, semestralmente, para apoiar o desenvolvimento de projetos de iniciação científica como mecanismo promotor da formação para a pesquisa, profissional e cidadã,

IV. prover infraestrutura e recursos materiais para o funcionamento dos cursos e para o desenvolvimento dos demais programas apoiados pela Faculdade Dinâmica;

V. manter o NAE (Núcleo de Apoio ao Estudante) com estrutura e pessoal (Psicopedagogo e Pedagogo) disponível para atender aos alunos com necessidades especiais e aos alunos com dificuldades de aprendizagem;

VI – Manter o Serviço Psicológico de atendimento à comunidade, por meio do atendimento na Clínica Serviço Escola de Psicologia;

VII – Manter o Núcleo de Práticas Jurídicas, na sede da Faculdade Dinâmica, onde os alunos terão contato com o professor, contribuirão com a comunidade, atuando tanto com meios alternativos na solução de conflitos (conciliação, mediação, entre outros) e também no contencioso judicial, através de elaboração de peças processuais e outros instrumentos jurídicos relacionados às ações judiciais ajuizadas a benefício dos assistidos.

Trata-se de, pedagogicamente, dar a sustentação necessária para a missão da educação superior, formando indivíduos bem informado(a)s e profundamente motivado(a)s, capazes de pensar criticamente e de analisar os problemas da sociedade, procurando suas soluções e aceitando as responsabilidades sociais daí decorrentes. Aspira-se, ainda, a que sejam capazes de pensar criticamente as mudanças que se operam na sociedade e que tenham habilidades para transitar nas diferentes regiões do saber.



1.6. Missão do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica

A missão do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica é promover uma formação jurídica humanística, ética, crítica, técnica e socialmente comprometida, fundamentada na valorização dos direitos fundamentais, da dignidade da pessoa humana, da cidadania, da justiça social, da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento regional.

O curso assume o compromisso de educar com enfoque sociopolítico, econômico, jurídico, cultural e ambiental, considerando as especificidades de Santa Terezinha de Goiás e da região Norte do Estado de Goiás, marcada por demandas relacionadas à atividade minerária, agropecuária, empresarial, trabalhista, ambiental, comunitária e de acesso à justiça.

Nesse sentido, o Curso de Direito da FACDIN busca formar bacharéis capazes de compreender criticamente a realidade social, interpretar e aplicar o Direito de forma ética, técnica e responsável, atuar na prevenção e solução de conflitos e contribuir para a promoção da justiça, da cidadania, da inclusão social e da transformação da realidade local, regional e nacional.

A formação proposta valoriza o estudante como sujeito histórico, crítico e participante, apto a refletir sobre os desafios contemporâneos do Direito e a intervir, de modo emancipatório, nas diferentes situações sociais, profissionais e institucionais em que venha a atuar, sempre pautado pelo respeito ao ser humano, pela defesa dos direitos fundamentais e pelo compromisso com o bem comum.

1.7. Eixos Temáticos do Curso de Direito

O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica estrutura-se em três grandes eixos temáticos, articulados entre si e orientados pela formação integral do bacharel em Direito, pela realidade regional e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito:

Eixo Temático I: Direitos Humanos, Cidadania e Meio Ambiente.

Eixo Temático II: Direito, Regulação e Políticas Públicas.

Eixo Temático III: Setor Privado, Desenvolvimento Regional e Responsabilização.

A definição desses eixos temáticos visa assegurar a construção de um perfil profissional contextualizado, crítico e comprometido com as demandas sociais, econômicas, ambientais e jurídicas da região em que o curso está inserido. Dessa forma, os eixos contribuem para a



A Tecnologia faz a Diferença

regionalização da formação jurídica, ao articular os conteúdos curriculares às necessidades concretas de Santa Terezinha de Goiás e dos municípios circunvizinhos.

O primeiro eixo, voltado aos Direitos Humanos, à Cidadania e ao Meio Ambiente, fortalece a formação humanística do estudante, preparando-o para compreender e defender os direitos fundamentais, a dignidade da pessoa humana, a inclusão social, a igualdade, a diversidade, a sustentabilidade e o acesso à justiça.

O segundo eixo, Direito, Regulação e Políticas Públicas, possibilita ao acadêmico compreender o papel do Estado, das instituições, da legislação e das políticas públicas na organização da vida social, no desenvolvimento regional e na garantia dos direitos individuais e coletivos.

O terceiro eixo, Setor Privado, Desenvolvimento Regional e Responsabilização, dialoga diretamente com a realidade econômica da região Norte de Goiás, marcada por atividades minerárias, agropecuárias, comerciais, empresariais e de prestação de serviços. Esse eixo permite ao estudante analisar relações jurídicas privadas, empresariais, trabalhistas, ambientais, consumeristas e patrimoniais, bem como compreender os mecanismos de responsabilização civil, administrativa, penal e socioambiental.

Com essa concepção, a Faculdade Dinâmica contribui de forma singular para a sociedade, ao formar profissionais do Direito preparados para atuar com competência técnica, sensibilidade social, responsabilidade ética e compromisso com a transformação da realidade. Essa formação se concretiza por meio da articulação entre ensino, iniciação científica, extensão, práticas jurídicas, Núcleo de Prática Jurídica, ações de responsabilidade social, avaliação institucional e permanente diálogo com a comunidade.

Assim, o Curso de Direito da FACDIN articula conhecimento jurídico, formação cidadã, compromisso social, desenvolvimento sustentável e qualificação profissional, consolidando uma proposta pedagógica voltada à formação de bacharéis em Direito capazes de atuar de maneira crítica, ética, inovadora e comprometida com a justiça social, a cidadania e o desenvolvimento humano e regional.



2. CONCEPÇÃO DO CURSO

A concepção do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN fundamenta-se na compreensão de que a educação superior constitui dimensão estratégica para o desenvolvimento humano, social, econômico, cultural e institucional do país. Em uma sociedade marcada por rápidas transformações tecnológicas, produtivas, ambientais, políticas e jurídicas, a formação em Direito deve ultrapassar a mera transmissão de conteúdos normativos, assumindo compromisso com a formação integral, crítica, ética, humanística e técnico-profissional do estudante.

No cenário contemporâneo, a educação superior tem apresentado crescimento expressivo em âmbito mundial. Dados da UNESCO indicam que o número de estudantes matriculados nesse nível de ensino alcançou 264 milhões em 2025, evidenciando a expansão global do acesso à formação superior, bem como a intensificação de novas modalidades, percursos formativos, tecnologias educacionais e processos de mobilidade acadêmica.

No Brasil, o Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira — INEP, constitui o principal instrumento estatístico sobre as instituições, cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, docentes, infraestrutura e organização da educação superior. Segundo dados do Censo Superior 2024, o país alcançou a marca de 10 milhões de estudantes matriculados na educação superior, demonstrando a ampliação do acesso, embora ainda persistam desigualdades regionais, sociais e econômicas no ingresso, permanência e conclusão dos cursos superiores.

Apesar dos avanços, o acesso à educação superior no Brasil ainda revela desafios relevantes, especialmente para os jovens residentes em municípios do interior, distantes dos grandes centros urbanos. O próprio INEP informa que, em média, apenas 33% dos concluintes do ensino médio em 2023 ingressaram na educação superior em 2024, o que evidencia a necessidade de políticas institucionais e regionais voltadas à ampliação de oportunidades, à democratização do acesso e à permanência estudantil.

Nesse contexto, a interiorização da educação superior assume papel fundamental, sobretudo em regiões historicamente desassistidas por cursos presenciais de graduação. A oferta do Curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade Dinâmica, em Santa Terezinha de Goiás, representa uma resposta institucional concreta às demandas educacionais, sociais e profissionais da região Norte do Estado de Goiás, ampliando as possibilidades de formação



A Tecnologia faz a Diferença

jurídica para estudantes que, anteriormente, necessitavam deslocar-se para municípios distantes ou para a capital em busca dessa formação.

O Curso de Bacharelado em Direito da FACDIN foi autorizado pela Portaria MEC n.º 1.085, de 16 de dezembro de 2022, iniciando suas atividades no primeiro semestre de 2023. Desde então, vem contribuindo para a formação de bacharéis em Direito com sólida preparação teórica, prática, humanística, ética e crítica, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, com o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, com o Projeto Pedagógico Institucional — PPI e com a missão institucional da Faculdade Dinâmica.

A FACDIN está instalada no município de Santa Terezinha de Goiás, que possui população estimada em 10.837 habitantes, segundo dados do IBGE para 2025. O município localiza-se na região Norte do Estado de Goiás, em área marcada por significativa relevância histórica, econômica e social, especialmente em razão da atividade minerária, da agropecuária, do comércio, dos serviços e das demandas comunitárias que caracterizam a dinâmica regional.

Santa Terezinha de Goiás e os municípios circunvizinhos, como Crixás, Campos Verdes, Alto Horizonte, Hidrolina, Uirapuru, Pilar de Goiás, Guarinos, Itapaci, Campinorte, Nova Iguaçu de Goiás e Uruaçu, compõem uma região com expressivas demandas jurídicas, educacionais, sociais, ambientais, trabalhistas, empresariais, minerárias, agrárias e familiares. Tais demandas exigem profissionais do Direito preparados para atuar de forma técnica, ética, crítica e socialmente comprometida.

A concepção do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica está, portanto, diretamente vinculada à realidade regional. A região Norte de Goiás possui forte presença de atividades minerárias, agropecuárias, comerciais e de prestação de serviços, além de comunidades que necessitam de orientação jurídica, acesso à justiça, mediação de conflitos, defesa de direitos fundamentais e acompanhamento de políticas públicas. Nesse cenário, o curso assume o compromisso de formar bacharéis capazes de compreender as especificidades locais e regionais, sem perder de vista os grandes desafios nacionais e internacionais do Direito contemporâneo.

A formação jurídica proposta pela FACDIN busca articular teoria e prática desde os primeiros períodos do curso, por meio de metodologias ativas, estudos de caso, práticas extensionistas, atividades interdisciplinares, iniciação científica, visitas técnicas, projetos integradores, simulações jurídicas, mediação e conciliação, atividades no Núcleo de Prática Jurídica e ações voltadas à responsabilidade social. Essa organização possibilita ao estudante



A Tecnologia faz a Diferença

desenvolver competências para interpretar, argumentar, pesquisar, decidir, comunicar-se adequadamente, atuar preventivamente e solucionar conflitos de forma ética e fundamentada.

O Curso de Direito da FACDIN compreende o Direito como instrumento de promoção da justiça, da cidadania, da dignidade da pessoa humana, da pacificação social e do desenvolvimento sustentável. Por isso, sua proposta formativa valoriza os direitos humanos, a inclusão social, a diversidade, a equidade, a sustentabilidade ambiental, a ética profissional, a responsabilidade social, a inovação, a cultura da paz e o acesso à justiça.

A presença do Núcleo de Prática Jurídica — NPJ constitui elemento essencial nessa concepção, pois possibilita a integração entre formação acadêmica e realidade social. O NPJ contribui para o desenvolvimento das competências práticas dos estudantes e, ao mesmo tempo, presta relevante serviço à comunidade, especialmente à população em situação de vulnerabilidade social, mediante orientação jurídica, práticas de conciliação, mediação, elaboração de peças, acompanhamento de demandas e promoção de ações educativas.

Além disso, a implantação e consolidação do Curso de Direito contribuem para o desenvolvimento local e regional, uma vez que a presença de uma Instituição de Ensino Superior fortalece a economia, amplia o acesso ao conhecimento, estimula a circulação de pessoas e ideias, fomenta a qualificação profissional e contribui para a melhoria das condições sociais da comunidade. A formação de profissionais do Direito na própria região favorece a permanência dos estudantes em seus municípios de origem, reduz deslocamentos, amplia oportunidades e fortalece os vínculos entre formação acadêmica e compromisso social.

A concepção pedagógica do curso fundamenta-se, ainda, na indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão. As atividades acadêmicas são planejadas de modo a favorecer a construção de conhecimentos jurídicos articulados à realidade social, possibilitando ao estudante compreender os conflitos concretos da comunidade, investigar problemas jurídicos relevantes, propor alternativas e atuar de maneira responsável na transformação da realidade.

Nesse sentido, o Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica não se limita à formação técnica para o exercício das profissões jurídicas. Sua finalidade é formar profissionais capazes de atuar em diferentes campos do Direito, com domínio da legislação, da doutrina, da jurisprudência, dos métodos adequados de solução de conflitos e das práticas jurídicas contemporâneas, mas também com sensibilidade social, postura ética, pensamento crítico e compromisso com os direitos fundamentais.

A cidade de Santa Terezinha de Goiás e sua região necessitam de profissionais qualificados para enfrentar os desafios decorrentes do desenvolvimento econômico, da



A Tecnologia faz a Diferença

atividade minerária, da produção agropecuária, das relações de trabalho, das questões ambientais, dos conflitos familiares, das demandas empresariais, das políticas públicas e da defesa dos direitos da população. Assim, a formação jurídica ofertada pela FACDIN responde a uma necessidade concreta e estratégica da região.

Dessa forma, a concepção do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica expressa uma proposta acadêmica comprometida com a qualidade da educação superior, a formação integral do estudante, o desenvolvimento regional, a democratização do acesso ao ensino superior, a responsabilidade social, a sustentabilidade e a justiça. Trata-se de um curso concebido para formar bacharéis em Direito competentes, críticos, éticos, inovadores e preparados para atuar nos diversos espaços profissionais, institucionais e comunitários, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva e sustentável.

Sabe-se que, com a oferta de cursos de graduação, formando um contingente de profissionais com melhor preparação crítica, poder-se-á democratizar os projetos de cidadania e garantir bom êxito no processo de desenvolvimento e progresso regional. É neste contexto que a FACDIN não poupará esforços no sentido de oferecer à comunidade cursos, projetos e programas voltados para as necessidades regionais e integrados à realidade de sua área de inserção, descritos a seguir.

2.1. Especificidades do Município de Santa Terezinha de Goiás e Cidades Circunvizinhas.

A finalidade de um ato, de um projeto ou mesmo de um curso de Direito está intimamente ligada ao seu motivo, às razões que o justificam, assim considerados seus pressupostos fáticos. Daí porque reputa-se indispensável a análise dos pressupostos fáticos do oferecimento de um curso de Direito na cidade de Santa Terezinha de Goiás. Uma vez identificados esses pressupostos, passa-se a investigar o seu vínculo de congruência com o conteúdo do projeto.

2.2. Justificativa da Oferta do Curso

Em Goiás, há uma demanda reprimida para a inserção do aluno oriundo do ensino médio, no ensino superior, o que pode ser comprovado na tabela 1, que mostra que o número de escolas de Ensino Médio cresceu de 114 em 2014 para 143 em 2018. Diante disso, é notório que houve também um aumento do número de alunos que cursaram o ensino médio, que se comprova na tabela 1 e Gráfico 1 a seguir:



Tabela 1: Número de Escolas por Etapa de Ensino – Goiás – 2014 a 2018

Ano	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio ¹	Educação Profissional de Nível Médio ¹	Educação de Jovens e Adultos
2014	2.402	3.452	931	114	606
2015	2.419	3.429	949	124	549
2016	2.543	3.439	956	152	533
2017	2.626	3.403	951	117	895
2018	2.692	3.415	976	143	850

Fonte: MEC/Inep/Censo Escolar da Educação Básica, 2014 a 2018.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria de Estado da Economia-GO - 2019.

¹ Inclui escolas com curso técnico integrado ao ensino médio.

Entre os anos de 2018 e 2023, houve aumento no número de escolas, consequentemente, no número de alunos, o que reforça a pressão por maior oferta de vagas no Ensino Superior, evidenciando a necessidade de políticas públicas voltadas à expansão e democratização desse nível de ensino. A tabela 5 comprova esse aumento:

Tabela 2 Estado de Goiás: número de estabelecimentos de ensino da educação básica, por dependência administrativa:



Fonte: MEC/INEP/SEE-GO.

Elaboração: IMB.

Dados do Censo Escolar 2024 mostram que o estado tem uma das maiores participações da rede estadual nas matrículas do ensino fundamental – anos finais – e do ensino médio, além de crescimento no atendimento em tempo integral

O Censo Escolar 2024, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), destaca o desempenho da rede pública estadual de Goiás

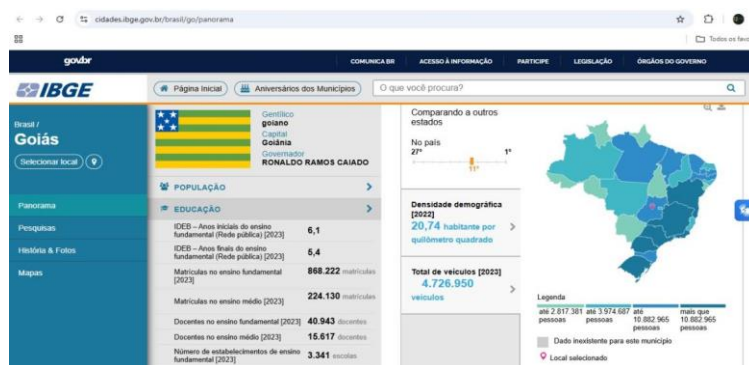


A Tecnologia faz a Diferença

em diferentes etapas da educação básica. O estado se posiciona entre os que têm maior participação da rede estadual nas matrículas do ensino fundamental – anos finais – e do ensino médio, além de apresentar índices acima da média nacional no atendimento em tempo integral.

De acordo com os dados, 86,8% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental em Goiás estão na rede estadual. Esse é um dos maiores percentuais do país, indicando que a responsabilidade por essa etapa está concentrada, em grande medida, na Secretaria de Estado da Educação de Goiás.

Gráfico 1 – Estado de Goiás: alunos matriculados por nível de ensino



Fonte: IBGE cidades (2024)

Somando estas informações do Instituto Mauro Borges no ano de 2023, no estado de Goiás, havia 224.130 estudantes matriculados no Ensino Médio, como apresentado acima. A taxa de escolarização líquida e a taxa de escolarização bruta calculadas para o Estado de Goiás, apresentadas na tabela 3, a seguir, também demonstram claramente as necessidades de implantação de novas instituições de ensino superior, para atender, principalmente aos jovens que residem no interior do Estado.

Tabela 3 – Taxa de Escolarização

Mais especificamente, no município de Santa Terezinha de Goiás e cidades do entorno, o número de matriculados, de acordo com o IBGE, em 2020, era de 4.412 alunos, conforme pode ser observado na tabela 4, a seguir.



A Tecnologia faz a Diferença

Tabela 3 – Número de Matrículas cidades circunvizinhas

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO FINAL DO ENSINO MÉDIO, POR CIDADES CIRCUNVIZINHAS		MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO - 2023
1.	Santa Terezinha de Goiás	335
2.	Campinorte	419
3.	Campos Verdes	204
4.	Uirapuru	197
5.	Crixás	653
6.	Alto Horizonte	219
7.	Nova Iguaçu	122
8.	Itapaci	864
9.	Uruaçu	1659
10.	Hidrolina	187
11.	Pilar de Goiás	75
12.	Guarinos	56
TOTAL		4.990

Fonte: IBGE cidades (2023)

Esse número de alunos matriculados é bastante relevante, lembrando que atualmente (2025), provavelmente é ainda maior, dessa forma há de se pensar na inserção desses alunos no Ensino Superior, uma vez que a educação em um contexto democrático é entendida como processo responsável por criar condições para que todas as pessoas desenvolvam suas habilidades e aprendam os conteúdos necessários à construção dos instrumentos de compreensão da realidade. Assim, a participação em relações sociais deve ser ampla e diversificada – fundamentos imprescindíveis para o exercício da cidadania e a formação integral do ser, considerando ainda que não há instituição de ensino superior na região, sendo a mais próxima localizada a mais de 100 quilômetros.

Nesse contexto, a formação do Bacharel em Direito para o exercício da profissão exige a capacidade de não só ter conhecimentos específicos mentais e teóricos sobre o trabalho que irá exercer, como também o de saber como fazê-lo, principalmente na contemporaneidade, pois o surgimento da pandemia exige do profissional novas posturas frente às adversidades.

O município de Santa Terezinha de Goiás é um forte centro econômico regional, localizado em um entroncamento privilegiado entre dois municípios produtores de minérios. O município lidera uma microrregião que responde por um dos maiores polos de minérios do Estado de Goiás.



A Tecnologia faz a Diferença

Pujante polo agropecuário, a economia da região de Santa Terezinha de Goiás cresce em escala superior aos demais municípios da região. Marcada pelo regionalismo, esta economia é composta por uma pluralidade de agentes, os quais engendram conflitos dos mais diferentes matizes. São agro empresários, cooperativas, empresas grandes, pequenas e médias, trabalhadores urbanos e rurais, agentes do comércio e de prestação de serviços, órgãos públicos, enfim, diversos polos emanadores de demandas e conflitos que exigem um perfil profissional comprometido com as peculiaridades da região.

Santa Terezinha de Goiás é uma cidade comarca e a região possui inúmeros órgãos formais de distribuição de Justiça. Sendo assim, a implantação do curso de Direito da Faculdade Dinâmica de Santa Terezinha de Goiás propende ao fim de qualificar profissionais para atuar nesses espaços, considerando a dinâmica e as carências da região, voltados não só para as questões locais como também firmemente vocacionados para os temas nacionais e internacionais. Portanto, o seu pressuposto fático está vinculado não somente à necessidade de mão de obra preparada para prestar serviços para a região e para o país, como também à inafastável missão de questionamento da realidade social local. Isso porque a litigiosidade contida numa região de forte vocação agrícola, principalmente no que tange à relação capital x trabalho rural, precisa ser desvelada de forma inteligente e participativa. Bem como a litigiosidade existente entre as grandes mineradoras e a figura do garimpeiro e/ou do empregado nas minas de exploração mineral. Portanto, faz-se necessária a implantação do curso de Direito nesta cidade, de forma a atender a toda a região descrita a seguir.

2.2.1. Santa Terezinha de Goiás

A Faculdade Dinâmica está instalada na cidade de Santa Terezinha de Goiás, a qual tem sua população estimada em 2024, de acordo com dados do IBGE, em 10.818 habitantes.

Santa Terezinha de Goiás localiza-se a 289 quilômetros de Goiânia, a capital do estado, e já foi conhecida, mundialmente, como a capital das esmeraldas, nos anos de 1980 e 1990, e se tornou a maior produtora de esmeraldas do mundo, chegando a comportar mais de 25 mil habitantes no referido período.

Devido à profícua produção de esmeraldas, viu-se o surgimento de outra cidade às margens do então garimpo e, posteriormente, com a ascensão da produção gemológica no garimpo, o povoado veio a ser emancipado sob a denominação de Campos Verdes-GO.

Assim, hoje a prática do garimpo fica no município de Campos Verdes, que foi emancipado. A cidade vive do comércio e da agropecuária, com destaque para a cultura de gado



A Tecnologia faz a Diferença

leiteiro e de corte. Em relação à economia, é baseada no comércio e no setor agropecuário, principalmente na criação de gado de corte e de leite. A cidade conta com grande variedade no comércio de alimentos, roupas e materiais de construção, uma fábrica de condimentos, de sorvete, além de móveis e carrocerias para caminhões. A cidade também conta com três jornais de circulação regional: Jornal Regional, Imprensa do Cerrado e Goiás Notícias.

Um dos projetos para a economia municipal alavancar é a criação do Distrito Industrial de Santa Terezinha de Goiás. A cidade conta com grandes e pequenas indústrias e comércios, gerando renda e trazendo benefícios.

O município conta também com um hospital para atender ao município e às cidades circunvizinhas.

A cidade possui dez instituições escolares, destas duas são particulares.

Escolas Particulares
Colégio Santa Marina
Educandário Srs. Ltda. (Amiguinhos do Saber).
Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), na qual funciona a Faculdade Dinâmica, na modalidade EAD.

O município contava com três escolas estaduais, porém, com a reforma estadual realizada no ano de 2019, duas escolas foram doadas ao município, ficando apenas o Colégio Estadual Maria Lopes Martins.

Escolas Municipais
Escola Municipal Antônia Navarro de Abreu
Escola Municipal Vereador José Xavier Navarro
Escola Municipal Martinha Pitaluga (Distrito de Martinópolis)
Escola Municipal Rafael da Luz Peixoto (Distrito de Cedrolina)
Escola Municipal Benvinda Leandro (Distrito de Luzilândia)
Creche Dona Sinhá
Creche Tia Célia
CMEI Benedito Ferreira Cabral

Para cursarem o ensino superior na modalidade presencial, os acadêmicos utilizam o meio de transporte particular ou público subsidiado pela prefeitura local, para outras cidades como Ceres (117 km) e Rubiataba (125 km).



A Tecnologia faz a Diferença

2.2.2. Campinorte

O município de Campinorte pertence ao estado de Goiás, fica localizado na latitude -14.3137 e na longitude -49.1511. Por ser uma região de extensas campinas e estar localizada numa zona considerada norte do Estado, o nome Campinorte foi formado pela associação dessas duas palavras, Campinas mais Norte.

O município se estende por 1.067,2 km² e, de acordo com dados estimados do IBGE, possui hoje 12.879 habitantes. A cidade está localizada a 67 km de Santa Terezinha de Goiás e, por ser localizada em região de terras férteis, numa extensão de campos e pastagens, o desenvolvimento da agricultura e pecuária na circunvizinhança contribuiu muito para o rápido crescimento do povoado. Suas principais atividades econômicas são a pecuária leiteira e a agricultura, com destaque para o milho, o feijão e o arroz. O setor industrial é representado por algumas unidades de cerâmica, madeireira e laticínios.

Vale salientar que, de acordo com a Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

Superintendência de Planejamento e Controle, a cidade se destaca também na produção de coco, banana e manga e na produção do minério manganês

No município existem 14 escolas municipais e três estaduais, apresentando uma taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) de 98,33% de acordo com os dados do IBGE 2022.

Escolas por etapa de ensino em Campinorte:

- ✓ Ensino Fundamental
- ✓ Ensino Fundamental - Anos Iniciais - 6 escola
- ✓ Ensino Fundamental - Anos Finais - 5 escola
- ✓ Educação Infantil
- ✓ Pré-escola - 3 escolas
- ✓ Creche - 1 escola
- ✓ Ensino Médio
- ✓ Ensino Médio - 2 escolas
- ✓ Educação de Jovens e Adultos - Supletivo
- ✓ Ensino Fundamental - Supletivo - 1 escola
- ✓ Ensino Médio - Supletivo - 1 escola

2.2.3. Campos Verdes

Campos Verdes está a 20 km da cidade de Santa Terezinha de Goiás.



A Tecnologia faz a Diferença

O município se estende por 441,7 km² e contava com 4.005 habitantes (IBGE, 2022) no último censo.

A densidade demográfica é de 11,4 habitantes por km² no território do município.

Vizinho dos municípios de Santa Terezinha de Goiás, Nova Iguaçu de Goiás e Alto Horizonte, Campos Verdes se situa a 62 km a Norte-Oeste de Uruaçu, a maior cidade nos arredores.

Situado a 414 metros de altitude, de Campos Verdes tem as seguintes coordenadas geográficas:

Latitude: 14° 15' 31" Sul, Longitude: 49° 39' 24" Oeste.

Em 2023, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade de Campos Verdes tiveram nota média de 5,9 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5.8.

A maioria dos alunos que concluem o Ensino Médio precisa mudar-se para a capital ou para outras cidades, haja vista não haver faculdades no município.

O município de Campos Verdes já foi grande produtor de esmeraldas e nas décadas de 1980 e 1990 chegou a ter mais de 30 mil habitantes. Os garimpeiros chegaram de várias partes do país e cercaram suas áreas. Começavam a furar os buracos e a retirar o xisto para ser lavado, em busca das esmeraldas. Segundo Macedo (2000, p. 28): “A sedução do garimpo é muito forte, só através dessa força pode-se entender por que muitos se envolvem nessa atividade”.

Atualmente o garimpo de esmeraldas sobrevive da exploração das esmeraldas, não pelos garimpeiros, mas por grandes empresas e também da agricultura.

2.2.4. Crixás

A população estimada do município de Crixás em 2022 era de 17.065 habitantes. De acordo com o IBGE, a população estimada de suas cidades é de 17.445 pessoas. Sua economia é baseada na agropecuária e na extração de minérios, dos quais se destaca o ouro. De acordo com estatística dos institutos de mineração, Crixás é um dos municípios de maior produção de ouro da América do Sul. A fundação de Crixás está ligada às descobertas dos garimpos de ouro no Brasil no século XVIII, tendo como seu descobridor o Bandeirante Manoel Rodrigues Thomaz.

No ano de 2023, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 6,3 no IDEB, nota considerada muito relevante. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 5,5. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 106 de 246. Considerando a nota dos alunos dos anos



A Tecnologia faz a Diferença

finais, a posição passava a 106 de 246. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 99,04 em 2022. Isso posicionava o município na posição 117 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 2.856 de 5.571 dentre as cidades do Brasil. Em Crixás está instalada, há vários anos, a mineradora Serra Grande, explorando ouro e, conseqüentemente, trazendo benefícios para o município e muitos empregos para a população.

2.2.5. Uirapuru

O município de Uirapuru foi emancipado em 30 de abril de 1992. É um município brasileiro do interior do estado de Goiás, pertencente à Mesorregião do Noroeste Goiano e à Microrregião de São Miguel do Araguaia. Sua população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) era de 2.809 habitantes em 2024. Possui uma área territorial de 1.153,472 km² e uma densidade demográfica de 2,58 hab/km².

A economia predominante no município de Uirapuru é a agricultura e a pecuária com suas ramificações na bovinocultura, suinocultura e outras, mas também possui um comércio consolidado que varia desde supermercados, lojas de roupas, pequenos hotéis, lanchonetes e vários bares espalhados pela região. Encontramos ainda pequenos produtores de doces artesanais e alguns poucos apicultores. No entanto, a população uirapuruense depende ainda de algumas atividades do município de Crixás, tais como bancos, hospitais, clínicas, entre outros setores que ainda estão em desenvolvimento em Uirapuru.

2.2.6. Alto Horizonte

Alto Horizonte foi fundado em 1991 e é hoje centro de um município com 505,6 km² com 6.375 habitantes. Alto Horizonte possui o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Goiás, chegando a mais de 150 mil reais por habitante graças à exploração mineral. Instalada no município desde 2007, a mineradora Yamana Gold extrai ouro e sulfeto de cobre da mina local.

Há interesse por parte da mineradora em fazer investimentos em outra mina localizada a 6 km da mina atual.

O município tem limites com os municípios de Mara Rosa a norte e nordeste, Nova Iguaçu de Goiás a sudeste, Pilar de Goiás a sudoeste e Campos Verdes a oeste.

Em Alto Horizonte está instalada a mineradora Yamana Gold, canadense, exploradora de vários minérios, dentre eles o ouro. A empresa, ao instalar-se em Alto Horizonte, aumentou



A Tecnologia faz a Diferença

o índice populacional e trouxe desenvolvimento e emprego para a população, e de acordo com o IBGE Cidades, em 2022, sua população estimada é de 6.072 pessoas.

2.2.7. Nova Iguaçu de Goiás

Fica no estado de Goiás, na região Centro-Oeste. Outras cidades perto são Campinorte, 25 km. para o leste; Alto Horizonte, 12 km. para o norte; e Santa Terezinha de Goiás, 38 km. para o sudoeste.

Nova Iguaçu de Goiás surgiu com a chegada dos pioneiros Abdias Mendonça, sua esposa Guilhermina Benedito de Farias e Benedito Farias, e sua esposa Albertina da Luz, em meados de 1963, quando eles vieram em busca de terras férteis. Instalaram-se em uma chapada perto do Rio dos Bois, Rio Pouso-Falso e Ribeirão do Meio.

Os pioneiros assim que chegaram, e logo ergueram suas casas e construíram comércios, que na época, eram estabelecimentos simples feitos de madeira, onde vendiam produtos rurais, como por exemplo: café, açúcar, mandioca, fumo, pinga de engenho, fósforo, entre outros mantimentos.

O nome do Município foi batizado de Nova Iguaçu por um dos fundadores, o baiano Abdias Mendonça, que teve como inspiração o nome de uma grande embarcação da qual velejou em uma das suas viagens entre o Estado da Bahia e o Estado de Goiás.

Nova Iguaçu de Goiás foi emancipada em janeiro de 1991, com a Lei n.º 11.406/91. A economia está baseada em indústrias de transformação modestas, serviços, emprego público, agropecuária e agricultura. Segundo dados do IBGE, a população estimada de cidades é de 3.072 pessoas.

2.2.8. Itapaci

Itapaci está situada na região do Vale do São Patrício, a 240 km de Goiânia. Sua população, segundo estimativa do IBGE, em 2024 era de 21.708 habitantes. Seu ponto turístico é o Lago Azul; o município se estende por 956,1 km².

A densidade demográfica é de 19,3 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Nova Glória, São Luíz do Norte e Pilar de Goiás, Itapaci se situa a 41 km a Norte-Leste de Ceres, a maior cidade nos arredores.

Situado a 550 metros de altitude, de Itapaci tem as seguintes coordenadas geográficas:

Latitude: 14° 57' 6" Sul, Longitude: 49° 32' 55" Oeste.



A Tecnologia faz a Diferença

Em Itapaci está em pleno funcionamento a usina de cana de açúcar, produzindo grande quantidade de álcool e açúcar e sua economia está baseada na agropecuária, agricultura e serviços. A usina de cana de açúcar ao instalar-se em Itapaci aumentou o índice populacional e trouxe desenvolvimento e emprego para a população. Segundo dados do IBGE, em 2022 sua população estimada é de 21.087 pessoas.

2.2.9. Pilar de Goiás

Pilar de Goiás é um município brasileiro do estado de Goiás, situado na região do Vale do São Patrício, sua população segundo o Censo do IBGE em 2022 era de 2.328 habitantes. No fundo de um vale, Pilar de Goiás nasceu em 1736 através da iniciativa de um reduto de escravos foragidos que encontraram neste lugar um abrigo e também uma grande fonte de ouro.

Para recuperar estes escravos incumbiram desta missão o bandeirante João de Godoy Pinto Silveira, sem saber com o que iria se deparar, o bravo partiu em meio ao cerrado (vegetação local) à procura destes escravos e quando os encontrou eles já haviam garimpado uma quantidade razoável de ouro e ofereceram este ouro em troca da liberdade.

Neste momento começava a povoação em grande escala daquela área que até então era chamada pelo nome de Quilombo de Papuã, que quer dizer: capim marmelada (planta muito abundante naquela época). Com o início da exploração do ouro, muitas pessoas vieram de diversas partes na busca pelo metal dourado, mas na região onde era mais abundante faltava água e garimpá-lo era mais difícil. Então, um dos garimpeiros fez uma promessa a uma santa: Nossa Senhora do Pilar, de que se naquela região brotasse água para que ele pudesse trabalhar, como forma de gratidão ele daria um sino de ouro para a igreja que seria construída naquela vila. A promessa foi atendida e naquela região brotou água. O garimpeiro pagou sua promessa e doou um sino feito de ouro para a igreja que, devido ao milagre, foi feita em devoção à santa que lhe havia atendido. A partir daí, a vila de Papuã passou a se chamar arraial de Pilar de Goiás, para lembrar a todos que a santa ajuda aqueles que recorrem a ela.

Localizada a 263 quilômetros de Goiânia pela BR-153, Pilar tem como principais atrações turísticas a Festa de Nossa Senhora do Pilar e as Cavalhadas. Na cidade encontra-se o sino maior, de 900 quilos e em cuja liga foi gasta uma arroba de ouro.

Pilar de Goiás tem também a Casa de Câmara e Cadeia, considerada a menor casa desse tipo no Brasil.

A igreja de N. Senhora das Mercês ou Igreja dos Pardos possui talha barroca no altar-mor em madeira, assim como um púlpito e coro também em madeira. Sua torre sineira lateral



A Tecnologia faz a Diferença

com escada exterior é típica das igrejas menores do período em Minas Gerais. Erguida pela irmandade dos pardos, é das três igrejas mais importantes do período, a única que guarda maior originalidade e integridade. A igreja da irmandade dos pretos não existe mais e a de Nossa

Senhora do Pilar ou da irmandade dos brancos, é apenas uma reunião aleatória de pedaços do que sobrou da antiga igreja.

A Igreja de Nossa Senhora do Pilar foi construída no ano de 1755 e são os restos da antiga igreja, hoje reunidos de forma aleatória, após o desmoronamento daquela que foi a maior igreja da província de Goiás. Para se ter uma ideia de sua grandeza original, possuía originalmente nove altares, enquanto a matriz de Pirenópolis possuía apenas cinco. Sua riqueza era descrita por diversos viajantes pelas numerosas peças de ouro e prata. Das peças escultóricas, destacam-se a do Senhor Morto e a da padroeira da cidade.

A Casa da Princesa ou Casa dos Dutra, vulgarmente conhecida como Casa da Princesa, no que diz os estudos e documentos da época comprovam que viveu a majestosa Princesa Isabel (Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon) por cerca de 2 semestres, no auge de sua mineração por ser uma das maiores do Brasil na época. Seu aspecto extremamente luxuoso pelos padrões da época, período em que Pilar se destacava no cenário de Goiás pela maior produção aurífera da província. Pilar produziu em 10 anos o equivalente a todo o ouro que toda a província de Goiás produziu em um século. Razão pela qual a administração da província se transferia para ela por seis meses do ano.

A Casa da Princesa pertence hoje ao IPHAN e abriga o museu histórico da cidade e é conhecida como a construção mais luxuosa do ciclo do ouro em Goiás, o seu interior impressiona pelas pinturas de portas e tetos em gamela. Destacam-se também as rótulas das janelas pelo requinte de sua talha com floreados na parte superior. Representa como construção a mais importante obra arquitetônica não religiosa do barroco do século XVIII da província de Goiás. Tel. (62) 3371-1087/3339-3120

Pilar de Goiás possui também como patrimônio histórico os Sinos de Pilar, fabricados no século XVIII, que são os maiores sinos já feitos para uma igreja em Goiás. Pesam, em média, 900 kg e em sua fabricação foi usada uma arroba de ouro. Ficam no campanário, construído após o desmoronamento da antiga igreja ao lado da nova Igreja Nossa Senhora de Pilar, e seus sons podiam ser ouvidos a mais de uma légua (6 quilômetros) de distância, quando dobravam.

Atualmente em Pilar de Goiás está uma grande mineradora canadense explorando ouro em pó que brota das serras pilarenses. Lá se encontra uma população bem maior que a do último censo, haja vista a grande mão de obra que a empresa contrata.



A Tecnologia faz a Diferença

A caracterização da região mostra a grande necessidade do curso solicitado para atender à demanda da população, não do município de Santa Terezinha, mas de toda a região do médio norte goiano, haja vista que não há a oferta do curso de Direito nas cidades citadas e o curso mais próximo fica bem distante.

2.2.10. Hidrolina

Hidrolina é uma cidade do Estado do Goiás. Os habitantes se chamam hidrolinenses.

O município se estende por 580,4 km² e contava com 3 545 habitantes no último censo em 2022. A densidade demográfica é de 6,1 habitantes por km² no território do município.

Vizinho dos municípios de Pilar de Goiás, Guarinos e São Luiz do Norte, Hidrolina se situa a 27 km ao Norte-Leste de Itapaci, a maior cidade nos arredores.

A Economia hidrolinense é representada basicamente pela pecuária, no meio rural, e pelo polo têxtil de confecções da cidade. Atualmente tem três escolas, sendo duas do Ensino Fundamental e uma do Ensino Médio.

2.2.11. Uruaçu

A origem do povoamento desta região foi a fazenda Passa Três, adquirida pela família Fernandes, em 1910 (família essa que teve que abandonar em 1909 sua velha terra Natal, São José do Tocantins hoje Niquelândia-GO por causa de embate político e a perseguição dos Taveiras, e situada no interior do Município de Pilar de Goiás, à margem da estrada real de tropeiros e comerciantes procedentes do sul. Atualmente tem 31 (trinta e uma) escolas, sendo 23 (vinte e três) do Ensino Fundamental e 8 (oito) do Ensino Médio, com um total de 1.623 matrículas no Ensino Médio.

Uruaçu é um município brasileiro do estado de Goiás. Sua população estimada em 2024 é de 44.150 habitantes, o último censo em 2022 era de 42.546 habitantes. Em Uruaçu encontra-se um dos maiores lagos artificiais de usina hidrelétrica do Brasil. A cidade encontra-se às margens da BR-153 (Rodovia Transbrasiliana), a 280 quilômetros de Goiânia (via BR-153 e GO-080) e a 270 quilômetros de Brasília (via BR-080). Sua área territorial é de 2.150 quilômetros quadrados. Na zona rural do município fica localizado o entroncamento entre a BR-153 e a BR-080.

Uruaçu tem muitos atrativos turísticos como: o Lago Serra da Mesa, várias cachoeiras e trilhas, museus e praças, parques como o Parque das Araras, além do Memorial Serra da Mesa, considerado um patrimônio nacional.



2.2.12. Guarinos

Guarinos têm sua história inteiramente ligada à devoção popular à Nossa Senhora da Penha e ao ciclo aurífero. Segundo relatos, o município surgiu por volta da metade do século XVIII; a região foi descoberta pelos bandeirantes, onde foi encontrada grande abundância de ouro (hoje Guarinos tem o quinto maior cinturão de ouro do planeta/cinturão da pedra verde/*greenstone belt*).

A cidade foi fundada em 1729, de início o povoado chamava-se Gorino, devido ao morador do povoado "João Gorino". No início, o povoado contava com aproximadamente 3500 escravos (devido ao ciclo aurífero), com o fim deste, na segunda metade do século XIX, Guarinos se reduziu a apenas uma família com 29 pessoas. Após o ciclo de ouro, acontece o achado da imagem de Nossa Senhora da Penha na Serra da Lapinha, sendo assim, a partir desse achado, e da grande devoção dos fiéis nessa santa, começou a ser realizado a Romaria em devoção à Santa. Sendo que essa festa persiste há mais de 150 anos e é realizada todos os anos na primeira semana de julho. Na década de 1980, Guarinos (que ainda era província de Pilar de Goiás), teve sua maior prosperidade devido à exploração de ouro. Devido a não legalização e a falta de controle ambiental pela ejeção de mercúrio na água, este foi impedido de funcionar em 1988. Guarinos foi emancipado em 1989, tornando assim independente de Pilar de Goiás. Hoje a principal atividade econômica do município são as atividades agrícolas.

Devido sua localização, entre as Serras da Figura e a do Pilar, Guarinos dispõe de vários pontos turísticos (cachoeiras, cavernas, trilhas, entre outros). As montanhas que contornam a cidade proporcionam contato direto com a natureza, popularizando as cachoeiras do local. Dentre elas está a "Cachoeira Nossa Senhora da Penha" que tem 54 metros de altura e se localiza a 1,5 quilômetro de distância da cidade. Devido à sua altura, é muito usada para a prática de rapel.



3. BASES LEGAIS

A Faculdade Dinâmica está legalmente amparada desde o seu primeiro credenciamento em parceria com a UNITINS (Universidade do Tocantins), para oferta de graduação e pós-graduação lato sensu, na modalidade EAD, Portaria Ministerial n.º 44/2009 e Despacho Ministerial 12/2009. O segundo credenciamento foi em parceria com a Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR), Portaria n.º 965, publicada no D.O.U. de 27/07/2010.

Credenciamento para a modalidade presencial ocorreu por meio da Portaria 443/2021, publicada no Diário Oficial do dia 25 de junho de 2021 e, atualmente, oferece o Curso de Bacharel em Psicologia (Portaria 662/2021) reconhecido pela PORTARIA n.º 182, DE 24 de março de 2025. O Curso de Direito foi autorizado pela PORTARIA n.º 1.085 de 16 de dezembro de 2022. Assim, por meio desse projeto pedagógico, revisado pelos membros do Núcleo Docente Estruturante (NDE), solicita-se o reconhecimento do Curso de Bacharel em Direito.

3.1. Informações Gerais sobre o Curso

Nome do Curso: Direito	
Modalidade de Curso: Bacharelado	Local de Oferta: Faculdade Dinâmica – Santa Terezinha de Goiás
Modalidade de Ensino: Presencial	Turno de funcionamento: Noturno
Vagas: 100 (CEM) sendo 50 (cinquenta) por semestre	Carga Horária total: <u>4.010h</u>

Em nossa região, há uma demanda por profissionais em áreas especializadas e generalistas, com destaque para o direito ambiental, agrário, civil, empresarial, penal, trabalhista e tributário. Assim, o presente Projeto Pedagógico reflete o objetivo de favorecer a formação de profissionais melhor qualificados e melhor adaptados às mudanças e transformações sociais da sociedade atual, isso porque o curso de Direito, dinâmico por natureza e inserido na atual sociedade complexa precisa estar atento às novas concepções de gênero, às várias formas de família, à democracia material, necessidade de preservação ambiental, à crescente influência do Direito Internacional no Direito interno e, principalmente, às recentes alterações legais decorrentes do cenário político-econômico brasileiro.



3.2. Perfil do Curso

O Curso está previsto para iniciar com 100 vagas anuais, no turno noturno, no regime semestral, com turmas de 50 alunos nas aulas teóricas e 25 alunos nas aulas práticas.

O tempo de integralização do curso será de no mínimo 10 semestres e máximo 16 semestres, com carga horária de 4.000 (quatro mil) horas relógio, estando de acordo com o mínimo exigido pela Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Direito, Bacharelado, e dá outras providências.

A Coordenadora do curso foi designado pela **Portaria n.º 006/2026 - DIR/GAB-CONSUP**.

Edilane Neves é Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás (2002). Graduada em Direito pelo Centro Universitário - UNIALFA (2019). Especialista em Avaliação e Gestão de Ambientes Informacionais - UFG. Especialista em Direito Penal e Processual Penal (CERS). Especialista em Processo Civil (CERS). Mestra em Direito, Estado e Constituição (UNB). Linha de Pesquisa Linha de Pesquisa: Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais. Direito Achado na Rua, Pluralismo Jurídico e Direitos Humanos. Têm conhecimentos na área de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Documentação, trabalhando principalmente com incentivo à leitura, gestão de bibliotecas universitárias, disseminação de informação, organização de periódicos científicos, livros, eventos culturais e científicos. É autora e organizadora de livros e artigos na área do Direito. Faz parte da Comissão Própria de Avaliação - CPA, com a participação ativa na promoção da melhoria contínua da qualidade do ensino, infraestrutura e gestão da IES. Sócia titular da ATLECA - Academia Trindadense de Ciências, Letras e Artes de Trindade -GO. Atualmente é editora geral da Revista Aphonciência: Revista Científica do Aphonciano Coordenadora dos comitês Editorial e Científico da Tertúlia: Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade Dinâmica. Desenvolve pesquisas relacionadas aos movimentos sociais negros, ações afirmativas e direito à educação para os negros, perspectiva de gênero, Interseccionalidades, Políticas públicas. Participa do grupo de pesquisa: Gênero, Direito e Família (dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/5090663369821648). Linha de pesquisa :Sistema de justiça e os direitos fundamentais de mulheres e meninas. Coordenadora do Curso de Direito e do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Dinâmica -FACDIN. Professora das disciplinas metodologia científica, Direitos Humanos, Prática Jurídica e Trabalho de Conclusão de Curso. Advogada.



A Tecnologia faz a Diferença

Link currículo lattes:

https://wwws.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=BB73C1D6963CB302A2379115D488DBA7#

3.3. Objetivo do Curso e Perfil Profissional do Egresso

O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica tem como objetivo formar bacharéis em Direito com sólida formação humanística, ética, técnico-jurídica, crítica, interdisciplinar e socialmente comprometida, capazes de compreender, interpretar e aplicar o Direito na solução de problemas concretos, considerando os fundamentos constitucionais, os direitos humanos, a cidadania, a justiça social, a sustentabilidade e as demandas locais, regionais, nacionais e internacionais.

A formação proposta busca desenvolver no estudante o domínio da linguagem jurídica, da argumentação, da interpretação normativa, da pesquisa, da análise crítica dos fenômenos jurídicos e sociais, bem como a capacidade de atuação profissional responsável, criativa e comprometida com a promoção da justiça, da pacificação social e do desenvolvimento humano.

O curso pretende formar profissionais aptos a atuar em diferentes espaços jurídicos, judiciais, extrajudiciais, administrativos, públicos, privados e comunitários, com competência para compreender a complexidade das relações sociais e institucionais, utilizando o Direito como instrumento de transformação social, defesa da dignidade da pessoa humana, garantia dos direitos fundamentais e fortalecimento da cidadania.

O perfil profissional do egresso do Curso de Direito da FACDIN caracteriza-se pela formação de um bacharel crítico, ético, humanista, tecnicamente qualificado, socialmente sensível e preparado para a aprendizagem permanente. Esse profissional deverá ser capaz de atuar com responsabilidade nas diversas áreas do Direito, articulando conhecimentos teóricos práticos, com domínio da legislação, da doutrina, da jurisprudência, dos métodos adequados de solução de conflitos e das novas tecnologias aplicadas à área jurídica.

Considerando a inserção regional da Faculdade Dinâmica, o egresso deverá também estar preparado para compreender e enfrentar demandas jurídicas próprias da região Norte de Goiás, especialmente aquelas relacionadas ao acesso à justiça, às políticas públicas, às relações familiares, trabalhistas, empresariais, ambientais, minerárias, agrárias, agropecuárias, consumeristas, previdenciárias e comunitárias.

Dessa forma, o Curso de Direito da FACDIN busca formar bacharéis capazes de exercer a profissão com autonomia intelectual, postura investigativa, consciência ética, sensibilidade



A Tecnologia faz a Diferença

social, compromisso democrático e responsabilidade profissional, contribuindo para a responsabilidade social, compromisso ético e atuação profissional contextualizada. Para tanto, espera-se que o egresso seja capaz de:

- a) compreender o Direito como fenômeno histórico, social, político, econômico, cultural, ético e jurídico, e não apenas como um conjunto de normas positivadas;
- b) desenvolver visão humanística, crítica e ética, fundamentada na dignidade da pessoa humana, nos direitos fundamentais, na cidadania, na justiça social, na democracia e na sustentabilidade;
- c) interpretar e aplicar normas, princípios e regras do sistema jurídico brasileiro, considerando, quando pertinente, experiências estrangeiras e comparadas, com adequada articulação entre teoria e prática; desenvolvimento regional, a defesa dos direitos fundamentais e a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

3.4. Competências e Habilidades do Egresso

O bacharel em Direito formado pela Faculdade Dinâmica deverá desenvolver competências e habilidades que articulem formação humanística, domínio técnico-jurídico, capacidade crítica,

- d) dominar a linguagem jurídica, a terminologia técnica, a argumentação, a hermenêutica, a pesquisa jurídica e a construção de raciocínios lógicos, críticos e fundamentados;
- e) analisar problemas jurídicos e sociais de forma interdisciplinar, considerando suas dimensões históricas, econômicas, políticas, culturais, ambientais e institucionais;
- f) atuar com autonomia intelectual, senso crítico, postura investigativa e compromisso com a aprendizagem contínua, indispensáveis ao exercício das profissões jurídicas;
- g) compreender as demandas sociais contemporâneas e atuar na prevenção, gestão e solução de conflitos, tanto no âmbito judicial quanto no extrajudicial;
- h) desenvolver a cultura do diálogo, da escuta qualificada, da mediação, da conciliação, da negociação e dos demais métodos adequados de solução de conflitos;
- i) atuar em diferentes instâncias judiciais, extrajudiciais, administrativas, comunitárias e institucionais, com domínio dos processos, procedimentos, atos e práticas jurídicas correspondentes;
- j) elaborar peças jurídicas, pareceres, relatórios, manifestações, contratos, requerimentos, petições e demais instrumentos necessários à atuação profissional;



A Tecnologia faz a Diferença

- k) articular conhecimentos teóricos e práticos, especialmente por meio do estágio supervisionado, do Núcleo de Prática Jurídica, das atividades extensionistas, da iniciação científica e das práticas interdisciplinares;
- l) compreender e utilizar tecnologias digitais, sistemas eletrônicos, inteligência artificial, bases de dados, plataformas processuais e demais ferramentas aplicadas ao exercício profissional do Direito, de forma ética, crítica e responsável;
- m) atuar com responsabilidade social, considerando as necessidades da população local e regional, especialmente dos grupos em situação de vulnerabilidade social;
- n) compreender as especificidades jurídicas da região Norte de Goiás, especialmente nas áreas do Direito Ambiental, Direito Mineral, Direito Agrário, Direito Agropecuário, Direito do Trabalho, Direito Empresarial, Direito de Família, Direito Previdenciário, Direito do Consumidor e Políticas Públicas;
- o) desenvolver compromisso com a pesquisa, a extensão, a produção científica e a intervenção social, articulando o conhecimento acadêmico às demandas concretas da comunidade;
- p) exercer a profissão com ética, responsabilidade, independência, urbanidade, respeito à diversidade, compromisso democrático e defesa intransigente dos direitos fundamentais;
- q) atuar de forma empreendedora, inovadora e colaborativa, compreendendo as transformações do mundo do trabalho e as novas possibilidades de atuação profissional no campo jurídico;
- r) contribuir para a promoção da justiça, da cidadania, da pacificação social, da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento humano, social e regional.

3.4.1. Acompanhamento do Egresso

O Curso de Direito da Faculdade Dinâmica manterá diálogo permanente com seus egressos, compreendendo que o acompanhamento da trajetória profissional dos bacharéis formados pela Instituição constitui importante mecanismo de avaliação, atualização e aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso.

Esse acompanhamento permitirá identificar a inserção dos egressos no mundo do trabalho, suas áreas de atuação, os desafios encontrados no exercício profissional, as demandas de formação continuada e as contribuições que poderão oferecer ao aperfeiçoamento do curso.

No âmbito da política de acompanhamento de egressos, serão desenvolvidas as seguintes ações:

- a) manutenção e atualização permanente dos registros dos egressos;
- b) participação dos egressos nos processos de avaliação institucional e de avaliação do curso;



A Tecnologia faz a Diferença

- c) realização de atividades de ensino, extensão, iniciação científica, palestras, oficinas, cursos e eventos voltados à formação continuada;
- d) integração dos egressos em atividades acadêmicas, culturais, artísticas, científicas, esportivas e institucionais da FACDIN;
- e) promoção de encontros para troca de experiências entre acadêmicos, egressos, docentes e profissionais da área jurídica;
- f) incentivo ao acesso dos egressos ao acervo bibliográfico, aos eventos acadêmicos e às ações formativas promovidas pela Instituição;
- g) criação e manutenção do Portal do Egresso, como espaço de comunicação, atualização cadastral, divulgação de oportunidades, acompanhamento profissional e fortalecimento do vínculo institucional.

Dessa forma, o acompanhamento do egresso constitui instrumento estratégico para a melhoria contínua do Curso de Direito, contribuindo para a atualização curricular, o fortalecimento da identidade institucional, a avaliação da formação ofertada e a consolidação da qualidade acadêmica da Faculdade Dinâmica

3.5. Diretrizes

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN foi elaborado e atualizado em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, instituídas pela Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018, e alteradas pela Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021, especialmente no que se refere à organização curricular, ao perfil do egresso, às competências e habilidades, à articulação entre teoria e prática, à extensão, à prática jurídica, à interdisciplinaridade, à formação ética, humanística e técnico-profissional.

O curso também observa os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES, os instrumentos de avaliação externa do Ministério da Educação — MEC/INEP, as orientações institucionais previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, no Projeto Pedagógico Institucional — PPI, no Regimento da FACDIN e nas deliberações do Núcleo Docente Estruturante — NDE e do Colegiado do Curso.

A organização didático-pedagógica do Curso de Direito foi estruturada de modo a assegurar formação geral, humanística, axiológica, técnico-jurídica e prático-profissional, possibilitando ao estudante o domínio dos fundamentos do Direito, da argumentação jurídica,



A Tecnologia faz a Diferença

da interpretação normativa, da pesquisa, da solução de conflitos e da atuação ética nas diferentes áreas profissionais.

As diretrizes que orientam o curso contemplam a indissociabilidade entre ensino, iniciação científica e extensão; a articulação entre formação teórica e prática; a valorização dos direitos humanos, da cidadania, da sustentabilidade e da responsabilidade social; a interdisciplinaridade; a curricularização da extensão; a acessibilidade; o uso crítico das tecnologias; e a permanente atualização curricular frente às transformações sociais, jurídicas, econômicas, ambientais e culturais.

Considerando sua inserção regional, o Curso de Direito da FACDIN também assume como diretriz a formação de bacharéis preparados para compreender e atuar diante das demandas jurídicas da região Norte de Goiás, especialmente aquelas relacionadas ao acesso à justiça, às políticas públicas, ao Direito Ambiental, Direito Mineral, Direito Agrário, Direito Agropecuário, Direito do Trabalho, Direito Empresarial, Direito de Família, Direito Previdenciário, Direito do Consumidor e às questões comunitárias.

Dessa forma, o Projeto Pedagógico do Curso constitui documento orientador da formação jurídica oferecida pela Faculdade Dinâmica, expressando o compromisso institucional com a qualidade acadêmica, a formação integral do estudante, a responsabilidade social, o desenvolvimento regional e o atendimento aos referenciais de qualidade exigidos para o reconhecimento do curso.

3.6. Responsabilidade Social da IES

As políticas institucionais da Faculdade Dinâmica — FACDIN relativas ao ensino, à iniciação científica, à extensão e à responsabilidade social estão previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI e são desenvolvidas de forma articulada aos cursos oferecidos pela Instituição, com o objetivo de promover a formação cidadã, a inclusão social, a produção do conhecimento, o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

A responsabilidade social da FACDIN manifesta-se no compromisso com a democratização do acesso à educação superior, com a permanência estudantil, com a formação ética e humanística, com a defesa dos direitos fundamentais, com a valorização da diversidade, com a preservação do meio ambiente, com a memória cultural regional, com a promoção da cidadania e com a prestação de serviços à comunidade.



A Tecnologia faz a Diferença

No âmbito do Curso de Direito, essa responsabilidade social se concretiza por meio de ações de ensino, iniciação científica, extensão, práticas jurídicas, projetos integradores, atividades interdisciplinares, eventos acadêmicos, ações comunitárias e atendimento à população, especialmente por intermédio do Núcleo de Prática Jurídica — NPJ, que constitui espaço privilegiado de articulação entre formação acadêmica e compromisso social.

A FACDIN compreende que a formação jurídica deve estar vinculada às necessidades concretas da sociedade. Por isso, o Curso de Direito desenvolve atividades voltadas à orientação jurídica, à educação em direitos, à mediação e conciliação de conflitos, à promoção dos direitos humanos, à defesa da cidadania, à inclusão social, à sustentabilidade ambiental e ao fortalecimento do acesso à justiça, com especial atenção às pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social.

A responsabilidade social também se expressa na curricularização da extensão, por meio da qual os estudantes participam de programas, projetos, eventos, oficinas, campanhas educativas e serviços voltados à comunidade local e regional. Essas atividades possibilitam a aplicação prática dos conhecimentos construídos em sala de aula, favorecendo a formação crítica, ética, solidária e comprometida com a transformação social.

No desenvolvimento das ações de ensino, iniciação científica e extensão, a Faculdade Dinâmica observará as seguintes diretrizes:

- a) atualização permanente dos componentes curriculares, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, os avanços da ciência e da tecnologia, as demandas sociais contemporâneas e as especificidades regionais;
- b) realização de seminários, encontros, palestras, oficinas, semanas acadêmicas, atividades complementares e eventos científicos, culturais e extensionistas, integrando a comunidade acadêmica e a comunidade externa;
- c) desenvolvimento de projetos de iniciação científica e extensão voltados à análise e à proposição de soluções para problemas locais e regionais;
- d) participação efetiva dos estudantes, sob orientação docente, em ações de integração com a comunidade, especialmente junto a grupos socialmente vulneráveis;
- e) fortalecimento do Núcleo de Prática Jurídica como espaço de aprendizagem, atendimento, orientação, mediação, conciliação e promoção do acesso à justiça;
- f) incentivo à produção acadêmica, à publicação científica e à participação de docentes e discentes em eventos relacionados à área jurídica e às demandas regionais;



A Tecnologia faz a Diferença

g) promoção de ações relacionadas aos direitos humanos, à cidadania, à educação ambiental, à ética profissional, à cultura da paz e à responsabilidade socioambiental.

Além das ações acadêmicas e comunitárias, a responsabilidade social da FACDIN será desenvolvida por meio de políticas institucionais de valorização da comunidade acadêmica, destacando-se:

- a) concessão de bolsas destinadas à iniciação científica, à monitoria, à extensão e a programas de apoio à permanência estudantil;
- b) manutenção de políticas de apoio ao estudante, por meio de atendimento pedagógico, psicopedagógico, psicológico, acadêmico e administrativo;
- c) implementação e atualização dos planos de carreira docente e técnico-administrativo;
- d) desenvolvimento de programas de capacitação e formação continuada dos corpos docente e técnico-administrativo;
- e) incentivo à participação de docentes, discentes e técnicos em eventos científicos, acadêmicos, profissionais, culturais e institucionais;
- f) manutenção de condições adequadas de acessibilidade, segurança, infraestrutura física, tecnológica e pedagógica;
- g) promoção de um clima organizacional pautado no respeito, na ética, na valorização do capital humano, na cooperação e no compromisso com a qualidade institucional.

Dessa forma, a responsabilidade social da Faculdade Dinâmica constitui princípio estruturante de sua atuação acadêmica e institucional, reafirmando o compromisso com a formação de profissionais competentes, éticos, críticos, humanistas e comprometidos com a justiça social, a cidadania, o desenvolvimento sustentável e a transformação da realidade local e regional.

Ainda, visando dar melhores oportunidades à população hipossuficiente do município de Santa Terezinha de Goiás e região, a FACDIN pretende, neste quinquênio, participar e desenvolver, dentro das seguintes áreas:

- **Campanhas Assistenciais** – projetos educativos voltados à comunidade externa.

Para atingir os objetivos, deverão ser realizados eventos, arrecadando dessa forma, alimentos e outros artigos para atender as instituições que assistem à população menos favorecida;

- **Projeto de Inclusão Digital** – cursos gratuitos para a comunidade local e/ou trazer crianças e adolescentes de escolas que não possuem recursos tecnológicos para o Laboratório de



A Tecnologia faz a Diferença

Informática da Faculdade, modo a permitir a sua efetiva inclusão e qualificação para atuação e interação no meio digital;

- **Dia da Cultura** – trazer alunos de escolas municipais e estaduais da região, para que os mesmos possam ter workshops de educação ambiental, educação no trânsito, técnicas de leitura/interpretação de texto, teatros e cinema.
- **Dia da Leitura** – trazer alunos de escolas municipais e estaduais da região à Biblioteca da Faculdade para que os mesmos possam desfrutar de uma boa leitura;
- **Educação Ambiental** – trazer as pessoas até a Faculdade ou comparecer a espaços da comunidade local, com o objetivo de instruí-los sobre os benefícios que deixamos de usufruir devido à ação do homem na destruição do meio ambiente, bem como os problemas que os desmatamentos, a poluição, a sujeira e demais crimes ambientais causam à saúde da população.
- **Projeto Integrador** – Tem como objetivo de fazer o aluno aprender de maneira ativa os conceitos, conteúdos e aplicações das disciplinas ministradas no curso de Direito à realidade, será desenvolvido por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão, como projetos integradores e interdisciplinares. **É obrigatório e faz parte da matriz curricular.**
- **Sarau Acadêmico, Artístico, Cultural e Literário da Faculdade Dinâmica — FACDIN**
- A Faculdade Dinâmica — FACDIN realiza, anualmente, o **Sarau Acadêmico, Artístico, Cultural e Literário**, evento institucional que integra a comunidade acadêmica e a comunidade externa em um espaço de socialização do conhecimento, valorização da cultura, incentivo à produção científica, promoção da arte e fortalecimento da responsabilidade social.
- O Sarau configura-se como uma ação interdisciplinar e extensionista, aberta à participação de estudantes, professores, colaboradores, escritores, artistas, profissionais convidados, instituições parceiras e moradores de Santa Terezinha de Goiás e municípios circunvizinhos. Sua realização reafirma o compromisso da FACDIN com a formação integral dos acadêmicos e com a construção de uma educação superior socialmente referenciada, crítica, humanística, criativa e comprometida com o desenvolvimento regional.
- Durante o evento, são desenvolvidas diversas **oficinas didático-acadêmicas**, planejadas pelos cursos da Instituição, com temas relacionados às áreas de formação, às demandas sociais contemporâneas e às necessidades da comunidade local. Essas oficinas possibilitam aos estudantes a vivência prática dos conhecimentos construídos em sala de aula, favorecendo a articulação entre teoria e prática, a interdisciplinaridade, o protagonismo estudantil e o diálogo com a realidade social.



A Tecnologia faz a Diferença

- O Sarau também contempla o **encontro de escritores**, com lançamento, exposição e sessão de autógrafos de livros, promovendo o incentivo à leitura, à produção literária, à valorização dos autores regionais e ao fortalecimento da memória cultural. Essa dimensão artística e literária contribui para ampliar o repertório cultural dos acadêmicos e da comunidade, consolidando a Faculdade como espaço de circulação de ideias, saberes, experiências e expressões culturais.
- Outro aspecto relevante do evento é a **exposição de banners científicos**, resultantes de projetos de iniciação científica, extensão, práticas acadêmicas e ações desenvolvidas pelos cursos da FACDIN. Essa exposição permite a divulgação da produção acadêmica discente e docente, estimula a pesquisa, fortalece a cultura científica e evidencia o compromisso institucional com a investigação, a inovação, a intervenção social e a melhoria da qualidade de vida da população.
- No âmbito do Curso de Direito, o Sarau representa importante oportunidade para o desenvolvimento de atividades voltadas à educação em direitos, cidadania, direitos humanos, meio ambiente, acesso à justiça, mediação de conflitos, responsabilidade social, ética profissional e orientação jurídica à comunidade. Dessa forma, o evento contribui diretamente para a formação de bacharéis em Direito sensíveis às demandas sociais, culturais, econômicas e jurídicas da região.
- Assim, o Sarau Acadêmico, Artístico, Cultural e Literário da FACDIN constitui uma ação institucional permanente que articula ensino, iniciação científica, extensão, cultura e responsabilidade social. Ao promover a participação da comunidade e a socialização dos conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico, o evento fortalece a identidade institucional da Faculdade Dinâmica e reafirma seu compromisso com uma educação superior de qualidade, inclusiva, democrática, culturalmente viva e comprometida com o desenvolvimento humano e regional.
- **NPJ Itinerante** – o curso de Direito, em parceria com entidades com à Ordem dos Advogados do Brasil, Tribunais de Justiça, entre outros, levará para setores mais carentes de Santa Terezinha de Goiás e região, o atendimento jurídico gratuito em determinados períodos de cada ano.

Em razão da transição de paradigmas pela qual passa a sociedade, marcada por intensas transformações e pela necessidade de adequar seus valores, procura-se assegurar a produção de saberes inovadores e formar recursos humanos aptos a atender às novas necessidades da



A Tecnologia faz a Diferença

sociedade e demandas do mercado de trabalho, promovendo o desenvolvimento econômico e social do país.

Assim, destaca-se também os Projetos Integradores desenvolvidos em todos os cursos, originados de uma problematização da realidade local, regional e ou educacional, via Estágio e pesquisas no contexto da escola pública, como por exemplo o projeto já elaborado pelos NDE, dentre eles:

- **Educação, Inclusão, Cultura e Diversidade:** esse projeto visa alcançar a inter e transdisciplinaridade, abrangendo todos os cursos da Faculdade, com um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, ou um plano de intervenção.
- **FACDIN Verde:** tem como propósito instigar uma visão crítica dos educandos e comunidade em geral em relação a consciência ambiental, multiplicando saberes científicos e empíricos que primam pelo estímulo a práticas sustentáveis, a partir das seguintes intervenções educativas: uso da água, games educativos e ciclos de mini palestras.
- **CONVÊNIOS:** Firmar convênios com o Poder Judiciário, Defensoria Pública, Estado e municípios, bem como com os escritórios de advocacia locais e da região, visando articulação dos saberes e interação entre os diversos atores na elaboração de políticas públicas.

O diálogo da Sociedade Civil com os Órgãos da Administração pública é fundamental para a construção de uma sociedade mais igualitária em questões de gênero e de direito das mulheres. A construção e promoção de ações que visam esse objetivo tem o poder de transformar a vida das cidadãs e cidadãos do ambiente que estamos inseridos. Através da educação, apoio jurídico, psicológico e empreendedorismo, a FACDIN pode ser um agente de apoio às transformações necessárias à sociedade. Assim, o convênio com o Fórum de Santa Terezinha de Goiás, objetiva propor ações de suporte jurídico às pessoas carentes, sendo campo de estágio para os alunos fornecerem atendimento, via Núcleo de Práticas Jurídicas.



4. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ACADÊMICA

O planejamento e a organização didático-pedagógica do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN são estruturados de modo a atender às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, aos objetivos institucionais, ao perfil profissional do egresso, às demandas sociais e jurídicas contemporâneas e às necessidades locais e regionais.

A organização acadêmica do curso busca assegurar uma formação jurídica humanística, crítica, ética, técnico-profissional e socialmente comprometida, articulando teoria e prática, ensino, iniciação científica, extensão, práticas jurídicas, responsabilidade social e permanente diálogo com a comunidade.

O Curso de Direito orienta sua organização didático-pedagógica pelo princípio da articulação entre ensino, iniciação científica e extensão, tomando como referência a formação integral do estudante, a produção e socialização do conhecimento, o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais, a responsabilidade social e a melhoria contínua da qualidade acadêmica.

Nesse sentido, a organização e a gestão acadêmica do curso têm como parâmetros legais, institucionais e pedagógicos:

- a) Projeto Pedagógico Institucional — PPI da Faculdade Dinâmica;
- b) Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI da Faculdade Dinâmica;
- c) Regimento Interno da Faculdade Dinâmica;
- d) Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- e) Resolução CNE/CES n.º 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- f) Resolução CNE/CES n.º 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
- g) Decreto n.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;



A Tecnologia faz a Diferença

- h) Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- i) Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, e Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002, que tratam da Política Nacional de Educação Ambiental;
- j) Resolução CNE/CP n.º 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- k) Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira;
- l) Resolução CONAES n.º 1, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante — NDE;
- m) Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito;
- n) Resolução CNE/CES n.º 2, de 19 de abril de 2021, que altera o art. 5.º da Resolução CNE/CES n.º 5/2018;
- o) Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação do MEC/INEP, especialmente aqueles aplicáveis aos atos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores.

Dessa forma, a gestão acadêmica do Curso de Direito da FACDIN fundamenta-se na coerência entre o PPC, a matriz curricular, o perfil do egresso, as competências e habilidades, as práticas pedagógicas, a extensão, o estágio supervisionado, o Núcleo de Prática Jurídica, a avaliação da aprendizagem, a avaliação institucional e os processos de melhoria contínua.

4.1. Administração Acadêmica e Coordenação do Curso

A Coordenação do Curso de Bacharelado em Direito constitui unidade acadêmica responsável pela organização administrativa, didático-pedagógica e científico-formativa do curso. Compete à Coordenação planejar, acompanhar, supervisionar, avaliar e aperfeiçoar as atividades acadêmicas, assegurando o cumprimento do Projeto Pedagógico do Curso, da matriz curricular, da carga horária, dos conteúdos curriculares, das atividades de extensão, do estágio supervisionado, das práticas jurídicas e dos processos avaliativos.

A Coordenação do Curso atua de forma integrada aos órgãos institucionais, promovendo a articulação entre gestão acadêmica, corpo docente, corpo discente, Núcleo Docente Estruturante, Colegiado de Curso, setores administrativos e comunidade externa. Sua atuação busca garantir a qualidade do processo formativo, o acompanhamento do desempenho



A Tecnologia faz a Diferença

docente e discente, a escuta das demandas acadêmicas e a implementação de ações voltadas à melhoria contínua do curso.

A Coordenação do Curso de Direito atuará em harmonia com os seguintes órgãos e setores da estrutura institucional:

Direção Geral — órgão executivo superior responsável pela gestão institucional, pela representação da Faculdade Dinâmica e pela supervisão geral das atividades acadêmicas, administrativas e financeiras da Instituição.

Direção Acadêmica — órgão responsável por orientar, acompanhar, dirigir e supervisionar as atividades acadêmicas da Faculdade Dinâmica, em articulação com as coordenações de curso e demais setores institucionais.

Comissão Própria de Avaliação — CPA — órgão responsável pela condução dos processos de avaliação institucional, com base nos eixos e dimensões definidos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior — SINAES, subsidiando a gestão institucional e a coordenação do curso com dados, diagnósticos e informações que contribuam para o aprimoramento das atividades acadêmicas.

Secretaria Acadêmica — setor responsável pelo registro, controle, organização e acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes, desde o ingresso até a conclusão do curso, assegurando a guarda documental, a emissão de registros acadêmicos e o atendimento às demandas discentes e institucionais.

Coordenação Pedagógica — setor responsável por apoiar os processos pedagógicos, o planejamento acadêmico, a orientação didático-metodológica, o acompanhamento das práticas formativas e a integração entre os cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade Dinâmica.

Núcleo de Acompanhamento ao Egresso — NAE — setor responsável por acompanhar a trajetória acadêmica e profissional dos egressos, promovendo ações de integração, atualização cadastral, formação continuada e avaliação da inserção profissional.

Núcleo de Apoio Psicopedagógico — NAP — setor responsável por oferecer apoio pedagógico, psicopedagógico e orientação aos estudantes, contribuindo para a permanência, o desenvolvimento acadêmico, a inclusão e a superação de dificuldades no processo de aprendizagem.

Núcleo de Estágio, TCC, Pesquisa, Extensão e Atividades Complementares — setor responsável por acompanhar, orientar e registrar atividades relacionadas ao estágio, ao trabalho de conclusão de curso, à iniciação científica, à extensão e às atividades complementares, em consonância com o PPC e os regulamentos institucionais.



A Tecnologia faz a Diferença

Biblioteca — órgão suplementar de apoio acadêmico responsável por disponibilizar acervo bibliográfico físico e/ou digital, serviços de consulta, pesquisa, orientação e suporte às atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

Setor de Tecnologia da Informação — TI — setor responsável pelo suporte tecnológico, manutenção de sistemas, equipamentos, rede, laboratórios de informática e demais recursos necessários ao desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas.

Núcleo Docente Estruturante — NDE — órgão consultivo e propositivo responsável pelo acompanhamento, atualização, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, nos termos da Resolução CONAES n.º 1, de 17 de junho de 2010, atuando de forma permanente na qualificação da organização curricular e da identidade formativa do curso.

Colegiado do Curso — órgão acadêmico-administrativo responsável por deliberar, acompanhar e avaliar as ações do curso, contribuindo para o planejamento, a execução, a análise e o aprimoramento das atividades previstas no Projeto Pedagógico.

Para o desenvolvimento de suas atividades administrativas e acadêmicas, a Coordenação do Curso de Direito dispõe de gabinete de trabalho individualizado, destinado ao planejamento, estudos, reuniões, atendimento docente e discente, acompanhamento acadêmico, análise de documentos, organização de processos, avaliação de demandas e encaminhamentos institucionais.

O espaço da Coordenação está equipado com computador conectado à rede, acesso à internet, telefone, mesa de trabalho, armário, cadeiras para atendimento, impressora e demais recursos necessários ao exercício das atividades de gestão acadêmica. Conta, ainda, com apoio de recepção para acolhimento, organização do fluxo de atendimento e encaminhamento dos estudantes, docentes, técnicos e visitantes.

O ambiente destinado à Coordenação apresenta condições adequadas de funcionamento, com espaço físico apropriado, iluminação, ventilação, limpeza, mobiliário, privacidade, segurança e acessibilidade. Tais condições possibilitam atendimento individualizado ou em grupo, assegurando conforto, organização e confidencialidade nos atendimentos acadêmicos e administrativos.

A gestão do Curso de Direito é desenvolvida de forma participativa, articulada e fundamentada no diálogo entre Coordenação, NDE, Colegiado, docentes, discentes, equipe técnico-administrativa e direção institucional. Essa organização permite o acompanhamento permanente do PPC, a identificação de fragilidades, o planejamento de ações corretivas e a implementação de estratégias voltadas à qualidade do curso.



A Tecnologia faz a Diferença

A natureza da gestão do Colegiado é acadêmico-administrativa, cabendo-lhe, conforme previsto no Regimento Institucional, acompanhar a condução do curso, participar do planejamento, analisar a execução das atividades acadêmicas, propor melhorias, deliberar sobre questões pedagógicas e contribuir para a avaliação das ações previstas no Projeto Pedagógico.

Todos os setores de apoio atuam de forma integrada e pautam suas atividades no cumprimento do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, contribuindo para a consolidação de uma formação jurídica de qualidade, socialmente referenciada, institucionalmente coerente e comprometida com o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

4.2. Coordenação do curso

Edilane Neves é Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Goiás (2002). Graduada em Direito pelo Centro Universitário - UNIALFA (2019). Especialista em Avaliação e Gestão de Ambientes Informacionais - UFG. Especialista em Direito Penal e Processual Penal (CERS). Especialista em Processo Civil (CERS) Mestra em Direito, Estado e Constituição (UNB). Linha de Pesquisa Linha de Pesquisa: Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais. Direito Achado na Rua, Pluralismo Jurídico e Direitos Humanos. Têm conhecimentos na área de Ciência da Informação, Biblioteconomia e Documentação, trabalhando principalmente com incentivo à leitura, gestão de bibliotecas universitárias, disseminação de informação, organização de periódicos científicos, livros, eventos culturais e científicos. É autora e organizadora de livros e artigos na área do Direito. Faz parte da Comissão Própria de Avaliação – CPA com a participação ativa na promoção da melhoria contínua da qualidade do ensino, infraestrutura e gestão da IES. Sócia titular da ATLECA - Academia Trindadense de Ciências, Letras e Artes de Trindade -GO. Atualmente é editora geral da Revista Aphonciência: Revista Científica do Aphonsiano Coordenadora dos comitês Editorial e Científico da Tertúlia: Revista Científica Multidisciplinar da Faculdade Dinâmica. Desenvolve pesquisas relacionadas aos movimentos sociais negros, ações afirmativas e direito à educação para os negros, perspectiva de gênero, Interseccionalidades, Políticas públicas. Participa do grupo de pesquisa: Gênero, Direito e Família (dgp.cnpq.br/dgp/espelhorh/5090663369821648). Linha de pesquisa: Sistema de justiça e os direitos fundamentais de mulheres e meninas. Coordenadora do Curso de Direito e do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Dinâmica -FACDIN. Professora das disciplinas metodologia científica, Direitos Humanos, Prática Jurídica e Trabalho de Conclusão de Curso. Advogada.



A Tecnologia faz a Diferença

Link currículo lattes:

https://www.cnpq.br/cvlattesweb/PKG_MENU.menu?f_cod=BB73C1D6963CB302A2379115D488DBA7#

E-mail do Coordenador: coord.direito@facdin.edu.br

4.2.1. Regime de trabalho

O regime de trabalho da professora Edilane Neves é de 40 horas, sendo 20 horas de coordenação e 20 horas para demais atividades (sala de aula, NDE, colegiado e NPJ). A carga horária possibilita perfeitamente a gestão do curso, o atendimento a discentes, docentes a representatividade nos colegiados superiores. Para cumprimento das atividades de coordenação foi elaborado um plano de ação com indicadores de desempenho da coordenação com objetivo de melhoria contínua da gestão do curso.

Compete à Coordenação se manter atenta ao bom andamento do curso, conciliando atendimento a docentes e discentes e à parte administrativa, que também é de sua competência exclusiva.

4.2.2. Perfil da coordenadora do curso

A Coordenadora do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN é a profissional responsável por liderar, articular, acompanhar e avaliar as ações acadêmicas, pedagógicas, administrativas e institucionais necessárias ao pleno funcionamento do curso. Sua atuação fundamenta-se em uma gestão participativa, democrática, dialógica e orientada por resultados, compreendendo que coordenar não significa apenas administrar pessoas, mas construir processos de gestão **com as pessoas**, valorizando docentes, discentes, equipe técnico-administrativa e demais setores institucionais.

No exercício da coordenação, requer-se postura proativa, ética, responsável, dinâmica e comprometida com a qualidade da formação jurídica. A Coordenadora deve possuir capacidade de liderança, comunicação, escuta qualificada, tomada de decisão, resolução de problemas, planejamento acadêmico, acompanhamento pedagógico e articulação institucional, de modo a assegurar a coerência entre o Projeto Pedagógico do Curso — PPC, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito, o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, o Projeto Pedagógico Institucional — PPI e as demandas formativas dos estudantes.

Nessa perspectiva, a Coordenadora do Curso de Direito atua como mediadora entre os diferentes sujeitos e setores envolvidos no processo educativo. Cabe-lhe identificar



A Tecnologia faz a Diferença

necessidades acadêmicas, pedagógicas e administrativas, dialogar com docentes e discentes, propor soluções, acompanhar indicadores, planejar ações e promover estratégias que contribuam para a melhoria contínua do curso.

A atuação da Coordenadora ultrapassa o domínio teórico da gestão acadêmica, exigindo sensibilidade, percepção, compromisso institucional e permanente atualização. Para acompanhar o trabalho pedagógico, apoiar os professores e orientar os estudantes, é necessário compreender as especificidades do curso, as demandas da educação jurídica, as transformações do mundo do trabalho, as necessidades regionais e os desafios contemporâneos da formação em Direito.

Entre suas atribuições centrais está o acompanhamento do trabalho docente, especialmente no que se refere à elaboração e execução dos planos de ensino, à coerência entre ementas, conteúdos, metodologias, avaliações, bibliografias e competências previstas no PPC. A Coordenadora também deve acompanhar o desempenho discente, estimular práticas pedagógicas inovadoras, promover ações de permanência, fortalecer o diálogo com os representantes de turma e contribuir para a consolidação de um ambiente acadêmico ético, acolhedor e comprometido com a aprendizagem.

A relação entre Coordenação, docentes e discentes constitui elemento essencial para uma gestão acadêmica democrática e eficiente. Por isso, a Coordenadora deve manter diálogo permanente com a comunidade acadêmica, valorizar os profissionais da equipe, acompanhar resultados, acolher demandas, propor encaminhamentos e atuar de forma integrada ao Núcleo Docente Estruturante — NDE, ao Colegiado do Curso, à Direção Acadêmica, à Comissão Própria de Avaliação — CPA e aos demais setores de apoio institucional.

A atuação da Coordenadora do Curso de Direito deve primar pela excelência, considerando, de forma sistêmica e global, os aspectos relacionados à gestão do curso, à implementação do PPC, à relação com docentes e discentes, ao acompanhamento dos indicadores acadêmicos, à participação nos órgãos colegiados, à articulação com a comunidade externa e à melhoria contínua da qualidade da formação ofertada pela FACDIN.

4.2.3. Atuação da coordenadora

Compete à Coordenadora do Curso de Direito administrar e acompanhar o curso de modo a viabilizar o cumprimento de sua proposta formativa, assegurando a organização acadêmica, o planejamento didático-pedagógico, a execução das políticas institucionais, o acompanhamento docente e discente, a articulação entre ensino, iniciação científica e extensão,



A Tecnologia faz a Diferença

bem como o desenvolvimento das atividades de estágio, prática jurídica, TCC, atividades complementares e ações de responsabilidade social.

A Coordenadora deve dispor de carga horária compatível com as exigências da função, de modo a realizar atendimento aos docentes e discentes, promover reuniões pedagógicas, acompanhar os processos acadêmicos, supervisionar atividades curriculares e extracurriculares, elaborar documentos institucionais, emitir pareceres, encaminhar demandas e representar o curso junto aos órgãos internos e externos, sempre em consonância com o Regimento Interno da FACDIN, com o PPC, com o PDI, com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com a legislação educacional vigente.

A atuação da Coordenação do Curso de Direito fundamenta-se nas atribuições previstas no Regimento Institucional da FACDIN e nas necessidades acadêmicas do curso. Ao longo dos semestres, suas atividades são orientadas por planejamento sistemático, reuniões pedagógicas, análise dos resultados acadêmicos, acompanhamento dos indicadores de avaliação, diálogo com docentes e discentes e constante reflexão sobre a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

A Coordenação trabalha em um processo contínuo de acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento, respeitando a realidade institucional e buscando consolidar a qualidade das atividades acadêmicas. Dessa forma, a gestão do Curso de Direito desenvolve suas ações com base no ensino, na iniciação científica, na extensão, na prática jurídica, na responsabilidade social e na formação integral do estudante.

São atividades permanentes da Coordenação do Curso:

- I. preparar, convocar e coordenar reuniões pedagógicas do curso;
- II. acompanhar os projetos acadêmicos, extensionistas, científicos e institucionais em andamento;
- III. acompanhar as atividades de campo, visitas técnicas, práticas jurídicas, ações extensionistas e demais atividades externas vinculadas ao curso;
- IV. orientar e acompanhar os docentes na elaboração, atualização e execução dos Planos de Ensino;
- V. acompanhar o desempenho acadêmico dos docentes, considerando assiduidade, cumprimento de carga horária, desenvolvimento dos conteúdos, metodologias, avaliações e participação nas atividades institucionais;
- VI. realizar reuniões periódicas com representantes de turma, ouvindo demandas, sugestões e dificuldades dos discentes;



A Tecnologia faz a Diferença

- VII. acompanhar o rendimento acadêmico dos estudantes, propondo ações de apoio, permanência, nivelamento, monitoria e orientação acadêmica;
- VIII. preparar, convocar e coordenar, quando couber, reuniões do Núcleo Docente Estruturante — NDE, especialmente para atualização e consolidação do PPC;
- IX. realizar atendimento individual e coletivo aos estudantes, promovendo escuta, orientação e encaminhamentos necessários;
- X. articular ações com o Colegiado do Curso, a Direção Acadêmica, a CPA, a Secretaria Acadêmica, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico, o Núcleo de Estágio, TCC, Pesquisa, Extensão e Atividades Complementares e demais setores institucionais;
- XI. acompanhar os resultados da avaliação institucional, propondo ações de melhoria para o curso;
- XII. zelar pela coerência entre o perfil do egresso, as competências e habilidades, a matriz curricular, as metodologias de ensino, os processos avaliativos e as práticas formativas previstas no PPC.

4.2.4. Estratégias do plano de ação da coordenação

A Coordenação do Curso de Direito apresenta como estratégias para o desenvolvimento de seu Plano de Ação:

- a) elaborar projetos acadêmicos viáveis, inovadores e relevantes para a realidade institucional e para o contexto social e regional;
- b) estabelecer instrumentos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações do curso;
- c) mobilizar docentes, discentes e setores institucionais para a construção coletiva de uma cultura acadêmica baseada no diálogo, na corresponsabilidade, na ética, no respeito e no cuidado;
- d) organizar estudos dirigidos, atividades de nivelamento, monitorias, oficinas e ações de apoio à aprendizagem, em articulação com professores orientadores;
- e) produzir, sistematizar e analisar informações sobre o curso, a aprendizagem, a permanência, o desempenho discente e os resultados acadêmicos;
- f) definir e assumir responsabilidades sociais, fortalecendo a relação entre o curso, a comunidade e as demandas regionais;
- g) propor ações de aperfeiçoamento do PPC, em diálogo com o NDE, o Colegiado e os resultados da avaliação institucional;



A Tecnologia faz a Diferença

- h) estabelecer ações que aprimorem a organização didático-pedagógica, a estrutura curricular, as práticas jurídicas, a extensão, a iniciação científica e o papel social da Instituição;
- i) contribuir para a consolidação de um corpo docente qualificado, comprometido, titulado e alinhado à proposta pedagógica do curso;
- j) alinhar o trabalho docente às orientações da Coordenação, do NDE, do Colegiado, do PDI, do PPI e das Diretrizes Curriculares Nacionais;
- k) fortalecer a comunicação entre Coordenação, professores, estudantes, representantes de turma e setores institucionais;
- l) acompanhar as ações de preparação para o ENADE, para o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil — OAB e para os demais desafios da formação jurídica;
- m) promover ações de integração entre ensino, iniciação científica, extensão, estágio supervisionado, Núcleo de Prática Jurídica e responsabilidade social.

4.2.5. Atribuições da coordenadoria do curso de direito

A Coordenadoria do Curso de Direito da FACDIN tem como atribuições:

- a) coordenar a elaboração, atualização, implementação e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso, em conjunto com o Núcleo Docente Estruturante — NDE;
- b) administrar as atividades da Coordenação, representando o curso junto à Direção, aos órgãos colegiados, aos setores institucionais e, quando necessário, às instâncias externas;
- c) convocar e presidir as reuniões do Colegiado do Curso, conforme previsto no Regimento Institucional;
- d) acompanhar a execução das atividades programadas no calendário acadêmico e no planejamento do curso;
- e) acompanhar o desempenho, a assiduidade e a participação dos docentes nas atividades acadêmicas, pedagógicas e institucionais;
- f) acompanhar o desempenho acadêmico, a frequência, a permanência e as necessidades formativas dos estudantes;
- g) analisar, semestralmente, os Planos de Ensino, verificando sua coerência com o PPC, as ementas, as bibliografias, as metodologias, as avaliações e as competências previstas para o curso;
- h) sugerir, quando necessário, a contratação, substituição ou dispensa de docentes, técnicos, monitores e colaboradores vinculados às atividades do curso;



A Tecnologia faz a Diferença

- i) encaminhar à Secretaria Acadêmica, nos prazos institucionais, relatórios, informações, registros e documentos relativos ao desempenho acadêmico, frequência, avaliações e demais dados do curso;
- j) promover, periodicamente, a avaliação das atividades, programas, projetos e práticas acadêmicas do curso;
- k) propor, acompanhar ou encaminhar projetos de iniciação científica, extensão, eventos acadêmicos, atividades culturais, práticas interdisciplinares, atividades complementares e ações de responsabilidade social;
- l) distribuir encargos de ensino, iniciação científica, extensão, orientação, supervisão de estágio, TCC, práticas jurídicas e atividades complementares, respeitando a formação, a titulação e a área de atuação dos docentes;
- m) decidir, após manifestação do professor responsável e observadas as normas institucionais, sobre aproveitamento de estudos, adaptações curriculares e demais demandas acadêmicas dos estudantes;
- n) delegar competências a docentes e técnicos, sem prejuízo da responsabilidade da Coordenação, especialmente nas áreas de Estágio, Núcleo de Prática Jurídica, Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Complementares, Projetos de Ensino, Iniciação Científica e Extensão;
- o) articular-se com os setores administrativos para acompanhamento de dados acadêmicos, infraestrutura, aquisição de materiais, manutenção de equipamentos, uso de laboratórios e condições necessárias ao funcionamento do curso;
- p) acompanhar os estudantes em sua trajetória acadêmica, com especial atenção àqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem, necessidades educacionais específicas ou demandas de acessibilidade;
- q) realizar reuniões periódicas com representantes de turma, previamente agendadas em calendário acadêmico, bem como reuniões extraordinárias sempre que necessário;
- r) assegurar o atendimento direto aos estudantes, docentes e representantes de turma, em horários definidos e divulgados, possibilitando diálogo permanente com a Coordenação;
- s) acompanhar os resultados da CPA, dos processos avaliativos internos e externos, do ENADE, dos indicadores acadêmicos e das demandas apresentadas pela comunidade acadêmica;
- t) propor ações corretivas e preventivas voltadas à melhoria contínua do curso, ao fortalecimento do PPC e à consolidação da qualidade acadêmica da FACDIN.



4.2.6. Plano de ação da coordenação de Curso

I. Apresentação

A atuação da Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica – FACDIN fundamenta-se nas atribuições previstas no Regimento Interno da Instituição, no Projeto Pedagógico do Curso – PPC, nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, nas políticas institucionais de ensino, iniciação científica, extensão, responsabilidade social, acessibilidade, avaliação e melhoria contínua.

O presente Plano de Ação tem como finalidade orientar, sistematizar e acompanhar as atividades da Coordenação do Curso de Direito, assegurando uma gestão acadêmica participativa, planejada, documentada e voltada à qualidade do processo formativo. A gestão do curso deve ocorrer de forma contínua, integrada e avaliativa, considerando as demandas institucionais, acadêmicas, sociais e profissionais que envolvem a formação do bacharel em Direito.

Nesse sentido, a Coordenação assume o compromisso de promover ações voltadas ao acompanhamento pedagógico, ao fortalecimento do corpo docente, à melhoria do desempenho discente, à consolidação do Núcleo Docente Estruturante – NDE, ao funcionamento do Colegiado de Curso, à articulação entre ensino, iniciação científica e extensão, ao acompanhamento do Núcleo de Prática Jurídica, do estágio supervisionado, do Trabalho de Conclusão de Curso, das atividades complementares e da integração do curso com a comunidade.

II. Objetivos

Objetivo Geral

Promover a melhoria contínua da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa do Curso de Direito da FACDIN, assegurando a qualidade do ensino, o acompanhamento do percurso formativo dos estudantes, o fortalecimento do corpo docente, a atualização permanente do PPC e a articulação entre ensino, iniciação científica, extensão, prática jurídica e responsabilidade social.

Objetivos Específicos

- a) Planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações acadêmicas do Curso de Direito.
- b) Fortalecer o trabalho coletivo entre Coordenação, NDE, Colegiado, docentes, discentes e setores institucionais.
- c) Acompanhar a elaboração, atualização e execução dos Planos de Ensino.



A Tecnologia faz a Diferença

- d) Monitorar o desempenho acadêmico dos estudantes, propondo ações de nivelamento, permanência e recuperação da aprendizagem.
- e) Acompanhar o desempenho, a assiduidade e a participação dos docentes nas atividades do curso.
- f) Promover reuniões pedagógicas periódicas com docentes, NDE, Colegiado e representantes de turma.
- g) Fortalecer os projetos de ensino, iniciação científica, extensão, responsabilidade social e prática jurídica.
- h) Acompanhar o funcionamento do Núcleo de Prática Jurídica, dos estágios, do TCC e das atividades complementares.
- i) Analisar os resultados da avaliação institucional, da CPA, das avaliações internas e externas, utilizando-os como base para a tomada de decisão.
- j) Garantir atendimento acadêmico aos estudantes, com atenção especial às necessidades educacionais específicas, acessibilidade e inclusão.

III. Princípios Orientadores da Gestão do Curso

A gestão da Coordenação do Curso de Direito será orientada pelos seguintes princípios: gestão democrática, participativa e transparente;

- Planejamento acadêmico com base em evidências;
- Acompanhamento contínuo dos processos pedagógicos;
- Articulação entre teoria e prática;
- Integração entre ensino, iniciação científica, extensão e responsabilidade social;
- Compromisso com a formação ética, humanística, crítica e técnico-jurídica;
- Valorização do corpo docente e discente;
- Inclusão, acessibilidade e respeito às diversidades;
- Melhoria contínua da qualidade do curso;
- Alinhamento entre Regimento Interno, PDI, PPC, CPA, NDE e Colegiado de Curso.

IV. Atribuições da Coordenação do Curso de Direito

Compete à Coordenação do Curso de Direito:

- a) Coordenar, acompanhar e avaliar a execução do Projeto Pedagógico do Curso, em articulação com o Núcleo Docente Estruturante – NDE.
- b) Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso.
- c) Preparar e coordenar reuniões pedagógicas com o corpo docente.
- d) Acompanhar a elaboração, atualização e cumprimento dos Planos de Ensino.



A Tecnologia faz a Diferença

- e) Acompanhar o desempenho acadêmico dos estudantes, propondo ações de apoio, nivelamento e permanência.
- f) Acompanhar o desempenho, a assiduidade e a participação dos docentes.
- g) Realizar reuniões periódicas com representantes de turma.
- h) Atender os estudantes, docentes e comunidade acadêmica, sempre que necessário.
- i) Encaminhar relatórios, informações acadêmicas, demandas e registros aos setores competentes da Instituição.
- j) Acompanhar as atividades do Núcleo de Prática Jurídica, estágio supervisionado, TCC, atividades complementares, projetos de extensão e iniciação científica.
- k) Propor melhorias na organização didático-pedagógica, na infraestrutura, nos recursos acadêmicos e nos processos avaliativos do curso.
- l) Articular ações com a CPA, Direção, Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Núcleo de Apoio Psicopedagógico, setor de Tecnologia da Informação e demais setores institucionais.
- m) Zelar pelo cumprimento do calendário acadêmico, do Regimento Interno, das normas institucionais e das diretrizes acadêmicas do curso.
- n) Promover ações de inclusão, acessibilidade e acompanhamento dos estudantes com necessidades educacionais específicas.
- o) Elaborar relatórios semestrais de acompanhamento das ações da Coordenação, registrando resultados, dificuldades, encaminhamentos e propostas de melhoria.

V. Estratégias Gerais de Ação

Para o desenvolvimento do presente Plano de Ação, a Coordenação adotará as seguintes estratégias:

- a) Elaborar planejamento semestral das atividades do curso, em consonância com o calendário acadêmico institucional.
- b) Promover reuniões sistemáticas com docentes, NDE, Colegiado e representantes discentes.
- c) Acompanhar, no início de cada semestre, a entrega e análise dos Planos de Ensino.
- d) Monitorar, ao longo do semestre, o lançamento de aulas, frequência, notas e conteúdos no sistema acadêmico.
- e) Realizar diagnóstico do desempenho discente, identificando disciplinas com maior índice de reprovação, evasão, faltas ou baixo rendimento.
- f) Desenvolver ações de nivelamento, estudos dirigidos, monitorias, orientação acadêmica e acompanhamento individualizado.



A Tecnologia faz a Diferença

- g) Incentivar a participação dos docentes em formação continuada, eventos acadêmicos, projetos de extensão e iniciação científica.
- h) Articular o Curso de Direito com demandas sociais, jurídicas e comunitárias da região.
- i) Consolidar registros documentais das reuniões, ações, relatórios, avaliações e encaminhamentos.
- j) Utilizar os resultados da CPA e das avaliações internas como instrumentos de gestão e melhoria contínua.
- k) Fortalecer a comunicação entre Coordenação, docentes, discentes e setores institucionais.
- l) Estimular a produção acadêmica, científica e extensionista no âmbito do curso.
- m) Atualizar o PPC sempre que necessário, mediante discussão com o NDE, Colegiado e demais instâncias institucionais.

VI. . Plano de Ação com Indicadores de Desempenho

Eixo de Gestão	Objetivo	Ação	Indicador de Desempenho	Meta	Prazo	Responsáveis	Evidências
Planejamento Acadêmico	Organizar as ações semestrais do curso	Elaborar o planejamento semestral da Coordenação, alinhado ao calendário acadêmico	Plano semestral elaborado e divulgado	1 plano por semestre	Início de cada semestre	Coordenação do Curso	Plano de ação, calendário, comunicados
Reuniões Pedagógicas	Fortalecer a integração docente	Realizar reuniões pedagógicas com os professores para alinhamento das ações didático-pedagógicas	Número de reuniões realizadas	Mínimo de 2 reuniões por semestre	Semestral	Coordenação e docentes	Atas, listas de presença, pautas
NDE	Acompanhar e atualizar o PPC	Realizar reuniões do NDE para análise do PPC, matriz curricular, bibliografias, metodologias e avaliação	Número de reuniões do NDE realizadas	Mínimo de 2 reuniões por semestre	Semestral	Coordenação e NDE	Atas do NDE, pareceres, propostas de melhoria
Colegiado de Curso	Garantir gestão participativa	Convocar e presidir reuniões do Colegiado para deliberação sobre demandas acadêmicas	Reuniões realizadas e encaminhamentos executados	Mínimo de 1 reunião por semestre	Semestral	Coordenação e Colegiado	Atas, decisões e registros
Planos de Ensino	Garantir alinhamento	Acompanhar a entrega,	Percentual de planos	100% dos planos	Até a segunda semana de aula	Coordenação e docentes	Planos de Ensino,



A Tecnologia faz a Diferença

Eixo de Gestão	Objetivo	Ação	Indicador de Desempenho	Meta	Prazo	Responsáveis	Evidências
	entre PPC e prática docente	análise e adequação dos Planos de Ensino	entregues analisados	entregues e analisados			checklist de conferência
Registro Acadêmico	Assegurar atualização do sistema acadêmico	Monitorar o lançamento de aulas, conteúdos, frequência e notas no portal	Percentual de docentes com registros atualizados	100% dos docentes com registros atualizados nos prazos institucionais	Mensal	Coordenação e docentes	Relatórios do sistema acadêmico
Desempenho Discente	Acompanhar rendimento acadêmico	Levantar dados de notas, faltas, reprovação, evasão e trancamento	Relatório de desempenho discente elaborado	1 relatório por bimestre ou etapa avaliativa	Bimestral/Semestral	Coordenação e Secretaria Acadêmica	Relatórios, gráficos, planilhas
Permanência e Êxito	Reduzir evasão e retenção	Realizar atendimento aos estudantes com baixo rendimento ou excesso de faltas	Número de estudantes acompanhados	Acompanhar 100% dos casos identificados	Contínuo	Coordenação, docentes e apoio psicopedagógico	Registros de atendimento, encaminhamentos
Nivelamento	Superar dificuldades de aprendizagem	Organizar estudos dirigidos, monitorias ou oficinas de nivelamento	Número de ações de nivelamento realizadas	Mínimo de 1 ação por semestre	Semestral	Coordenação e docentes	Planos de estudo, listas de presença
Representantes de Turma	Fortalecer a escuta discente	Realizar reuniões com representantes de classe	Número de reuniões realizadas	Mínimo de 2 reuniões por semestre	Semestral	Coordenação e representantes	Atas, formulários, encaminhamentos
Atendimento Discente	Ampliar o acompanhamento acadêmico	Disponibilizar horários de atendimento aos estudantes	Número de atendimentos realizados	Registro contínuo dos atendimentos	Contínuo	Coordenação	Agenda, registros de atendimento
Corpo Docente	Acompanhar atuação docente	Monitorar assiduidade, cumprimento do plano de ensino, participação em reuniões e desempenho acadêmico	Relatório de acompanhamento docente	1 relatório por semestre	Semestral	Coordenação	Relatórios, atas, registros acadêmicos
Formação Docente	Qualificar práticas pedagógicas	Incentivar participação em capacitações, oficinas e formações institucionais	Percentual de docentes participantes	Mínimo de 75% de participação docente	Semestral	Coordenação, Direção e docentes	Certificados, listas de presença
Metodologias de Ensino	Aprimorar práticas pedagógicas	Estimular metodologias ativas, estudos	Número de práticas	Mínimo de 1 prática por	Semestral	Coordenação e docentes	Planos de aula, relatórios,



A Tecnologia faz a Diferença

Eixo de Gestão	Objetivo	Ação	Indicador de Desempenho	Meta	Prazo	Responsáveis	Evidências
		de caso, júri simulado, práticas jurídicas, projetos interdisciplinares e atividades extensionistas	inovadoras registradas	disciplina ao semestre			fotos, registros
Avaliação da Aprendizagem	Qualificar os instrumentos avaliativos	Analisar coerência entre avaliações, objetivos da disciplina, competências e conteúdos	Percentual de avaliações analisadas quando solicitadas	100% das avaliações submetidas à análise	Semestral	Coordenação e docentes	Instrumentos avaliativos, pareceres
Núcleo de Prática Jurídica	Fortalecer a formação prática	Acompanhar o planejamento, funcionamento e registros das atividades do NPJ	Relatório de atividades do NPJ	1 relatório por semestre	Semestral	Coordenação e coordenação do NPJ	Relatórios, registros de atendimento, documentos
Estágio Supervisionado	Garantir regularidade das atividades práticas	Acompanhar campos, documentos, frequência, avaliação e orientação de estágio	Percentual de estudantes acompanhados	100% dos estagiários acompanhados	Semestral	Coordenação e coordenação de estágio	Fichas, relatórios, termos
TCC	Acompanhar produção científica discente	Monitorar orientação, cronograma, qualificação, defesa e entrega final dos TCCs	Percentual de estudantes acompanhados	100% dos estudantes matriculados em TCC	Semestral	Coordenação, docentes orientadores e coordenação de TCC	Atas de defesa, cronogramas, relatórios
Atividades Complementares	Assegurar cumprimento curricular	Divulgar, orientar e acompanhar a integralização das atividades complementares	Percentual de estudantes com carga acompanhada	100% dos estudantes concluintes acompanhados	Semestral	Coordenação e Secretaria Acadêmica	Relatórios, certificados, registros
Extensão	Articular curso e comunidade	Desenvolver projetos de extensão vinculados às demandas sociais e jurídicas locais	Número de projetos de extensão realizados	Mínimo de 1 projeto por semestre	Semestral	Coordenação, docentes e discentes	Projetos, relatórios, fotos, listas
Iniciação Científica	Incentivar produção acadêmica	Estimular grupos de estudo, produção de artigos, participação em eventos e	Número de produções ou participações acadêmicas	Mínimo de 1 produção científica por semestre	Semestral	Coordenação e docentes	Certificados, artigos, anais, relatórios



A Tecnologia faz a Diferença

Eixo de Gestão	Objetivo	Ação	Indicador de Desempenho	Meta	Prazo	Responsáveis	Evidências
		pesquisa jurídica					
Responsabilidade Social	Ampliar a inserção comunitária do curso	Promover ações jurídicas, educativas e sociais junto à comunidade	Número de ações comunitárias realizadas	Mínimo de 1 ação por semestre	Semestral	Coordenação, docentes e estudantes	Relatórios, registros, fotos
Acessibilidade e Inclusão	Acompanhar estudantes com necessidades específicas	Identificar, registrar e encaminhar demandas de acessibilidade pedagógica, física, comunicacional ou atitudinal	Percentual de demandas acompanhadas	100% das demandas identificadas acompanhadas	Contínuo	Coordenação, docentes e apoio institucional	Registros, planos de acompanhamento
CPA e Avaliação Institucional	Utilizar dados avaliativos na gestão	Analisar resultados da CPA e propor ações corretivas e preventivas	Plano de melhorias elaborado a partir da CPA	1 plano por ciclo avaliativo	Semestral/Anual	Coordenação, CPA, NDE e Colegiado	Relatórios CPA, plano de melhoria
Infraestrutura	Monitorar condições de funcionamento do curso	Levantar demandas de salas, biblioteca, laboratório, NPI, tecnologia e recursos didáticos	Relatório de necessidades encaminhado	1 relatório por semestre	Semestral	Coordenação e setores institucionais	Relatórios, solicitações, protocolos
Biblioteca	Atualizar acervo bibliográfico	Verificar bibliografias básicas e complementar as previstas nos Planos de Ensino e PPC	Percentual de disciplinas com bibliografia verificada	100% das disciplinas verificadas	Semestral	Coordenação, NDE e Biblioteca	Relatórios, listas bibliográficas
Comunicação Acadêmica	Melhorar o fluxo de informações	Divulgar prazos, reuniões, eventos, normas, editais e orientações acadêmicas	Comunicados emitidos e canais atualizados	Comunicação contínua	Contínuo	Coordenação	Comunicados, e-mails, murais, grupos
Documentação e Evidências	Organizar registros da gestão	Arquivar atas, relatórios, listas de presença, planos, evidências de ações e encaminhamentos	Pasta documental atualizada	100% dos documentos organizados	Contínuo	Coordenação e apoio administrativo	Arquivos físicos e digitais



A Tecnologia faz a Diferença

Eixo de Gestão	Objetivo	Ação	Indicador de Desempenho	Meta	Prazo	Responsáveis	Evidências
Melhoria Contínua	Avaliar resultados e redirecionar ações	Elaborar relatório semestral da Coordenação com análise dos indicadores	Relatório semestral concluído	1 relatório por semestre	Final de cada semestre	Coordenação	Relatório da Coordenação

VII. Indicadores Gerais de Desempenho da Coordenação

Para acompanhamento da efetividade da gestão do Curso de Direito, serão utilizados os seguintes indicadores gerais:

- Percentual de Planos de Ensino entregues no prazo.
- Percentual de Planos de Ensino analisados pela Coordenação.
- Número de reuniões pedagógicas realizadas por semestre.
- Número de reuniões do NDE realizadas por semestre.
- Número de reuniões do Colegiado realizadas por semestre.
- Número de reuniões com representantes de turma.
- Percentual de docentes participantes das reuniões e formações.
- Percentual de registros acadêmicos atualizados no sistema.
- Índice de frequência discente.
- Índice de aprovação, reprovação, trancamento e evasão.
- Número de atendimentos discentes realizados pela Coordenação.
- Número de ações de nivelamento, monitoria ou estudos dirigidos.
- Número de projetos de extensão realizados.
- Número de ações de iniciação científica, produção acadêmica e participação em eventos.
- Número de ações de responsabilidade social e prática jurídica desenvolvidas.
- Percentual de estudantes acompanhados no estágio, TCC e atividades complementares.
- Número de demandas de acessibilidade e inclusão acompanhadas.
- Percentual de encaminhamentos da CPA analisados e respondidos.
- Número de melhorias implementadas no curso a partir dos indicadores avaliativos.
- Relatório semestral de gestão acadêmica elaborado e arquivado.

VIII. Metodologia de Acompanhamento e Avaliação

O acompanhamento do Plano de Ação será realizado de forma contínua, por meio da análise de documentos acadêmicos, relatórios do sistema institucional, atas de reuniões, registros de atendimento, resultados da CPA, avaliação docente, avaliação discente, relatórios



A Tecnologia faz a Diferença

de estágio, TCC, extensão, iniciação científica e demais evidências produzidas no âmbito do curso.

A cada semestre, a Coordenação elaborará um relatório de acompanhamento contendo:

- Ações planejadas;
- Ações executadas;
- Ações parcialmente executadas;
- Ações não executadas;
- Justificativas;
- Indicadores alcançados;
- Fragilidades identificadas;
- Encaminhamentos realizados;
- Propostas de melhoria para o semestre seguinte.

Esse processo permitirá que a gestão do curso seja desenvolvida com base em dados, evidências e responsabilidade institucional, fortalecendo a cultura de avaliação, planejamento e melhoria contínua.

IX. Resultados Esperados

Espera-se, com a execução deste Plano de Ação:

- a) Maior organização da gestão acadêmica do Curso de Direito.
- b) Fortalecimento da atuação da Coordenação, NDE e Colegiado.
- c) Melhoria no acompanhamento docente e discente.
- d) Maior regularidade na entrega e execução dos Planos de Ensino.
- e) Melhoria no registro acadêmico de aulas, conteúdos, frequência e notas.
- f) Redução dos índices de evasão, reprovação e baixo rendimento.
- g) Ampliação das ações de nivelamento, permanência e apoio pedagógico.
- h) Fortalecimento da iniciação científica, extensão e responsabilidade social.
- i) Consolidação das práticas jurídicas, estágios, TCC e atividades complementares.
- j) Melhoria da comunicação entre Coordenação, professores, estudantes e setores institucionais.
- k) Ampliação da cultura de avaliação e uso dos resultados da CPA na gestão do curso.
- l) Organização documental das evidências acadêmicas e administrativas do curso.
- m) Aperfeiçoamento contínuo do PPC e da formação oferecida aos estudantes.

X. Considerações Finais

O Plano de Ação da Coordenação do Curso de Direito da FACDIN constitui instrumento de planejamento, acompanhamento, avaliação e melhoria contínua da gestão acadêmica. Sua



A Tecnologia faz a Diferença

finalidade é assegurar que as ações do curso sejam planejadas, executadas, registradas e avaliadas, de modo a fortalecer a qualidade da formação jurídica, a atuação docente, o desempenho discente, a prática profissional, a produção acadêmica, a extensão universitária e o compromisso social da Instituição.

A Coordenação do Curso de Direito, em articulação com a Direção, NDE, Colegiado, CPA, docentes, estudantes e setores institucionais, compromete-se com uma gestão participativa, ética, transparente e orientada por resultados, contribuindo para a consolidação do curso e para a formação de profissionais do Direito críticos, humanistas, tecnicamente qualificados e socialmente comprometidos.

4.3. Colegiado do Curso

O Colegiado do Curso de Direito constitui-se como órgão de natureza consultiva, propositiva e deliberativa, no âmbito do curso, responsável pelo acompanhamento da gestão acadêmica, pedagógica e administrativa, em consonância com o Regimento Geral da Faculdade Dinâmica, o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, o Projeto Pedagógico Institucional — PPI, o Projeto Pedagógico do Curso — PPC, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e demais legislações aplicáveis à Educação Superior.

Sua atuação está voltada à análise, ao planejamento, à execução, ao acompanhamento e à avaliação das ações relacionadas ao ensino, à iniciação científica, à extensão, à responsabilidade social, à permanência estudantil, ao desempenho acadêmico e à melhoria contínua da qualidade do curso. Nesse sentido, o Colegiado configura-se como espaço institucionalizado de gestão participativa, democrática e integrada, favorecendo a escuta qualificada dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica.

O Colegiado é composto, conforme previsto nos documentos institucionais, pela Coordenação do Curso, representantes do corpo docente, representante do corpo técnico-administrativo e representantes discentes, podendo contar com a participação da Direção e de outros setores institucionais sempre que a pauta assim exigir. A participação dos representantes de turma fortalece a interlocução entre estudantes, docentes e gestão acadêmica, contribuindo para a identificação de demandas, proposição de soluções e acompanhamento das ações implementadas.

As reuniões ordinárias do Colegiado ocorrerão, no mínimo, ao final de cada bimestre letivo, e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade acadêmica, pedagógica ou administrativa. Todas as reuniões serão registradas em atas, com definição de pautas,



A Tecnologia faz a Diferença

encaminhamentos, responsáveis e prazos, assegurando transparência, rastreabilidade e acompanhamento das decisões tomadas.

Entre as atribuições do Colegiado do Curso, destacam-se:

- I. acompanhar a execução do PPC e propor ajustes necessários à sua atualização e efetividade;
- II. analisar os resultados dos processos avaliativos internos e externos, em articulação com a CPA, o NDE e a Coordenação do Curso;
- III. apreciar propostas de melhoria relacionadas ao ensino, à iniciação científica, à extensão, à avaliação da aprendizagem, aos estágios, às atividades complementares e às práticas jurídicas;
- IV. acompanhar indicadores acadêmicos, tais como rendimento discente, frequência, evasão, retenção, integralização curricular, participação em atividades extensionistas e desempenho em avaliações institucionais;
- VI. propor estratégias para o fortalecimento da permanência, do êxito acadêmico e da formação integral dos estudantes;
- VII. contribuir para a integração entre o curso, a comunidade local e regional, especialmente por meio de ações extensionistas, projetos interdisciplinares e práticas socialmente referenciadas;
- VII. acompanhar a implementação das políticas institucionais previstas no PDI e no PPI, assegurando sua materialização no cotidiano do curso;
- VIII. subsidiar a Coordenação do Curso na tomada de decisões acadêmicas, pedagógicas e administrativas.

Dessa forma, o Colegiado do Curso de Direito atua como instância essencial para a consolidação da gestão acadêmica participativa, assegurando que as decisões sejam fundamentadas em evidências, em indicadores institucionais, nos resultados da autoavaliação, nas demandas da comunidade acadêmica e nos princípios de qualidade definidos pela Faculdade Dinâmica.

4.4. Articulação da Gestão do Curso com a Gestão Institucional

A gestão do Curso de Bacharelado em Direito articula-se de forma permanente com a gestão institucional da Faculdade Dinâmica, observando a missão, a visão e os valores expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, bem como as políticas acadêmicas, pedagógicas e administrativas definidas no Projeto Pedagógico Institucional — PPI.



A Tecnologia faz a Diferença

Essa articulação ocorre por meio de processos sistemáticos de planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e replanejamento das ações do curso, em consonância com os documentos institucionais, com o Regimento Geral, com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e com as legislações pertinentes à Educação Superior. Assim, a gestão do curso não se desenvolve de forma isolada, mas integrada aos órgãos colegiados, aos setores administrativos, à CPA, ao NDE, ao Conselho Superior — CONSUP e às demais instâncias institucionais.

O Plano de Metas e Ações estabelecido no PDI, em diálogo com as dimensões da avaliação institucional, orienta as ações acadêmicas e administrativas do curso, especialmente no que se refere à qualidade do ensino, ao desenvolvimento docente, ao acompanhamento discente, à infraestrutura, à responsabilidade social, à extensão, à iniciação científica, à comunicação institucional e à sustentabilidade acadêmica.

As políticas educacionais definidas no PPI orientam a organização dos procedimentos de ensino-aprendizagem, a elaboração dos planos de ensino, as metodologias adotadas, os processos avaliativos, a formação docente, o acompanhamento dos estudantes e a integração entre teoria e prática. Por sua vez, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito direcionam, de forma específica, os objetivos do curso, o perfil do egresso, as competências e habilidades a serem desenvolvidas e a organização curricular.

A Coordenação do Curso atua como mediadora entre a gestão institucional e a comunidade acadêmica, promovendo o diálogo entre Direção, NDE, Colegiado, docentes, discentes, corpo técnico-administrativo e setores de apoio. Essa atuação permite que as decisões institucionais sejam efetivamente implementadas no curso e que as demandas específicas do curso sejam encaminhadas às instâncias competentes.

A Faculdade Dinâmica estimula, de forma contínua, a gestão colegiada, participativa e baseada em evidências, amparada nas decisões do Conselho Superior, do Colegiado do Curso, do NDE e nos resultados da autoavaliação institucional. Essa dinâmica favorece a melhoria permanente do curso, a atualização do PPC, o acompanhamento da formação discente e a consolidação de práticas acadêmicas coerentes com o compromisso institucional de oferta de educação superior de qualidade.

4.5. Implementação das Políticas Institucionais constantes do PDI e do PPI

As políticas institucionais constantes do PDI e do PPI da Faculdade Dinâmica orientam a organização, o desenvolvimento e a avaliação das atividades acadêmicas do Curso de



A Tecnologia faz a Diferença

Bacharelado em Direito, assegurando coerência entre os princípios institucionais, os objetivos do curso, o perfil do egresso, a matriz curricular, as metodologias de ensino, os processos avaliativos e as ações de ensino, iniciação científica, extensão e responsabilidade social.

No PPI, estão definidos os princípios pedagógicos que sustentam as práticas acadêmicas da Instituição, entre os quais se destacam:

- a aprendizagem como conquista do estudante, mediante orientação, acompanhamento e avaliação docente;
- o reconhecimento de que os estudantes aprendem de formas, ritmos e estilos diferentes;
- a valorização da atividade, do esforço, da autonomia e do protagonismo discente;
- a necessidade de orientação, acompanhamento e avaliação contínua do processo formativo;
- a integração entre teoria e prática, conhecimento científico, formação ética, compromisso social e atuação profissional.

A implementação dessas políticas ocorre de forma planejada e sistemática, envolvendo a Direção, a Coordenação do Curso, o NDE, o Colegiado, o corpo docente, o corpo técnico-administrativo e os setores de apoio acadêmico. Para tanto, são desenvolvidas ações voltadas à qualificação do corpo docente, à atualização dos planos de ensino, à adequação das bibliografias, ao fortalecimento das metodologias ativas, ao acompanhamento do desempenho discente, à promoção da acessibilidade, à melhoria da infraestrutura física e tecnológica e ao incentivo à participação dos estudantes em atividades extracurriculares, extensionistas, científicas e comunitárias.

No Curso de Direito, tais políticas se materializam por meio da organização curricular, das práticas interdisciplinares, das atividades de extensão, dos projetos integradores, da iniciação científica, das atividades complementares, dos estágios, do Núcleo de Prática Jurídica, das ações de responsabilidade social e da articulação com demandas locais e regionais. Essas ações contribuem para uma formação jurídica crítica, ética, humanista, técnica e socialmente comprometida.

A gestão do Curso de Direito fundamenta-se nos valores institucionais da Faculdade Dinâmica e no princípio da participação coletiva dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. A atuação do Núcleo Docente Estruturante — NDE tem papel estratégico na concepção, consolidação, acompanhamento e atualização do PPC, enquanto o Colegiado do Curso atua como instância de discussão, deliberação e acompanhamento das ações acadêmicas e administrativas.



A Tecnologia faz a Diferença

Nesse modelo de gestão, a Coordenação do Curso exerce função de mediação, articulação e liderança acadêmica, estimulando o diálogo permanente com docentes, discentes, representantes de turma, setores administrativos e órgãos institucionais. As decisões são tomadas com base em indicadores acadêmicos, relatórios da CPA, resultados de avaliações internas e externas, registros de reuniões, demandas da comunidade acadêmica e diretrizes estabelecidas nos documentos oficiais da Instituição.

Dessa forma, a implementação das políticas institucionais no Curso de Bacharelado em Direito evidencia coerência entre PDI, PPI e PPC, fortalece a gestão participativa, favorece a melhoria contínua da qualidade acadêmica e contribui para a formação de egressos capazes de atuar de forma ética, crítica, competente e comprometida com a justiça, a cidadania, os direitos humanos e o desenvolvimento social da região.

Para fortalecer ainda mais o conceito 5, recomendo que o PPC mencione ou anexe como evidências: atas do Colegiado e do NDE, relatórios da CPA, planos de ação da coordenação, registros de acompanhamento discente, relatórios de extensão, relatórios do NPJ e indicadores de desempenho acadêmico.

4.6. Administração Acadêmica: Conselho Superior (CONSUP), Colegiado Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE)

As políticas macro de gestão serão definidas pelo Conselho Superior obedecendo na sua regulamentação à identidade corporativa, ou seja, a Missão, a Visão e os Valores consagrados nos documentos de referência.

Composição, Competências Funcionamento Do Conselho Superior

O Conselho Superior, com representação de docentes, discentes e coordenadores de cursos, entre outros membros, orienta as atividades institucionais por meio de portarias e de atos regulatórios, aos quais é dada a devida publicação, passando, assim, a constituir também documentos de referência na gestão da Faculdade.

O Conselho Superior órgão consultivo, normativo e deliberativo é o órgão máximo da Instituição, descrito no Regimento Interno da FACDIN nos artigos 6º ao 11º:

Art. 6º. O Conselho Superior, órgão máximo de natureza normativa, consultiva e deliberativa em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar, é constituído:

- I** Pelo Diretor Geral, seu Presidente;
- II** Pelo Coordenador Geral de Cursos, quando designado.
- III** Pelos Coordenadores de Curso;



A Tecnologia faz a Diferença

IV Pelo Coordenador do Instituto Superior de Educação – ISE;

V Por 2 (dois) representantes dos professores;

VI Por 1 (um) representante da Mantenedora, por ela indicado;

VII Por 1 (um) representante do corpo discente, indicado na forma da legislação vigente;

§ 1º. Os representantes do corpo docente serão eleitos por seus pares, para mandato de 1 (um) ano, podendo ser renovado.

§ 2º. Os representantes da Mantenedora e do corpo discente terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser renovado.

Art. 7º. O Conselho Superior reúne-se ordinariamente duas vezes por ano, no início dos semestres letivos, e, extraordinariamente, quantas vezes forem necessárias por convocação do seu Presidente, quando julgar necessário ou conveniente, ou por deliberação escrita que lhe for feita por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

Art. 8º. A convocação de todos os seus membros é feita pelo diretor mediante aviso expedido pela Secretaria Geral da Faculdade, pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para início da sessão e, sempre que possível, com a "Ordem do Dia" da reunião.

Parágrafo Único - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o *caput* deste artigo, desde que todos os membros do Conselho Superior tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

Art. 9º. Todo membro do Conselho Superior tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 10. O Conselho Superior observará, em suas votações, as seguintes normas:

I Nos casos atinentes a pessoas, a votação é por estímulo secreto;

II Nos demais casos a votação é simbólica;

III Qualquer membro do Conselho pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;

IV Nenhum membro do Conselho deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;

V Não serão aceitos votos por procuração.

Art. 11. Compete ao Conselho Superior:

I Aprovar, na sua instância, o Regimento da Faculdade e suas alterações, submetendo à aprovação do Órgão Competente do Ministério da Educação;

II Aprovar o Calendário Acadêmico e o horário de funcionamento dos cursos da Faculdade;



A Tecnologia faz a Diferença

- III Aprovar o plano semestral de atividades e a proposta orçamentária da Faculdade, elaborados pelo Diretor Geral;
- IV Deliberar sobre a criação, organização, modificação, suspensão ou extinção de cursos de graduação, pós-graduação e sequenciais, suas vagas, planos curriculares e questões sobre sua aplicabilidade, na forma da lei;
- V Apurar responsabilidades do Diretor Geral e dos Coordenadores de Curso, quando, por omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não cumprimento da Legislação do ensino ou deste Regimento;
- VI Decidir os recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático científica e disciplinar;
- VII Apreciar o relatório semestral da Diretoria;
- VIII Supervisionar todas as atividades acadêmicas desenvolvidas pela Faculdade;
- IX Fixar as normas gerais e complementares, sobre processo seletivo de ingresso aos cursos de graduação, currículos, planos de ensino, programas de pesquisa e extensão, matrículas, transferências, adaptações, aproveitamento de estudos, avaliação acadêmica e de curso, planos de estudos especiais, e outros que se incluam no âmbito de suas competências;
- X Decidir sobre a concessão de dignidades acadêmicas;
- XI Deliberar sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva e individual;
- XII Apreciar atos do Diretor Geral, praticados *ad referendum* deste Colegiado;
- XIII Praticar todos os demais atos de sua competência, como instância de recursos, segundo os dispositivos deste Regimento;
- XIV Respeitar e executar as decisões do Conselho Nacional de Educação e demais órgãos do Ministério da Educação;
- XV Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e neste Regimento.

4.6.1. Composição, Competências e Funcionamento do Colegiado de Curso

De acordo com o Regimento da FACDIN, o Colegiado de Curso é um órgão técnico, consultivo e deliberativo em assuntos pedagógicos, científicos, didáticos e disciplinares no âmbito do Curso e está previsto nos artigos 21 a 23

Art. 21. Compete ao Colegiado de Curso:

- I Fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;



A Tecnologia faz a Diferença

- II** Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público;
- III** Análise da avaliação do curso;
- IV** Decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
- V** Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- VI** Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

Art. 22. O Colegiado de curso é presidido pelo respectivo Coordenador de Curso, designado pelo Diretor Geral, dentre os professores do curso.

Parágrafo único - Em suas faltas ou impedimentos, o Coordenador de Curso será substituído pelo professor mais antigo titular de disciplina profissionalizante do curso.

Art. 23. O Colegiado de curso reúne-se, no mínimo, 2 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente, ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos e serem tratados.

4.6.2. Núcleo Docente Estruturante — Composição, Competências e Funcionamento do NDE

O Núcleo Docente Estruturante — NDE do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN constitui órgão consultivo, propositivo e de acompanhamento acadêmico, responsável pela concepção, consolidação, atualização e avaliação permanente do Projeto Pedagógico do Curso — PPC.

O NDE é composto por 5 cinco docentes vinculados ao curso, com formação acadêmica em nível de pós-graduação *stricto sensu*, experiência no magistério superior, atuação profissional compatível com a área de formação e conhecimento da proposta pedagógica institucional. Sua composição atende aos referenciais de qualidade da educação superior, especialmente quanto à titulação, ao regime de trabalho, à experiência docente e à participação efetiva na construção e no acompanhamento do curso.

Os membros do NDE apresentam competências acadêmicas, pedagógicas, científicas e profissionais que contribuem para a consolidação da identidade do Curso de Direito da FACDIN. Trata-se de docentes com experiência na educação superior, domínio dos componentes curriculares, capacidade de comunicação, liderança, criatividade, compromisso



A Tecnologia faz a Diferença

institucional e disponibilidade para o desenvolvimento de estratégias educacionais voltadas à formação humanística, ética, crítica, técnica e profissional dos acadêmicos.

Quadro 1 — Membros do NDE do Curso de Direito

Componentes	Titulação	Função	Regime de Trabalho
Edilane Neves	Mestre	Presidente	Tempo Integral
Sonilda Aparecida de Fátima Santos	Doutora	Membro	Tempo Integral
Ricardo José Ramos de Arruda	Mestre	Membro	Tempo Parcial
Clodoaldo Valverde	Doutor	Membro	Tempo Parcial
Maria Izabel de Melo Oliveira dos Santos	Doutora	Membro	Tempo Integral

A composição do NDE evidencia a qualificação acadêmica do corpo docente responsável pelo acompanhamento estrutural do curso, uma vez que todos os seus membros possuem titulação *stricto sensu*, sendo quatro doutores e uma mestre. Além disso, há predominância de docentes em regime de tempo integral e parcial, o que favorece a participação efetiva nas atividades de planejamento, avaliação, acompanhamento e aprimoramento do PPC.

Os professores integrantes do NDE reúnem competências associadas ao ensino superior, à gestão acadêmica, à pesquisa, à extensão, à prática profissional e aos componentes da estrutura curricular do Curso de Direito. A dedicação dos membros à proposta do curso visa garantir a articulação entre perfil do egresso, matriz curricular, metodologias de ensino, avaliação da aprendizagem, prática jurídica, extensão, iniciação científica e demandas sociais da região.

A atuação do NDE considera as especificidades locais e regionais de Santa Terezinha de Goiás e do Norte Goiano, bem como a concepção pedagógica da FACDIN, voltada à formação de bacharéis em Direito com sólida base humanística, ética, técnico-jurídica, crítica, interdisciplinar e socialmente comprometida.

A competência global dos docentes que compõem o NDE pode ser evidenciada por fatores como qualificação acadêmica, experiência docente, produção intelectual, atuação profissional, participação em atividades acadêmicas, científicas e institucionais, domínio dos conteúdos curriculares e compromisso com a melhoria contínua do curso.

O NDE do Curso de Direito possui atribuições acadêmicas de acompanhamento, análise, proposição e atuação direta na concepção, consolidação e atualização permanente do Projeto Pedagógico do Curso. Entre suas principais competências, destacam-se:



A Tecnologia faz a Diferença

- a) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do Curso de Direito;
- b) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre os componentes curriculares e as diferentes atividades de ensino, iniciação científica, extensão e prática jurídica;
- c) analisar periodicamente o PPC, propondo alterações e atualizações necessárias à sua adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito, ao PDI, ao PPI, às demandas regionais e às transformações do campo jurídico;
- d) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito;
- e) analisar e avaliar os planos de ensino, verificando sua coerência com o PPC, as ementas, as competências e habilidades, as bibliografias, as metodologias e os processos avaliativos;
- f) recomendar à Coordenação do Curso e ao Colegiados alterações necessárias nos componentes curriculares, nas práticas pedagógicas e nas estratégias de avaliação;
- g) propor melhorias na qualidade do ensino ofertado, a partir da análise dos resultados da avaliação institucional, da autoavaliação do curso, do ENADE, do Exame de Ordem da OAB, dos indicadores acadêmicos e das demandas apresentadas por docentes e discentes;
- h) apoiar a Coordenação do Curso na implementação das políticas institucionais de ensino, iniciação científica, extensão, responsabilidade social, acessibilidade, permanência e acompanhamento discente;
- i) indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa, projetos de iniciação científica e ações de extensão articuladas às necessidades da graduação, às demandas sociais e jurídicas da região e às políticas institucionais da FACDIN;
- j) estabelecer e revisar o perfil profissional do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais, as especificidades locais e regionais e os desafios contemporâneos da formação jurídica;
- k) conduzir estudos e proposições de reestruturação curricular, quando necessário, encaminhando-os para análise e aprovação do Colegiado do Curso;
- l) acompanhar as formas de avaliação e monitoramento do curso definidas pelo Colegiado e pela Coordenação;
- m) elaborar, acompanhar e avaliar planos de melhoria acadêmica, com foco na qualidade do ensino, na permanência estudantil, no desempenho discente e nos resultados institucionais;
- n) contribuir para a organização e divulgação de eventos internos e externos relacionados ao curso, à formação jurídica, à iniciação científica, à extensão e à responsabilidade social;



A Tecnologia faz a Diferença

- o) propor estratégias de preparação dos acadêmicos para o ENADE, para o Exame de Ordem da OAB e para a inserção qualificada no mundo do trabalho;
- p) acompanhar a articulação entre teoria e prática, especialmente no estágio supervisionado, no Núcleo de Prática Jurídica, nas atividades extensionistas e nas práticas simuladas e reais;
- q) avaliar a adequação da bibliografia básica e complementar, da infraestrutura acadêmica e dos recursos didático-pedagógicos necessários ao desenvolvimento do curso.

O funcionamento do NDE ocorre por meio de reuniões ordinárias e extraordinárias, devidamente registradas em atas, nas quais são discutidos temas relacionados à organização curricular, ao acompanhamento do PPC, à análise dos planos de ensino, aos resultados das avaliações internas e externas, às demandas docentes e discentes, às ações de melhoria e à consolidação da identidade formativa do curso.

O NDE atua de forma articulada com a Coordenação do Curso, o Colegiado, a CPA, a Direção Acadêmica e os demais setores institucionais, contribuindo para que as decisões acadêmicas sejam fundamentadas em dados, avaliações, diagnósticos e necessidades reais do curso.

Desde a concepção do Curso de Direito, o NDE tem desempenhado papel fundamental na elaboração, implantação, acompanhamento e atualização do PPC, atuando de forma participativa e permanente sob a presidência da Coordenadora do Curso. Sua atuação reafirma o compromisso da FACDIN com a qualidade acadêmica, a formação integral do estudante, a atualização curricular, a responsabilidade social e a busca contínua pela excelência no processo de reconhecimento do Curso de Bacharelado em Direito.

4.7. Da Materialização do NDE na Organização Curricular Prevista

A materialização da atuação do Núcleo Docente Estruturante — NDE na organização curricular do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN ocorre por meio de ações sistemáticas de planejamento, acompanhamento, avaliação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso — PPC, da matriz curricular, dos planos de ensino, das metodologias, das práticas jurídicas, da extensão, da iniciação científica e dos processos de avaliação da aprendizagem.

Cabe à Presidência do NDE, que sempre será exercida pela Coordenação do Curso, promover a integração das atividades acadêmicas previstas para cada período letivo, reunindo-se, preferencialmente, no semestre anterior à execução das atividades, com os docentes responsáveis pelos componentes curriculares. Essas reuniões têm como finalidade orientar a



A Tecnologia faz a Diferença

elaboração e a atualização dos Planos de Ensino, assegurando coerência entre ementas, objetivos, competências, habilidades, conteúdos, metodologias, bibliografias, atividades avaliativas e perfil do egresso.

Busca-se, com essa dinâmica de atuação, garantir maior acompanhamento, organicidade e assertividade no desenvolvimento do Curso de Direito. O NDE, composto por docentes com elevada titulação, experiência acadêmica e atuação profissional, tem papel fundamental na consolidação da proposta pedagógica, contribuindo para que a formação jurídica ofertada pela FACDIN seja humanística, ética, crítica, técnico-profissional, interdisciplinar e socialmente comprometida.

Nesse sentido, em articulação com o Colegiado, compete aos membros do NDE:

- I. participar efetivamente da elaboração, implantação, acompanhamento e atualização do Projeto Pedagógico do Curso, definindo sua concepção, fundamentos, objetivos e identidade formativa;
- II. contribuir para a construção, revisão e consolidação do perfil profissional do egresso, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito, com o PDI, com o PPI e com as demandas locais e regionais;
- III. revisar e atualizar periodicamente o PPC, propondo adequações curriculares, metodológicas e pedagógicas para análise e aprovação do Colegiado do Curso;
- IV. supervisionar, juntamente com a Coordenação e o Colegiado, as formas de avaliação e acompanhamento do curso, considerando os resultados da avaliação institucional, do ENADE, da preparação para o Exame de Ordem da OAB e dos demais indicadores acadêmicos;
- V. analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares, observando sua coerência com o PPC, com as ementas, com as bibliografias básicas e complementares, com as metodologias de ensino e com as competências e habilidades previstas para o egresso;
- VI. promover a integração horizontal e vertical do curso, assegurando articulação entre os componentes curriculares do mesmo período e entre os diferentes períodos da matriz curricular;
- VII. zelar pela articulação entre os eixos formativos do curso, de modo a garantir interdisciplinaridade, progressão dos conteúdos, integração entre teoria e prática e desenvolvimento gradual das competências profissionais;
- VIII. acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando ao Colegiado, quando necessário, ações de orientação pedagógica, formação continuada, redistribuição de encargos, indicação ou substituição de docentes;



A Tecnologia faz a Diferença

IX. planejar, acompanhar e avaliar as atividades complementares, extensionistas, de iniciação científica, práticas jurídicas, visitas técnicas, eventos acadêmicos e demais ações formativas vinculadas ao curso;

X. propor estratégias de melhoria acadêmica, com base nos resultados das avaliações internas e externas, nas demandas dos estudantes, nas reuniões com representantes de turma e nos relatórios dos setores institucionais;

XI. acompanhar a implementação da curricularização da extensão, assegurando que as ações extensionistas estejam articuladas aos conteúdos curriculares, às demandas sociais e à formação cidadã dos acadêmicos;

XII. contribuir para a atualização das práticas pedagógicas, estimulando o uso de metodologias ativas, estudos de caso, resolução de problemas, seminários, júris simulados, mediação, conciliação, oficinas, projetos integradores e recursos tecnológicos aplicados à formação jurídica.

Os Planos de Ensino são elaborados com base nas diretrizes definidas no PPC e buscam manter coerência com as competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito. Para isso, contemplam objetivos de aprendizagem, conteúdos programáticos, metodologias, critérios de avaliação, bibliografias, atividades práticas, recursos didáticos e estratégias de acompanhamento do desempenho discente.

As aulas e seus respectivos materiais de apoio são disponibilizados com antecedência aos estudantes, sempre que possível, de modo a favorecer a preparação prévia, a participação ativa e o melhor aproveitamento do tempo em sala de aula. Dessa forma, o momento presencial é dedicado à problematização dos conteúdos, à explicação dos temas, ao debate qualificado, à resolução de situações-problema, ao desenvolvimento de atividades práticas e à construção coletiva do conhecimento.

Os docentes também indicam ou disponibilizam objetos de aprendizagem, textos, legislações, julgados, vídeos, estudos de caso, questões orientadoras, materiais complementares e demais recursos pedagógicos que contribuam para a compreensão dos conteúdos e para o desenvolvimento das competências jurídicas esperadas.

A atuação do NDE materializa-se, ainda, por meio do acompanhamento das evidências acadêmicas do curso, tais como atas de reuniões, planos de ensino, relatórios de avaliação, registros de atividades extensionistas, projetos de iniciação científica, documentos do Núcleo de Prática Jurídica, relatórios da CPA, desempenho discente, participação em eventos e resultados obtidos em processos avaliativos.



A Tecnologia faz a Diferença

Dessa forma, o NDE contribui diretamente para a consolidação da organização curricular do Curso de Direito da FACDIN, assegurando que o PPC seja um documento vivo, permanentemente acompanhado, avaliado e aperfeiçoado. Sua atuação fortalece a qualidade acadêmica, a coerência pedagógica, a integração entre os componentes curriculares, a formação integral do estudante e o compromisso institucional com a excelência no processo de reconhecimento do curso.



5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A Organização Didático-Pedagógica do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN está fundamentada na formação integral do estudante, articulando conhecimentos teóricos, práticos, humanísticos, éticos, científicos, extensionistas e profissionais, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, com o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, com o Projeto Pedagógico Institucional — PPI e com a missão institucional da Faculdade.

O curso foi concebido para formar bacharéis em Direito com sólida formação humanística, técnico-jurídica, crítica, reflexiva, ética e socialmente comprometida, capazes de compreender o fenômeno jurídico em sua relação com a realidade social, econômica, política, cultural e ambiental. Nesse sentido, a organização didático-pedagógica busca assegurar a coerência entre os objetivos do curso, o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, as competências e habilidades, as metodologias de ensino, os processos avaliativos, a extensão, a iniciação científica, o estágio supervisionado e as práticas jurídicas.

A proposta pedagógica do Curso de Direito da FACDIN valoriza a articulação entre ensino, iniciação científica e extensão, compreendendo que a formação jurídica deve ultrapassar a simples transmissão de conteúdos normativos. Assim, o estudante é incentivado a desenvolver autonomia intelectual, capacidade argumentativa, postura investigativa, pensamento crítico, sensibilidade social e compromisso com a promoção da justiça, da cidadania, dos direitos humanos, da sustentabilidade e do desenvolvimento regional.

A organização curricular do curso contempla a integração horizontal e vertical dos componentes curriculares, de modo a favorecer a interdisciplinaridade, a progressão dos conhecimentos e a articulação entre teoria e prática ao longo do percurso formativo. Essa integração é acompanhada pela Coordenação do Curso, pelo Núcleo Docente Estruturante — NDE e pelo Colegiado, que atuam na análise dos planos de ensino, na atualização do PPC, no acompanhamento das atividades acadêmicas e na proposição de melhorias contínuas.

No desenvolvimento das atividades didático-pedagógicas, são utilizadas metodologias diversificadas e estratégias de aprendizagem que estimulam a participação ativa dos estudantes, tais como aulas expositivas dialogadas, estudos de caso, seminários, júris simulados, audiências simuladas, oficinas, práticas extensionistas, projetos integradores, atividades de iniciação



A Tecnologia faz a Diferença

científica, uso de tecnologias digitais, visitas técnicas e práticas supervisionadas no Núcleo de Prática Jurídica — NPJ.

Considerando a inserção da FACDIN em Santa Terezinha de Goiás e sua abrangência regional, a organização didático-pedagógica do Curso de Direito também se orienta pelas demandas sociais, jurídicas, econômicas, ambientais e culturais da região Norte do Estado de Goiás. Dessa forma, o curso busca preparar profissionais aptos a atuar em diferentes contextos, especialmente nas áreas relacionadas ao acesso à justiça, políticas públicas, Direito Ambiental, Direito Mineral, Direito Agrário, Direito Agropecuário, Direito do Trabalho, Direito Empresarial, Direito de Família, Direito Previdenciário, Direito do Consumidor e direitos humanos.

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem é compreendida como prática contínua, diagnóstica, formativa e somativa, voltada ao acompanhamento do desenvolvimento das competências e habilidades previstas no PPC. Os resultados das avaliações internas, da autoavaliação institucional conduzida pela CPA, das reuniões pedagógicas, dos relatórios do NDE e das demandas apresentadas por docentes e discentes subsidiam ações de aperfeiçoamento permanente do curso.

Desse modo, a Organização Didático-Pedagógica do Curso de Direito da FACDIN constitui o eixo estruturante da formação acadêmica, assegurando coerência entre planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das práticas formativas. Sua finalidade é garantir uma educação jurídica de qualidade, socialmente referenciada, regionalmente contextualizada e comprometida com a formação de bacharéis competentes, éticos, críticos, humanistas e preparados para contribuir com a justiça social e o desenvolvimento humano e regional e fundamenta-se na formação integral do estudante, articulando conhecimentos teóricos, práticos, científicos, culturais, extensionistas e profissionais. Essa organização está em consonância com as políticas institucionais definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, no Projeto Pedagógico Institucional — PPI, no Regimento da Faculdade Dinâmica e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

A integração das atividades pedagógicas, científicas, culturais, administrativas, extensionistas e de iniciação científica realizadas no âmbito do curso é responsabilidade compartilhada entre Direção, Coordenação do Curso, Núcleo Docente Estruturante — NDE, Colegiado, corpo docente, corpo discente, Núcleo de Prática Jurídica — NPJ, Coordenação de Estágio, setores de apoio pedagógico, Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Comissão Própria de Avaliação — CPA e demais setores institucionais.



A Tecnologia faz a Diferença

O planejamento curricular do curso foi concebido de modo a garantir integração vertical e horizontal no processo de ensino e aprendizagem. A integração horizontal ocorre pela articulação entre os componentes curriculares de um mesmo período, favorecendo o diálogo interdisciplinar e a compreensão integrada dos conteúdos. A integração vertical, por sua vez, assegura a progressão dos conhecimentos ao longo dos períodos, possibilitando que o estudante avance gradativamente da formação fundamental para a formação técnico-jurídica, prática, extensionista e profissional.

Essa unidade didático-pedagógica deve refletir-se nos Planos de Ensino elaborados pelos professores, os quais contemplam ementas, objetivos, competências, habilidades, conteúdos, metodologias, bibliografias, critérios avaliativos, atividades práticas, recursos didáticos e estratégias de acompanhamento da aprendizagem. O NDE e a Coordenação do Curso acompanham a elaboração e a atualização desses planos, zelando pela coerência entre o PPC, a matriz curricular, o perfil do egresso e as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O Curso de Direito da FACDIN desenvolve sua proposta formativa por meio de aulas teórico-propedêuticas, componentes dogmático-jurídicos, atividades práticas, práticas simuladas, estágio supervisionado, atividades extensionistas, iniciação científica, projetos integradores, estudos de caso, atendimento supervisionado no Núcleo de Prática Jurídica e ações voltadas à responsabilidade social.

Quanto ao trabalho metodológico, os docentes buscam envolver o acadêmico de forma ativa no processo de aprendizagem, estimulando a reflexão crítica, a autonomia intelectual, a capacidade argumentativa, a tomada de decisão, a responsabilidade técnica, a postura ética e a compreensão da pesquisa como instrumento indispensável à formação jurídica. O estudante é incentivado a compreender o Direito não apenas como um conjunto de normas, mas como fenômeno histórico, social, político, econômico, cultural e ético.

A organização didático-pedagógica do curso valoriza a articulação entre teoria e prática, especialmente por meio do Núcleo de Prática Jurídica, do estágio supervisionado, das atividades extensionistas e das ações de orientação jurídica à comunidade. Essas experiências possibilitam ao estudante vivenciar situações reais e simuladas da profissão, desenvolver competências práticas e compreender os desafios concretos do acesso à justiça, da cidadania, da mediação de conflitos e da responsabilidade social.

Em sua dimensão externa, as atividades acadêmicas e extensionistas permitem ao curso dialogar com a comunidade local e regional, promovendo a aplicação prática dos conhecimentos construídos em sala de aula. Trata-se de uma construção do conhecimento



A Tecnologia faz a Diferença

realizada de forma interdisciplinar e transdisciplinar, envolvendo questões jurídicas, sociais, éticas, ambientais, econômicas e culturais, sempre orientadas pelo compromisso com a dignidade humana e com a transformação social.

Para o alcance dos objetivos propostos e para a formação do bacharel em Direito, o estudante deve cumprir os componentes curriculares de formação geral, formação técnico-jurídica, formação prático-profissional, atividades complementares, extensão curricularizada, estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e demais atividades previstas na matriz curricular. O estágio supervisionado ocorre no Núcleo de Prática Jurídica da FACDIN e, quando pertinente, em instituições, órgãos, escritórios ou espaços conveniados, sempre com acompanhamento e orientação docente.

Com vistas à formação do perfil profissional do egresso, destacam-se as seguintes estratégias metodológicas utilizadas no processo de ensino e aprendizagem:

- a) aulas expositivas dialogadas, utilizadas para introdução, sistematização e aprofundamento de conceitos jurídicos, sempre associadas à problematização e à participação discente;
- b) aulas interativas e participativas, nas quais os acadêmicos, mediados pelo professor, debatem temas jurídicos, analisam situações-problema, constroem argumentos e desenvolvem autonomia intelectual;
- c) palestras, seminários, mesas-redondas e encontros acadêmicos, presenciais ou mediados por tecnologias, com participação de professores, profissionais convidados, egressos e especialistas da área jurídica;
- d) estudos de caso, voltados à análise de situações concretas e à aplicação dos conhecimentos jurídicos na resolução de problemas;
- e) técnicas de trabalho em grupo, que favorecem a cooperação, a escuta, a argumentação, a tomada de decisão coletiva e o desenvolvimento de habilidades interpessoais;
- f) júris simulados, destinados ao exercício da oralidade, da argumentação jurídica, da análise probatória, da ética profissional e da compreensão do rito processual;
- g) audiências simuladas, voltadas ao desenvolvimento das competências necessárias à atuação nas diferentes carreiras jurídicas;
- h) práticas de mediação, conciliação, negociação e arbitragem, com ênfase na cultura do diálogo, na solução colaborativa de conflitos e na pacificação social;
- i) atividades no Núcleo de Prática Jurídica, que possibilitam ao estudante vivenciar práticas jurídicas supervisionadas, orientação à comunidade, elaboração de peças, atendimento, acompanhamento processual e reflexão ética sobre a atuação profissional;



A Tecnologia faz a Diferença

- j) projetos de iniciação científica e extensão, orientados à investigação de problemas jurídicos, sociais e regionais, bem como à intervenção qualificada na comunidade;
- k) visitas técnicas e atividades de campo, realizadas em órgãos públicos, instituições jurídicas, espaços comunitários, audiências, tribunais, instituições de mediação, câmaras municipais, delegacias, fóruns e demais ambientes relacionados à formação jurídica;
- l) uso de tecnologias digitais e plataformas jurídicas, incluindo sistemas processuais eletrônicos, bases de dados, bibliotecas digitais, recursos audiovisuais, ambientes virtuais de aprendizagem e ferramentas de apoio à pesquisa jurídica.

A utilização de metodologias ativas constitui princípio relevante da organização didático-pedagógica do curso. O ensino é compreendido como processo compartilhado, orientado e coordenado pelo professor, mas com participação efetiva dos estudantes, individual e coletivamente. Nessa perspectiva, o acadêmico é chamado a pesquisar, problematizar, argumentar, propor soluções, refletir sobre a realidade social e construir conhecimentos de forma crítica e colaborativa.

O conjunto dessas atividades compõe as práticas formativas do curso e tem como objetivos:

- a) manter o acadêmico em permanente contato com as realidades sociais, jurídicas, culturais, econômicas e profissionais em que estará inserido;
- b) viabilizar atividades de iniciação científica como instrumento de aprofundamento da reflexão sobre o mundo jurídico e suas demandas contemporâneas;
- c) promover a integração permanente entre teoria e prática, com momentos de análise, reflexão, intervenção e avaliação;
- d) desenvolver competências de oralidade, argumentação, escrita jurídica, raciocínio lógico, interpretação normativa e tomada de decisão;
- e) possibilitar a vivência de práticas jurídicas simuladas e reais, respeitando as especificidades dos diferentes ramos do Direito;
- f) estimular a cultura da paz, do diálogo, da mediação, da conciliação e da solução adequada de conflitos;
- g) ampliar o acesso dos estudantes aos processos culturais, científicos, artísticos e estéticos, contribuindo para a formação da sensibilidade, da cidadania e da responsabilidade social;
- h) assegurar formação humanística, técnico-jurídica e prática, indispensável à compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- i) fortalecer a conduta ética, associada à responsabilidade social e profissional;



A Tecnologia faz a Diferença

j) garantir o domínio dos fundamentos, da evolução, da estrutura e do conteúdo do ordenamento jurídico, bem como a consciência crítica dos problemas do tempo e do espaço em que o estudante está inserido.

O Curso de Direito da FACDIN foi concebido com base em uma formação generalista, humanística, crítica, reflexiva, ética e prática, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito. Nessa perspectiva, busca assegurar:

- a) articulação entre ensino, iniciação científica e extensão, estimulando a produção e a socialização do conhecimento;
- b) inserção progressiva do estudante em atividades práticas, de forma integrada, interdisciplinar e vinculada à futura atuação profissional;
- c) utilização de diferentes cenários de ensino e aprendizagem, permitindo ao estudante vivenciar situações variadas da prática jurídica, da vida comunitária e do trabalho em equipe;
- d) formação voltada à cidadania, à democracia, à justiça social, aos direitos humanos e à participação responsável na sociedade;
- e) garantia dos princípios de autonomia institucional, flexibilidade curricular, interdisciplinaridade, pluralidade de ideias e integração entre estudo, trabalho e realidade social;
- f) implementação de metodologias ativas que estimulem o estudante a refletir sobre a realidade, aprender a aprender e construir soluções para problemas concretos;
- g) definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber, o saber fazer, o saber ser e o saber conviver;
- h) valorização do trabalho em grupo, do debate qualificado, da cooperação e das relações interpessoais;
- i) valorização das dimensões éticas, humanísticas, culturais e sociais, desenvolvendo atitudes orientadas para a cidadania, a solidariedade, a inclusão, a diversidade e a responsabilidade socioambiental;
- j) atualização constante do Projeto Pedagógico do Curso, com base na atuação do NDE, do Colegiado, da CPA, da Coordenação, dos docentes, dos discentes e dos resultados das avaliações internas e externas.

As transformações ocorridas na sociedade nas últimas décadas e os desafios apresentados à educação superior exigem constante atualização dos projetos pedagógicos dos cursos. Por essa razão, o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito reúne-se, no mínimo, duas vezes por semestre, com a finalidade de acompanhar, avaliar e propor melhorias para o



A Tecnologia faz a Diferença

PPC, a matriz curricular, os planos de ensino, as metodologias, as práticas jurídicas, a extensão, a iniciação científica e os processos avaliativos.

O NDE compreende que o currículo é parte operacional do Projeto Pedagógico e está diretamente relacionado ao trabalho docente. Por isso, busca evitar a fragmentação, a inflexibilidade e o isolamento dos componentes curriculares, promovendo a integração entre áreas, períodos, práticas e projetos. Dessa forma, o PPC do Curso de Direito permanece em constante processo de aperfeiçoamento.

No que se refere à política didático-pedagógica, o ensino deve ter como meta a formação de profissionais capacitados ao exercício de suas funções com excelência, ética, responsabilidade social e compromisso com a justiça. Para isso, o curso privilegia metodologias interdisciplinares e multidisciplinares, mecanismos de integração acadêmica interna e externa, práticas inovadoras, acompanhamento discente, formação docente continuada e avaliação permanente dos resultados.

A estruturação dos órgãos deliberativos e executivos da Instituição, em conformidade com o Regimento Interno, contribui para a efetiva implementação da organização didático-pedagógica do curso. A existência de instâncias como Coordenação, NDE, Colegiado, CPA, Ouvidoria, Núcleo de Prática Jurídica, Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Biblioteca, Secretaria Acadêmica e demais setores de apoio favorece o encaminhamento das demandas acadêmicas e administrativas, bem como a tomada de decisões pautadas em dados, escuta institucional e planejamento.

Por fim, a Avaliação Institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação — CPA, constitui importante mecanismo de acompanhamento das metas institucionais, de verificação da qualidade acadêmica e de aprimoramento das políticas pedagógicas. Seus resultados subsidiam a Coordenação, o NDE e o Colegiado na definição de estratégias de melhoria contínua, fortalecendo a organização didático-pedagógica do Curso de Direito e reafirmando o compromisso da FACDIN com uma formação jurídica de excelência, socialmente referenciada e orientada ao desenvolvimento humano e regional.

5.1. Políticas de Ensino

A Faculdade Dinâmica — FACDIN, em consonância com sua missão institucional, busca desenvolver uma política de ensino comprometida com a qualidade acadêmica, a formação integral do estudante, a responsabilidade social, a inovação pedagógica, a inclusão, a produção do conhecimento e o desenvolvimento regional.



A Tecnologia faz a Diferença

No âmbito do Curso de Bacharelado em Direito, a política de ensino orienta-se pela formação de profissionais qualificados, críticos, éticos, humanistas e tecnicamente preparados para atuar nos diversos campos jurídicos, considerando as transformações sociais, econômicas, políticas, ambientais, culturais e tecnológicas que impactam a sociedade contemporânea e o mundo do trabalho.

A FACDIN compreende que a formação jurídica deve articular o fenômeno da globalização às peculiaridades locais e regionais, especialmente às demandas de Santa Terezinha de Goiás e da região Norte do Estado. Desse modo, o Curso de Direito busca formar bacharéis capazes de interpretar criticamente a realidade, atuar com responsabilidade social, defender os direitos fundamentais, promover o acesso à justiça e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva e sustentável.

A política de ensino da FACDIN visa ao estabelecimento de princípios e diretrizes adequados às novas demandas sociais e educacionais, buscando a excelência acadêmica, a melhoria contínua dos processos formativos e a consolidação da Instituição como referência regional na educação superior.

A formação do bacharel em Direito orientar-se-á pelas seguintes diretrizes:

- a) articulação entre ensino, iniciação científica, extensão e responsabilidade social, por meio de ações desenvolvidas por estudantes e professores em diálogo com a comunidade;
- b) construção da cidadania profissional do estudante, mediante contato com situações desafiadoras da realidade social, jurídica, econômica, ambiental e cultural;
- c) análise e atualização permanente do Projeto Pedagógico do Curso, garantindo sua contemporaneidade frente às mudanças e inovações da área jurídica;
- d) aproximação entre currículo, formação profissional e realidade social, com o objetivo de preparar profissionais diferenciados para o exercício ético, crítico e competente das carreiras jurídicas;
- e) atualização constante dos conteúdos curriculares, metodologias, bibliografias e práticas pedagógicas, em consonância com o perfil do egresso e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito;
- f) estímulo à problematização como atitude pedagógica e investigativa diante da realidade;
- g) incentivo à experimentação de novas metodologias de ensino, práticas comunitárias, ações sociais e projetos extensionistas;
- h) desenvolvimento de postura questionadora, proativa, autônoma e responsável diante dos desafios sociais e profissionais;



A Tecnologia faz a Diferença

- i) identificação de produtos, processos, práticas e projetos desenvolvidos na Instituição e adequados aos interesses e demandas da comunidade;
- j) valorização das tendências, vocações e necessidades regionais, especialmente aquelas relacionadas ao acesso à justiça, ao Direito Ambiental, Minerário, Agrário, Agropecuário, Trabalhista, Empresarial, Familiar, Previdenciário, Consumerista e às políticas públicas;
- k) estímulo à aprendizagem a partir de temas relevantes para a comunidade local e regional;
- l) incentivo ao uso sistemático da biblioteca física e virtual, incluindo as plataformas digitais disponíveis, como Saraiva e Plataforma A, bem como laboratórios, recursos tecnológicos e ambientes de aprendizagem;
- m) adequação permanente da infraestrutura física, tecnológica e pedagógica às necessidades das atividades de ensino;
- n) inserção crítica das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem, preparando os estudantes para a atuação jurídica em contextos cada vez mais mediados por recursos tecnológicos;
- o) atualização e aquisição permanente de equipamentos, materiais e recursos didático-pedagógicos necessários à qualidade do curso.

Para a implementação dessas diretrizes, a Direção da Faculdade, a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante — NDE, o Colegiado e o corpo docente atuam de forma integrada, observando as políticas institucionais, o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, o Projeto Pedagógico Institucional — PPI e as orientações previstas neste PPC.

A FACDIN mantém corpo docente qualificado, com formação adequada às disciplinas sob sua responsabilidade, acervo bibliográfico compatível com as exigências do curso, infraestrutura física e tecnológica adequada, apoio administrativo e ações voltadas ao acompanhamento do corpo discente. Também incentiva atividades extracurriculares, eventos acadêmicos, projetos de iniciação científica, ações extensionistas, práticas jurídicas e demais experiências formativas que ampliem o conhecimento específico e a formação cidadã dos estudantes.

No que se refere à política didático-pedagógica, o ensino tem como meta a formação de profissionais capazes de desempenhar suas funções com excelência, ética, responsabilidade social e compromisso com a justiça. Para isso, privilegia-se uma abordagem interdisciplinar e multidisciplinar, articulada por mecanismos de integração acadêmica interna e externa.

Nessa perspectiva, compreende-se que:



A Tecnologia faz a Diferença

- a) a aprendizagem é um processo dinâmico, gradual e contínuo, que deve considerar as características, ritmos, necessidades e potencialidades dos estudantes, bem como as especificidades do curso;
- b) a aprendizagem transforma conhecimentos em competências e habilidades, possibilitando ao estudante atuar como profissional e cidadão capaz de refletir, argumentar, ponderar, conciliar, comparar, sintetizar, decidir e interagir de forma crítica com o meio social e profissional;
- c) o docente exerce papel de mediador, orientador e articulador do processo de ensino-aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento humano, social, técnico, cultural e profissional dos acadêmicos;
- d) a dimensão técnica da formação jurídica deve estar articulada às dimensões filosófica, política, ética, social, cultural e humanística;
- e) o estudo de temas contemporâneos amplia a formação para além da sala de aula, permitindo ao estudante refletir sobre questões locais e globais, ambientais, culturais, sociais, políticas, econômicas e jurídicas;
- f) a aprendizagem deve favorecer a formação de cidadãos sintonizados com a sociedade contemporânea, capazes de criticar, sintetizar, expressar-se, propor soluções e atuar com responsabilidade.

Para atingir bons resultados de aprendizagem, as políticas de ensino da Faculdade Dinâmica têm como propósitos:

- a) fomentar ações acadêmicas que favoreçam a formação humana, cidadã, ética, crítica e socialmente comprometida;
- b) formar estudantes capazes de compreender a sociedade contemporânea e atuar diante das demandas sociais, especialmente aquelas relacionadas às populações em situação de vulnerabilidade;
- c) manter um programa de ensino estruturado, com organização e disponibilização de conteúdos, materiais, atividades e recursos pedagógicos, por meio de ações presenciais e, quando autorizado pela legislação vigente, por recursos tecnológicos de apoio ao ensino;
- d) favorecer o desenvolvimento da autonomia intelectual dos estudantes, incentivando habilidades e competências individuais e coletivas, a aprendizagem permanente e a postura proativa diante dos estudos;
- e) implementar diretrizes e projetos que favoreçam a empregabilidade, a preparação para estágios, a inserção profissional e o equilíbrio entre formação teórica e prática;



A Tecnologia faz a Diferença

- f) promover a inclusão social e econômica do estudante, contribuindo para o desenvolvimento de Santa Terezinha de Goiás e dos municípios circunvizinhos;
- g) consolidar a pós-graduação e a formação continuada como instrumentos de atualização, aperfeiçoamento profissional e qualificação permanente.

Enquanto instituição promotora de educação superior, a FACDIN busca desenvolver uma política de ensino articulada à iniciação científica, à extensão e à responsabilidade social, comprometida com a formação de sujeitos críticos e com a transformação da realidade social. Assim, a Instituição:

- a) incentiva o trabalho em grupo e a formação de equipes interdisciplinares;
- b) promove a aquisição e a assimilação de conhecimentos de forma interdisciplinar;
- c) fortalece a articulação entre teoria e prática, valorizando o estudo individual e coletivo, a monitoria, os estágios, o Núcleo de Prática Jurídica, a iniciação científica e a extensão;
- d) estimula práticas de estudo que promovam a autonomia intelectual;
- e) promove a curricularização da extensão, em atendimento às diretrizes nacionais para a extensão na educação superior e ao Plano Nacional de Educação;
- f) incentiva práticas pedagógicas inovadoras, capazes de articular conhecimento jurídico, realidade social, tecnologias e intervenção comunitária.

5.2. Política de Iniciação Científica

A Faculdade Dinâmica — FACDIN compreende a iniciação científica como dimensão essencial da formação superior, por possibilitar ao estudante o desenvolvimento do pensamento crítico, da atitude investigativa, da autonomia intelectual, da criatividade, da capacidade argumentativa e da produção de conhecimento. No âmbito do Curso de Bacharelado em Direito, a Política de Iniciação Científica articula-se ao ensino, à extensão, à prática jurídica e à responsabilidade social, contribuindo para a formação de profissionais capazes de investigar, interpretar e propor soluções para problemas jurídicos, sociais, econômicos, ambientais e culturais.

A iniciação científica na FACDIN prioriza a formação acadêmico-profissional dos estudantes, incentivando sua participação em projetos, estudos orientados, produção de artigos, elaboração de relatórios, apresentação de banners, participação em eventos acadêmicos e publicação de trabalhos científicos. Essa política busca despertar no acadêmico o interesse pela pesquisa, pela análise crítica da realidade e pela continuidade dos estudos em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.



A Tecnologia faz a Diferença

No Curso de Direito, a iniciação científica é compreendida como instrumento de aprofundamento da formação jurídica, permitindo ao estudante relacionar os conteúdos curriculares às demandas concretas da sociedade. Dessa forma, os projetos e atividades investigativas devem dialogar com temas contemporâneos e regionais, tais como direitos humanos, cidadania, acesso à justiça, meio ambiente, Direito Minerário, Direito Agrário e Agropecuário, políticas públicas, relações de trabalho, tecnologia, mediação de conflitos, comunidades vulneráveis e desenvolvimento regional.

Os objetivos que norteiam a Política de Iniciação Científica da FACDIN são:

- a) aprimorar o espírito de análise crítica e desenvolver a atitude científica dos estudantes;
- b) estimular a produção de conhecimento jurídico, social e interdisciplinar;
- c) incentivar a participação dos acadêmicos em projetos de iniciação científica, estudos orientados, grupos de pesquisa, eventos e publicações;
- d) desenvolver competências relacionadas à leitura, interpretação, escrita acadêmica, metodologia científica, análise de dados, argumentação e comunicação científica;
- e) incentivar a produção científica discente, individual ou em colaboração com professores orientadores;
- f) possibilitar a participação dos estudantes em eventos científicos, regionais, estaduais, nacionais e internacionais;
- g) contribuir para o amadurecimento das linhas, projetos e ações de investigação desenvolvidas no âmbito da Instituição;
- h) estimular a continuidade da formação acadêmica dos estudantes em cursos de especialização, mestrado e doutorado;
- i) fortalecer a articulação entre ensino, iniciação científica, extensão e prática profissional;
- j) contribuir para a formação de bacharéis em Direito críticos, éticos, investigativos e comprometidos com a transformação social.

A FACDIN entende que a iniciação científica contribui diretamente para a qualidade da formação discente, para o aprimoramento das práticas docentes e para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região em que a Instituição está inserida. Por essa razão, incentiva o desenvolvimento de projetos orientados por professores, com acompanhamento das Coordenações de Curso e em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso, o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI e o Regimento Institucional.

As atividades de iniciação científica são desenvolvidas de forma articulada aos componentes curriculares, às atividades extensionistas, aos projetos interdisciplinares e às



A Tecnologia faz a Diferença

práticas acadêmicas do Curso de Direito. Desde os primeiros períodos, os estudantes são incentivados a realizar levantamentos bibliográficos, análises documentais, estudos de caso, pesquisas de campo quando cabíveis, elaboração de relatórios, resumos, artigos científicos e apresentações em formato de banners ou pôsteres.

As disciplinas e atividades de extensão também assumem importante papel formativo, pois possibilitam a aproximação dos acadêmicos com a realidade social e favorecem a produção de conhecimentos a partir da prática. As ações extensionistas realizadas pelo curso podem resultar em relatórios, relatos de experiência, artigos científicos, resumos expandidos, banners e outras produções acadêmicas, elaboradas conforme as normas técnicas da ABNT e orientadas por docentes da Instituição.

A produção acadêmica resultante das atividades de iniciação científica e extensão poderá ser socializada em eventos internos e externos, seminários, semanas acadêmicas, encontros científicos, exposições de banners, mostras de pesquisa, atividades culturais e no Sarau Acadêmico, Artístico, Cultural e Literário da FACDIN, evento institucional que promove a integração entre conhecimento científico, cultura, literatura, arte e comunidade.

A FACDIN conta, ainda, com a **Revista Tertúlia: Revista Científica e Multidisciplinar da Faculdade Dinâmica**, periódico institucional destinado à divulgação da produção acadêmica, científica e extensionista de docentes, discentes e egressos. A Revista Tertúlia constitui importante instrumento de incentivo à pesquisa, à escrita acadêmica, à publicação científica e à socialização dos resultados de estudos desenvolvidos no âmbito da Instituição.

A Revista Tertúlia tem como finalidade apoiar o desenvolvimento da iniciação científica, fortalecer a cultura investigativa, divulgar experiências acadêmicas e possibilitar que estudantes, professores e egressos publiquem trabalhos resultantes de projetos de ensino, iniciação científica, extensão, práticas interdisciplinares e estudos vinculados às áreas dos cursos ofertados pela FACDIN.

Os resultados das atividades investigativas, tais como artigos, banners, pôsteres, relatórios, resumos e demais produções acadêmicas, poderão ser divulgados nos espaços institucionais da Faculdade, em eventos científicos e culturais, nos murais acadêmicos, nas redes institucionais e, quando selecionados, na Revista Tertúlia. Essa prática fortalece o protagonismo discente, valoriza a produção docente e estimula a construção de uma cultura acadêmica voltada à pesquisa e à inovação.

Em relação aos estudantes, a iniciação científica tem como objetivos específicos:



A Tecnologia faz a Diferença

- a) despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais;
- b) proporcionar o domínio de fundamentos da metodologia científica;
- c) estimular o desenvolvimento do pensamento crítico, investigativo e criativo;
- d) fortalecer a escrita acadêmica e a capacidade de comunicação científica;
- e) preparar o estudante para a participação em programas de iniciação científica, eventos e publicações;
- f) incentivar o acesso à pós-graduação e à formação continuada;
- g) ampliar a produção acadêmica discente;
- h) possibilitar a aprendizagem de técnicas, métodos e procedimentos científicos;
- i) promover a articulação entre conhecimento jurídico, realidade social e responsabilidade profissional.

A Faculdade Dinâmica reconhece que a pesquisa e a iniciação científica são caminhos fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento e para a busca de soluções aos problemas sociais. Por isso, incentiva a construção de uma cultura acadêmica investigativa, interdisciplinar e socialmente comprometida, capaz de contribuir para a melhoria da formação discente, para o aperfeiçoamento docente e para o desenvolvimento da região de Santa Terezinha de Goiás e municípios circunvizinhos.

As linhas de pesquisa do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN foram definidas em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso, com o Plano de Desenvolvimento Institucional, com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e com as demandas sociais, jurídicas, econômicas, ambientais e culturais da região Norte do Estado de Goiás.

Tais linhas orientam a produção acadêmica, os projetos de iniciação científica, os trabalhos de conclusão de curso, as ações extensionistas, os grupos de estudo, as publicações científicas e as atividades desenvolvidas no âmbito do curso, favorecendo a articulação entre ensino, iniciação científica, extensão, prática jurídica e responsabilidade social.

As linhas de pesquisa buscam promover a formação de bacharéis em Direito com capacidade investigativa, postura crítica, compromisso ético e sensibilidade social, preparados para compreender os problemas jurídicos contemporâneos e propor soluções fundamentadas, criativas e socialmente comprometidas.

Nesse sentido, o Curso de Direito da FACDIN organiza suas ações investigativas em torno das seguintes linhas:

- I. Direitos Humanos, Cidadania, Acesso à Justiça e Vulnerabilidades Sociais;



A Tecnologia faz a Diferença

- II. Direito, Estado, Regulação e Políticas Públicas;
- III. Direito Ambiental, Minerário, Agrário e Desenvolvimento Sustentável;
- IV. Relações Privadas, Trabalho, Empresa e Responsabilização Jurídica;
- V. Direito, Tecnologia, Inovação e Transformações Sociais.

Essas linhas permitem que a iniciação científica dialogue com os eixos formativos do curso, com as atividades de extensão, com o Núcleo de Prática Jurídica, com a realidade regional e com a produção acadêmica divulgada em eventos científicos, exposições de banners, relatórios, artigos e publicações na Revista Tertúlia da Faculdade Dinâmica.

Assim, as linhas de pesquisa do Curso de Direito da FACDIN constituem importante instrumento de fortalecimento da cultura investigativa, da formação acadêmica, da responsabilidade social e da consolidação da identidade regional do curso, contribuindo para a formação de profissionais críticos, éticos, humanistas e comprometidos com a justiça, a cidadania e o desenvolvimento humano e sustentável.

Dessa forma, a Política de Iniciação Científica do Curso de Direito da FACDIN reafirma o compromisso institucional com a formação de bacharéis capazes de pesquisar, analisar criticamente a realidade, produzir conhecimento, atuar com responsabilidade ética e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, democrática, inclusiva e sustentável.

5.3. Políticas de Extensão

A extensão, no âmbito da Faculdade Dinâmica — FACDIN, é concebida como processo educativo, cultural, científico, social e político que se articula ao ensino e à iniciação científica de forma indissociável, promovendo a relação transformadora entre a Instituição de Ensino Superior e a sociedade.

No Curso de Bacharelado em Direito, a extensão constitui dimensão essencial da formação acadêmica, pois possibilita ao estudante vivenciar situações concretas da realidade social, aplicar os conhecimentos construídos em sala de aula, dialogar com diferentes sujeitos sociais e desenvolver competências jurídicas, éticas, humanísticas e profissionais.

A Política de Extensão da FACDIN fundamenta-se no compromisso com a formação integral do estudante, com a responsabilidade social, com a democratização do conhecimento, com a promoção da cidadania, com os direitos humanos, com a sustentabilidade, com o acesso à justiça e com o desenvolvimento regional.

Nessa perspectiva, as ações extensionistas do Curso de Direito são pautadas pelas seguintes diretrizes:



A Tecnologia faz a Diferença

- a) fomento ao desenvolvimento de competências e habilidades dos discentes, possibilitando a articulação entre os conhecimentos teóricos, técnicos e práticos trabalhados ao longo do curso;
- b) estímulo à participação dos estudantes em projetos, programas, cursos, eventos, oficinas, campanhas, atendimentos orientados e demais ações extensionistas promovidas pelo curso e pela Instituição;
- c) promoção da interdisciplinaridade e da transversalidade do conhecimento, articulando diferentes componentes curriculares, áreas jurídicas e demandas sociais;
- d) garantia da oferta de atividades de extensão em diferentes modalidades, de modo a ampliar as possibilidades formativas dos acadêmicos;
- e) valorização da participação discente em atividades extensionistas como parte integrante do percurso formativo;
- f) concretização de ações de responsabilidade social da FACDIN, em diálogo com a comunidade local e regional;
- g) fortalecimento da relação entre o Curso de Direito, o Núcleo de Prática Jurídica, as escolas públicas, os órgãos públicos, as instituições parceiras e a sociedade civil;
- h) desenvolvimento de ações voltadas à educação em direitos, à cidadania, ao meio ambiente, às políticas públicas, ao direito digital, à proteção das comunidades vulneráveis e à solução consensual de conflitos.

A matriz curricular do Curso de Direito foi analisada e atualizada pelo Núcleo Docente Estruturante — NDE, com vistas à sua adequação à Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece que as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação, integrando-se à matriz curricular e ao processo formativo dos estudantes.

Nessa direção, a extensão ocorre mediante articulação com o ensino e a iniciação científica, sob a forma de projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, oficinas, ações comunitárias, atividades interdisciplinares, projetos integradores e práticas orientadas. Tais ações possibilitam a oferta de atividades gratuitas à comunidade, especialmente à população de baixa renda e aos grupos em situação de vulnerabilidade social, reafirmando o compromisso da FACDIN com a inclusão social, a justiça, a cidadania e o desenvolvimento regional.

A articulação entre a Faculdade e a sociedade, por meio da extensão, permite a socialização e a transformação dos conhecimentos produzidos nas atividades de ensino e iniciação científica. Ao mesmo tempo, possibilita a recuperação, valorização e ressignificação



A Tecnologia faz a Diferença

dos saberes construídos nas práticas sociais, promovendo o diálogo entre conhecimento acadêmico e realidade comunitária.

O Curso de Direito da FACDIN apresenta forte caráter extensionista, decorrente das especificidades da formação jurídica, da estrutura curricular e da necessária articulação entre teoria e prática. Esse caráter pode ser observado na matriz curricular, especialmente nas disciplinas com carga horária extensionista, nos projetos integradores, nas ações do Núcleo de Prática Jurídica, nas atividades comunitárias e nas parcerias institucionais desenvolvidas pelo curso.

Por meio das atividades extensionistas, o estudante é inserido em contextos reais de aprendizagem, nos quais pode compreender as demandas sociais, jurídicas, econômicas, ambientais e culturais da região, desenvolvendo postura crítica, ética, sensível e comprometida com a transformação social.

A Política de Extensão da FACDIN envolve ações categorizadas nas seguintes modalidades:

a) Projetos de Extensão: ações contínuas ou pontuais que articulam interesses comuns entre a Instituição e a sociedade, com caráter educativo, jurídico, social, cultural, tecnológico, científico ou comunitário. No Curso de Direito, esses projetos podem envolver orientação jurídica, educação em direitos, ações em escolas, campanhas de cidadania, direitos humanos, meio ambiente, direito digital, políticas públicas, comunidades vulneráveis e práticas de mediação e conciliação.

b) Cursos de Extensão: atividades formativas destinadas à comunidade acadêmica e externa, voltadas à ampliação de conhecimentos, competências e habilidades. Incluem cursos, minicursos, oficinas e capacitações, como oratória, Libras, educação jurídica, cidadania, direitos humanos, tecnologia, mediação de conflitos e temas de interesse social.

c) Eventos: atividades acadêmicas, científicas, culturais e profissionais relacionadas à formação jurídica, tais como feiras, exposições, palestras, seminários, simpósios, mesas-redondas, jornadas jurídicas, júris simulados, audiências simuladas, mostras científicas e encontros com profissionais da área. Tais eventos são ofertados aos acadêmicos e à comunidade em geral, favorecendo o diálogo entre a Faculdade e a sociedade.

d) Prestação de Serviços: ações orientadas por docentes, voltadas ao atendimento de demandas da comunidade, especialmente por meio do Núcleo de Prática Jurídica e de projetos de responsabilidade social. Essas atividades contribuem para a formação ética do estudante e para



A Tecnologia faz a Diferença

a promoção do acesso à justiça, respeitando os limites legais, pedagógicos e institucionais da atuação acadêmica supervisionada.

e) Projeto Integrador Multidisciplinar: modalidade de atividade prática supervisionada, desenvolvida coletivamente pelos estudantes, sob orientação docente, integrando componentes curriculares de um mesmo semestre letivo. O produto elaborado no Projeto Integrador poderá assumir caráter extensionista, quando voltado à intervenção social, à educação jurídica, à produção de materiais orientativos, à realização de oficinas ou à proposição de soluções para demandas concretas da comunidade.

f) Sarau Acadêmico, Artístico, Cultural e Literário: evento institucional anual que integra acadêmicos, docentes, escritores, artistas, profissionais convidados e comunidade externa. O Sarau constitui espaço de valorização da cultura, da literatura, da arte, da produção científica, da iniciação científica e da extensão, com realização de oficinas didático-acadêmicas, exposição de banners científicos, lançamento e sessão de autógrafos de livros, apresentações culturais e socialização de experiências formativas.

A Faculdade Dinâmica mantém atividades de extensão cultural, científica e comunitária desde o início de sua atuação, buscando difundir conhecimentos e práticas pertinentes às áreas de seus cursos. Tais atividades contribuem para o alcance dos seguintes objetivos específicos:

- a) estabelecer relações de intercâmbio entre a Faculdade e a sociedade, em consonância com os objetivos institucionais;
- b) compartilhar conhecimentos produzidos no âmbito acadêmico com pessoas, grupos, instituições e comunidades;
- c) articular o ensino e a iniciação científica às necessidades concretas da comunidade;
- d) contribuir para o desenvolvimento social, cultural, jurídico, econômico e humano de Santa Terezinha de Goiás e região;
- e) fortalecer a formação acadêmica dos estudantes por meio da vivência prática, da responsabilidade social e do diálogo com a realidade;
- f) estimular o protagonismo discente e docente em ações de impacto social.

Para tanto, a FACDIN desenvolve esforços no sentido de apoiar e prover condições acadêmicas, materiais, humanas e institucionais para a realização de projetos de extensão. A Instituição compreende que a extensão é fundamental para a formação profissional, para o desenvolvimento da iniciação científica, para a consolidação da identidade institucional e para o fortalecimento da relação entre Faculdade e comunidade.



A Tecnologia faz a Diferença

Desde os seus primeiros anos de funcionamento, a FACDIN busca estabelecer parcerias com os setores público e privado, escolas, órgãos públicos, instituições sociais, organizações comunitárias, profissionais liberais e demais segmentos da sociedade, com a finalidade de desenvolver projetos de interesse social, educacional, cultural, jurídico e econômico.

No âmbito do Curso de Direito, destaca-se a integração com as escolas públicas de Santa Terezinha de Goiás e região, configurando-se como ação estratégica de articulação entre ensino, extensão e responsabilidade social. Essa aproximação possibilita que os acadêmicos vivenciem práticas formativas em diálogo com a realidade local, contribuindo para a construção de uma formação jurídica crítica, humanizada e socialmente comprometida.

As atividades extensionistas desenvolvidas nas escolas abordam temáticas relevantes para a formação cidadã, tais como direito digital, meio ambiente, políticas públicas, direitos humanos, cidadania, prevenção de violências, proteção das comunidades vulneráveis e uso responsável das tecnologias. Por meio dessas ações, o Curso de Direito amplia o acesso da comunidade escolar a conhecimentos jurídicos essenciais, promovendo a conscientização sobre direitos, deveres, participação social e cultura da paz.

Essa relação entre a Faculdade Dinâmica e as escolas públicas fortalece o compromisso institucional com o desenvolvimento regional, ao mesmo tempo em que favorece a formação de futuros profissionais do Direito sensíveis às demandas sociais, éticas, coletivas e jurídicas da população de Santa Terezinha de Goiás e dos municípios circunvizinhos.

5.3.1. Extensão — Curricularização da Extensão

A curricularização da extensão no Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN fundamenta-se na Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, e na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação — PNE 2014-2024.

Em consonância com o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a FACDIN regulamentou a curricularização da extensão por meio da Resolução CONSUP n.º 001/2023, que aprovou o Regulamento para a Curricularização da Extensão nos cursos de graduação da Faculdade Dinâmica, em Santa Terezinha de Goiás.

No Curso de Direito, o Núcleo Docente Estruturante — NDE, após análise da matriz curricular e realização de reuniões específicas, definiu os componentes curriculares que contemplam carga horária extensionista, assegurando o cumprimento mínimo de 10% da carga horária total do curso em atividades de extensão.



A Tecnologia faz a Diferença

A curricularização da extensão no Curso de Direito ocorre por meio dos seguintes componentes curriculares:

Componente Curricular	Carga Horária Extensionista
Ciência Política e Teoria do Estado	60h
Projeto Integrador I	30h
Formas Consensuais de Solução de Conflitos	60h
Direitos Humanos	60h
Direito Ambiental	30h
Projeto Integrador II	30h
Direito das Comunidades Vulneráveis	30h
Direito do Consumidor, Difusos e Coletivos	60h
Direito Empresarial	60h
Direito Minerário	60h
Projeto Integrador III	30h
Total	510h

A carga horária extensionista totaliza **510 horas**, atendendo ao percentual mínimo de 10% da carga horária total do Curso de Direito, conforme previsto na legislação vigente e no regulamento institucional da FACDIN.

As atividades extensionistas vinculadas aos componentes curriculares são planejadas pelos docentes, acompanhadas pela Coordenação do Curso e pelo NDE, registradas institucionalmente e avaliadas conforme critérios definidos nos planos de ensino e nos instrumentos próprios de acompanhamento. Essas atividades devem estar articuladas às competências e habilidades previstas no PPC, ao perfil do egresso, às demandas da comunidade e aos objetivos institucionais da FACDIN.

A curricularização da extensão possibilita que cada semestre letivo contemple uma ou mais ações extensionistas integradas ao curso, favorecendo a articulação entre ensino, iniciação científica, prática jurídica e responsabilidade social. Desse modo, os estudantes são incentivados a desenvolver projetos, oficinas, campanhas, materiais educativos, rodas de conversa, ações em escolas, orientação à comunidade, estudos de problemas sociais e intervenções relacionadas às diferentes áreas do Direito.



A Tecnologia faz a Diferença

No Curso de Direito da FACDIN, a extensão curricularizada contribui para a formação de profissionais capazes de compreender a realidade social, atuar de forma ética, aplicar o conhecimento jurídico em situações concretas, dialogar com a comunidade e propor soluções juridicamente fundamentadas e socialmente responsáveis.

Assim, a curricularização da extensão fortalece a identidade formativa do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica, promovendo uma educação jurídica crítica, prática, humanística, interdisciplinar, socialmente referenciada e comprometida com a cidadania, o acesso à justiça e o desenvolvimento regional.

5.4. Políticas institucionais no âmbito do curso

As políticas institucionais de ensino, iniciação científica e extensão, constantes no PDI, estão previstas no âmbito do curso e claramente voltadas para a promoção de oportunidades de aprendizagem alinhadas ao perfil do egresso, pressupondo-se práticas exitosas ou inovadoras para a sua revisão.

As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão para a formação do Bacharel em Direito refletem aquelas políticas constantes no PDI da IES, comprometidas com a efetiva aprendizagem do aluno, em consonância com o que se espera do perfil do futuro egresso e defendem a produção e disseminação do conhecimento como condição primordial para auxiliar no desenvolvimento social da comunidade em geral. Para isso, os projetos científicos, sociais e culturais estão sempre em consonância com as necessidades da região, de maneira a incentivar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos. Destaca-se como políticas institucionais no âmbito do curso os eventos: Projetos Integradores, Jornada Jurídica, Júri Simulado, Curso de Oratória, Processo In Foco, dentre outros

Para tanto a FACDIN utiliza práticas inovadoras na revisão de suas políticas acadêmicas, que são estendidas às suas ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação e colocou como foco a questão da autoavaliação das atividades de ensino, iniciação científica e extensão como forma de incentivar a comunidade acadêmica a pensar na sua situação frente aos novos desafios educacionais. Por consequência, firma o processo de avaliação interna e consolida a avaliação com o objetivo de garantir a excelência de seus procedimentos e de seus resultados.



5.5. Qualidade do Ensino

Os Educadores têm uma preocupação constante: a melhoria da qualidade do ensino. Independentemente das divergências que se pode ter a respeito do próprio conceito de “qualidade do ensino”, houve uma concordância que se espera, que um “bom ensino” possa gerar resultados satisfatórios no desempenho dos estudantes nos exames oficiais de avaliação: ENADE, Exames de Ordem, concursos públicos, etc. Ou seja, um “bom ensino” deve refletir-se nos resultados alcançados pelos alunos nas avaliações a que se submetem. Desta forma, o desempenho dos alunos da Faculdade Dinâmica nestes exames será objeto de análise do NDE do Curso de Direito para a melhoria contínua da qualidade de ensino oferecida.

Também é de concordância geral que a aprendizagem é patrimônio do aprendiz. É o estudante que aprende. Por isso, aceita-se que há um “bom ensino” quando há “verdadeira aprendizagem” dos estudantes. Essa “verdadeira aprendizagem” deve produzir resultados satisfatórios em exames de avaliação, sob pena de ser considerada apenas letra morta. Caso contrário, entra-se numa infundável discussão subjetiva sobre aprendizagem.

Sendo conquista do discente, a aprendizagem depende muito de seu empenho e de sua dedicação. Não bastam bons docentes e bons recursos didáticos. Pode-se mesmo afirmar que uma “boa proposta pedagógica” é aquela que é capaz de levar o aluno a fazer o esforço necessário para que sua aprendizagem ocorra. Claro que nessa “boa proposta pedagógica” estão incluídos bons docentes e bons recursos didáticos. Mas, é imprescindível que essa boa proposta leve mesmo a sério a necessidade do esforço permanente do aprendiz.

Como o objetivo principal é a aprendizagem, parte do trabalho docente deve concentrar-se na criação de mecanismos que melhorem efetivamente a aprendizagem de todos os estudantes.

O processo de avaliação do projeto pedagógico do curso de Direito será atividade contínua, sob principal, mas não exclusiva, responsabilidade de seu NDE, a quem compete, nos termos da Resolução CONAES nº1/2010, atuar permanentemente, a partir da concepção do curso, em seu acompanhamento, consolidação e avaliação do PPC. Destarte, caberá ao Coordenador do Curso, juntamente com seu NDE, a partir dos resultados de todos os processos avaliativos realizados (avaliações externas, auto avaliação, ENADE e Exame da Ordem), traçar diagnósticos acerca da adequação e atualidade do Projeto Pedagógico do Curso, de modo a promover, de forma constante, seu aperfeiçoamento e a implantação de melhorias nas suas condições de oferta.



A Tecnologia faz a Diferença

De modo a operacionalizar essa análise de diagnóstico de aperfeiçoamento, adequação e atualidade do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, o NDE se reunirá, de forma extraordinária e ao final de cada semestre, com o propósito de discutir, exclusivamente, os resultados dos processos avaliativos externos, internos, ENADE e Exame da Ordem, formulando proposições tendentes a sempre otimizar e melhorar referido Projeto Pedagógico do Curso. Sem prejuízo das reuniões ordinárias semestrais, qualquer membro do NDE poderá convocar, a qualquer tempo, reunião extraordinária para discussão e debate acerca dos temas anteriormente mencionados.

Desse modo, todos os segmentos têm participação ativa no processo de avaliação constante do PPC, asseguradas as visões da comunidade acadêmica, de forma representativa, por meio da auto avaliação, do corpo discente, através do ENADE e Exame da Ordem e, ainda, dos avaliadores designados pelo INEP, através das avaliações externas.

Os resultados de todos esses processos avaliativos, que se complementam para proporcionar uma visão global e sistêmica do PPC, ensejará a análise criteriosa das fragilidades e potencialidades identificadas, permitindo, com isso, que aquelas sejam identificadas e saneadas, sem que essas sejam desprezadas. Desse modo, a Faculdade Dinâmica entende que este sistema garante a constante atualização e melhoria do PPC, ensejando, com isso, a garantia perene da oferta de um curso de Direito de qualidade, compatível com a justa demanda do território goiano.

A metodologia do curso de Direito da Faculdade Dinâmica utiliza os princípios, fundamentos, condições e procedimentos de formação do bacharel em Direito dispostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso: Resolução CNE/CES 5/2018 e Resolução CNE/CES 2/2021

A acessibilidade metodológica é uma das questões-chave para a Faculdade Dinâmica atingir seus objetivos quanto ao ensino em seus cursos. A flexibilidade curricular atrelada a distintas metodologias de ensino possíveis de serem aplicadas pelos professores, tanto no espaço de sala de aula, quanto fora dele, permite que o aluno possa aprender de acordo com suas particularidades e em seu ritmo. A carga horária em sala de aula, complementada pelas atividades e eventos da própria instituição, permite que em todos os espaços e pontos de contato do aluno com o curso, haja o diálogo entre teoria e prática.

As fontes de informação são muitas e variadas e não residem exclusivamente no docente, exigindo deste outro tipo de mediação para dirigir o processo de ensino-aprendizagem, visto que a adoção desse currículo reposiciona os conhecimentos e conteúdo como recursos e



A Tecnologia faz a Diferença

exige que o professor assuma a tarefa de mediador do processo de formação, participando de processos e/ou projetos de pesquisa ou de aplicação dos conhecimentos. As práticas e métodos são válidos em função da mediação pedagógica que o estudante necessita e, dessa maneira, há necessidade em adaptá-las às competências do perfil profissional desejado.

A atuação do docente em sala de aula deve levar o estudante também a aprender a aprender, ou seja, aprender determinadas habilidades que incluem a organização de dados e ações, o planejamento prévio do trabalho, exercícios de aplicação, práticas de laboratório, intercâmbio de informações, programas auto instrucionais, leitura e interpretação de textos científicos e de manuais. Outras atividades possíveis são aquelas que envolvem o estudante em intenso processo de síntese e aplicação de conhecimentos, permitindo ancorá-los na reflexão – ação - reflexão, como a resolução de problemas, a pesquisa e as experiências em laboratório, os projetos livres e dirigidos, os debates e as visitas culturais e técnicas orientadas, os workshops e oficinas, permitindo o trabalho em projetos experimentais simulados e em projetos de casos reais.

Há a necessidade também de atividades que propiciem o desenvolvimento de atitudes e habilidades interpessoais, sendo que estas são desenvolvidas com trabalhos em equipes, debates e fóruns de discussão. Na medida em que a automação avança, os cargos e funções disponíveis no mercado são cada vez mais voltados às pessoas, à interação, à comunicação e ao trabalho em equipe. Ao valorizar as interações, não se está esquecendo que a sala de aula tem papéis que precisam ser bem-definidos, porém é preciso reforçar que estes papéis não estão rigidamente constituídos, ou seja, o professor vai, sim, ensinar o seu aluno, mas este poderá aprender também com os colegas mais experientes ou que tiverem vivências diferenciadas. Ao professor caberá atuar como facilitador, ao longo do processo, aglutinar todas as questões que aparecerem e sistematizá-las de forma a garantir o domínio de novos conhecimentos por todos os seus alunos.

A prática pedagógica centrada no desenvolvimento de competências e aprimoramento técnico estimula também o corpo docente a criar novos meios facilitadores da aprendizagem, o que implica em permanente pesquisa e troca de informações entre os atores desse processo. É válido destacar que os conteúdos relacionados à formação étnico – racial, direito humanos, acessibilidade e políticas ambientais são previstos na matriz de formação e são temas abordados de forma a desenvolver competências e habilidades necessárias à constituição do profissional e cidadão dentro da sociedade contemporânea.



A Tecnologia faz a Diferença

Para garantir que a aula seja, de fato, o espaço de vivência pedagógica desejável, a Faculdade Dinâmica entende o professor como corresponsável pela construção de um ambiente de sociabilidade acadêmica e de respeito mútuo; pela passagem do aluno do senso comum para o senso científico; pela construção de uma atitude empreendedora nos alunos e pela transformação do aluno em um estudante cada vez menos dependente da figura do professor e mais autônomo em seu processo de aprendizagem; O professor como coordenador do processo ensino-aprendizagem: observando, orientando, acompanhando, avaliando, replanejando, criticando (a sua turma, a sua própria aula e o processo).

Para que o professor assuma esse papel é necessário que planeje previamente suas aulas, considerando o Projeto Pedagógico do Curso, o Plano de Ensino específico da disciplina, as competências que pretende desenvolver, os conteúdos que trabalhará para alcançar as competências desejadas, as referências que utilizará, além de deter domínio prático dos temas e conceitos e possuir liderança democrática.

Além disso, deve adotar estratégias de ensino diversificadas que mobilizem menos memória e mais o raciocínio e outras competências cognitivas superiores, bem como potencializam a interação entre aluno-professor e aluno-aluno. Deve, ainda, tratar os conteúdos de modo contextualizado, por meio do aproveitamento das relações dos conteúdos e dos contextos com o intuito de se dar significado e utilidade ao aprendizado, desenvolvendo nos alunos as competências especificadas nos Planos de Ensino e no Projeto Pedagógico do Curso. Ou seja, é essencial que se estabeleçam relações entre o mundo, os alunos e a disciplina, que se desenvolvam habilidades de pensamento adquiridas em aulas que não privilegiam a transmissão de conteúdos prontos, acabados. Caberá aos docentes elaborarem, junto com os alunos, projetos interdisciplinares e transversais.

Sob a perspectiva das metodologias ativas de ensino-aprendizagem, o curso de Direito promoverá, do 1º ao 6º período, o **Trabalho de Pesquisa Integrada**, que consiste em um projeto semestral em que cada turma será dividida em equipes com o objetivo de elaborar um trabalho teórico-científico buscando incentivar a pesquisa, leitura, conhecimento e análise crítica. Com o propósito de, como o nome sugere, integrar o aluno à Faculdade e ao seu respectivo grupo, o trabalho será elaborado utilizando instrumento metodológico virtual e convidativo, consistente na construção de suas premissas técnico-científicas a partir de casos práticos relatados em filmes ou séries com enfoques jurídicos e temas relevantes do ponto de vista social, cultural e econômico.



A Tecnologia faz a Diferença

No 2º, 5º e 9º semestres são desenvolvidos os **Projetos Integradores**, que visam integrar os conhecimentos das diferentes disciplinas, promovendo o desenvolvimento de habilidades e competências transversais nos alunos. Esses projetos incentivam a aplicação prática do conhecimento em situações do mundo real, estimulando a resolução de problemas, o trabalho em equipe e o pensamento crítico.

Do 7º ao 10º período será desenvolvido o **Projeto Processo In Foco**. Este consiste em um projeto semestral em que cada turma será dividida em equipes com o objetivo de elaborar peças e pareceres jurídicos, baseados em casos simulados, igualmente extraídos de casos práticos, reais ou fictícios, relatados em filmes e séries. Este projeto é desenvolvido no Núcleo de Práticas Jurídicas ou nas Comarcas de Santa Terezinha ou Crixás e tem como objetivo desenvolver o conhecimento técnico-prático do aluno, que poderá acompanhar as modalidades de atuação encontradas no mercado de trabalho.

A complexidade de cada projeto de Trabalho será conforme o período que se encontram os alunos. Os temas estudados serão de acordo com as disciplinas ofertadas no semestre, porém trazendo uma abordagem sistêmica. O objetivo pedagógico dos projetos é abordar de maneira sistêmica todos os conteúdos do semestre letivo, além de resgatar disciplinas anteriores e fazer com que os alunos busquem ativamente por conteúdos e conhecimentos que ainda não tiveram contato durante a sua trajetória acadêmica.

A avaliação terá formato a ser detalhado em manual específico conforme o semestre. A pontuação está detalhada no parágrafo 5º, item “b” do Art. 54 do Capítulo IV “Da Avaliação da Aprendizagem”. A metodologia de ensino prevista apresenta uma adequada coerência com a DCN do curso, com as estratégias e atividades educacionais e à acessibilidade plena, e que estimulem os alunos com a teoria e a prática no seu dia a dia e a utilização de novos recursos inovadores que propiciem novas maneiras de aprendizagem.

A opção por plataformas de veiculação de filmes ou séries têm como propósito prender a atenção do aluno de maneira lúdica, adaptada e distante de um parâmetro conservador de exposição de conteúdo, o que sugere a aproximação constante entre aluno-instituição, mormente porque mesmo fora dos limites físicos da Faculdade, o aluno estará integrado com fontes modernas de conhecimento.

5.6. Mecanismos de Ensino Aprendizagem

Se desejarmos fomentar no estudante o esforço próprio, precisaremos de mecanismos que o levem a realizar seu próprio trabalho de aprendizagem. Não é suficiente dizer para o



A Tecnologia faz a Diferença

aluno que ele precisa estudar, é necessário fornecer orientações precisas e detalhadas do que deve estudar, como e quando estudar, em cada uma das disciplinas do seu curso.

A sala de aula é um ambiente de ensino-aprendizagem muito eficiente e tem sido, tradicionalmente, ao longo da vida escolar, o local mais importante. Sua importância e eficiência dependem não apenas do que acontece no momento da aula, mas também do trabalho prévio do docente.

Podemos dividir o tempo de ensino-aprendizagem em três momentos: antes da aula, durante a aula e após a aula. Com isso, o tempo de ensino-aprendizagem é ampliado para um dia inteiro, não se limitando mais ao período de duração das aulas. O docente é o principal responsável por esses três momentos, cujo sucesso depende da sua competência.

No momento “antes da aula”, o docente coloca em prática a sua habilidade de preparar as aulas. Para cada aula, ele elabora um conjunto de orientações, que permite aos alunos o estudo antecipado, e define os objetivos da aula, os textos que deverão ser lidos, as atividades que deverão ser realizadas, a lista de exercícios, o filme sobre o tema da aula, os sites, as imagens, enfim, todos os materiais didáticos que tratam do assunto e que possam ajudar o aluno a aprender por si mesmo. Os materiais não devem se limitar apenas ao que será abordado em sala de aula; devem, também, permitir ao aluno o estudo aprofundado do tema a ser tratado, respeitando o conteúdo proposto no projeto pedagógico do curso. Ao fazer isso, o docente induz a criação de uma cultura de auto aprendizagem, fundamental para a formação do aluno de hoje.

Deve o docente, em síntese, apresentar ao estudante a vasta gama de recursos de tecnologia de informação e comunicação disponíveis e adequados para a adequada imersão no processo de ensino-aprendizagem.

Se bem preparado esse momento antes da aula, o momento durante a aula será mais rico e melhor aproveitado. O docente não gastará tempo com anotações desnecessárias no quadro. Seu limitado tempo de aula será usado para a explicação dos pontos fundamentais do tema, o diálogo, a discussão e o esclarecimento de dúvidas. As perguntas formuladas pelos alunos serão, certamente, de melhor nível, enriquecendo os comentários do docente e as discussões de todos. Se durante a aula surgirem novas ideias, que exijam acrescentar novos textos e materiais didáticos, o docente poderá fazê-lo após a aula. Com isso, o momento após a aula será ainda mais rico, ele será o resultado do ocorrido nos dois momentos anteriores. O material das aulas, contendo o que foi realizado nos três momentos, ficará disponível para o aluno durante todo seu tempo de formação. Assim, a qualquer momento, poderá revisar o material estudado e, a cada semestre, terá à sua disposição não apenas o conteúdo das aulas daquele semestre, mas o



A Tecnologia faz a Diferença

conteúdo de todos os semestres já cursados. Quando uma disciplina exigir o conhecimento dos conteúdos de um semestre anterior, o aluno poderá revisá-lo, recordando o que foi ensinado.

Aquele que faltar a uma aula poderá ainda assim estudar o que foi ensinado, tendo melhor chance de recuperar o momento perdido.

Esses três momentos, quando bem preparados pelo docente, tornam-se, assim, poderoso auxiliar no processo de ensino-aprendizagem. Se todos os envolvidos, dirigentes, docentes e discentes trabalharem em conjunto na construção desses momentos, a qualidade da educação será sempre crescente.

Mas, infelizmente, a prática tem demonstrado que isso não basta como único mecanismo para fomentar a cultura da aprendizagem. Alguns estudantes não cumprem o seu papel e acabam apenas assistindo às aulas. A cultura da aprendizagem centrada exclusivamente no momento da aula é muito forte. Alguns ainda acreditam, ou às vezes usam essa crença como desculpa para a própria preguiça de estudar sozinho, que aprendem somente na sala de aula ouvindo o professor. Claro que a sala de aula é importante e é mesmo muito eficiente. Mas, sabemos por experiência, que os melhores alunos são aqueles que além da sala de aula estudam muito sozinhos, fora da sala de aula. É pouco provável que se possa ser um excelente aluno apenas participando do momento da aula. Quando o desempenho do docente na sala de aula é muito bom, produz como resultado um maior desejo do aluno de estudar sozinho. O aluno passa a gostar da disciplina e sentir prazer em estudar sozinho. Aí está, talvez, sua maior eficiência. Assim, precisamos de mecanismos que possam auxiliar os nossos bons docentes na criação de uma cultura de autoaprendizagem.

A preparação adequada de cada aula pelo bom docente é um desses mecanismos, mas, na prática, não tem sido suficiente. Uma das razões para isso talvez esteja em certos aspectos negativos do vínculo pessoal que a sala de aula cria entre alunos e professores. A relação afetiva entre discentes e docentes é muito importante em vários sentidos, algumas vezes dificulta a cobrança pelo docente da parte que toca ao aluno na aprendizagem. O aluno que não estuda a aula que foi preparada pelo docente não se sente penalizado por isso. O docente acaba cobrando nas provas apenas aquilo que ocorre na aula. Há uma cultura de valorização exclusiva daquilo que se passa na sala de aula. O aluno percebe que basta prestar a atenção na aula que ele já conseguirá um excelente resultado nas provas. O professor fica feliz com a boa participação do aluno, com seu interesse e atenção. O aluno percebe que isso é suficiente para a sua aprovação na disciplina. A atividade principal do aluno passa a ser apenas a de prestar atenção na aula. Ele pouco estuda antes da aula. Os momentos antes e após a aula não são valorizados. Não



A Tecnologia faz a Diferença

basta, portanto, uma aula bem-preparada pelo docente com um conjunto de atividades, é fundamental uma cultura de avaliação que leve em consideração o esforço do aluno na realização das atividades antes e após a aula.

5.7. Avaliação do Processo de Ensino-Aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem caracteriza-se pelo que vem sendo denominado de avaliação formativa, ou seja, constitui um processo de acompanhamento das conquistas e dificuldades do aluno, com possibilidades de propor estratégias de superação das dificuldades e ampliação das etapas já alcançadas. Para isso, os professores dispõem dos mais variados instrumentos de avaliação (provas objetivas e dissertativas, relatórios individuais, atividades grupais de pesquisa teórica, investigação empírica e prática, seminários, auto avaliação, produção de projetos internos entre outros), que permitam compor uma visão mais ampliada do progresso dos alunos.

A avaliação, neste paradigma, é concebida como um processo mediador na construção do currículo, intimamente ligada à gestão da aprendizagem, e tem como objetivos: esclarecer acadêmicos e professores sobre o processo de aprendizagem em ação; privilegiar a autor regulação do processo ensino/aprendizagem; diversificar a prática pedagógica; explicitar o que se espera construir e desenvolver por meio do ensino; tornar os dispositivos e critérios de avaliação transparentes; ampliar o campo de observação dos avanços e progressos do educando pelo uso de variados instrumentos, procedimentos e critérios de avaliação.

Ao assumir a concepção da avaliação formativa a instituição busca qualidade de ensino por meio da interação ensino/aprendizagem/avaliação. O atual sistema de avaliação resulta do compromisso da FACDIN e de seus professores em promover uma avaliação capaz de possibilitar aos alunos a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes para a sua formação estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso. O ensino deve possibilitar situações de aprendizagem que conduzam o acadêmico a interagir criticamente com o conhecimento avaliado, relacionar novos conhecimentos a outros anteriormente adquiridos, estabelecer e utilizar princípios integradores de avaliação. O sistema formal para a avaliação da aprendizagem na Faculdade Dinâmica está descrito em seu Regimento. Além disso, e por entender que o bom desempenho escolar é condição essencial para motivar o amadurecimento pessoal, a integração no ambiente acadêmico e o despertar de habilidades específicas, a Faculdade Dinâmica orientou os Coordenadores dos Cursos para fazerem o acompanhamento sistemático do desempenho dos estudantes e o seu grau de envolvimento com o projeto



A Tecnologia faz a Diferença

pedagógico do curso, de forma a identificar causas que resultem em fracasso escolar temporário e orientar a correção necessária ao bom andamento do curso e à melhoria do desempenho discente. Após detectarem os alunos com dificuldades os coordenadores e os professores são orientados a encaminhá-los para o NAE.

Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, previstos para os processos de ensino aprendizagem, atendem à concepção do curso definida neste PPC, possibilitando o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e implicam informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantem sua natureza formativa.

A avaliação do rendimento acadêmico é entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, que visa à melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Dessa forma, a avaliação é parte integrante do processo de formação, uma vez que possibilita diagnosticar lacunas que necessitam ser superadas, aferir os resultados alcançados considerando as competências a serem constituídas e identificar mudanças de percurso eventualmente necessárias.

Quando a perspectiva é de que o processo de formação garanta o desenvolvimento de competências e habilidades, a avaliação destina-se à análise da aprendizagem dos alunos, de modo a favorecer seu percurso e regular as ações de sua formação. A avaliação é, portanto, um sinalizador do processo de ensino e aprendizagem, focalizando a agregação de valor ou corrigindo as inadequações existentes nos resultados desse processo.

Nesse sentido, a avaliação não se presta a punir os que não alcançam o que se pretende, mas a ajudar cada aluno a identificar melhor as suas necessidades de formação e empreender o esforço necessário para realizar sua parcela de investimento no próprio desenvolvimento profissional.

O que se pretende avaliar não é só o conhecimento adquirido, mas a capacidade de acioná-lo e de buscar outros para realizar o que é proposto. Avaliar competências e habilidades é verificar não apenas se os alunos adquiriram os conhecimentos necessários, mas também se, quando e como fazem uso deles para resolver situações-problema (reais ou simuladas) relacionadas, de alguma forma, com o exercício da profissão.

Para tanto, no âmbito da Faculdade Dinâmica a avaliação é realizada mediante critérios explícitos, compartilhados com os alunos, uma vez que o que é objeto de avaliação representa uma referência importante para quem é avaliado, tanto para a orientação dos estudos, como



A Tecnologia faz a Diferença

para a identificação dos aspectos considerados mais relevantes para a formação em cada momento do curso.

Para a avaliação a FACDIN utiliza instrumentos variados, tais como: prova escrita objetiva e subjetiva de forma individual, produção e apresentação de textos, pesquisa bibliográfica e de campo, relatórios e fichas de leitura de textos, comentários escritos de livros lidos, resolução de exercícios práticos, desenvolvimento de projetos, além da participação do aluno em debates e em sala de aula. A sistemática do processo de avaliação está disciplinada no Regimento Interno da FACDIN, no Título IV - Do Regime Acadêmico, envolvendo normas sobre a avaliação da aprendizagem, a seguir reproduzidas:

5.7.1. Da verificação do rendimento acadêmico

Art. 74. A avaliação do desempenho acadêmico é feita por disciplina, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento acadêmico, ambas eliminatórias por si mesmas, nos termos deste Regimento. § 1º. Entende-se por aproveitamento acadêmico o grau de aplicação do aluno aos estudos, mediante a verificação através de avaliações realizadas ao longo do semestre, com atribuição de pontos cumulativos numa escala de zero (0) a dez (10) e média final mínima para aprovação de sete (7.0). § 2. A participação em projetos interdisciplinares também poderá compor a verificação de rendimento acadêmico.

§ 3º. A frequência mínima exigida para aprovação é de 75 % das aulas e demais atividades realizadas na disciplina.

§ 3º. As avaliações semestrais serão compostas pelas notas de N1 e N2, com o valor de 0 (zero) a 10 (dez) sendo o valor de 6,0 (seis) destinado às avaliações formais e 4,0 (quatro) composto pelas avaliações processuais.

Art. 75. A frequência às aulas e demais atividades acadêmicas é obrigatória e permitida apenas aos alunos matriculados.

§ 1º. Independente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtiver frequência de, no mínimo, 75% das aulas e demais atividades realizadas, exceto no ensino à distância.

§ 2º. A verificação e o registro de frequência são de responsabilidade do professor e seu controle, para efeito do parágrafo anterior, da Secretaria Geral.

§ 3º. O aluno poderá requerer junto à Secretaria Geral, nos prazos fixados no Calendário Acadêmico, a realização de prova de segunda-chamada, a fim de concluir uma das avaliações componentes da média semestral que não tenha sido avaliado.



A Tecnologia faz a Diferença

Art. 76. São asseguradas ao professor, na verificação do rendimento acadêmico, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento, cabendo recurso de suas decisões para o Colegiado respectivo e ao Conselho Superior.

Art. 77. O aproveitamento acadêmico é avaliado pelo acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nas provas, trabalhos, exercícios acadêmicos e outros e, caso necessário, no exame final.

§ 1º. Dentre os trabalhos acadêmicos de aplicação, há pelo menos uma avaliação escrita em cada disciplina.

§ 2º. O professor pode submeter os alunos a diversas formas de avaliação, tais como: projetos, dinâmicas avaliativas, seminários, pesquisas bibliográficas e de campo, relatórios, etc., cujos resultados podem culminar com atribuição de uma nota representativa de cada avaliação.

§ 3º. Em qualquer disciplina, os alunos que obtiverem média semestral de aprovação igual ou superior a sete (7,0) e frequência igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%) são considerados aprovados.

§ 4º. No caso de reprovação em disciplinas, o aluno continua os estudos de acordo com os pré requisitos e a sequência de disciplinas previstas no respectivo Projeto Pedagógico de Curso, condicionado à elaboração de horário especial pelo seu Coordenador.

Os Educadores terão uma preocupação constante: a melhoria da qualidade do ensino. Independentemente das divergências que pode-se ter a respeito do próprio conceito de qualidade do ensino, concorda-se, que um bom ensino deve gerar resultados satisfatórios no desempenho dos estudantes nos exames oficiais de avaliação: ENADE, Exames de Ordem, concursos públicos, etc. Ou seja, um bom ensino deve refletir-se nos resultados alcançados pelos alunos nas avaliações a que se submetem. Desta forma, o desempenho dos alunos da Faculdade Dinâmica nestes exames serão objeto de análise do NDE do Curso de Direito para a melhoria contínua da qualidade de ensino oferecida. A prática pedagógica centrada no desenvolvimento de competências e aprimoramento técnico estimula também o corpo docente a criar novos meios facilitadores da aprendizagem, o que implica em permanente pesquisa e troca de informações entre os atores desse processo. É válido destacar que os conteúdos relacionados a formação étnico racial, direito humanos, acessibilidade e políticas ambientais são previstos na matriz de formação e são temas abordados de forma a desenvolver competências e habilidades necessária a constituição do profissional e cidadão dentro da sociedade contemporânea.



A Tecnologia faz a Diferença

Uma avaliação ou prova deve ser uma boa medida da eficácia da relação ensino-aprendizagem. Não se trata de “facilitar” ou “dificultar” um melhor resultado. Espera-se que a avaliação seja apenas uma medida adequada do resultado do processo ensino- aprendizagem, servindo assim para que professores e alunos possam aperfeiçoar esse processo. Portanto, a avaliação deve medir conteúdos e competências propostos e elaborados pelos docentes na preparação de suas aulas, não apenas o que foi trabalhado em sala de aula.

Para a criação de uma cultura de valorização da aprendizagem, levando o aluno a realizar o esforço próprio que a aprendizagem exige, devemos adotar, pelo menos, os seguintes princípios:

- a aprendizagem é conquista do aluno, com orientação, acompanhamento e avaliação docente;
- todos aprendem de forma diferente – por métodos diferentes, em diferentes estilos e a ritmos diferentes;
- a aprendizagem cresce com a atividade e o esforço do aluno;
- o esforço exige orientação, acompanhamento e avaliação.

Para a efetiva aplicação desses princípios, serão utilizados os seguintes mecanismos:

- Todas as disciplinas do curso terão seu conteúdo avaliado pelo Professor responsável pela mesma, que observará as diretrizes expostas anteriormente (mecanismos e princípios), portanto, serão os principais responsáveis pelo processo “ensino-aprendizagem”.
- Todas as disciplinas terão suas aulas previamente preparadas pelos docentes e apresentadas aos alunos, com orientações precisas e detalhadas do que o aluno deve estudar.
- Em todas as disciplinas, os docentes fornecerão horas de atividades para os alunos realizarem fora de sala de aula, com orientação e acompanhamento regular.
- Para auxiliar os alunos na elaboração das atividades programadas nas disciplinas, poderá ser desenvolvida a atividade de monitoria, mediante regulamentação.
- A avaliação dos alunos em cada disciplina deve abranger, além dos conteúdos trabalhados na sala de aula, os conteúdos e as atividades que foram elaboradas pelo docente na preparação das aulas.
- A avaliação do processo ensino-aprendizagem será realizada por meio da avaliação do docente da disciplina – que deverá desenvolver metodologia de composição da nota por meio de atividades diversas, porém, obrigatoriamente deverá contemplar pelo menos uma prova escrita avaliativa do conhecimento absorvido pelo acadêmico referente ao conteúdo ministrado.



A Tecnologia faz a Diferença

- Também poderá compor essa avaliação a frequência em sala de aula e a participação do aluno.
- A participação obrigatória nos **Simulados** preparatórios ao ENADE, como parte da nota processual de cada semestre.

A avaliação vem assumindo importância crescente em todos os domínios, e, ao mesmo tempo, apresenta-se como um desafio ao tentar romper modelos tradicionais tecnicistas, que utilizam a avaliação única e exclusivamente para obter medição, em termos de rendimento. A tendência é de que a avaliação amplie seus domínios para além do seu âmbito tradicional, ou seja, da avaliação da aprendizagem, estendendo-se de modo cada vez mais consciente, sistemático e fundamentado cientificamente, às políticas educacionais, às reformas e inovações do sistema educacional, dos projetos pedagógicos, dos currículos e dos programas.

O desafio que a avaliação representa para o docente é de que, apesar de ser vista como um comportamento comum aos seres humanos, porque estes estão constantemente se avaliando, não é tão óbvia quanta aparenta. O conceito de avaliação recebe conotações mais ou menos particulares, de acordo com o seu contexto, mas em sua essência avaliar é julgar algo ou alguém quanto a seu valor. A avaliação é, sem dúvida, um julgamento, valoração, no sentido em que ela não tem significado fora da relação com um fim, e de um contexto em que o avaliador se pronuncia sobre o objeto avaliado quanto ao seu sucesso ou fracasso. A participação do acadêmico na avaliação se dá pelo auto avaliação que deve se realizar de forma crítica e reflexiva. Ela revela conhecimentos, habilidades e valores, encoraja a reflexão do aluno, atende as diversidades de interesses e facilita o diálogo entre alunos e professores.

A avaliação do desempenho escolar deve ser entendida como um diagnóstico do desenvolvimento do aluno em relação ao processo ensino-aprendizagem na perspectiva de seu aprimoramento, tendo por objetivos:

- Diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno para estabelecer objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
- Verificar os avanços e dificuldades do aluno no processo de apropriação, de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
- Fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o planejamento constante;
- Possibilitar ao aluno tomar consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo ensino-aprendizagem;
- Embasar a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos alunos.



A Tecnologia faz a Diferença

A avaliação do desempenho escolar far-se-á por meio de elementos que comprovem eficiência nos estudos, trabalhos escolares e pesquisas. Contudo, a avaliação do processo de aprendizagem está disciplinada no Capítulo IV, Título IV do Regimento, incluindo o Regime Especial (Capítulo V) previsto em lei.

5.8. Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é fundamental no processo ensino-aprendizagem, pois faz a integração entre as disciplinas do curso. O Projeto Pedagógico do Curso de Direito contempla a propositura de integração curricular.

A prática da interdisciplinaridade possibilita ao acadêmico maior abertura e compromisso com o outro, de forma reflexiva e transformadora, inserindo-o na realidade social, econômica, política, cultural e ambiental do mundo em que vive.

O foco da estruturação curricular concentra-se no desenvolvimento integral do aluno, por meio de práticas pedagógicas voltadas à aplicação das teorias aprendidas em sala.

As simulações das realidades profissionais contribuem na formação do aluno, na medida em que o transporta da situação da sala de aula para a vivência e experiência de um cotidiano real e multidisciplinar.

No Curso Bacharel em Direito a interdisciplinaridade é promovida por meio de experiências pedagógicas, tais como os projetos integradores, Pesquisa integrada, etc. construídos em nível de pesquisa e interação acadêmica com elaboração própria, podendo ser:

- Projetos Integradores;
- Pesquisa Integrada;
- Processo IN foco;
- Sarau Literário e Cultural;
- Realização da Jornada Acadêmica, onde há a interação e compartilhamento de conhecimento e experiências entre os docentes e os acadêmicos de todos os cursos ofertados pela Faculdade Dinâmica;
- Realização de oficinas e minicursos onde são abordados e apresentados conteúdos diversificados que visam incrementar os conhecimentos e as experiências acadêmicas;
- Participação em projetos de pesquisa, de extensão e culturais.
- Aulões envolvendo professores das áreas afins, em conteúdos interdisciplinares.
- Simulados de verificação de desempenho do acadêmico visando preparação para a OAB, ENADE e concursos públicos.



5.9. Transversalidade

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). Não se trata de trabalhá-los paralelamente, mas de trazer para os conteúdos e para a metodologia da área a perspectiva dos temas. Dessa forma, o Curso irá trabalhar a transversalidade da Educação Ambiental, dos Direitos Humanos, Direitos dos Autistas, da Pessoa surda... dentre outros.

Um aspecto da transversalidade será trabalhado no curso por meio da conscientização ambiental, com vistas à tecnologia sustentável, a qual expressa toda uma Política Nacional de **Educação Ambiental (PONEA)**. Importante considerar que a Constituição Federal (1988), no art. 225, estabeleceu que para a preservação do meio ambiente e conscientização pública, o poder público deve “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino”.

Nesse sentido, são realizadas ações desafiadoras que provoquem não só a consciência da preservação, mas que ofereçam informações e práticas de sustentabilidade.

O Curso de Direito implantou um trabalho voltado para os estudos das leis e das ações necessárias nesta área, justamente por situar-se em um município carente de educação ambiental. Atividades e projetos serão realizados com o objetivo de proporcionar uma reflexão crítica sobre os fatores que ocasionam e/ou interferem nos problemas ambientais atuais e viabilizar meios para o controle e a resolução desses problemas. Serão organizados seminários, fóruns, exibições de vídeos e atividades de conscientização da comunidade.

5.10. Estratégia de Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular possibilita a promoção de práticas interdisciplinares, sob a ótica do trabalho, da ciência e da tecnologia como princípios educativos, oportunizando a incorporação dos avanços tecnológicos a partir das necessidades oriundas do mundo do trabalho, para que ocorra a interdisciplinaridade retro mencionada e interação com o mundo do trabalho.

A flexibilidade corresponde à capacidade de adaptar-se a situações novas surgidas durante a execução de planos ou projetos. Segundo Lück (1991) “ela resulta da previsão de cursos alternativos de ação que antecipa possíveis imprevistos ou situações novas de tal maneira que, diante delas, não se torna necessária a elaboração de um novo plano de ação” (p. 55).



A Tecnologia faz a Diferença

Nesse sentido, a flexibilidade antecipa mudanças, desde as esperadas até as imprevistas. Esse princípio norteia a organização e o planejamento pedagógico da Instituição e ganha concretude em diferentes momentos, como: o Plano de Ensino (Plano de Curso e Plano de Aula), as Reuniões de Colegiado, criação de disciplinas dentro do componente curricular - Conteúdos Complementares Flexíveis e Optativos bem como outros mecanismos de organização de estudos que contemplem conhecimentos relevantes, capazes de responder às demandas pontuais e de grande valor para comunidade interna e externa respeitando os saberes e as experiências do estudante.

5.11. Apoio ao Discente e Permanência

A educação tem sido tomada como uma das respostas ou caminho mais efetivo para alteração das condições socioeconômicas que impedem o exercício pleno da cidadania, além das condições mínimas necessárias para superação da condição de subdesenvolvimento dos países. Essa discussão pode ser referenciada em autores como Carlos Hasenbalg (2002), Luiz Antônio Cunha (1997), e no relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2008). Os estudos sobre equidade também colaboraram para a compreensão do espectro do desenvolvimento de políticas públicas e ações sociais voltadas à minimização das desigualdades sociais e econômicas que grupos socialmente desfavorecidos têm enfrentado, conforme os aportes teóricos encontrados em Clarissa Eckert Baeta Neves et al. (2007).

Assim, visando minimizar as desigualdades sociais e contribuir para que o acadêmico entre e permaneça no ensino superior, a FACDIN, em consonância com seu NDE, pensou em ações de permanência, ouvindo seus discentes e docentes durante as reuniões do Colegiado. Como primeira ação pensou-se em promover uma aula inaugural, com a apresentação do curso, dos professores e da direção. A seguir levar os acadêmicos para conhecerem as instalações da Faculdade e somente após esse “passeio do conhecimento” é que irão para a sala de aula.

A partir do desenvolvimento das aulas, será feito acompanhamento individual do acadêmico e quando detectada alguma necessidade, por meio do professor das diversas disciplinas, ou do coordenador do Núcleo Psicológico e NAE - Núcleo de Atendimento ao Estudante o acadêmico será convidado a participar do nivelamento, quer seja de português, de matemática e ou de informática. O nivelamento será realizado no contraturno, ou aos sábados, priorizando a interpretação de texto.



A Tecnologia faz a Diferença

5.12. Acessibilidade

Outra ação pensada foi a busca por condições igualitárias de acesso ao ensino, à pesquisa e à extensão para os estudantes com deficiência sensorial, física, dificuldade de aprendizagem e com necessidades educacionais específicas. O objetivo é atender aos princípios da educação para todos, oferecendo facilidades para pessoas com deficiência inseridas no mundo acadêmico. O Plano de Promoção de Acessibilidade permitirá o atendimento prioritário, imediato e diferenciado para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

O caso de ocorrer a matrícula de um aluno com deficiência visual há o compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada, até que o aluno conclua o curso:

- De manter sala de apoio equipada com: máquina de braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e fotocopiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, réguas de leitura, scanner acoplado a computador;
- De adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

Quanto à deficiência auditiva a FACDIN se compromete, até que o aluno conclua o curso a:

- De propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente, quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- De adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- De estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado.
- De proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.

Quanto transtorno do espectro autista é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantindo a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior. Tal direito será assegurado nas



A Tecnologia faz a Diferença

políticas de educação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, de acordo com os preceitos da Convenção.

5.13. Bolsas

Outra ação para permanência são as bolsas que a gestão da FACDIN buscou e regulamentou os convênios, tais como PROBEM, PROUNI, FIES e também as bolsas que a própria FACDIN oferece, conforme a tabela abaixo:

DESCONTO DE PONTUALIDADE (-10%)
BOLSA FAMILIAR (-10%)
BOLSA FAMILIAR COM PONTUALIDADE (-10%) + (-10%)
BOLSA FUNCIONÁRIO PÚBLICO, EMPRESA PRIVADA OU MEI (-10%)
BOLSA FUNCIONÁRIO PÚBLICO, EMPRESA PRIVADA OU MEI COM PONTUALIDADE (-10%) + (-10%)

Outra bolsa de permanência que foi criada é a BOLSA ENEM, conforme descrita a seguir:

- ✓ De 1 a 450: 10% de desconto ADICIONAL ao Preço do Site! (A PARTIR DE 57% de desconto, considerando a cumulatividade com as bolsas pagante/incentivo, primeiro semestre e com a pontualidade);
- ✓ De 451 a 750: 15% de desconto ADICIONAL ao Preço do Site! (A PARTIR DE 59% de desconto, considerando a cumulatividade com as bolsas pagante/incentivo, primeiro semestre e com a pontualidade);
- ✓ De 751 a 900: 60% de desconto ADICIONAL ao Preço do Site! (A PARTIR DE 80% de desconto, considerando a cumulatividade com as bolsas pagante/incentivo, primeiro semestre e com a pontualidade);
- ✓ Acima de 901: 100% de desconto.

Além dessas bolsas, em 2025, o Município de Santa Terezinha criou, em 2025, o PROGRAMA EDUCA MAIS SANTA TEREZINHA e passou a garantir a permanência de estudantes de baixa renda na FACDIN doando bolsa parcial e integral e adota política diversificada de bolsas e financiamentos, visando democratizar o acesso ao ensino superior:

- PROUNI
- FIES
- PROBEM (OVG)
- Programa Educa Mais Santa Terezinha
- Bolsa ENEM



A Tecnologia faz a Diferença

- Bolsas institucionais (pontualidade, familiar, convênios, monitoria e iniciação científica)

Essas políticas são acompanhadas por indicadores de permanência e adimplência, sendo avaliadas quanto ao impacto na redução da evasão.

5.13.1. Acessibilidade e Inclusão

A Instituição mantém Plano de Promoção de Acessibilidade, assegurando:

- eliminação de barreiras arquitetônicas;
- banheiros e mobiliários adaptados;
- intérprete de LIBRAS quando necessário;
- flexibilidade avaliativa;
- equipamentos de tecnologia assistiva;
- disciplina de LIBRAS.

O atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista e outras necessidades específicas observa a legislação vigente e os princípios da educação inclusiva.

A acessibilidade é compreendida como dimensão estrutural e pedagógica.

5.13.2. Atendimento Extraclasse e Comunicação Acadêmica

O atendimento extraclasse é institucionalizado, com carga horária específica para docentes em regime integral e parcial.

São disponibilizados:

- atendimento presencial personalizado;
- comunicação via grupos de WhatsApp;
- grupos institucionais de comunicação;
- acesso online a planos de ensino, notas e frequência.

5.13.3. Núcleo de Acompanhamento ao Egresso (NAEg)

O NAEg promoverá acompanhamento permanente da trajetória profissional dos egressos.

Objetivos:

- avaliar adequação do perfil do egresso ao PPC;
- subsidiar reformulações curriculares;
- fomentar educação continuada;
- manter banco de dados atualizado.



A Tecnologia faz a Diferença

Os dados coletados alimentarão relatórios institucionais e a CPA.

5.13.4. Organização Estudantil e Ouvidoria

A representação discente nos colegiados garante participação democrática.

A Ouvidoria atua como canal permanente de escuta qualificada, assegurando:

- confidencialidade;
- encaminhamento ágil;
- monitoramento das demandas;
- relatórios gerenciais para melhoria institucional.

5.13.5. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)

As TICs são integradas ao processo de ensino-aprendizagem por meio de:

- plataforma acadêmica de gestão escolar digital;
- recursos audiovisuais;
- softwares educacionais;
- comunicação institucional online;
- apoio às atividades práticas e extensão.

5.14. Tecnologias no Ensino Jurídico

O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN compreende que as tecnologias digitais constituem instrumentos indispensáveis à formação jurídica contemporânea, uma vez que o exercício profissional do Direito tem sido profundamente impactado pela informatização dos processos, pelo uso de plataformas eletrônicas, pela pesquisa em bases digitais, pela inteligência artificial, pela proteção de dados, pela comunicação em rede e pelas novas formas de acesso à justiça.

Nesse sentido, o uso das tecnologias no ensino jurídico da FACDIN tem como finalidade ampliar as possibilidades de aprendizagem, favorecer a autonomia intelectual dos estudantes, fortalecer a pesquisa jurídica, dinamizar as práticas pedagógicas e preparar os acadêmicos para atuar em um cenário profissional cada vez mais tecnológico, sem perder de vista os princípios éticos, humanísticos e sociais que orientam a formação do bacharel em Direito.

No desenvolvimento das atividades acadêmicas, os docentes utilizam recursos tecnológicos como ambientes virtuais de aprendizagem, sistemas acadêmicos, biblioteca



A Tecnologia faz a Diferença

virtual, bases de dados jurídicas, legislações digitais, jurisprudência on-line, recursos audiovisuais, ferramentas de pesquisa, plataformas de comunicação, simuladores, estudos de caso digitais e demais instrumentos que favoreçam a aprendizagem ativa, crítica e colaborativa.

A inserção das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem ocorre de forma articulada às metodologias adotadas pelo curso, especialmente em aulas expositivas dialogadas, seminários, oficinas, projetos integradores, atividades extensionistas, iniciação científica, práticas jurídicas simuladas, elaboração de peças processuais, estudos de jurisprudência, análise de casos concretos e atividades desenvolvidas no Núcleo de Prática Jurídica — NPJ.

No âmbito da formação prática, o estudante é incentivado a conhecer e utilizar ferramentas relacionadas ao processo judicial eletrônico, à pesquisa jurisprudencial, à consulta legislativa, à organização documental, à produção textual jurídica e à comunicação profissional. Essa vivência contribui para aproximar a formação acadêmica da realidade das carreiras jurídicas e das demandas do mundo do trabalho.

A FACDIN também reconhece a importância de discutir criticamente os impactos das novas tecnologias no campo jurídico, especialmente no que se refere à inteligência artificial, à proteção de dados pessoais, aos crimes cibernéticos, à segurança da informação, à ética digital, às provas digitais, ao acesso à justiça digital e às desigualdades de acesso às tecnologias. Desse modo, o curso busca formar profissionais capazes de utilizar os recursos tecnológicos de forma responsável, ética, segura e socialmente comprometida.

As tecnologias são compreendidas não como substitutas da mediação docente, mas como recursos pedagógicos que potencializam o ensino, a pesquisa, a extensão e a prática jurídica. O professor permanece como mediador essencial do processo formativo, orientando o uso crítico das ferramentas digitais, estimulando a análise, a reflexão, a argumentação, a criatividade e a construção do conhecimento jurídico.

No contexto regional em que a FACDIN está inserida, o uso das tecnologias também contribui para ampliar o acesso à informação jurídica, favorecer ações de educação em direitos, apoiar projetos extensionistas nas escolas e comunidades, fortalecer a comunicação institucional e aproximar a Faculdade das demandas sociais de Santa Terezinha de Goiás e dos municípios circunvizinhos.

Dessa forma, as tecnologias no ensino jurídico do Curso de Direito da FACDIN constituem elemento estratégico para a formação de bacharéis preparados para os desafios contemporâneos da profissão, capazes de atuar com domínio técnico, pensamento crítico,



A Tecnologia faz a Diferença

responsabilidade ética, sensibilidade social e compromisso com a justiça, a cidadania e o desenvolvimento humano e regional.

5.15. Apoio ao discente

O apoio ao discente no Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN constitui dimensão essencial da organização didático-pedagógica, tendo como finalidade favorecer o ingresso, a permanência, a aprendizagem, o desenvolvimento acadêmico, a inclusão, a participação estudantil, a formação profissional e a conclusão exitosa do curso.

A FACDIN compreende que o estudante deve ser acompanhado em sua trajetória acadêmica de forma integral, considerando não apenas o desempenho nas disciplinas, mas também suas condições de permanência, suas necessidades pedagógicas, psicopedagógicas, sociais, tecnológicas, culturais e profissionais. Nesse sentido, o apoio ao discente articula-se às políticas institucionais previstas no PDI, ao Projeto Pedagógico do Curso, às ações da Coordenação, da Secretaria Acadêmica, do Núcleo de Apoio Psicopedagógico, do Núcleo de Estágio, TCC, Pesquisa, Extensão e Atividades Complementares, da Biblioteca, da Ouvidoria, da CPA e dos demais setores institucionais.

A Secretaria Acadêmica constitui importante espaço de atendimento ao estudante, sendo responsável pelo registro, controle e acompanhamento da vida acadêmica, desde o ingresso até a conclusão do curso. Esse setor centraliza serviços como matrícula, rematrícula, emissão de documentos, requerimentos, declarações, informações sobre frequência, notas, avaliações, aproveitamento de estudos e demais procedimentos acadêmicos e administrativos. O PPC já destaca que a Secretaria Acadêmica é ponto de referência do aluno em suas relações com a Instituição.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico — NAP atua no acompanhamento dos estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, necessidades educacionais específicas, demandas emocionais ou situações que possam interferir em seu desempenho acadêmico. Esse apoio é desenvolvido em articulação com a Coordenação do Curso e com os docentes, visando promover estratégias de acolhimento, orientação, encaminhamento, acessibilidade, permanência e melhoria do processo de ensino-aprendizagem. O PPC registra que a assessoria psicopedagógica atende docentes e discentes e contribui para o desenvolvimento das atividades de graduação e pós-graduação.

No Curso de Direito, o apoio ao discente também se concretiza por meio do acompanhamento do rendimento acadêmico, da frequência, da participação nas atividades



A Tecnologia faz a Diferença

curriculares e extensionistas, das práticas jurídicas, dos estágios, das atividades complementares e da iniciação científica. A Coordenação do Curso, juntamente com o corpo docente, realiza atendimento aos estudantes, promove reuniões com representantes de turma, identifica dificuldades, propõe ações de nivelamento, orienta o percurso formativo e encaminha demandas aos setores competentes.

A FACDIN disponibiliza aos estudantes espaços e recursos de apoio à aprendizagem, tais como biblioteca física e virtual, laboratórios, recursos tecnológicos, sistemas acadêmicos, ambientes de estudo, orientação docente, atividades de monitoria, oficinas, palestras, seminários, eventos acadêmicos, projetos de extensão, iniciação científica e ações culturais. Tais recursos contribuem para o desenvolvimento da autonomia intelectual, da formação crítica e da qualificação profissional.

O Núcleo de Estágio, TCC, Pesquisa, Extensão e Atividades Complementares desempenha papel relevante no apoio à formação prática e acadêmica dos estudantes, orientando-os quanto ao cumprimento das atividades obrigatórias e complementares previstas no PPC. No caso do Curso de Direito, esse apoio articula-se também ao Núcleo de Prática Jurídica — NPJ, ao estágio supervisionado, aos projetos integradores, à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, à participação em eventos e à produção científica.

O apoio ao discente contempla, ainda, a preparação dos acadêmicos para avaliações externas e desafios profissionais, especialmente o ENADE e o Exame de Ordem da OAB. Para tanto, poderão ser desenvolvidas ações como, simulados, oficinas de leitura e interpretação, estudos dirigidos, revisão de conteúdos, resolução de questões, palestras, acompanhamento de desempenho e orientação acadêmica.

A participação estudantil é estimulada por meio da representação discente nos órgãos colegiados, reuniões com representantes de turma, Centro Acadêmico, atividades culturais, científicas, extensionistas e institucionais. Esses espaços favorecem o protagonismo discente, a escuta qualificada, a gestão participativa e o fortalecimento do vínculo entre estudantes, Coordenação, docentes e Instituição.

A Ouvidoria constitui canal institucional de comunicação, acolhimento e encaminhamento de manifestações, sugestões, reclamações, elogios e demandas da comunidade acadêmica. Sua atuação contribui para a transparência institucional, a melhoria dos serviços prestados, a resolução de conflitos e o aperfeiçoamento contínuo das práticas acadêmicas e administrativas.



A Tecnologia faz a Diferença

A política de apoio ao discente também observa os princípios da inclusão e da acessibilidade, assegurando atenção aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, necessidades educacionais específicas ou dificuldades de aprendizagem. As ações são planejadas de modo a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, respeitando a diversidade e a dignidade humana.

Dessa forma, o apoio ao discente no Curso de Direito da FACDIN constitui um conjunto articulado de ações acadêmicas, pedagógicas, psicopedagógicas, administrativas, tecnológicas, culturais e profissionais, voltadas à formação integral do estudante. Tais ações reafirmam o compromisso institucional com a qualidade do ensino, a permanência estudantil, a inclusão, a responsabilidade social, o desenvolvimento de competências e a formação de bacharéis em Direito críticos, éticos, humanistas e preparados para atuar com excelência na sociedade.

5.16. Acompanhamento do PPC pelo NDE, Colegiado e CPA

O acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN constitui processo permanente, sistemático e participativo, desenvolvido com a finalidade de assegurar a coerência entre a proposta formativa do curso, as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Plano de Desenvolvimento Institucional — PDI, o Projeto Pedagógico Institucional — PPI, o perfil do egresso, a matriz curricular, as metodologias de ensino, os processos avaliativos, as práticas jurídicas, a extensão, a iniciação científica e as demandas da comunidade acadêmica e regional.

Esse acompanhamento é realizado de forma integrada pelo Núcleo Docente Estruturante — NDE, pelo Colegiado do Curso, pela Coordenação e pela Comissão Própria de Avaliação — CPA, cada qual com atribuições específicas, mas articuladas em torno da melhoria contínua da qualidade acadêmica e da consolidação da identidade formativa do Curso de Direito.

O Núcleo Docente Estruturante — NDE atua diretamente na concepção, consolidação, acompanhamento, avaliação e atualização permanente do PPC. Cabe ao NDE analisar a coerência da matriz curricular, dos planos de ensino, das ementas, das bibliografias, das metodologias, das atividades extensionistas, do estágio supervisionado, do Núcleo de Prática Jurídica e das práticas avaliativas, propondo adequações sempre que identificadas necessidades acadêmicas, legais, pedagógicas ou institucionais.

O NDE também acompanha os resultados das avaliações internas e externas, os indicadores acadêmicos, o desempenho discente, as demandas apresentadas por professores e estudantes, os relatórios da CPA, os resultados do ENADE, a preparação para o Exame de



A Tecnologia faz a Diferença

Ordem da OAB e as transformações do campo jurídico. A partir dessas análises, propõe ações de melhoria, atualização curricular, formação docente, fortalecimento das metodologias de ensino e aprimoramento das práticas formativas.

O Colegiado do Curso, por sua vez, constitui instância acadêmico-administrativa de deliberação, acompanhamento e avaliação das ações do curso. Compete ao Colegiado analisar e aprovar propostas encaminhadas pela Coordenação e pelo NDE, deliberar sobre questões pedagógicas, acompanhar a execução do PPC, discutir demandas docentes e discentes, avaliar o desenvolvimento das atividades acadêmicas e contribuir para a definição de estratégias voltadas à qualidade do curso.

A Comissão Própria de Avaliação — CPA exerce papel fundamental no processo de acompanhamento do PPC, ao produzir dados e informações decorrentes da autoavaliação institucional. Os resultados da avaliação realizada pela CPA subsidiam a Coordenação, o NDE e o Colegiado na identificação de potencialidades, fragilidades e oportunidades de melhoria relacionadas à organização didático-pedagógica, corpo docente, infraestrutura, atendimento discente, comunicação institucional, gestão acadêmica e responsabilidade social.

A Coordenação do Curso atua como instância articuladora entre NDE, Colegiado, CPA, Direção Acadêmica, docentes, discentes e demais setores institucionais. Cabe à Coordenação acompanhar a execução das ações previstas no PPC, sistematizar demandas, promover reuniões pedagógicas, encaminhar propostas de melhoria, acompanhar os planos de ensino, monitorar o desempenho acadêmico e assegurar que as deliberações dos órgãos colegiados sejam implementadas no cotidiano do curso.

O acompanhamento do PPC ocorre por meio de reuniões ordinárias e extraordinárias, análise de documentos institucionais, avaliação dos planos de ensino, escuta de professores e estudantes, reuniões com representantes de turma, análise dos resultados da CPA, acompanhamento das atividades extensionistas, relatórios de estágio, registros do Núcleo de Prática Jurídica, produção científica, desempenho em avaliações internas e externas e demais evidências acadêmicas.

Esse processo permite que o PPC seja compreendido como um documento vivo, dinâmico e permanentemente atualizado, capaz de responder às transformações sociais, jurídicas, tecnológicas, econômicas, ambientais e culturais que impactam a formação em Direito. Dessa forma, o curso evita a fragmentação curricular e fortalece a integração entre teoria e prática, ensino, iniciação científica, extensão, responsabilidade social e atuação profissional.



A Tecnologia faz a Diferença

As decisões decorrentes do acompanhamento do PPC são registradas em atas, relatórios, planos de ação, pareceres, registros acadêmicos e demais documentos institucionais, constituindo evidências do compromisso da FACDIN com a gestão acadêmica participativa, a avaliação contínua e o aperfeiçoamento permanente do Curso de Direito.

Assim, o acompanhamento do PPC pelo NDE, Colegiado e CPA reafirma o compromisso da Faculdade Dinâmica com a qualidade da educação jurídica, a formação integral do estudante, a atualização curricular, a responsabilidade social, a transparência institucional e a busca permanente pela excelência acadêmica no processo de reconhecimento do Curso de Bacharelado em Direito.



6. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

Compreende-se que o ensino, a pesquisa e a extensão são elementos basilares da graduação e que devem ser desenvolvidos de modo integrado no Curso, considerando o caráter especial inerente a educação profissionalizante.

6.1. Pesquisa

A pesquisa, como processo dinamizador das atividades acadêmicas, concretiza-se em práticas investigativas, teóricas ou empíricas, desenvolvidas através das disciplinas que constituem a matriz curricular do Curso, tais como: pesquisa bibliográfica, estudos de caso, pequenos trabalhos de campo sob orientação dos docentes, estudos exploratórios, dentre outros. Esses procedimentos pedagógicos são essenciais para o desenvolvimento dos conteúdos e para a formação das competências necessárias para o bacharel em Direito.

O acadêmico é orientado a pesquisar durante todo o curso, e buscará ferramentas para pesquisa on-line: currículos Lattes, SSRN, Academia.edu, Google Scholar, etc. Fichamentos de textos e suas técnicas. Resumos, paráfrases e citações. Normas de referência: legislação, decisões judiciais, livros, capítulos de livros e artigos científicos. Plágio e suas consequências legais. “Lei”. Exposição de motivos. Texto legal e sua estrutura: partes preliminar, normativa e legal. Lei Complementar 95 de 1998. Revogação (ab-rogação e derrogação). Identificação de material normativo relevante: pesquisas nas bases de dados da Câmara e do Senado; pesquisa em agências reguladoras e outros órgãos da administração pública. Interpretação do material normativo relevante: interpretação histórica, teleológica e sistemática; processo legislativo e “vontade do Legislador”. Decisões judiciais – primeira instância: decisões intermediárias e decisões finais. Os elementos de uma decisão judicial. Decisões judiciais – segunda instância e instâncias especiais: órgãos julgadores de um tribunal. Regimentos internos. Decisões monocráticas e acórdãos. Instrumentos de pesquisa nos portais de internet de tribunais superiores (ST, STJ e TST).

Os acadêmicos são orientados para a produção científica e também para a publicação dos resultados da pesquisa. A instituição incentiva a participação em congressos, seminários e demais formas de iniciação científica.



A Tecnologia faz a Diferença

As atividades de pesquisas desenvolvidas abrangem: Formação de grupos de estudo, elaboração de artigos científicos, organização de feira científica, participação de congressos na área, convênios de intercâmbio e monitorias.

O trabalho de conclusão de curso (TCC) é uma das formas de iniciação científica e permite ao aluno a demonstração das competências e habilidades adquiridas com o curso, é um trabalho individual, orientado pelos docentes e compreende pesquisa ou estudo de caso, em qualquer área do conhecimento relacionada ao curso e que quando concluído é apresentado a uma banca examinadora, em sessão pública de defesa.

Na página 138 está mais explícito a iniciação científica e as linhas de pesquisa do Curso de Direito.

6.2. Extensão

A extensão é ofertada, preferencialmente, a partir dos encaminhamentos metodológicos que valorizarão o ensino pela pesquisa como possibilidade para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica e a disseminação dos resultados para os diversos segmentos sociais.

A extensão é um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, com o objetivo de fortalecer a relação entre a Faculdade e a sociedade em geral. As atividades de Extensão poderão ser desenvolvidas sob forma de programas, projetos, cursos, eventos culturais e científicos, serviços prestados à comunidade e outras ações que possam assegurar o compromisso social estabelecido na missão da Faculdade Dinâmica.

Em atendimento à Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Direito optou por realizar a curricularização da extensão a partir do ano de 2022.

6.3. Ensino

De modo a contribuir significativamente para a evolução qualitativa da formação acadêmica dos discentes de graduação e incentivar a formação de profissionais docentes em prol de uma qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica elevada, o ensino viabilizará a execução de projetos inovadores os quais priorizem ações:

- **Preventivas:** consiste sempre em procurar a melhoria do processo ensino aprendizagem.



A Tecnologia faz a Diferença

- **Construtivas:** de maneira positiva e cooperativa procurar sempre auxiliar o corpo docente a superar suas dificuldades, por meio de formação continuada.
- **Criativas:** estimular habilidades individuais de cada um e buscar novos caminhos para superar os desafios impostos pelo sistema educacional.

Para o planejamento das atividades de ensino aprendizagem, a coordenação de curso e o NDE, apoiado pela Diretoria Acadêmica, organizou junto com os respectivos docentes os Planos de Aprendizagem explicitando de forma muito clara o Tema de Estudo e os Objetivos de Aprendizagem. Disponibilizou-se ainda em cada Plano de Aprendizagem as Habilidades e Competências previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para que os docentes, no desenvolvimento da ação educativa, possam a cada instante dar mais significado ao estudante. Construiu-se depois todo o referencial bibliográfico e acrescentou-se como diferencial artigos e vídeos com conteúdo de ponta e relacionados ao tema da disciplina e ao perfil do egresso.

No processo de aprendizagem, o desenvolvimento da postura reflexiva e de visão crítica que fomenta a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica será estimulado por meio das atividades propostas aos estudantes no plano de curso. Os estudantes, já no momento da matrícula terão à sua disposição os Planos de Aprendizagem, que como instrumento vivo e flexível, poderá ser ampliado durante o curso com complementação de artigos de ponta que possam enriquecer o material e consequentemente enriquecer o processo ensino aprendizagem.

6.4. Atividades complementares

As Atividades Complementares são de cunho acadêmico, científico e cultural, articuladas à formação, tendo como objetivo geral flexibilizar o currículo, oportunizando aos alunos o aprofundamento temático e interdisciplinar.

Os componentes curriculares possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. Haja vista que as mesmas se constituem em componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado.

Portanto, trabalha-se por atividades complementares a participação em iniciação científica, projetos multidisciplinares, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos,



A Tecnologia faz a Diferença

seminários, palestras, congressos, encontros, simpósios, mesas redondas, ciclos de debates, estágios extracurriculares sem vínculo empregatício, atividades de extensão e outras atividades científicas, cursos livres, participação em fóruns, colóquios, cursos, Jornada Jurídica, Sarau Cultural, Semana Acadêmica, visitas técnicas, apresentação de bancas de TCC, oficinas pedagógicas e outras atividades realizadas na própria Instituição ou em outras Instituições, devidamente validadas pela Coordenação do Curso e de acordo com o Regulamento de Atividades Complementares. Cabe ressaltar que especificamente no curso de direito, o Projeto Processo IN foco, ocorre no primeiro semestre letivo de cada ano e a Jornada Jurídica ocorre no segundo semestre.

Não será permitido para efeito de computar a totalidade das (320) trezentas e vinte horas de Atividades Complementares, certificados de participação em ações ou eventos de qualquer natureza que ultrapasse o limite de 40 horas. Sendo que todos os certificados deverão conter o CNPJ da instituição que promoveu, discriminando a carga horária, o conteúdo trabalhado e as respectivas assinaturas.

Além das disciplinas teóricas e práticas, estão previstas atividades complementares para todos os cursos de graduação da Faculdade Dinâmica, visando uma maior autonomia e flexibilidade ao aluno no desenvolvimento do currículo. São três os tipos de atividades complementares que podem ser desenvolvidas na Faculdade:

- Atividades complementares como instrumento de integração e conhecimento do aluno da realidade social, econômica e do trabalho de sua área/curso;
- Atividades complementares como instrumento de iniciação à pesquisa e ao ensino;
- e
- Atividades complementares como instrumento de iniciação profissional.

As atividades complementares têm o objetivo de fornecer aos alunos a oportunidade de realizar o curso com maior autonomia a partir de conteúdos extracurriculares, que lhe permitam enriquecer os conhecimentos adquiridos ao longo do curso e são compreendidas como toda e qualquer atividade, não previstas no desenvolvimento regular das disciplinas, obrigatórias ou eletivas, do currículo pleno do curso, desde que adequadas à formação acadêmica e ao aprimoramento pessoal e profissional do aluno (atividades aderentes à sua área de formação, geral ou específica).

A normatização das atividades complementares foi desenvolvida pelos Colegiados dos Cursos, em consonância e aprovação do NDE, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela



A Tecnologia faz a Diferença

FACDIN e pelo Ministério da Educação e serão computadas no sistema de créditos, para efeito de integralização do total previsto para o curso.

As atividades complementares previstas no projeto pedagógico do curso de Direito, deverão ser realizadas ao longo dos 10 (dez) semestres do curso, observados os limites estabelecidos para cada curso, em conformidade com a legislação pertinente, sendo orientadas e avaliadas por docentes, de acordo com os critérios estabelecidos pelo projeto pedagógico específico.

São compreendidas como atividades complementares as seguintes modalidades, entre outras que vierem a ser aceitas pelo Colegiado de Curso: a frequência e o aproveitamento em disciplinas ou cursos não incluídos no currículo pleno do curso de graduação em que estiver matriculado o aluno; o exercício efetivo de monitoria; o exercício de estágio extracurricular; a participação em atividades extraclasse; a participação em projetos de iniciação científica; o trabalho de pesquisa e de redação de artigo ou ensaio, publicado em jornal ou revista acadêmica, impressa ou eletrônica; a participação em grupos de estudo; a apresentação de trabalhos em eventos culturais ou científicos; o comparecimento a sessões públicas de defesa de trabalho de final de curso, de defesa de dissertações de mestrado ou de teses de doutorado; a participação em atividades de extensão; o exercício de cargo de representação estudantil em entidade nacional ou estadual.

As Atividades Complementares estão devidamente regulamentadas, sendo adequadas quanto aos aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento orientação, coordenação, com a devida divulgação em seu site dos: (manuais de apoio atualizados e dos trabalhos finais). Eis o regulamento geral das Atividades Complementares, aplicável aos cursos de bacharelado e licenciatura:

6.4.1. Regulamento das atividades complementares

Capítulo I - Das Disposições Preliminares

Art. 1º As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por intermédio de avaliação dos Colegiados de Cursos e das Coordenações, das habilidades, conhecimentos e competências do aluno, compreendidas, inclusive, aquelas adquiridas fora do âmbito da Faculdade Dinâmica, incluindo cursos, estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, e interdisciplinares, especialmente no tocante às relações profissionais, nas ações de iniciação científica e de ensino que associam teoria e prática e nas ações de extensão desenvolvidas juntamente à comunidade.



A Tecnologia faz a Diferença

Art. 2º As Atividades Complementares têm como principal objetivo estimular a participação dos alunos em experiências diversificadas que possam contribuir para a sua formação profissional.

Art. 3º As Atividades complementares, cuja realização é indispensável à colação de grau, serão planejadas de forma a propiciar que os alunos de graduação dos cursos da Faculdade Dinâmica as realizem no decorrer de todos os semestres letivos.

§ 1º As atividades complementares nos cursos de bacharelado e licenciatura são regidas por este regulamento e pelo que dispõe a legislação do ensino superior vigente que trata sobre este assunto.

§ 2º As cargas horárias obtidas pelos alunos devem ter relação direta com os princípios fundamentais dos cursos e serão lançadas no Histórico Escolar do aluno, desde que devidamente comprovadas e observando-se as diretrizes regulamentadas.

§ 3º O Projeto Pedagógico dos cursos estabelece a carga horária mínima para o exercício das Atividades Complementares.

Capítulo II- Da Coordenação das Atividades Complementares

Art. 4º O Coordenador das Atividades Complementares é indicado pela Direção

Acadêmica da Faculdade Dinâmica, dentre os membros do seu corpo docente, por um período de dois anos e possui as seguintes atribuições:

- I Promover a realização de atividades das quais os alunos dos cursos de graduação possam beneficiar-se;
- II Disponibilizar informações aos alunos dos cursos de graduação sobre as atividades complementares, inclusive fora da Faculdade Dinâmica;
- III Manter, junto à Secretaria Geral, arquivo atualizado contendo a ficha de cada aluno, documentação apresentada e total de horas validadas e registradas no respectivo Histórico Escolar;
- IV Proporcionar, aos alunos dos cursos de graduação, acesso a palestras, seminários, cursos, vídeos informativos, e outras atividades afins;
- V Estabelecer contato com as unidades e órgãos da Faculdade Dinâmica, visando criar, para os alunos dos cursos de graduação, acesso às atividades do seu interesse;
- VI Estabelecer contato com órgãos dos Poderes Públicos, instituições públicas e privadas, entidades assistenciais e organismos não governamentais, entre outros, com o objetivo de proporcionar aos alunos dos cursos de graduação a possibilidade de desenvolver atividades em parceria com estas instituições;



A Tecnologia faz a Diferença

VII Apreciar os requerimentos de alunos e professores sobre questões pertinentes às atividades complementares;

IX Apreciar e decidir sobre a validação das atividades realizadas pelos alunos para efeito de cumprimento das atividades complementares;

X Fiscalizar o arquivamento adequado dos certificados e demais informações sobre as atividades cumpridas pelos alunos;

XI Fixar o limite de aproveitamento da carga horária cumprida pelo aluno em cada evento para o cômputo das Atividades Complementares, independentemente da carga horária total prevista na atividade.

Capítulo III - Da Realização das Atividades Complementares e seu Aproveitamento

Art. 5º As Atividades Complementares desdobram-se entre os níveis de ensino, iniciação científica e extensão.

Parágrafo único. Estas atividades devem ser realizadas na Faculdade Dinâmica ou em outras instituições.

Art. 6º As Atividades Complementares a serem realizadas e suas respectivas cargas horárias estão elencadas nos quadros a seguir:

Tabela 4: Atividades de Ensino

Atividades	Horas/ Semestre	Horas Totais	Comprovação
Visitas Técnicas fora da Carga Horária da Disciplina	Até 4 horas por visita	20	Relatório do professor orientador
Monitorias	Até 50	100	Relatório do professor orientador
Estágio Extracurricular	30% da CH Total do estágio	30% da CH Total do estágio	Declaração da Empresa/Instituição constando atividades desenvolvidas, carga horária e profissional responsável pelo acompanhamento do estágio
a) Disciplinas eletivas, em áreas afins (em outros cursos); b) Disciplinas isoladas, em áreas afins (em outras instituições); c) Eventos diversos nas áreas do curso ou afins (seminários, simpósios, congressos, conferências, palestras, etc.);	40% da CH total da disciplina e ou do Curso	40% da CH total da disciplina e ou do Curso	Apresentação de Histórico constando a disciplina cursada com nota e aprovação



A Tecnologia faz a Diferença

d) Cursos (presenciais e à distância) e atividades de nivelamento; e) Assistir, comprovadamente, à defesa de TCC, mestrado ou doutorado (dentro ou fora da Instituição); f) Oficinas de redação e produção de textos	TCC-30min Mestrado - 1h Doutorado 5h	TCC-30min Mestrado -1h Doutorado 5h	Declaração de participação em banca de TCC, Mestrado e ou doutorado
--	--	---	---

Tabela 5: ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Atividades	Horas/Semestre	Carga horária máxima	Comprovação
Participação em Congressos, Seminários, Simpósios na área afim	1 hora de evento = 1 hora de AC	100	Certificado de participação
Iniciação Científica incluindo pesquisas realizadas fora da IES	10 horas por trabalho	80	Relatório do professor orientador
Apresentação de trabalhos em eventos	Até 2 horas por trabalho	16	Certificado de apresentação
Publicação de artigos na área	Até 4 horas por artigo	32	Cópia do artigo
Participação em Atividades de IES	Até 20 horas por semestre	100	Relatório do professor orientador
Eventos diversos promovidos pela IES	1 hora = 1 hora de AC	100	Certificado de participação
Eventos diversos fora da IES	1 hora = 1 hora de AC	50	Certificado de participação
Trabalho Voluntário orientado e assistido pela Faculdade	Até 20 horas por semestre	80	Relatório do professor orientador
Grupo de Estudos orientado e assistido pela Faculdade	Até 10 horas por semestre	40	Relatório do professor orientador
Atendimento à comunidade no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ)	Até 10 horas por semestre	40	Relatório do professor orientador
Participação na Semana Jurídica – atendendo à comunidade – 5h Como ouvinte 2h	5 ou 2 horas de AC	40	Relatório do professor orientador
Palestras, Cursos e Minicursos	1 hora de evento = 1 hora de AC	50	Certificado de participação



A Tecnologia faz a Diferença

Art. 7º No cômputo das Atividades Complementares respeitar-se-ão as descrições e os limites de carga horária estabelecidos nos quadros acima.

§ 1º A Tabela de Atividades Complementares poderá ser alterada a qualquer tempo, em consonância com a filosofia e os objetivos explicitados no art. 1º deste Regulamento, a critério dos Colegiados dos Cursos de graduação.

Art. 8º Cabe ao aluno, encaminhar a documentação comprobatória de sua participação em atividades de ensino e/ou extensão, entregando-a ao Núcleo de Estágio, TCC, Pesquisa, Extensão e Atividades Complementares, para lançamento e computação da respectiva carga horária.

§ 1º Caso o aluno não esteja regularmente matriculado na Faculdade Dinâmica, não será possível o aproveitamento da atividade cumprida no mesmo semestre, impondo-se sua matrícula no semestre seguinte e adoção do procedimento de aproveitamento das atividades realizadas no período de afastamento.

Art. 9º O aproveitamento das Atividades Complementares na integralização do currículo obedecerá ao sistema de pontuação de crédito-hora de atividade.

Art. 10 A Coordenação de cada curso poderá exigir, a qualquer momento, sempre que houver dúvida ou insuficiência da documentação apresentada na realização de atividade, independentemente dos requisitos fixados no artigo subsequente, a apresentação de certificados de frequência e participação, notas obtidas, carga horária cumprida, relatórios de desempenho, relatórios circunstanciados dos discentes e quaisquer outras provas ou documentos que permitam o efetivo acompanhamento e avaliação da respectiva atividade complementar.

Art.11 As exigências mínimas para o aproveitamento das atividades complementares e outorga de horas a serem creditadas ao aluno estão definidas nas tabelas do artigo 6º.

Art. 12 Antes de realizar qualquer atividade complementar que não tenha previsão ou pontuação horária pré-fixada nas Tabelas do artigo 6º, o aluno deve, previamente, obter um parecer favorável da Coordenação das Atividades Complementares, inclusive quanto à carga horária a ser considerada e registrada no histórico escolar.

Art. 13 Das decisões do Núcleo de Estágio, TCC, Pesquisa, Extensão e Atividades Complementares denegatórias do aproveitamento de qualquer atividade caberá recurso aos Colegiados dos Cursos de graduação, no prazo de 5 (cinco) dias após a decisão, a ser protocolado na Secretaria Geral da Faculdade Dinâmica.

Art.14 Os casos omissos serão resolvidos e decididos pela Coordenação dos cursos de graduação e Colegiados dos Cursos.



A Tecnologia faz a Diferença

Art. 15 Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior.

A Instituição conta com um sistema de controle dos alunos que participam e a quantidade de horas, para certificação ou declaração contendo os dados do trabalho ou ação executados.

6.5. Iniciação Científica – Estímulo à Pesquisa

A Faculdade Dinâmica, preocupada com a formação sistêmica do seu corpo discente, oferece a estes a oportunidade de desenvolverem-se, aperfeiçoarem-se e qualificarem-se com mais consistência para enfrentarem a competitividade no mercado de trabalho por meio das atividades de iniciação científica. O Curso de Direito incentiva e apoia a pesquisa por meio da concessão de auxílio para a execução de projetos científicos, promoção de congressos e seminários, intercâmbio com outras instituições, divulgação de resultados das pesquisas realizadas e outros meios regulamentar as atividades de pesquisa, nos aspectos relativos à sua organização, administração e funcionamento, assim como os relacionados à sua avaliação e divulgação.

O envolvimento do discente no processo de iniciação à pesquisa científica deverá alicerçar-se em três diretrizes básicas:

- ✓ Completar a formação no curso, através da sua capacitação, engajado num trabalho de relevância social;
- ✓ Acrescentar valor agregado institucional, através do desenvolvimento de novos conceitos e/ou obtenção de resultados concretos, capazes de contribuir, significativamente, para um autêntico progresso da sociedade;
- ✓ Obter resposta para os anseios, necessidades e/ou expectativas da comunidade, identificadas pela instituição.

O curso orientará seu corpo docente e discente, no sentido de observar e otimizar três condições bem definidas:

- Interdisciplinaridade;
- Relevância social;
- Qualidade científica.

A iniciação científica é privilegiada desde o ingresso do aluno através dos trabalhos desenvolvidos ao longo do curso, sempre solicitados dentro das normas da ABNT, ensinadas no 1.º período, na disciplina Metodologia Científica.



A Tecnologia faz a Diferença

A Política de Pesquisa/Iniciação Científica, conforme o PDI, tem como objetivo:

- Integrar a pesquisa científica nas atividades acadêmicas, visando aprimorar a qualidade do ensino.
- Fomentar a discussão e a investigação crítica entre professores, alunos de graduação e pós-graduação, contribuindo para a formação de pesquisadores.
- Desenvolver a pesquisa sobre problemas reais presentes nas diferentes instituições sociais, buscando soluções inovadoras.
- Estabelecer acordos, parcerias e colaborações com outras instituições para o avanço científico, tecnológico e artístico-cultural.

No curso de Direito, a política é aplicada por meio de:

- I. Projeto de Iniciação Científica - A cada ano são abertos editais para submissão de projetos de iniciação científica, orientados por professores. A banca, junto com a Direção Acadêmica e a Coordenação do Curso, avaliam os projetos e oferecem vagas com e sem bolsa.
- II. Projeto de Extensão – Os alunos analisam os dados obtidos em disciplinas correlatas, orientados por professores, e transformam o conhecimento em argumentações escritas e orais para responder aos problemas propostos. O resultado é trabalhado como um projeto de iniciação científica.
- III. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso consiste em um trabalho escrito a ser elaborado pelo aluno, orientado por um professor e submetido à sua aprovação. Deve ser apresentado no formato de artigo científico e proporcionar ao aluno a oportunidade de aprofundar no tema escolhido e demonstrar suas habilidades na identificação, análise e definição de questões relevantes à linha de pesquisa.
- IV. Grupos de Estudo – Grupos temáticos orientados por professores.

Para estimular a iniciação científica foram criadas as linhas de pesquisa do Curso de Direito, são elas;

Linha 1 — Direitos Humanos, Cidadania, Acesso à Justiça e Vulnerabilidades Sociais

Esta linha de pesquisa contempla estudos voltados à efetivação dos direitos fundamentais, à promoção da cidadania, à inclusão social, ao acesso à justiça e à proteção de grupos em situação de vulnerabilidade. Busca analisar o papel do Direito na redução das desigualdades sociais e na promoção da dignidade da pessoa humana, considerando as demandas locais, regionais e nacionais.



A Tecnologia faz a Diferença

Poderão ser desenvolvidas pesquisas sobre direitos humanos, violência doméstica e familiar, infância e juventude, pessoa idosa, pessoas com deficiência, relações étnico-raciais, populações vulneráveis, acesso à justiça, assistência jurídica, políticas públicas, cidadania, mediação comunitária e atuação do Núcleo de Prática Jurídica.

Linha 2 — Direito, Estado, Regulação e Políticas Públicas

Esta linha dedica-se ao estudo das relações entre Direito, Estado, instituições, democracia, administração pública, políticas públicas e regulação social. Tem como finalidade compreender como as normas jurídicas, as instituições públicas e os mecanismos de controle contribuem para a organização da sociedade, a efetivação dos direitos e a promoção do desenvolvimento regional.

Poderão ser desenvolvidas pesquisas sobre Direito Constitucional, Direito Administrativo, políticas públicas, controle da administração pública, transparência, participação social, gestão pública, orçamento público, educação, saúde, segurança pública, assistência social, direitos sociais, judicialização das políticas públicas e responsabilidade do Estado.

Linha 3 — Direito Ambiental, Minerário, Agrário e Desenvolvimento Sustentável

Esta linha de pesquisa dialoga diretamente com a realidade da região Norte de Goiás, marcada por atividades minerárias, agropecuárias, ambientais e produtivas. Busca estudar os conflitos, responsabilidades, impactos e possibilidades jurídicas relacionadas ao uso dos recursos naturais, à sustentabilidade, à atividade econômica e à proteção do meio ambiente.

Poderão ser desenvolvidas pesquisas sobre Direito Ambiental, Direito Minerário, Direito Agrário, Direito Agropecuário, sustentabilidade, licenciamento ambiental, responsabilidade socioambiental, mineração e comunidades locais, garimpo, recursos naturais, propriedade rural, regularização fundiária, conflitos agrários, proteção ambiental, desenvolvimento regional e justiça socioambiental.

Linha 4 — Relações Privadas, Trabalho, Empresa e Responsabilização Jurídica

Esta linha contempla estudos voltados às relações jurídicas privadas, empresariais, trabalhistas, familiares, consumeristas e patrimoniais, considerando as transformações sociais, econômicas e tecnológicas contemporâneas. Busca analisar as formas de responsabilização jurídica nos âmbitos civil, trabalhista, empresarial, contratual, consumerista e familiar.

Poderão ser desenvolvidas pesquisas sobre Direito Civil, contratos, responsabilidade civil, Direito de Família, sucessões, Direito do Consumidor, Direito Empresarial, relações de trabalho, empreendedorismo, pequenas empresas, comércio regional, prestação de serviços,



A Tecnologia faz a Diferença

proteção patrimonial, obrigações, danos morais e materiais, responsabilização jurídica e solução de conflitos privados.

Linha 5 — Direito, Tecnologia, Inovação e Transformações Sociais

Esta linha de pesquisa volta-se ao estudo dos impactos das tecnologias digitais, da inteligência artificial, dos sistemas eletrônicos, da proteção de dados e das novas formas de comunicação nas relações jurídicas e sociais. Busca preparar o acadêmico para compreender criticamente as transformações tecnológicas que atingem o Direito e o exercício das profissões jurídicas.

Poderão ser desenvolvidas pesquisas sobre Direito Digital, inteligência artificial e Direito, proteção de dados pessoais, crimes cibernéticos, processo eletrônico, provas digitais, ética no uso das tecnologias, acesso à justiça digital, inovação jurídica, plataformas digitais, educação digital, segurança da informação e impactos das tecnologias nas relações sociais e profissionais.

E assim a iniciação científica/pesquisa culmina com o Trabalho de Conclusão de Curso, desenvolvido sob a coordenação de professor específico e orientação de professores indicados de acordo com a temática do trabalho escolhido, que tem como objetivo propiciar aos alunos a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à consulta da bibliografia especializada e à produção científica, e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica.

6.6 Internacionalização do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica

A Faculdade Dinâmica caminha rumo à internacionalização do ensino jurídico com a realização do Projeto Integrador II, componente curricular extensionista do Curso de Direito que integra ensino, pesquisa e extensão por meio da produção acadêmica orientada e do diálogo intercultural.

O projeto tem como eixo central a cooperação acadêmica internacional sem formalização de convênio institucional. Para isso, contará com a participação de professores brasileiros e professores chilenos convidados, que atuarão de forma colaborativa nas etapas de orientação, avaliação e debate dos trabalhos produzidos pelos estudantes.

Essa integração direta entre docentes de diferentes países e sistemas jurídicos proporciona aos acadêmicos uma formação científica mais ampla, crítica e conectada às discussões jurídicas contemporâneas, ampliando horizontes de pesquisa e fortalecendo a compreensão do Direito em perspectiva comparada.

Objetivos do Projeto Integrador II



A Tecnologia faz a Diferença

1. Incentivar a produção científica discente por meio da elaboração de artigos jurídicos em coautoria, desenvolvidos por grupos de até 3 alunos;
2. Promover a internacionalização acadêmica com a participação de professores chilenos convidados nas atividades de orientação, avaliação e mesas de debate;
3. Selecionar 10 artigos de cada instituição participante para compor um _ebook_ com registro ISBN, garantindo visibilidade e circulação nacional e internacional da produção;
4. Publicar os demais trabalhos aprovados em anais com registro*, assegurando a divulgação científica de toda a produção acadêmica do projeto;
5. Estimular a cooperação internacional em ambiente acadêmico* por meio de uma ação extensionista colaborativa, sem vínculo formal de convênio, preservando o caráter voluntário, acadêmico e formativo da iniciativa.

O Projeto Integrador II consolida o compromisso da Faculdade Dinâmica com uma formação jurídica que ultrapassa as fronteiras da sala de aula. Ao articular a produção de conhecimento com a troca de experiências entre Brasil e Chile, o projeto fortalece a extensão universitária como espaço de impacto social e acadêmico, ao mesmo tempo em que qualifica o ensino e fomenta a pesquisa.

A participação dos professores chilenos convidados confere ao projeto um diferencial de internacionalização por meio de prática acadêmica efetiva, sem burocracias institucionais, valorizando a troca de saberes, metodologias e olhares sobre os desafios jurídicos comuns a ambos os países. Dessa forma, a Faculdade Dinâmica reafirma seu papel na formação de juristas com visão global, preparados para atuar em um cenário jurídico cada vez mais conectado, colaborativo e internacional.



7. ESTÁGIO CURRICULAR

De acordo como o Decreto n.º 87.497, de 18 de agosto de 1982 e a Lei do Estágio (Lei 11.788) a atividade curricular de Estágio objetiva aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho de seu meio, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a responsabilidade e coordenação da Instituição de Ensino.

A Faculdade Dinâmica na sua proposta de formação em nível de 3º grau, entende que, complementarmente ao processo de ensino, cabe-lhe viabilizar o aprendizado prático, sob a forma de Estágio que possibilite aos acadêmicos a vivência das atividades inerentes à sua formação humana e profissional.

O Estágio é caracterizado por atividades práticas relacionadas à área de formação do aluno e desenvolvidas, em alguns casos, na própria Instituição, ou em campos de Estágio previamente selecionados, abrangendo Empresas, Órgãos Públicos ou Entidades sem fins lucrativos.

De acordo com o Regulamento de Estágio da FACDIN, nos cursos de Graduação são admitidas as modalidades de Estágio Curricular Não Obrigatório e Estágio Obrigatório.

O Estágio Curricular Não Obrigatório é uma atividade complementar, intencionalmente assumido pela FACDIN e desenvolvido em situação real de trabalho, para o enriquecimento da formação humana e acadêmico-profissional, podendo ser realizado do primeiro ao último período do curso, de acordo com as parcerias estabelecidas entre a FACDIN, Agentes de Integração, Empresas, Órgãos Públicos ou Entidades sem fins lucrativos, podendo ter o caráter de Estágio Profissional, Estágio Sociocultural ou de Iniciação Científica.

O Estágio Curricular Obrigatório é um componente que integraliza a carga horária do Curso, cabendo a FACDIN e ao Concedente de Estágio o acompanhamento, a supervisão e a avaliação do Estagiário, devendo ser realizado a partir da segunda metade do Curso e o acadêmico deverá cumprir 480 (quatrocentas e oitenta) horas de estágio curricular obrigatório.

A operacionalização, acompanhamento, supervisão e avaliação das práticas de Estágio são realizadas com a supervisão do professor orientador de estágio. O Curso de Direito adota o Estágio Supervisionado Obrigatório como componente curricular, o qual é regido por Regulamento próprio, definido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso, em reunião,



A Tecnologia faz a Diferença

juntamente com os professores de Estágio elaboraram as Normas para os Estágios Supervisionados do Curso.

No curso de Direito, a importância do estágio se destaca em duas frentes principais. A primeira delas, notadamente, é formar um profissional com capacidade de trabalho e habilidade para exercer, na prática, todo o complexo teórico desenvolvido ao longo do curso. A Faculdade Dinâmica, a par disso, demonstra preocupação singular em garantir ao futuro profissional do Direito uma posição qualitativa no mercado, o que perpassa, obviamente, por um trânsito efetivo no terreno da prática.

Além disso, a potencialização da capacidade de trabalho decorrente do estágio pressupõe a inserção do aluno-estagiário em um contexto prático-profissional plural e de extrema construção criativa. Para que isso ocorra, a Faculdade Dinâmica projeta apresentar seu projeto acadêmico às instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público, Procuradoria do Município de Santa Terezinha de Goiás, Procuradoria do Estado de Goiás e Fisco Municipal. Nestes casos, o estágio ocorrerá mediante convênio de estágio.

A segunda frente de importância do estágio é entregar ao futuro profissional do Direito uma dialética social ampla, destacada por atividades de estágio que garantam o acesso ao público de todos os segmentos sociais, como forma de garantia de cidadania e, sobretudo, percepção social transformadora.

O estágio pode contribuir, inclusive, com a preparação do aluno para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, a partir dos conhecimentos adquiridos e de situações problema identificadas, como também, fazer uma interface entre teoria e prática, considerando as contingências do mercado. O local escolhido para o estágio deve oferecer condições adequadas e estar disposto a fazer cumprir os procedimentos legais de avaliação do estagiário.

Para facilitar o alcance do conhecimento prático, o Núcleo de Prática Jurídica da FACDIN oferta o estágio curricular obrigatório. No Núcleo de Prática Jurídica serão oferecidas, conforme projeto pedagógico, quatro disciplinas sendo:

- | | |
|--------------------|--|
| - Prática Jurídica | I - Prática Simulada Cível |
| - Prática Jurídica | II - Prática Simulada Penal |
| - Prática Jurídica | III - Prática Simulada Trabalhista |
| - Prática Jurídica | IV - Núcleo de Prática Jurídica - atendimento à comunidade |

É importante destacar que o número de horas de prática jurídica e de atividades complementares, somadas, respeita o limite de 20% da carga horária total do curso, conforme estabelecido na Resolução n.º 02/2007, da CES/CNE, relativa aos cursos de bacharelado. As



A Tecnologia faz a Diferença

disciplinas práticas pertencentes ao estágio curricular obrigatório promoverão experiências de prática jurídica capazes de desenvolver ao longo do curso de graduação habilidades e conhecimentos voltados para o desenvolvimento prático e a formação profissional de futuros bacharéis em direito em áreas de atuação inovadoras e complexas.

O estágio curricular obrigatório oferece atividades simuladas forenses e não forenses atinentes às diversas profissões jurídicas, abrangendo os diversos ramos do Direito. Seu planejamento é efetuado semestralmente pela Coordenação do curso e aprovado pela Direção Acadêmica, obedecendo aos critérios e prioridades definidos no Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica. Essas atividades simuladas são desenvolvidas de acordo com o período de oferta do curso.

Também serão realizados atendimentos através do Núcleo de Prática Jurídica. Após conhecimento simulado, faz-se necessário o aprendizado real, buscando a perfeita integração entre o conhecimento, seus efeitos práticos na comunidade e, principalmente, atentando para o amplo espectro da atividade social que pode ser atingida pelo Curso de Direito, o qual manterá a assistência jurídica às pessoas da comunidade, em casos reais. O atendimento no NPJ tem como objetivo qualificar os futuros profissionais do Curso de Direito durante sua formação acadêmica, conciliando os interesses da população carente com o acesso à justiça e oferece atendimento à comunidade, nas diversas áreas do Direito, dentro dos seguintes critérios: ser pessoa carente (critério socioeconômico, verificado por entrevista); residir no município de Santa Terezinha de Goiás e entorno; e a causa discutida for de pequena complexidade e não exigir atos em outras comarcas.

Com o objetivo de melhor qualificar o profissional do Direito durante sua formação acadêmica, levando a prática aos bancos escolares e buscando satisfazer aos anseios da comunidade, no tocante ao acesso à justiça, o NPJ prestará assistência jurídica integral e gratuita não apenas para os moradores carentes de Santa Terezinha de Goiás e região, mas também às ONGs e associações civis sem recursos financeiros para a defesa de direitos individuais (difusos e coletivos). O NPJ será, como pode ser visto, o espaço de desenvolvimento da prática real. Íntegra, de um lado, a atividade de estágio curricular, buscando propiciar formação prática aos alunos do Curso. De outro lado, cumpre em grande parte a exigência constante do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no sentido de desenvolver atividades de extensão.

Só será permitida a interrupção do estágio antes do prazo acordado em caso de inadaptação, irresponsabilidade ou desinteresse da empresa concedente. O professor



A Tecnologia faz a Diferença

responsável pelo Estágio Supervisionado deverá aprovar o desligamento do acadêmico oficialmente, desde que seja comunicado à empresa concedente com sete dias de antecedência.

Para a conclusão do estágio ficam instituídos os seguintes documentos: carta de apresentação do aluno; termo de compromisso do supervisor no local do estágio; acompanhamento e avaliação do estagiário no local de estágio; termo de compromisso do estagiário; plano de estágio; relatório final.

A conclusão de cada etapa do estágio dar-se-á com a transcrição das práticas desenvolvidas, relacionando as teorias estudadas, conforme o proposto em cada disciplina, em forma de relatório de discussão do problema evidenciado no campo observado, apresentando um plano de intervenção para resolução das fragilidades encontradas. O não cumprimento implicará na perda do Estágio referente ao período cursado.

O Estágio Supervisionado poderá servir de base para o levantamento e a reflexão de problemas que deverão ser investigados na ocasião da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), proporcionando oportunidades para o discente se inserir em situação real de trabalho, prestando-lhe uma contribuição mais significativa no exercício de atividades de aprendizagens profissionais, nos aspectos técnicos e teóricos, de modo a garantir o desenvolvimento de suas habilidades gerenciais.

A confecção do relatório de estágio seguirá as mesmas normas técnicas previstas no Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso, atendendo às normas da ABNT.

O Estágio Supervisionado previsto para o curso de Direito está devidamente regulamentado, e adequado quantos aos aspectos: carga horária, convênios firmados, orientação (relação orientador/aluno compatível com as atividades), supervisão, coordenação e avaliação, estratégias de integração entre o ensino e o mundo de trabalho e da IES com o ambiente do estágio. Eis o regulamento geral do Estágio Supervisionado:

7.1. Regulamento do Estágio Supervisionado dos Cursos da Faculdade Dinâmica

Capítulo I - Do Estágio Supervisionado e Suas Finalidades

Art. 1º O Estágio Supervisionado, previsto na Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, quando exigido no Projeto Pedagógico do Curso da Faculdade Dinâmica (FACDIN), deve proporcionar complementação da formação pessoal e profissional do discente, considerando-se esta formação em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural e de relacionamento humano em ambiente de trabalho, de forma a desenvolver conhecimentos, habilidades e competências pertinentes ao desempenho de sua profissão. As atividades do



A Tecnologia faz a Diferença

estágio deverão ser exercidas em situações reais de trabalho e relacionadas com a graduação cursada pelo aluno, devendo representar a complementação das competências propostas para o profissional.

Art. 2º São modalidades de estágio supervisionado, a serem incluídas no Projeto Pedagógico Institucional da FACDIN e no Projeto Pedagógico do Curso, como ato educativo:

I Estágio profissional obrigatório, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação profissional, planejado, executado e avaliado à luz do perfil profissional da conclusão do curso, exigido para os cursos de graduação (licenciaturas e bacharelados) e tecnológicos;

II Estágio sociocultural ou de pesquisa e extensão, previsto no Projeto Pedagógico dos Cursos da FACDIN como forma de contextualização do currículo, em termos de educação para o trabalho e a cidadania, assumindo a forma de extensão;

III Estágio sociocultural ou de iniciação científica, não incluído no Projeto Pedagógico de Curso da FACDIN, não obrigatório, mas assumido pela instituição, a partir de demanda de seus alunos ou de organizações da comunidade, objetivando o desenvolvimento de competências para a vida cidadã.

§ 1º Mesmo quando a atividade de estágio, assumido intencionalmente pela faculdade como ato educativo, for de livre escolha do aluno, deve ser devidamente registrada na pasta curricular deste.

§ 2º As modalidades específicas de estágio profissional supervisionado somente serão admitidas quando vinculadas aos cursos de graduação (licenciaturas e bacharelados) e tecnológicos, com orientação e ênfase profissionalizantes.

§ 3º O estágio sociocultural ou de pesquisa e extensão, não incluído no Projeto Pedagógico de Curso da FACDIN, não obrigatório, e tido como facultativo, será assumido pela instituição na medida das suas possibilidades e considerando compatibilidade de carga horária e outros aspectos a serem analisados pela Coordenação do Estágio.

Art.3º O estágio propiciará ao discente a complementação do processo de ensino e aprendizagem, devendo ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos dos cursos e com o calendário acadêmico, em termos de experiências práticas, visando a:

I Aprimoramento do discente, para facilitar sua futura absorção pelo mercado de trabalho;

II Adaptação social e psicológica do discente à sua futura atividade profissional;

III Orientação do discente na escolha de sua especialização profissional.



A Tecnologia faz a Diferença

Capítulo II – Da Matrícula

Art. 4º A matrícula no estágio supervisionado obrigatório será feita na Secretaria Acadêmica da FACDIN, para todos os alunos em curso que ainda que não tiverem concluído seus estágios, obedecendo aos prazos de integralização previstos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Parágrafo único. Para iniciar o estágio, o discente deverá estar regularmente matriculado na FACDIN e estar frequentando o curso compatível com a modalidade de estágio a que esteja vinculado, atendida a exigência legal quanto à capacidade para os atos civis.

Capítulo III– Da Realização do Estágio

Art. 5º O estágio supervisionado será realizado em empresas, instituições ou através de agentes de integração pública ou privada devidamente conveniados ou com termo de cooperação com a FACDIN, que apresentarem condições de proporcionar experiências práticas na área de formação dos discentes.

Parágrafo único. O estágio poderá ser realizado na FACDIN desde que a atividade desenvolvida assegure o alcance dos objetivos previstos no Art. 3º deste regulamento, devidamente aprovado pelas coordenações envolvidas.

Art. 6º O prazo máximo para a conclusão do estágio supervisionado obrigatório nos cursos de graduação (licenciaturas e bacharelados) obedecerá ao tempo legal de integralização de cada curso previsto no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 1º Não serão computados, para efeito de estágio curricular, os períodos de trancamento de matrícula, devendo o trancamento ser informado à Coordenação de Estágio.

§ 2º A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência (Lei nº 11.788/2008).

Art. 7º A não conclusão do estágio supervisionado obrigatório nos prazos previstos no Projeto Pedagógico do Curso implicará suspensão da emissão do diploma.

Capítulo IV – Da formalização

Art. 8º A formalização do estágio ocorre mediante assinatura de termo de compromisso (Anexo I) e acordos de cooperação ou por meio de convênios com a entidade concedente, com interveniência da FACDIN.

§ 1º O termo de compromisso deverá obedecer aos seguintes itens:

- a) Possuir data do início e do término do contrato;
- b) Ser assinado pela diretoria acadêmica da FACDIN e pela concedente;
- c) Possuir nome da seguradora e número da apólice do seguro contra acidentes pessoais, bem como, conforme o caso, seguro de responsabilidade civil por danos contra terceiros. O valor



A Tecnologia faz a Diferença

das apólices de seguro deverá se basear em valores de mercado, sendo as apólices consideradas nulas quando apresentarem valores meramente simbólicos;

- d) Ser estágio vinculado à formação do discente;
- e) Data de emissão;
- f) Estar devidamente assinado e carimbado pelas partes envolvidas no estágio.

§ 2º A validade do acordo de cooperação e convênios terá duração de 36 (trinta e seis) meses, podendo esse prazo ser renovado quando houver interesse de ambas as partes.

§ 3º A validade do termo de compromisso será de no máximo 6 (seis) meses, podendo ser renovado, caso o discente esteja matriculado no semestre seguinte.

Capítulo V – Do Início e Duração

Art. 9º O estágio supervisionado para os cursos de graduação (licenciaturas e bacharelados) será autorizado aos discentes considerados habilitados pela Coordenação de Estágio.

Art. 10 A carga horária do estágio supervisionado para os cursos de graduação (licenciaturas e bacharelados) terá sua duração de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso. § 1º O estágio iniciará conforme o prazo estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso para implementação desse componente curricular.

§ 2º No estágio supervisionado, a carga horária a ser cumprida, compatível com a jornada escolar do estagiário, deve observar o máximo de 6 (seis) horas diárias, perfazendo de 30 (trinta) horas semanais, salvo nos casos de cursos que utilizam períodos alternados entre teoria e prática em que não estão programadas aulas presenciais: nesses últimos casos, a jornada semanal do estágio não poderá ser superior a 40 (quarenta) horas semanais, ajustadas de acordo com o termo de compromisso a ser firmado entre as partes.

Art. 11 As férias escolares não interrompem necessariamente o período do estágio supervisionado.

Art. 12 Caso o contrato de estágio (termo de compromisso) termine antes de o aluno ter cumprido o número de horas de estágio exigidas para o curso em que estiver matriculado, o aluno deverá providenciar com antecedência, junto à empresa, um termo aditivo ou uma prorrogação contratual, para concluir o estágio.

Art. 13 O aluno que trancar a sua matrícula na FACDIN sem ter cumprido 50% da carga horária de estágio exigida para o seu curso não terá computadas as horas estagiadas para efeito de validação do estágio.



A Tecnologia faz a Diferença

Art.14 As atividades práticas realizadas dentro do programa de pesquisa e extensão da FACDIN poderão ser consideradas em até 10% (dez por cento) da carga horária total do estágio supervisionado.

Capítulo VI – Do Aproveitamento Profissional

Art. 15 O discente que comprovar haver exercido, por 02 (dois) ou mais anos, atividades relacionadas com as competências estabelecidas no perfil de formação do seu curso, ou ainda em áreas afins, poderá ser dispensado da realização do estágio supervisionado, desde que apresente requerimento contendo a descrição das atividades que realizou, acompanhado de carta da empresa ou órgão público ou privado atestando a execução das referidas atividades, as quais serão avaliadas pelo professor orientador, pelo coordenador do estágio e pelo coordenador do curso, ficando o grau de aproveitamento condicionado à entrega de um relatório estabelecido.

§ 1º A FACDIN registrará nas fichas escolares do discente o cômputo do tempo de trabalho aceito parcial ou totalmente como atividade de estágio.

§ 2º Alunos que preencham esse requisito e se interessem pela dispensa deverão se matricular no estágio supervisionado e entregar na Secretaria Acadêmica da FACDIN:

- a) Requerimento solicitando a dispensa de atividades de estágio com a descrição sucinta das atividades exercidas;
- b) Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (páginas da qualificação civil, foto, assinatura e registro da empresa);
- c) Declaração da empresa, com descrição das funções que o aluno realiza ou realizou, consideradas como de responsabilidade técnica, e período de atuação; em caso de atividade autônoma, este item será dispensado;
- d) Relatório das atividades desenvolvidas na empresa ou de forma autônoma que substituirão o período de estágio.

§ 3º O coordenador do estágio deverá realizar exame acurado da documentação apresentada pelo interessado, devendo, quando for o caso, realizar visita à empresa concedente ou empregadora para comprovação das informações prestadas. Estando em ordem a documentação, o processo será encaminhado à Coordenação de Curso.

§ 4º O coordenador do estágio, acompanhado pelo coordenador de curso, ou docente por ele designado, realizará a avaliação do relatório de atividades requeridas como estágio, atribuindo-lhe grau ou nota final (NF) de zero (0) a dez (10). O grau ou nota final (NF) igual ou superior a seis (6,0) indica a conclusão do estágio.



A Tecnologia faz a Diferença

§ 5º Não alcançando o grau ou nota final (NF) necessário, o aluno será formalmente orientado a realizar o estágio, de acordo com as normas legais e orientações em vigor.

§ 6º Haverá, ainda, a possibilidade de aproveitamento de parte do tempo despendido sob a forma de bolsas de trabalho ou microestágio que estiverem relacionados com os cursos e forem desenvolvidos ao longo do curso, podendo representar, no máximo, 50% da carga horária estabelecida para o estágio. O aproveitamento desse tempo estará condicionado ao cumprimento do que estabelece o § 1º.

Capítulo VII – Do Discente Estagiário

Art. 16 Ao estagiário incumbe:

I Entregar o plano de atividade de estágio digitado, em duas vias, carimbadas e assinadas pela empresa e pelo professor orientador na Coordenação de Estágio, antes da efetivação da matrícula do estágio;

II Efetuar a matrícula de estágio supervisionado na Secretaria Acadêmica, preenchendo a ficha de matrícula e acompanhamento de estágio;

III Providenciar o termo de compromisso firmado em três vias pelo aluno e pela concedente do estágio, com a necessária interveniência da instituição de ensino, sendo facultativa a participação do agente de integração, ressalvados os casos de estágio na própria instituição ou sob a forma de ação comunitária ou de serviço voluntário, mediante termo de adesão de estágio (Anexo VIII), previsto no Art. 3º da Lei nº 11.788/2008;

IV Apresentar o comprovante do seguro contra acidentes pessoais e, quando for o caso, do seguro de responsabilidade civil por danos contra terceiros, quando o estágio for contratado diretamente pelo concedente do estágio ou por intermédio do agente de integração;

V Retirar na Coordenação de Estágio, no prazo de 03 (três) dias úteis, cópias dos documentos entregues;

VI Respeitar as cláusulas do termo de compromisso;

VII Apresentar ao coordenador de estágio todos os relatórios de acompanhamento e o relatório final dentro do prazo mínimo de 06 (seis) meses, conforme a Lei nº 11.788/2008.

Capítulo VIII – Das Irregularidades E Punições

Art.17 O não cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento resultará ao aluno estagiário:

I. Atraso do início do estágio;

II. Perdas das horas estagiadas;

III. A não conclusão do curso.



A Tecnologia faz a Diferença

Art. 18 O não cumprimento das normas estabelecidas neste regulamento resultará ao professor orientador:

- I Perdas de pontuação para efeito de atribuição de aulas;
- II Perdas na progressão funcional;
- III Descontos de horas-aula.

Art. 19 Qualquer irregularidade ocorrida deve ser relatada e documentada por meio de relatório para a Coordenação de Estágio.

Capítulo IX – Da Supervisão Do Estágio

Art. 20 A Coordenação de Estágio supervisionará a realização do estágio por meio de reuniões na FACDIN, relatórios escritos descrevendo as atividades realizadas durante o estágio, ficha de avaliação de desempenho e supervisão no local de realização do estágio no âmbito de atividades da concedente.

Capítulo X– Das Competências da Coordenação de Estágio

Art. 21 Compete à Coordenação de Estágio:

- I Coordenar a elaboração do regulamento do estágio, para submetê-lo à aprovação das instâncias superiores da instituição;
- II Participar da elaboração do plano de estágio;
- III Orientar e acompanhar a execução do plano de estágio;
- IV Avaliar, juntamente com a Coordenação do Curso, o estagiário durante a realização das atividades de estágio;
- V Remeter mensalmente as fichas de avaliação e de frequência do estagiário;
- VI Orientar o estagiário na elaboração do relatório final do estágio;
- VII Participar das reuniões ou seminários de avaliação de estágio;
- VIII Manter contatos periódicos com o supervisor da concedente a respeito do estágio;
- IX Estabelecer contatos com empresas para colocação de estagiários, e;
- X Outras atividades que lhe forem atribuídas, inerentes à coordenação.

Capítulo XI – Da Conclusão e Avaliação do Estágio

Art. 22 A conclusão do estágio ocorre somente se o estagiário comparecer às atividades do estágio, às reuniões ou seminários de avaliação de estágio previstos e estiver em dia com a documentação exigida pela Coordenação do Estágio, pela Coordenação de Curso e pelo professor orientador:

- I Plano e relatório de estágio (Anexo A);
- II Termo de compromisso do estágio supervisionado devidamente assinado conforme



(Anexo B);

III Declaração de horas estagiadas emitida pela empresa concedente do estágio (Anexo C);

§ 1º Será considerado satisfatório o relatório avaliado com grau ou nota final (NF) igual ou superior a 6,0 (sete), em escala de zero (0) a dez (10). Caso não seja obtido o grau ou nota final (NF), o estagiário poderá refazer o relatório sob orientação do docente responsável pela avaliação.

§ 2º A avaliação de desempenho do estagiário em atividades realizadas no espaço da concedente será feita pelo supervisor designado pela concedente, sendo traduzida em grau ou nota final (NF) e expressa em escala de zero (0) a dez (10), devendo ser encaminhada à Coordenação de Estágio da FACDIN por meio do estagiário em envelope lacrado. § 3º As reuniões de estagiários ou seminários de avaliação de estágio são de presença obrigatória. Casos especiais serão tratados pela Coordenação de Estágio.

§ 4º A declaração de horas estagiadas é de responsabilidade da concedente, devendo ser encaminhada à Coordenação de Estágio da FACDIN por meio do estagiário em envelope lacrado, juntamente com os demais documentos de sua responsabilidade.

Art. 23 A elaboração do relatório de estágio deve obedecer às normas da ABNT e às seguintes orientações:

- a) Evitar texto prolixo ou demasiadamente sucinto. A natureza do trabalho determinará sua extensão. Nem sempre é justificável a descrição do “dia a dia” num relatório de atividades de estágio.
- b) Redigir com linguagem clara, simples e precisa, esclarecendo toda a terminologia empregada.
- c) Ter boa apresentação, fator imprescindível em todo e qualquer relatório.
- d) Ser objetivo, ficar circunscrito ao seu “tema”, evitando abordar outros assuntos não correlatos. Apresentá-lo de forma organizada e em sequência lógica.
- e) Ser correto e preciso quanto às informações e dados apresentados. Qualquer dúvida existente deverá ser previamente discutida e esclarecida.
- f) Apresentar conclusões, bem como sugestões, em torno dos assuntos abordados.
- g) Elaborar o relatório no formulário apresentado pela Coordenação de Estágio.

I Orientações para elaborar o relatório e definir a avaliação do estagiário:

- a) A elaboração de um relatório é geralmente feita com base em anotações.
- b) Por esse motivo, à medida que o estágio se desenvolve, as anotações devem ser registradas de forma clara e completa, não dando margem a dúvidas e esquecimentos.



A Tecnologia faz a Diferença

- c) Para incluir materiais ilustrativos, deve-se providenciá-los com a devida antecedência e necessária qualidade gráfica.
- d) Não se deve deixar para a última hora a elaboração do relatório de estágio.
- e) As informações do relatório são de suma importância para que a Coordenação de Estágio possa avaliar o aproveitamento do estágio e o currículo do aluno, aprimorando ainda processo de ensino e aprendizagem.
- f) As conclusões e sugestões deverão ser analisadas pela Coordenação de Estágio e posteriormente utilizadas na avaliação do currículo do curso e do mercado de trabalho.

II Normas para elaboração do relatório de estágio:

- a) O relatório deverá ser elaborado em duas vias, devendo uma ser entregue à Coordenação de Estágio da FACDIN, devendo a outra permanecer em poder do estagiário.
- b) As partes componentes do relatório obedecerão às normas do trabalho acadêmico e orientações do professor ou do coordenador de estágio, a partir dos dados abaixo, que podem ser alterados quanto ao aspecto formal (sequência, supressão e acréscimo de detalhes, etc.).

Capítulo XII – Das Disposições Gerais

Art. 24 A realização do estágio supervisionado por parte do aluno não acarretará vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 25 Será permitida renovação do estágio supervisionado, desde que se obedeça ao prazo máximo de integralização do curso e ao período de duração com o mesmo concedente.

Art. 26 As palestras, feiras e outros eventos de curta duração não serão computados como horas de estágio.

Art. 27 Cabe aos alunos dos Cursos da FACDIN, a observância e preenchimento de todos os constantes neste regulamento.

Art. 28 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Acadêmica da FACDIN e pelo Conselho Superior (CONSUP), ouvido o responsável pela Coordenação de Estágio conformidade com o Regimento Interno da instituição.

Art. 29 O presente regulamento, bem como os seus anexos (Anexo A, B, C, D, E) entram em vigor nos termos de sua aprovação pelo Conselho Superior (CONSUP).

O Estágio de Prática Jurídica tem a missão de articular os conhecimentos teóricos e o exercício da advocacia em seu sentido mais amplo, promovendo atividades voltadas para a formação de magistrados, promotores de justiça, procuradores, consultores, advogados, delegados de polícia, defensores públicos etc. Também visa sensibilizar os alunos para a



A Tecnologia faz a Diferença

dimensão social do Direito, estimulando-lhes a vocação para a defesa da cidadania, dos direitos humanos e das instituições democráticas.

Durante o Estágio os alunos desenvolvem atividades de assistência judiciária gratuita para a comunidade carente na área do direito de família e pequenas causas cíveis e criminais no Fórum Universitário. Além disso, são estimuladas novas formas de resolução de litígios, a exemplo da mediação familiar, projeto de natureza interdisciplinar.

7.2. Atribuições do núcleo de prática jurídica - NPJ

- supervisionar, controlar e orientar o estágio de prática jurídica;
- avaliar as atividades práticas desenvolvidas pelos alunos do curso jurídico e comunicar os resultados obtidos ao controle acadêmico;
- manter serviço de assistência jurídica aos necessitados, diretamente ou em convênio com a Defensoria Pública e outras entidades;
- promover projetos de extensão jurídica, envolvendo os alunos, diretamente ou em convênios com entidades públicas ou privadas, incluindo prestação de serviços comunitários;
- atuar em conjunto com a unidade jurisdicional especial que seja instalada em dependências da Faculdade Dinâmica, prestando-lhe o apoio necessário e cumprindo as obrigações de competência da Instituição;
- controlar o serviço de triagem e conciliação;
- informar os assistidos, com a participação de professores e alunos de outros cursos;
- apoiar as disciplinas profissionalizantes do curso, no desenvolvimento das práticas específicas.

7.3. A Infraestrutura Núcleo de Prática de Prática Jurídica - NPJ

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é um órgão dentro do curso de Direito da FACDIN que oferece aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos em situações práticas, sob supervisão de professores, e de prestar assistência jurídica gratuita à comunidade carente. O NPJ funciona como um estágio supervisionado, onde os alunos atuam em casos reais, auxiliando na elaboração de peças processuais e participando de audiências.

A avaliação de desempenho dos alunos estagiários é efetuada cumulativamente, ao final de cada semestre letivo, mediante atribuição de pontos às atividades práticas, que devem ser totalmente realizadas. Assim sendo, o aluno realizará obrigatoriamente o estágio curricular, supervisionado pelo NPJ - Núcleo de Prática Jurídica, desenvolvendo as atividades previstas



A Tecnologia faz a Diferença

em práticas Jurídicas I, II, III e IV, em um total de 480 horas, de forma exclusivamente prática (simulada e real).

Os estágios no Núcleo de práticas jurídicas ocorrerão da seguinte forma:

7º período - Núcleo de Práticas Jurídicas – Prática Jurídica Civil

8º período - Núcleo de Práticas Jurídicas – Prática Jurídica Penal

9º período - Núcleo de Práticas Jurídicas – Prática Jurídica Trabalhista

10º período - Núcleo de Práticas Jurídicas – Atendimento

Assim, além dessa modalidade denominada “Estágio Supervisionado”, que é obrigatório e curricular, alocados nos 7º, 8º, 9º e 10º períodos da grade curricular e com carga horária prevista de 480 horas, os alunos terão ainda que se submeter a programas de visita orientada, a algumas Instituições do Poder Judiciário Municipal, Estadual e Federal, e devem durante o curso frequentar Palestras, seminários e congêneres, num total de 300 horas. Assim sendo totalizam 480 horas de estágio supervisionado e 300 horas de atividades complementares.

Para o desenvolvimento do estágio obrigatório a FACDIN firmou convênios com o Fórum de Santa Terezinha de Goiás, com o Fórum da Comarca de Crixás com escritórios de advocacia do município de Santa Terezinha de Goiás e cidades circunvizinhas para a realização dos estágios supervisionados obrigatórios e também com o **Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania — CEJUSC**, fortalecendo a articulação entre a formação acadêmica, a prática jurídica supervisionada, a extensão universitária e o compromisso social da Instituição.

A parceria com o CEJUSC representa importante avanço para a formação dos acadêmicos do Curso de Direito, uma vez que possibilita a aproximação dos estudantes com práticas reais e orientadas de mediação, conciliação, negociação e solução adequada de conflitos. Essa vivência contribui para o desenvolvimento de competências essenciais à atuação jurídica contemporânea, especialmente a escuta qualificada, a argumentação, a ética profissional, a comunicação, o respeito às partes envolvidas e a busca por soluções pacíficas e socialmente responsáveis.



8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Ao final do Curso o acadêmico deverá elaborar trabalho de conclusão de Curso que evidencie seu crescimento e revele os saberes, as competências e as habilidades adquiridas no período de realização de sua formação básica.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sob a orientação de um professor, objetiva ampliar a compreensão e o conhecimento em áreas específicas do curso, aprofundando a formação científica do acadêmico.

A atividade científica será parte integrante e fundamental da formação do profissional que se dedica a qualquer área do conhecimento, pois a sociedade contemporânea requer profissionais com conhecimento de métodos científicos que auxiliem na produção de novos saberes e busquem as resoluções de problemas, razão pela qual o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), independentemente de ser obrigatório na DCN do curso, será item obrigatório na matriz curricular de todos os cursos de graduação da Faculdade Dinâmica, e terá como objetivo principal trazer respostas para questões que existem em relação às práticas oriundas no campo do saber.

O TCC terá sua estrutura composta por elementos obrigatórios e visa ao estudo de um tema delimitado, objetivando o aprofundamento do conhecimento, como importante contribuição para o segmento em que se insere.

O TCC do curso de Direito está devidamente regulamentado, sendo adequado, quanto aos aspectos: carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, da divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e sua disponibilização no site da faculdade.

O TCC será realizado individualmente, sob orientação de um professor-orientador, podendo ser no formato de monografia ou artigo científico, em ambos os casos é obrigatório para a integralização curricular e será feito no 9º e 10º períodos (sendo que no final do nono período deverá apresentar o pré-projeto de pesquisa para qualificação) mediante supervisão de um professor – orientador. O cumprimento de encontros para orientação deverá ser devidamente registrado em fichas e entregue à Coordenação Adjunta de TCC para controle e comprovação.

A apresentação do TCC ocorrerá em sessão Pública, isto é, aberta a alunos, professores e demais interessados, por diferentes razões, sendo a primeira porque deve obedecer ao



A Tecnologia faz a Diferença

princípio de transparência, ou seja, seus critérios de avaliação de qualidade devem ser conhecidos e apreciados pelo corpo discente e docente. Finalmente, porque o momento de apresentação dos TCC significa a culminância do trabalho desenvolvido por todo o corpo docente - e não de uma única disciplina - ao longo do processo de formação dos concluintes do Curso Bacharelado em Direito. Ademais, os alunos que assistirem às defesas de TCC receberão declarações para validar as horas de atividades complementares.

A banca examinadora, composta por dois professores, fará a avaliação do trabalho, juntamente com o professor orientador. Serão reprovados os alunos que faltarem à apresentação, sem justificativa legal, por escrito. Posteriormente será marcada nova data de apresentação, o que acarretará em matrícula no próximo semestre.

As notas atribuídas terão valor de zero a dez, somadas e divididas pelo número de julgadores. A nota final do TCC resultará na média composta pelas notas de apresentação oral e escrita. Será considerado aprovado o aluno que obtiver a média final igual ou superior a 7,0 (sete).

O TCC segue o regimento próprio, elaborado e devidamente aprovado pelo NDE e colegiado do Curso. Eis o regulamento geral do Trabalho de Conclusão de Curso:

8.1. Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão de Curso

Capítulo I – Disposições preliminares

Art. 1º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório com carga horária definida nas matrizes curriculares dos Cursos de Graduação da FACDIN – FACULDADE DINÂMICA.

Art. 2º Este regulamento, sendo único para todos os cursos de graduação, dispõe sobre as normas e procedimentos relacionados ao Trabalho de Conclusão dos Cursos da Graduação da FACDIN.

Art. 3º A operacionalização do Trabalho de Conclusão de Curso é feita pelos Professores de TCC, com o acompanhamento do Coordenador do Curso e sob supervisão da Coordenação Pedagógica e o responsável pelo DEPES (Departamento de Pesquisa).

Art. 4º O TCC constitui-se de uma atividade desenvolvida em duas etapas, denominadas TCC I, e TCC II no semestre subsequente.



A Tecnologia faz a Diferença

Capítulo II – Dos Objetivos, Das Modalidades E Caracterização

Art. 5º As disciplinas relacionadas à Metodologia da Pesquisa Científica e Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso têm por objetivo comum propiciar aos alunos se iniciarem nos fundamentos teóricos e práticos da produção científica e acadêmica, em suas diferentes modalidades, de acordo com a natureza dos Cursos oferecidos pela FACDIN e são regidas pelas disposições do presente Regulamento.

Art. 6º O Trabalho de Conclusão de Curso é exigido para a obtenção do diploma do Curso de Graduação e consiste na elaboração de investigação científica, devendo, de acordo com as normas do Curso de: 1) Direito – ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas); 2) Psicologia – APA (*American Psychological Association*). O TCC representa o resultado de estudo que expresse conhecimento do tema escolhido, obrigatoriamente emanado das disciplinas e programas ministrados ao longo do Curso, que, por sua vez, são enquadrados nas linhas de pesquisa de cada curso.

Art. 7º São aceitas como Trabalho de Conclusão de Curso a modalidade de artigo científico, com no mínimo (20) vinte laudas, devidamente elaborados e escritos de acordo com as normas da ABNT (no curso de Direito) e normas da APA (no curso de Psicologia)

Art. 8º O TCC nos Cursos de Direito e de Psicologia deve ser desenvolvido individualmente.

§ 1º É vedada a convalidação de TCC realizado em outro curso de graduação.

Art. 9º O TCC constitui-se de uma atividade desenvolvida em duas etapas, assegurados ao aluno encontros de orientação com o(a) Professor(a) Orientador(a) definido(a) em conjunto com a Coordenação do Curso e o Professor de TCC, com duração de uma hora/atividade, sendo, no máximo, dez encontros, incluindo a sessão de apresentação.

§ 1º Os encontros de orientação iniciarão no TCC I. Tais encontros serão divididos da seguinte forma: cinco encontros no TCC I e cinco no TCC II, sendo o último a Sessão de Apresentação;

§ 2º Poderão ser Orientadores dos Trabalhos de Conclusão de Curso, apenas Professores integrantes do Corpo Docente da FACDIN, vinculados a uma das Linhas de Pesquisa dos

Cursos, previamente definidas por Áreas de Conhecimento e publicadas no site da FACDIN;

§ 3º Poderão ser Leitores dos Trabalhos de Conclusão de Curso, Professores integrantes do Corpo Docente da FACDIN e também Professores do Corpo Docente de outra Instituição (membro externo), este último, com autorização expressa da Coordenação do curso;

§ 4º No TCC I, deve ser elaborado o Projeto de Pesquisa contendo os elementos pré textuais (Capa, Folha de Rosto, Resumo e Sumário), textuais (Título, Justificativa, Revisão



A Tecnologia faz a Diferença

Bibliográfica, Problemática, Hipóteses, Objetivos (geral e específicos), Metodologia e Cronograma e pós textuais (referências).

§ 5º No TCC II deverá ser desenvolvido o artigo com a descrição da Metodologia,

Discussão, Resultados e Conclusão em conformidade com as normas da ABNT ou APA (de acordo com o curso).

Art. 10º Sempre que houver a realização de um encontro de iniciação científica de cunho institucional, todos os alunos que estiverem regularmente matriculados no TCC I e no TCC II deverão apresentar a pesquisa em desenvolvimento, como atividade processual, para compor a nota.

Capítulo III – Das Atribuições Do Regulamento Do Trabalho De Conclusão De Curso

Art. 11 Compete ao Departamento de Pesquisa:

- a) Apoiar aos docentes e discentes no que se refere à operacionalização do TCC;
- b) Divulgar as Linhas de Pesquisa Institucional no site da FACDIN;
- c) Elaborar e manter atualizada a relação de orientandos e orientadores a partir dos Termos de Aceite no início de cada semestre;
- d) Divulgar o cronograma das Defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso no site: <http://www.facdin.com.br/depes/eventos>, 20 dias antes das Sessões de Apresentação;
- e) Emitir Declaração a ser assinado pela Coordenação Acadêmica para o (a) Professor (a) Orientador(a) e Professor(a) Leitor(a) comprovando sua participação em Banca Examinadora;
- f) Providenciar e entregar aos Coordenadores de Cursos, a lista de frequência por Apresentação assistida pelos alunos (Atividades Complementares);
- g) Comunicar aos Coordenadores de Curso e aos Professores de TCC II, a relação dos orientandos que não entregaram a versão final do trabalho de TCC II;
- h) Providenciar a solicitação de pagamento dos Professores Orientadores e submeter à validação da Coordenação de Curso e Professores de TCC I e TCC II;
- i) Organizar e listar os Trabalhos de Conclusão de Curso, assim como catalogar para publicação no Sistema FACDIN;

Art. 12 Compete ao Coordenador de Curso:

- a) Garantir a qualidade do TCC I e II;
- b) Garantir o cumprimento das Linhas de Pesquisa;
- c) Indicar o Professor responsável (Titulação, preferencialmente Mestre) para as Disciplinas de TCC I e II que se encarregará das atividades relacionadas a estas;



A Tecnologia faz a Diferença

d) Informar aos professores de TCC, a relação dos Professores Orientadores e suas respectivas áreas temáticas, por linha de pesquisa no início de cada semestre (até 15 dias após o início das aulas).

Art. 13 Compete ao Professor do TCC I e II:

- a)** Apoiar a Coordenação de Curso no desenvolvimento das atividades relativas ao TCC I e II;
- b)** Apresentar este Regulamento aos discentes matriculados no TCC I e II;
- c)** Avaliar a pertinência temática dos Projetos de Pesquisa e vetar a realização de trabalhos que estejam em desacordo com as Linhas de Pesquisa estabelecidas pela Coordenação de Curso;
- d)** Organizar e operacionalizar as diversas atividades de desenvolvimento e avaliação do TCC I e II que se constituem na apresentação do projeto de pesquisa, apresentação parcial, quando houver, e apresentação final.
- e)** Participar das reuniões, quando convocado;
- f)** Participar da organização do Encontro de Iniciação Científica da FACDIN;
- g)** Entregar para o Coordenador de Curso o formulário TERMO DE ACEITE DE ORIENTAÇÃO, devidamente assinado pelo (a) Professor (a) Orientador(a) e Aluno(a), imprerivelmente, até o 20º dia após o início das aulas;
- h)** Acompanhar e supervisionar o CRONOGRAMA DE ORIENTAÇÃO, estabelecido pelo(a) Professor(a) Orientador(a);
- i)** Assinar ao final do semestre da disciplina de TCC I, o Projeto de Pesquisa e orientar os discentes a entregarem o Projeto de Pesquisa ao Professor de TCC II no início do semestre;
- j)** Constituir as Bancas de Avaliação do TCC II e enviar a PLANILHA DE COMUNICAÇÃO DE SESSÃO DE APRESENTAÇÃO (data definida em Calendário Acadêmico) para o Coordenador(a) do Curso. As datas das sessões de defesa serão publicadas em <http://facdin.edu.br/estagio/eventos>;

Art. 14 Compete ao(a) Professor(a) Orientador(a):

- a)** Garantir a qualidade do TCC, sem plágio, coeso e coerente ao tema/título;
- b)** Desempenhar a função de Orientador do Trabalho de Conclusão de Curso acompanhando as atividades de seus orientandos, de acordo com o previsto no cronograma de orientação;
- c)** Coletar as assinaturas dos orientandos após cada orientação e registrar no CRONOGRAMA DE ORIENTAÇÃO a AUSÊNCIA quando o não comparecimento do(a) orientando(a);



A Tecnologia faz a Diferença

- d)** Preparar o orientando para a apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso perante Banca Examinadora;
- e)** Presidir a sessão em que serão apresentados os Trabalhos de Conclusão de Curso sob sua orientação;
- f)** Coletar as assinaturas dos Professores Leitores na folha de aprovação no dia da Banca Examinadora. O coordenador não receberá trabalhos sem as assinaturas na folha de aprovação;
- g)** Conferir o Trabalho de Conclusão de Curso que, será entregue, e assinar a AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DO TRABALHO, certificando que as correções solicitadas pelos componentes da Banca Examinadora foram feitas pelos orientandos;

Art. 15 Compete ao (a) Professor(a) Leitor(a) a) Avaliar, juntamente com o(a) Professor(a) Orientador(a), o trabalho escrito e a apresentação oral, sob os critérios estabelecidos pela FACDIN;

- a)** Participar da banca examinadora;
- b)** Assinar a Folha de Aprovação.

Art. 16 Compete ao (a) orientando (a):

- a)** Conhecer o presente Regulamento e observar rigorosamente as normas, os procedimentos e os prazos estabelecidos pelo Calendário Acadêmico;
- b)** Comparecer aos encontros de orientação e responsabilizar-se pelo desenvolvimento de seu Trabalho de Conclusão de Curso, bem como por cada etapa do trabalho, de forma a concluí-lo dentro do prazo e parâmetros estabelecidos em acordo entre orientandos e orientador.
- c)** Entregar para os membros da Banca Examinadora, com a antecedência de 15 (quinze) dias corridos da Defesa, os originais de seu trabalho escrito com encadernação em espiral. A entrega deverá ser feita em envelope branco lacrado e etiquetado com o nome do aluno, número da matrícula, curso e nome do orientador;
- d)** Comparecer pontualmente na Sessão de Defesa para apresentação oral de seu Trabalho de Conclusão de Curso, submetendo-se à avaliação final da Banca Examinadora;
- e)** Promover as modificações solicitadas pelos membros da Banca Examinadora e validar a versão final do TCC junto ao (a) professor (a) orientador(a);
- f)** Entregar, no prazo estabelecido em Calendário Acadêmico:
 - 1)** Um exemplar do Trabalho de Conclusão de Curso, devidamente encadernado e ASSINADO pelo Leitor e Professor Orientador, uma versão impressa e online, conforme normas disponíveis no site da FACDIN, devidamente identificado;



A Tecnologia faz a Diferença

2) AUTORIZAÇÃO DE ENTREGA DO TRABALHO devidamente assinada pelo (a) orientador (a) e

3) TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DO TRABALHO DE TCC.

Capítulo IV – Da Distribuição do Orientador

Art. 17 Em caso de necessidade de substituição do(a) Professor(a) Orientador(a), o(a) orientando(a) deverá, inicialmente, formalizar a solicitação ao (a) Professor(a) de TCC e Coordenação de Curso.

Parágrafo único. Caberá ao Coordenador de Curso analisar a justificativa e decidir sobre a substituição do(a) Professor(a) Orientador(a).

Capítulo V – Da Aprovação e Reprovação do Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

Seção I - Da Aprovação

Art. 18 As notas das disciplinas de TCC I e II serão atribuídas na escala de zero a 10 sendo a Avaliação Formal com peso 8 (oito) e a nota da Avaliação Processual, peso 2(dois).

§ 1º Nas disciplinas de TCC I e II não haverá de avaliação de 1ª VA, 2ª VA, 3ª VA.

§ 2º A nota final será a nota Processual somada à nota obtida na Sessão de Apresentação.

Art. 19 A apresentação dos trabalhos de TCC I deverá acontecer no horário da aula de TCC I.

Art. 20 Todas as bancas serão compostas, exclusivamente, pelo (a) Professor(a) Orientador(a) e pelo (a) Professor(a) Leitor(a).

Parágrafo único. Em casos excepcionais, a Coordenação de Curso poderá ser o terceiro Avaliador.

Art. 21 A Avaliação Processual será atribuída pelo(a) Professor(a) Orientador(a), de acordo com o desempenho individual de cada aluno ao longo do processo de orientação e execução do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 22 A Avaliação Formal consistirá da nota atribuída pelos membros da Banca Examinadora na Sessão de Defesa.

Parágrafo único. A nota será referente ao trabalho escrito, à apresentação oral e ao desempenho do(s) aluno(s) durante a arguição feita pela Banca.



A Tecnologia faz a Diferença

Secção II - Da Reprovação

Art. 23 Será REPROVADO o aluno que:

- a) Não cumprir 75% da frequência do semestre nos encontros das disciplinas de TCC I e TCC II. Nas orientações, o aluno que faltar mais de 03 (três) encontros, estará, automaticamente, reprovado;
- b) Não realizar os acertos/sugestões determinados pela Banca.

Art. 24 Será atribuída nota 0 (zero), automaticamente, o aluno que:

- a) Plagiar o trabalho;
- b) Comprar trabalhos;
- c) Utilizar a Inteligência Artificial para elaborar o trabalho;
- d) Falsificar documentos;
- e) Utilizar de dados fictícios não colhidos conforme previsto no projeto de pesquisa;
- f) Não depositar a versão final do trabalho de TCC de acordo com as regras estabelecidas no Art. 16, letra “f”;
- g) Não defender o trabalho para a Banca Examinadora.

Art. 25 Caso o Professor(a) Orientador(a) detecte durante elaboração do TCC que o acadêmico não possui conhecimento e domínio do conteúdo do trabalho, este não será indicado para a defesa, devendo matricular-se na disciplina, no semestre seguinte.

Art. 26 Se reprovado, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema do TCC.

Art. 27 Em casos de plágio parcial ou total, em qualquer etapa do trabalho, seja a utilização de trabalhos já realizados, nesta ou em outras Instituições, seja o recorte de partes de outros trabalhos, o aluno será, automaticamente, reprovado sem direito a recurso e sem direito à reformulação do TCC e também em outras sanções previstas na Lei de Direitos Autorais nº 9.610, de 19.02.98.

Parágrafo único. A FACDIN será isenta de qualquer responsabilidade sobre atitude ilícita do acadêmico (a).

Art. 28 Considera-se plágio:

- I. O aluno que apresentar trabalho alheio, como seu;
- II. O texto do aluno que contiver as mesmas palavras de texto de outro autor total ou parcialmente, formando ideias de semelhante conteúdo, sem o consentimento de seu autor e ou sem indicação da fonte;
- III. O texto que equivaler à imitação da obra alheia;



A Tecnologia faz a Diferença

§ 1º Verificada, a qualquer tempo, a ocorrência de plágio total ou parcial, o TCC será considerado nulo, tornando-se inválidos todos os atos decorrentes de sua apresentação;

§ 2º O caso corresponde a qualquer das hipóteses descritas no art. 184, do Código Penal Brasileiro ou reconhecido pela Jurisprudência nacional como crime de plágio.

Art. 29 Na presença de plágio, o aluno reprovado por plágio não terá acesso à cópia do trabalho onde constam as anotações das fontes plagiadas.

Parágrafo único. O aluno deverá se matricular na disciplina no semestre seguinte, assumindo o pagamento dos créditos correspondentes.

Capítulo VI – Da Sessão De Apresentação

Art. 30 A Banca Examinadora do TCC II será composta pelo(a) Professor(a) Orientador(a), na condição de presidente da Banca e por um(a) Professor(a) Leitor(a) (poderá ser professor da FACDIN ou convidado externo), cabendo a estes, a avaliação final do Trabalho de Conclusão de Curso.

Art. 31 A Sessão de Defesa será aberta pelo (a) Professor (a) Orientador (a). O acadêmico terá até 20 (vinte) minutos para a apresentação; e, após esta, será arguido pela banca.

§ 1º O desrespeito ao tempo de apresentação poderá ensejar a minoração da nota, a critério dos avaliadores;

§ 2º Para a deliberação da nota, o (a) Professor (a) Orientador(a) poderá pedir licença aos presentes para que os avaliadores possam discutir o trabalho com liberdade e de forma reservada;

§ 3º A Banca Examinadora poderá recomendar ao aluno correções no Trabalho de Conclusão de Curso antes de encaminhar a versão final ao DEPES.

Art. 32 As especificidades de caráter pedagógico ou de exigência legal de cada Curso e os casos não previstos neste Regulamento serão analisados pela Coordenação do Curso, e pela Equipe Gestora.

Art. 33 Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.



9. AVALIAÇÃO

A avaliação, ao constituir-se como parte integrante das relações de ensino e aprendizagem, deve, assim como as demais etapas dos processos pedagógicos, relaciona-se de forma coerente com a proposta institucional. Desse modo, é vista como um processo contínuo e cumulativo, que privilegia os aspectos qualitativos da construção do conhecimento dentro e fora do espaço da sala de aula. Assume um caráter diagnóstico, contínuo e sistemático; e é compreendido como um conjunto de atuações, com a função de alimentar, sustentar, orientar e reorientar a intervenção pedagógica. Constitui-se como um processo de aprendizagem recíproca, para professor e aluno, num esforço de entendimento e de reflexão sobre as razões e sentidos subjacentes às questões e respostas surgidas nas relações de aprendizagem.

A avaliação do desempenho acadêmico do Curso Bacharel em Direito da Faculdade Dinâmica é concebida a partir das contribuições da produção acadêmica da área, que orienta a prática tecnológica, tendo em vista as possibilidades do processo de ensino e aprendizagem e os princípios da formação do profissional, da iniciação científica.

As diferentes formas e instrumentos de avaliação, tais como provas, trabalhos escritos e práticos, relatórios, entre outros, não estão desvinculados do próprio processo de aprendizagem, ou seja, estes permeiam todo o processo de ensinar e aprender; a avaliação, assim, não se reduz às práticas pontuais de verificação do desempenho do aluno.

9.1. Avaliação Processo Ensino Aprendizagem

O processo de avaliação da aprendizagem caracteriza-se pelo que vem sendo denominado de avaliação formativa, ou seja, constitui um processo de acompanhamento das conquistas e dificuldades do aluno, com possibilidades de propor estratégias de superação das dificuldades e ampliação das etapas já alcançadas. Para isso, os professores dispõem dos mais variados instrumentos de avaliação (provas objetivas e dissertativas, relatórios individuais, atividades grupais de pesquisa teórica, investigação empírica e prática, seminários, auto avaliação, produção de projetos internos entre outros), que permitam compor uma visão mais ampliada do progresso dos alunos.

O processo avaliativo procura observar a capacidade reflexiva, crítica e criativa do aluno, buscando constantemente a relação entre teoria e prática do processo ensino-aprendizagem de maneira a privilegiar a diversidade de conhecimentos e discursos e dos seus



A Tecnologia faz a Diferença

processos de construção e socialização, permitindo uma apropriação polissêmica, relacional e dialógica do pensamento.

A avaliação da aprendizagem de cada um dos componentes curriculares previstos na matriz curricular do curso é feita por meio de: **Provas/Exames e/ou Trabalhos Parciais, Avaliação de Desempenho**, em número mínimo de três no bimestre, considerando:

- Sua capacidade de aquisição de conhecimentos e a busca de informações necessárias à atuação profissional, as competências na utilização desses conhecimentos para a resolução de situações-problema relacionadas, direta ou tangencialmente, com o exercício da profissão;
- O domínio dos conteúdos abordados, as habilidades adquiridas e o desenvolvimento de competências no campo de cada componente curricular; e
- A capacidade de aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos em trabalhos individuais ou em grupos.

O aluno que alcançar média igual ou superior a 7,0 (sete) nas avaliações formais (duas durante o semestre) será dispensado do exame final e considerado aprovado por média. Para o aluno que não atender ao anterior, há a prova final, sendo que o resultado da média das avaliações parciais e a nota da prova final deve ser igual ou superior a 6,0 (seis). O não alcance desta média implica em reprovação do aluno no respectivo componente curricular.

Dessa forma o sistema de avaliação de aprendizagem ocorre da seguinte forma:

Nota 1 (N1) Avaliações processuais + avaliação formal = igual ou maior que 7,0 (sete)

Nota 2 (N2) Avaliações processuais + avaliação formal = igual ou maior que 7,0 (sete)

O aluno está dispensado do exame final denominado de Nota 3 (N3). Para o acadêmico com nota inferior a 7,0 haverá a semana de recuperação e a prova final de N3.

O sistema considera também a frequência do aluno no componente curricular, com frequência mínima de 75%, quando inferior a este valor o estudante será reprovado por falta.

As notas de referência de cada bimestre e a média final deverão ser expressas apenas com uma casa decimal.

O aluno que faltar às avaliações terá direito à segunda chamada. Para isso, é preciso requerer em até três dias úteis, após a avaliação que faltou, expondo os motivos que o amparam pela legislação específica ou atestado médico, para ser analisada pela coordenação de Curso. Caso não faça a avaliação e nem solicite segunda chamada, ou se a mesma for indeferida, sua nota será, automaticamente zero.



9.2. Avaliação Institucional

O Planejamento da Avaliação Institucional norteará o aperfeiçoamento e acompanhamento do processo de desenvolvimento acadêmico proposto no projeto pedagógico do Curso de Direito e norteará sua missão frente à sociedade. Sendo assim, a Avaliação Institucional norteará a gestão e o desenvolvimento das ações da Instituição, assim como suas aspirações futuras. É por meio dela que o projeto pedagógico da Instituição tornar-se-á viável, posto que o suporte de abordagem direcionará para múltiplos aspectos, buscando a plena integração de pesquisa, ensino e extensão e contemplando as dez dimensões propostas pelo SINAES.

Sendo assim, os professores da Faculdade Dinâmica, em reunião coletiva, definiram os seguintes aspectos:

- **Globalidade:** todos os elementos que compõem a vida acadêmica, ou seja, o ensino, a pesquisa, a extensão, a administração, a qualidade das aulas, dos laboratórios, a titulação do corpo docente, a biblioteca, os registros escolares, as livrarias, os serviços, a organização do poder, o ambiente físico, o espírito e as tendências da vida acadêmica, farão parte da avaliação para que a mesma seja a mais completa possível.
- **Comparabilidade:** interagir com outras Instituições de Ensino Superior, buscando a integração de linguagens e o enriquecimento advindo do intercâmbio, com o objetivo de obter maior compreensão do meio acadêmico em seus múltiplos aspectos.
- **Respeito à identidade institucional:** contemplar as características da Instituição, que se associando à metodologia proposta de autoavaliação, como estágio inicial da avaliação, possibilite uma reflexão honesta sobre o que se é e o que se pretende ser, com princípios definidos sobre sua identidade, antes de ser submetida à avaliação propriamente dita – a avaliação externa.
- **Não premiação ou punição:** o processo de avaliação não está vinculado a mecanismos de punição ou premiação. Ao contrário, auxilia na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas, pois “a avaliação Institucional implica, portanto, antes de qualquer coisa, pensar a Instituição como uma unidade que se constrói no inter-relacionamento de suas ações” (PAIUB 2000)
- **Legitimidade:** a adesão voluntária garante legitimidade técnica, e esta se expressa principalmente de duas maneiras: (1) numa metodologia capaz de garantir a construção de



A Tecnologia faz a Diferença

indicadores adequados e, (2) abordagem analítico-interpretativa capaz de dar significado às informações fidedignas, em espaço de tempo capaz de ser absorvido pela comunidade da Instituição.

- **Continuidade:** este princípio permitirá a compatibilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

De acordo com a Nota Técnica N.º 14 /2014 – CGACGIES/DAES/INEP/MEC, os eixos avaliativos ficam assim dispostos:

Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão 8 do SINAES (Planejamento e Avaliação). Inclui também um Relato Institucional, que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), incluindo os relatórios emanados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), do período que constituiu o objeto de avaliação.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões 1 (Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES. Eixo 5 – Infraestrutura Física: contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

Portanto, caberá à Comissão Própria elaborar o Projeto de Avaliação Institucional tão logo o Curso tenha a sua autorização aprovada.

Cabe reiterar que o processo de avaliação institucional é considerada como uma política de gestão participativa, com representação de todo o corpo social, considerando a auto avaliação institucional que é realizada semestralmente pela CPA, analisada pela gestão e posteriormente será postada no E-MEC, conforme Nota Técnica INEP/DAES/CONAES N.º65, e o resultado das avaliações externas (CC, CI, CPC, IGC, ENADE e Exame de Ordem) como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com previsão da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e delineamento de processo auto avaliativo periódico do curso.



9.3. Sistema De Avaliação Do Projeto Do Curso De Direito

O Projeto de curso de Direito será mantido em constante reavaliação, tanto por meio da Coordenação Colegiada, das reuniões do Núcleo Docente Estruturante e reunião dos Representantes de sala, quanto a partir da avaliação institucional, a cargo da Comissão Própria de Avaliação- CPA, realizada consoante às diretrizes do SINAES.

São as seguintes atividades avaliativas do Curso de Direito:

a) Avaliação pelo corpo discente

- ✓ Avaliação semestral pelo corpo discente

Semestralmente, os alunos avaliarão os professores e disciplinas.

- ✓ Os professores são avaliados quanto ao desempenho em sala de aula no tocante a: metodologia de ensino, assiduidade, pontualidade e interação com a turma.

- ✓ Quanto à disciplina esta é avaliada, quanto à utilidade e contribuição da mesma para formação do profissional.

b) Avaliação anual pelo corpo discente

São avaliados:

- ✓ Perfil profissional proposto,
- ✓ Proposta do PPC,
- ✓ Interdisciplinaridade,
- ✓ Procedimentos didático-pedagógicos,
- ✓ Gestão e articulação das coordenações,
- ✓ Projetos de extensão na área social e ambiental,
- ✓ Acervo da Biblioteca,
- ✓ Infraestrutura e Atendimento ao aluno extra sala.

c) Avaliação pelo docente

Ao final do ano, cada docente avalia, também em sistema de sigilo, pelo Portal do professor, o projeto do curso nos seguintes aspectos:

- ✓ a aplicação do PPC,
- ✓ as disciplinas optativas,
- ✓ a matriz curricular,
- ✓ a adequação às demandas regional e social,



A Tecnologia faz a Diferença

- ✓ a vivência da interdisciplinaridade,
- ✓ os instrumentos de avaliação,
- ✓ a política de qualificação e responsabilidade social,
- ✓ a gestão e articulação dos setores (pedagógica, do curso, extensão e pesquisa),
- ✓ a Infraestrutura física,
- ✓ as ações oriundas da autoavaliação, e,
- ✓ às políticas de atendimento ao aluno.



10. ESTRUTURA CURRICULAR

As diretrizes curriculares do Curso de Graduação em Direito são orientadas pela RESOLUÇÃO CNE/CES N° 9, de 29 de setembro de 2004 e pelos Pareceres n.º 776/97, 146/02 e 67/03 da Comissão de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE-CES), Resolução CNE-CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, pelo Parecer da Comissão de Especialistas de Ensino de Direito (CEED-SESU-MEC), de 14.07.2000, que trabalhou em parceria com a Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB e pela Resolução CNE-CES n.º 2, de 2021.

A educação jurídica atualmente divide-se obrigatoriamente em cada um de seus setores em ensino, pesquisa e extensão. Os alunos, além do tradicional cumprimento do ordenamento curricular relacionado às disciplinas a serem ministradas, devem participar também de atividades complementares e do estágio supervisionado curricular (Núcleo de Prática Jurídica).

De acordo: Art. 5º da Resolução CNE-CES n.º 2, de 2021, o curso de graduação em Direito, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, deverá incluir no PPC, conteúdos e atividades que atendam às seguintes perspectivas formativas:

I - Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;

II - Formação técnico-jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e (NR)



A Tecnologia faz a Diferença

III - Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC, além de abranger estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação. (NR) e as atividades a serem exercidas após a formação do aluno, tendo como referencial o Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Cursos e Atividades Complementares.

10.1. Organização Curricular

O curso de graduação com habilitação em Direito da Faculdade Dinâmica deverá ser oferecido no turno noturno, com 100 vagas anuais em duas entradas de 50 alunos por semestre.

A organização curricular segue os princípios que fundamentam o regime seriado semestral do ensino, onde o curso será ofertado num total de 10 (dez) semestres. Observando os dispositivos legais, torna-se oportuno enfatizar que a educação superior deve ser entendida como compromisso entre a formação profissional e as demandas que a própria sociedade exige. Considerando, ainda, a realidade educacional da cidade de Santa Terezinha de Goiás e as cidades circunvizinhas, suas necessidades e perspectivas de desenvolvimento, particularmente, as exigências do mundo tecnologicamente entendido, elaborou-se este Projeto Pedagógico para o Curso de Direito, visando propiciar ao aluno uma formação sólida e pluralista na área das ciências humanas, abrindo um novo espaço para o desenvolvimento da ciência jurídica, objetivando o curso de graduação e o desenvolvimento de linhas de pesquisa nas áreas científicas em que o fenômeno jurídico se manifeste, a fim de que se discutam os problemas científicos e jurídicos, que prioritariamente serão enfrentados pelo profissional do Direito durante o exercício de sua profissão.

Considerando o exposto, a estrutura curricular do curso fundamenta-se em três diretrizes gerais:

- A fundamentação jurídica, ou o pensar e o fazer jurídico que permeiam o currículo, garantindo a formação do profissional na área das Ciências Jurídicas.
- A Inter complementaridade entre a teoria e a prática que caracteriza toda a ação pedagógica.
- A formação básica que capacite à atitude da busca do conhecimento.

O perfil do profissional a ser graduado está diretamente relacionado à proposta pedagógica, no sentido de como este aluno vai buscar a melhoria de condições de sua formação.



A Tecnologia faz a Diferença

A Instituição mantém uma política de qualidade acadêmica de forma a possibilitar, fomentar, apoiar, divulgar eventos de interesse comum e definição de critérios para assegurar a agregação das atividades, inclusive, com padrões de qualidade. Tais estudos devem ser concluídos no prazo mínimo estabelecido do curso.

Para fins de integralização curricular, a Prática Jurídica consta como disciplina obrigatória no currículo do Curso de Direito, a partir do 7º período, e tem como finalidade inserir o aluno na experiência e vivência da prática profissional, possibilitando o ensino prático, sendo desenvolvida, não só através das disciplinas que integram a teoria e a prática das atividades didáticas, como também sob a forma de Estágio Supervisionado.

O Estágio Supervisionado poderá acontecer em instituições públicas e privadas na área do Direito, assim como no Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, um espaço localizado na sede da Instituição, que funcionará como um Escritório Técnico de Assistência Jurídica e Judiciária para a prestação de orientação jurídica à comunidade carente de Santa Terezinha de Goiás e as cidades circunvizinhas. Esse espaço será coordenado por um profissional da área jurídica com experiência na prática do Direito, que será auxiliado por outros profissionais, cujo conhecimento é necessário à elucidação das questões apresentadas pelos consulentes, tais como: psicólogos, assistentes sociais, contadores e outros, a fim de que se possa auxiliar os alunos a dar orientação precisa para a resolução dos casos concretos que lhe forem apresentados.

O acesso ao Núcleo de Prática Jurídica - NPJ está destinado aos alunos do curso de Direito. Essa experiência é um processo construtivo que permite ao aluno a aplicação de seus conhecimentos teóricos à realidade concreta. O objetivo da Prática Jurídica é propiciar ao aluno sua inserção na realidade jurídica, onde poderá aprender as estratégias de ações profissionais comuns aos campos de atuação do ensino da Ciência Jurídica.

O núcleo de Prática Jurídica tem por objetivo possibilitar ao aluno a observação da realidade jurídica nas instituições públicas e privadas onde podem atuar os profissionais do

Direito, assim como a realidade dos profissionais liberais, em seus escritórios de advocacia. Para isto, apresenta como objetivos operacionais:

- a) Atender ao público;
- b) Elaborar peças jurídicas e/ou executar atividades planejadas;
- c) Aplicar conhecimentos teóricos a situações concretas que configurem a realidade sócio profissional;



A Tecnologia faz a Diferença

- d) Caracterizar situações relacionadas à prática jurídica, identificando os recursos e os procedimentos operacionais adequados para cada situação e ao desempenho profissional;
- e) Adequar conhecimentos teóricos à prática concreta, desenvolvendo atividades voltadas para a realidade local e da região norte de Goiás.

A Inter complementaridade entre teoria e prática caracteriza toda a ação pedagógica, na formação do Bacharel em Direito. Os Estágios Supervisionados têm carga horária alocada na estrutura curricular, num total de 480 horas

A estrutura curricular do curso de Direito da Faculdade Dinâmica obedece a uma sequência de disciplinas que propicia a orientar o aluno no seu processo de aprendizagem, estando em conformidade com as diretrizes curriculares nacionais para o curso. Assim, todas as suas disciplinas estão organizadas em 1,5 ou 03 horas semanais, incluindo atividades práticas, totalizando 30 ou 60 horas por semestre.

O Curso irá trabalhar a transversalidade da Educação Ambiental (Lei Federal 9.795 de 27 de abril de 1999, a temática Direitos Humanos (Resolução n.º 01 do CNE de 30 de maio de 2012 e CNE-CP n.º 8 de 2012. Lei 11.645), Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino da História e Cultura Afro descendente, CNE-CP 03 de 2004 e Resolução CNE-CP 01 de 2004, Lei n.º 12.764/2012, também conhecida como Lei Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, A Lei n.º 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015) visa garantir e promover, em igualdade de condições, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência e por fim, porém não menos importante, a Lei n.º 10.436/2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua oficial da comunidade surda no Brasil, e o Decreto n.º 5.626/2005 que a regulamenta, estabelecendo diretrizes para sua utilização e difusão.

Desta forma, promove a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem os alunos quanto à inclusão e à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, o reconhecimento e igualdade, preservando desta forma, o respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira.

O Curso de Direito contempla em sua Matriz Curricular a disciplina de **Libras**, podendo ser ofertada no 10º semestre do curso, de forma optativa, atendendo assim, ao que dispõe o Decreto n.º 5.626/2005.



A Tecnologia faz a Diferença

A Instituição promove na matriz do Curso de Direito a integração da educação ambiental na disciplina de **Direito Ambiental**, como também às demais disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente, principalmente nas Atividades Complementares, atendendo assim, a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002.

Em atendimento ao Art. 2º da Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Direito, Bacharelado, e dá outras providências, a Faculdade Dinâmica incluiu na matriz curricular do Curso de Direito o tratamento das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos está contemplada, transversalmente em todas as disciplinas do curso, como tema recorrente, bem como nas disciplinas Direito Internacional Público e Privado e Direitos do Consumidor, Difusos e Coletivos.

Na forma da Resolução CNE/CES 2/2021, a disciplina de **Direito Digital** tratará da Proteção/Tratamento de Dados/Gestão e Inovação, dentro do contexto moderno.

A disciplina de Direito Financeiro e estudos sócio econômicos engloba os fenômenos do Direito Financeiro, necessidades públicas e privadas, bem como forma de atendimento dessas necessidades; atividade financeira do Estado; Moeda e Sistema Financeiro; planejamento orçamentário anual e execução do orçamento; instâncias de controle da execução orçamentária; bens públicos.

O projeto pedagógico do curso, portanto, foi construído em total observância às Diretrizes Curriculares Nacionais específicas. Nesta oportunidade, vale registrar que a carga horária total do curso em tela (4020h) está mensurada em hora-relógio de 60 minutos (hora-aula aqui é equivalente a hora-relógio) de atividades acadêmicas e de trabalho discente efetivo, conforme preconizam os artigos 2º e 3º da Resolução CNE/CES n.º 3, de 02/07/2007. Neste contexto, o Curso de Direito atende, integralmente, aos requisitos legais, bem como aos padrões de qualidade definidos pelo MEC.



11. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO DE BACHAREL EM DIREITO

FACULDADE DINÂMICA CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO MATRIZ CURRICULAR – 2026

Representação gráfica do perfil de formação

O Curso de Direito da Faculdade Dinâmica oferece um currículo que atende às exigências acadêmicas, aprofundamento de conhecimento, suscitando o desenvolvimento da capacidade de análise e síntese, com ampla visão da realidade e atitude crítica diante dela, agindo e interagindo na sociedade em que vive, tornando o bacharel em Direito capacitado a pleitear as melhores vagas de trabalho do mercado e/ou criar e empreender, ofertando soluções às demandas comuns.

A organização curricular do curso articula conteúdos que são adequados quanto aos aspectos: de mercado de trabalho, argumentação jurídica, adequação da bibliografia, a abordagem dos conteúdos pertinentes aos Direitos Humanos, Educação Ambiental, Étnico-raciais, que revelam inter-relações com a realidade nacional e internacional, compreendidas em campos interligados de formação, propostos pela DCN do curso da seguinte forma:

- **Formação geral:** tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;
- **Formação técnico-jurídica:** abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e



A Tecnologia faz a Diferença

- **Formação prático-profissional:** objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TCC, além de abranger estudos referentes ao letramento digital, práticas remotas mediadas por tecnologias de informação e comunicação.

Se considerarmos que, das 4040 horas do curso, há um total de 3.150 horas de disciplinas obrigatórias mais as optativas, 480h de estágio curricular supervisionado, mais 320h de atividades complementares, com o objetivo de estabelecer um diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação. Com uma formação técnico-jurídica, em 480 horas, com o objetivo de formar um profissional mais preparado para o mercado de trabalho, possibilitando a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas.

A articulação entre os campos de formação se consolida na integração entre as disciplinas que compõem cada um e naturalmente orienta o aluno para o aprofundamento do saber específico de cada campo em si e em intercampos de formação, que é favorecido por uma vivência prática, bem como por seu engajamento em atividades de iniciação científica e de extensão, tendo como referencial os princípios de interdisciplinaridade, da contextualização e da articulação entre teoria e prática, conforme discriminado na representação gráfica seguir:

- **Ciências Humanas e Sociais:** Inclui disciplinas como Filosofia Jurídica, Sociologia, Ciência Política, e outras que fornecem uma base crítica e interdisciplinar ao curso.
- **Fundamentos do Direito:** Abrange disciplinas teóricas essenciais, como Teoria Geral do Direito Civil, Introdução ao Estudo do Direito e Teoria Geral do Processo.
- **Direito Público:** Engloba áreas como Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Tributário.
- **Direito Privado:** Inclui as cadeiras de Direito Civil, Direito Empresarial e outras.
- **Áreas Específicas do Direito:** São disciplinas mais aplicadas, como Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito do Trabalho.
- **Prática e Pesquisa Jurídica:** Esta categoria reúne atividades práticas obrigatórias, como os estágios supervisionados, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e projetos integradores.

Perfil de Formação do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica

A seguir, a distribuição percentual da carga horária do curso.



A Tecnologia faz a Diferença

Categoria		% da Carga Horária	
Prática e Pesquisa Jurídica	27%		
Direito Privado	24%		
Áreas Específicas do Direito	19%		
Direito Público	16%		
Fundamentos do Direito	8%		
Ciências Humanas e Sociais	6%		

O perfil de formação do curso de Direito da Faculdade Dinâmica é fortemente orientado para a **prática jurídica e a pesquisa**, com 27% da carga horária total dedicada a estágios, TCC e projetos. Isso demonstra o foco da instituição em preparar profissionais para o mercado de trabalho.

As disciplinas de **Direito Privado** também têm uma presença significativa (24%), seguidas pelas **Áreas Específicas do Direito** (19%) e pelo **Direito Público** (16%), o que indica uma formação abrangente e equilibrada entre as principais áreas do conhecimento jurídico.

A base teórica de **Fundamentos do Direito e Ciências Humanas e Sociais**, embora com menor peso percentual, fornece o alicerce para a compreensão crítica e humanística do fenômeno jurídico.

O resultado é um curso que combina teoria e prática, com um sólido enfoque na formação técnica e na capacitação para a atuação profissional.

As atividades se desenvolvem, em sua maioria, dentro de um formato teórico. Considerando, porém, o propósito e a missão da Faculdade Dinâmica, em formar profissionais prontos para o mercado de trabalho, haverá sensível intersecção dos assuntos eminentemente teóricos com problematização prática, de modo a fomentar a um raciocínio jurídico perspicaz e a tomada de decisões pelo aluno.

Outrossim, as atividades do curso de Direito também compreenderão um vetor preponderantemente prático quando da realização dos estágios obrigatórios, com início a partir do 7º semestre. A intenção, neste particular, é promover o aluno de um degrau construtivo e criativo, forjado na academia e nas frentes teóricas, para um degrau exclusivamente profissional ao experimentar o Direito integrado em suas nuances práticas, o que garante ao aluno uma imersão nos contornos da disciplina, garantindo uma aproximação fiel à sistemática do



A Tecnologia faz a Diferença

julgamento popular, com realização de júris simulados, com o acadêmico figurando em todas as representações institucionais, a saber, Advogado, Ministério Público e Magistrado.

De modo a estimular este trânsito eficaz entre teoria e prática, a Faculdade Dinâmica também firmou parcerias junto à Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Crixás, Tribunal Regional de Justiça e escritórios de locais e regionais de advocacia.

A gestão da Faculdade Dinâmica firmou convênio para estágio junto ao Fórum do município de Santa Terezinha de Goiás e o Fórum da Comarca de Crixás, a saber com a OAB regional e também firmou convênios com vários escritórios de advocacia da cidade de Santa Terezinha e cidades circunvizinhas.

O Currículo está organizado em blocos curriculares semestrais, com indicação de disciplinas teórico-práticas, trabalho de conclusão de curso, disciplina optativa, estágio curricular supervisionado e atividades complementares. A flexibilização curricular está presente, na proposta de estrutura curricular, com medidas de redução dos pré-requisitos, de modo a permitir um certo grau de “individualização” do processo formativo (sem afastar as unidades curriculares), as disciplinas optativas e também nas atividades complementares voltadas para a aquisição de conhecimentos fora do ambiente acadêmico e orientadas para estimular a prática de estudos independentes.

A matriz curricular do curso está organizada de forma a apresentar em dez semestres letivos, os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural, as atividades de práticas a serem vivenciadas no decorrer do curso, bem como o estágio de prática profissional e as atividades complementares, que irão propiciar os conhecimentos e situações de aprendizagem necessárias para o desenvolvimento das competências e habilidades exigidas no perfil do Bacharel em Direito formado pela Faculdade Dinâmica.

A proposta busca a formação integral e pertinente por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O Curso de Direito adota como referência os princípios da autonomia e da flexibilidade. Neste contexto, a flexibilidade e a autonomia curricular não constituem apenas possibilidades, mas condições necessárias à efetivação deste projeto pedagógico de curso, considerando que os processos de flexibilização curricular decorrem do exercício concreto da autonomia universitária e devem encontrar seus limites no projeto pedagógico institucional e no acompanhamento do discente como a avaliação e os trabalhos de atividades teóricas e práticas.

O compromisso da Faculdade Dinâmica é formar profissionais comprometidos com a qualidade de vida da população, com pleno domínio da natureza dos conhecimentos e das



A Tecnologia faz a Diferença

teorias, técnicas, metodologias e tendências da engenharia jurídico-social. A matriz curricular do Curso define os conteúdos que serão tratados ao longo do curso. O desenvolvimento dos conteúdos ocorre por seu sequenciamento ao longo do curso e pela integração horizontal e vertical dos componentes curriculares.

A adoção de uma dinâmica curricular integradora, considerando a interdisciplinaridade, ocorre tanto entre as disciplinas quanto com as outras atividades que configuraram a formação e que até agora foram consideradas complementares ao ensino, tais como: NPJ Itinerante, estágio, monitoria, atividades complementares, projetos de responsabilidades sociais, pesquisa e extensão.

Logo, a dinamicidade do Curso de Direito está explícita na metodologia e estratégias diversificadas que serão projetadas e construídas pela equipe de professores ao longo dos dez semestres, movimentando a “Matriz Curricular” e imprimindo um caráter integrador e interdisciplinar por meio do desenvolvimento de Projetos de responsabilidade social e

Interdisciplinares já pensados e elaborados pelo NDE. Tais projetos serão desenvolvidos em todos os cursos, originados de uma problematização da realidade local, regional e ou educacional via Estágio, e pesquisas no contexto da gestão de negócios, dentre eles:

- **Educação, Inclusão, Cultura e Diversidade:** esse projeto visa alcançar a transdisciplinaridade, abrangendo todos os cursos da Faculdade Dinâmica, com um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, ou um plano de intervenção;
- **Projeto PEE** – é uma sigla que vem das palavras Pesquisa, Ensino e Extensão. Tem o objetivo de fazer com que o aluno aprenda de maneira ativa os conceitos, conteúdos e aplicações das disciplinas ministradas no curso de Direito à realidade, será desenvolvido por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão, por meio de projetos integradores e interdisciplinares.
- **Dinâmica Social:** são projetos de responsabilidade social que serão promovidos por todos os cursos. A priori foi elaborado o **Projeto de Preservação do patrimônio histórico-cultural do Centro de Santa Terezinha de Goiás**, com o objetivo de sensibilizar os alunos do ensino superior, da Faculdade Dinâmica, sobre a importância da conservação do patrimônio público e busca despertar a consciência e o senso de cuidado com o bem público por meio de palestras e outras atividades descritas no Projeto.



A Tecnologia faz a Diferença

- **Dinâmica Verde:** tem como propósito instigar uma visão crítica dos educandos e comunidade em geral em relação a consciência ambiental, multiplicando saberes científicos e empíricos que primam pelo estímulo a práticas sustentáveis, a partir das seguintes intervenções educativas: uso da água, *games* educativos e ciclos de mini palestras.

- **Sarau Cultural e Literário:** com o objetivo de fomentar

Estudos independentes são as atividades que, sob iniciativa do acadêmico e/ou recomendadas pelo professor, complementam a sua formação. Constituem um componente curricular aberto e flexível, devendo ocorrer com a orientação do professor, em sala ou fora do horário regular das aulas. Poderão ser constituídos por grupos de estudo, participação em eventos culturais, científicos, tecnológicos, comunicações escritas ou orais e outros.

Quanto à metodologia à política didático-pedagógica, não se pode olvidar que o ensino deve ter por meta a formação de profissional capacitado ao desempenho de suas funções com excelência, para tanto, ela deve privilegiar a metodologia inter e multidisciplinar, por meio de mecanismos de integração acadêmica interna e externa.

O Curso de graduação em Direito na Faculdade Dinâmica tem a duração de 10 semestres letivos, com 4.010 horas de atividades teóricas e práticas no período noturno.

A metodologia não se limita em aulas meramente expositivas, são desenvolvidas por meio de exposição e práticas aplicadas, atividades complementares relevantes, projetos interdisciplinares, metodologias ativas, visitas técnicas, dentre outras metodologias diferenciadas. Desse modo, a metodologia utilizada no curso estará comprometida com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos de forma plena, partindo da concepção de que um ensino eficaz deve ser de qualidade e, portanto, organizado em função dos alunos aos quais é dirigido, de forma a assegurar que o tempo concedido para o trabalho em sala de aula seja efetivamente dedicado à aprendizagem.

Comumente, o ensino de graduação tem se mostrado preso a métodos tradicionais de aulas expositivas teóricas, laboratoriais e de extensa duração, evidenciando um cenário educativo ainda ancorado na educação bancária, com base em métodos cartesianos (FREIRE, 2014).

Segundo o parecer 1300/01 do Conselho Nacional de Educação, os alunos dos cursos de graduação precisam “aprender a aprender” – o que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, de modo que o educador esteja voltado a reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão (BRASIL, 2001) (CARCERERI et al., 2014) (FREIRE, 2014).



A Tecnologia faz a Diferença

Cada vez mais, defende-se um ensino que não esteja mais voltado para a obediência ou reprodução de leis e atitudes, mas que seja capaz de alcançar novas finalidades por meio de um processo pedagógico centrado no aluno, e que seja produtor de autonomia (SISK, 2011) (CARCERERI et al., 2014) (FREIRE, 2014).

Essa visão evidencia o caráter emancipatório presente no processo de ensinar e aprender, de modo que todos os componentes do ensino e aprendizagem se integrem ao processo de construção do conhecimento. Isso impõe uma ação metodológica ativa mais exigente, que por um lado permite compreender e, progressivamente, ensina a autonomia, para que o estudante seja o “construtor” de seu conhecimento (SISK, 2011).

11.1. Metodologias Ativas

A partir de uma visão emancipatória da educação, a inserção das metodologias ativas no ensino superior vem ganhando espaço. Originou-se inicialmente no contexto internacional, mais precisamente nas áreas médicas, e consiste em encontrar soluções para problemas por meio da adoção de formas participativas e colaborativas entre os discentes durante o processo de ensino (THOMPSON et al, 2007).

O uso das metodologias ativas no campo da formação profissional vem sendo embasado em duas práticas: Project-based learning (PBL) e Team-based learning (TBL), ambas pautadas na Pedagogia da Problemática.

À primeira, desde Paulo Freire, propõe-se a construção do conhecimento pelo movimento de agir sobre a realidade; já na segunda, os estudantes reunidos em pequenos grupos são incentivados a utilizar seus conhecimentos prévios na resolução de problemas (MARIN et al. 2010) (PARMELEE; MICHAELSEN, 2010) (SISK, 2011) (CARCERERI et al., 2014) (FREIRE, 2014).

O TBL (Team-Based Learning) é uma ferramenta metodológica de ensino inovadora que incentiva a aprendizagem ativa dos discentes. Este método integra teoria e prática por meio de trabalhos em equipe, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, pois as metodologias ativas levam o aluno a refletir sobre seu processo de ensino, transformando sua realidade, passando pelos diálogos freirianos que possibilitam a participação ativa dos alunos e outras experiências que em muito engrandecem toda a ação ativa (JOHNSON, 2009).

A FACDIN defende a adoção de metodologias ativas, por entender que os benefícios potenciais do TBL incluem maior envolvimento dos alunos, melhor qualidade na comunicação e nos processos. A ênfase principal no TBL volta-se para a aplicação dos conceitos e processos,



A Tecnologia faz a Diferença

através do qual os alunos aprendem o conteúdo projetado especificamente para que grupos de estudantes se desenvolvam em equipes de aprendizagem autogerida.

O TBL muda o formato de aula que utiliza tradicionalmente o tempo para transmitir conceitos pelo instrutor, para aplicação dos conceitos do curso, por pequenas equipes de estudantes não passivos, mas sim, participantes ativamente de sua própria aprendizagem (MINAYO, 2001) (JOHNSON, 2009).

A aplicação metodológica desse tipo de estratégia de ensino-aprendizagem visa uma formação humanística e autônoma, bem como a formação crítico-social do aluno. O principal papel desta metodologia é ajudar o aluno em formação a alcançar uma postura crítica, ativa e altruísta – isso significa que toda teia de relações de ensino constituirá o eixo de orientação que trabalhará a favor do sujeito social crítico e independente, entendendo as relações que ocorrem consigo e em sua volta, sendo ele objeto ativo do conhecimento humano (THOMPSON et al. 2007) (MARIN et al., 2010) (PARMELEE; MICHAELSEN, 2010) (SISK, 2011), têm como foco melhorar a aprendizagem e desenvolver habilidades de trabalho colaborativo, através de uma estrutura que envolve: o gerenciamento de equipes de aprendizagem, tarefas de preparação e aplicação de conceitos, feedback constante e avaliação entre os colegas, permitindo e estimulando o “aprender fazendo”. A ideia central é que os alunos se sintam responsáveis pela própria aprendizagem e a dos colegas (MICHAELSEN, KNIGHT; FINK, 2004), desenvolvendo trabalhos em equipes, com um alto grau de comprometimento individual para o bem do grupo e confiança entre os membros do grupo (FINK, 2004).

Ainda, em cada uma das disciplinas do curso, haverá também, pelo menos uma “aula experiência”, na qual profissionais de mercado fornecerão sua visão sobre determinado tema, contando sua experiência de vida e lições apreendidas, como por exemplo na disciplina de Prática Integrativa I, o produto é a elaboração do Plano de Carreira, isso ocorre após ouvir psicólogos que atuam em diversas áreas e assim o estudante de psicologia visualiza seu futuro profissional.

Ademais, o curso prima por incentivar a atitude proativa, a criatividade, a inovação a determinação, a vontade de aprender e empreender e com isso, pretende se desenvolver a capacidade profissional plena dos egressos, dando instrumentos efetivos para a transferência dos conhecimentos de vida e da experiência cotidiana para o ambiente de trabalho, do seu campo de atuação profissional por meio de ações inovadoras. À exemplo, além das metodologias de ensino em sala de aula, destaca-se ainda as ações extensionistas que tem contribuído com a comunidade em geral.



A Tecnologia faz a Diferença

Dessa forma a proposta pedagógica parte do pressuposto de que ensinar bem não é apenas ensinar eficientemente uma disciplina, mas é também garantir o êxito em integrar esse ensino a um processo de educação integral. Enfim, o importante é a motivação e o empenho comum, numa reflexão institucionalmente abrangente com o firme propósito de alterar práticas nos sentidos indicados por essa reflexão. E para isso, não há fórmulas prontas.

Neste sentido é preciso que a autoformação seja geral e assistida, assegurando o desenvolvimento integral dos alunos, preparando-os como profissionais-cidadãos capazes de se integrar ao mundo do trabalho e intervirem na sociedade de forma equilibrada, consciente e comprometida.

Vale ressaltar ainda que a coordenação do curso promove semestralmente o simulado de Direito, como forma de preparação para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), bem como para o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE).

A acessibilidade metodológica proposta tem como premissa facilitar o acesso ao conteúdo programático e ao conhecimento de maneira geral previsto no currículo.

Essas atividades ajudarão o acadêmico a reconstruir seus saberes e seus limites, a fim de se integrar plenamente ao processo formativo. Assim, de modo articulado, a estrutura curricular deve possibilitar o engajamento dos acadêmicos na busca de soluções para problemas correspondentes a sua área de formação.

A seguir é apresentada a Matriz Curricular do Curso de Bacharel em Direito, de acordo com as últimas propostas de mudanças do NDE, referendadas pelo Colegiado, que foi trocar os semestres do TCC I do 9º semestre para o 8º e o TCC II do semestre para o 9º, possibilitando assim, no 10º do curso mais tempo ao acadêmico para exercitar a parte teórico prática e ao mesmo tempo preparar-se para o exame da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.



12. MATRIZ EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA DO CURSO DE DIREITO

A matriz curricular do Curso de Graduação em Direito da FACDIN organiza-se em três eixos de formação, em conformidade com o Art. 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito. O Eixo de Formação Geral contempla os fundamentos humanísticos, filosóficos, históricos, sociais, políticos, econômicos, éticos e metodológicos, assegurando ao acadêmico uma compreensão crítica da sociedade e do fenômeno jurídico. O Eixo de Formação Técnico-Jurídica reúne os conteúdos essenciais dos diversos ramos do Direito, garantindo a formação dogmática, normativa e contextualizada necessária à atuação profissional. O Eixo de Formação Prático-Profissional integra teoria e prática por meio dos Projetos Integradores, do Trabalho de Conclusão de Curso e das Práticas Jurídicas, favorecendo o desenvolvimento de competências relacionadas à argumentação, redação forense, solução de conflitos, atendimento jurídico, uso de tecnologias e atuação ética diante de demandas concretas da sociedade.

Distribuição das disciplinas por eixo de formação

Eixo I — Formação Geral

Contempla os fundamentos humanísticos, filosóficos, sociais, políticos, históricos, metodológicos, éticos, psicológicos e econômicos, conforme o inciso I do Art. 5º das DCNs.

Disciplina	CH
Ciência Política e Teoria do Estado — Extensionista	60h
Metodologia Científica	30h
História do Pensamento Jurídico	60h
Filosofia Jurídica	30h
Estudos Socioantropológicos	60h
Psicologia Geral e Jurídica	30h
Economia Política	30h
Direitos Humanos — Extensionista	60h
Políticas Públicas e as Comunidades Vulneráveis	60h
Ética Geral e Jurídica	30h
Total do Eixo I	450h



A Tecnologia faz a Diferença

Eixo II — Formação Técnico-Jurídica

Abrange os conteúdos dogmáticos, normativos e sistemáticos dos ramos do Direito, conforme o inciso II do Art. 5º das DCNs.

Área	Disciplinas	CH
Teoria do Direito	Introdução ao Estudo do Direito	30h
Direito Civil	Teoria Geral do Direito Civil — Das Pessoas; Fatos Jurídicos; Obrigações; Contratos; Coisas; Relações Familiares; Sucessões	420h
Direito Constitucional e Eleitoral	Direito Constitucional I; Direito Constitucional II; Direito Eleitoral; Direito Processual Constitucional	240h
Direito Penal e Legislação Especial	Teoria do Crime; Das Penas; Crimes contra a Pessoa; Crimes contra a Incolumidade Pública; Legislação Especial Processual e Penal	270h
Direito Processual	Teoria Geral do Processo; Processo Civil I, II, III e IV; Processo Penal — Ação Penal; Processos e Procedimentos; Execução Penal; Processo do Trabalho	540h
Direito do Trabalho	Fundamentos e Relações Trabalhistas; Jornada, Extinção e Direito Coletivo	120h
Direito Administrativo	Fundamentos, Organização e Controle; Atos, Processos e Contratações Públicas	120h
Direito Tributário, Financeiro e Previdenciário	Direito Tributário I; Direito Tributário II; Direito Financeiro; Direito Previdenciário	240h
Direito Empresarial	Direito Empresarial I — Extensionista; Direito Empresarial II	120h
Direito Internacional	Direito Internacional Público e Privado	60h
Direito Digital e Solução de Conflitos	Direito Digital e Inovações Tecnológicas; Formas Consensuais de Solução de Conflitos	60h
Direitos Difusos, Coletivos e Proteção Social	Direito Ambiental; Direitos do Consumidor, Difusos e Coletivos; Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA	150h
Direito Agrário, Agronegócio e Minerário	Direito Contratos Agrários; Direito do Agronegócio; Direito Minerário	150h
Optativas	Optativa I; Optativa II	90h



A Tecnologia faz a Diferença

Área	Disciplinas	CH
Total do Eixo II		2.610h

Eixo III — Formação Prático-Profissional

Integra teoria e prática, contemplando projetos integradores, prática jurídica, TCC, redação forense, oratória, atendimento jurídico e aplicação prática dos saberes jurídicos, conforme o inciso III do Art. 5º das DCNs.

Disciplina/Atividade	CH
Linguagem Jurídica, Redação Forense e Oratória	30h
Projeto Integrador I — Extensionista	30h
Projeto Integrador II — Extensionista	30h
Projeto Integrador III — Extensionista	30h
Trabalho de Conclusão de Curso I — Projeto de Pesquisa	30h
Trabalho de Conclusão de Curso II	30h
Prática Jurídica I — Prática Simulada Cível	120h
Prática Jurídica II — Direito Penal e Processo Penal	120h
Prática Jurídica III — Prática Trabalhista	120h
Prática Jurídica IV — Casos Concretos e atendimentos	120h
Total do Eixo III	660h

12.1. Matriz curricular

A indicação de periódicos por unidade curricular está apresentada no Relatório de Estudos das Bibliografias Básica e Complementar, elaborado e referendado pelo NDE do curso.

COMPONENTES CURRICULARES 1º SEMESTRE	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Ciência Política e Teoria do Estado (Extensionista)	60	60	0
Metodologia Científica	30	30	0
Linguagem Jurídica, Redação Forense e Oratória	30	30	0
História do Pensamento Jurídico	60	60	0
Teoria Geral do Direito Civil - Das pessoas	60	60	0
Filosofia Jurídica	30	30	0
Introdução ao Estudo do Direito	30	30	0



A Tecnologia faz a Diferença

Carga Horária do 1º Semestre	300	300	0
COMPONENTES CURRICULARES 2º SEMESTRE	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Teoria do Geral do Direito Civil - Fatos Jurídicos	60	60	0
Estudos Socioantropológicos	60	60	0
Direito Constitucional I	60	60	0
Psicologia Geral e Jurídica	30	30	0
Teoria Geral do Direito Penal - Teoria do Crime	60	60	0
Teoria Geral do Processo	60	60	0
Projeto Integrador I (Extensionista)	30	10	20
Carga Horária do 2º Semestre	360	340	20
COMPONENTES CURRICULARES 3º SEMESTRE	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Direito Civil – Teoria Geral das Obrigações	60	60	0
Direito Constitucional II	60	60	0
Formas Consensuais de Solução de Conflitos (extensão)	30	30	0
Teoria Geral do Direito Penal - Das Penas	60	60	0
Direito Processual Civil I	60	60	0
Economia Política	30	30	0
Carga Horária do 3º Semestre	300	300	0
COMPONENTES CURRICULARES 4º SEMESTRE	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Direito Civil – Teoria Geral dos Contratos	60	60	0
Direitos Humanos (Extensionista)	60	60	0
Direito Digital e Inovações tecnológicas	30	30	0
Direito Eleitoral	60	30	30
Direito Penal – Dos Crimes Contra a Pessoa	60	60	0
Direito Processual Civil II	60	60	0
Carga Horária do 4º Semestre	330	300	30
COMPONENTES CURRICULARES 5º SEMESTRE	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Direito Processual Civil III	60	60	0
Direito Civil - das Coisas	60	60	0
Direito Penal – Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública	60	60	0
Direito do Trabalho - Fundamentos e Relações Trabalhistas	60	60	0
Projeto Integrador II (Extensionista)	30	10	20
Direito dos Contratos Agrários	30	30	0
Direito Ambiental (extensionista)	60	30	30
Carga Horária do 5º Semestre	360	310	50



A Tecnologia faz a Diferença

COMPONENTES CURRICULARES 6º SEMESTRE	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Direito Civil - das Relações Familiares	60	60	0
Direito Processual Penal - Da Ação Penal	60	60	0
Direito do Trabalho - Jornada, Extinção e Direito Coletivo	60	60	0
Direito Processual Civil IV	60	60	0
Legislação Especial Processual e Penal	30	30	0
Políticas Públicas e as Comunidades Vulneráveis	60	30	30
Carga Horária do Período	330	300	30
COMPONENTES CURRICULARES 7º SEMESTRE	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Direito Civil - das Sucessões	60	60	0
Direitos do Consumidor, Difusos e Coletivos (extensionista)	60	60	0
Direito Administrativo - Fundamentos, Organização e Controle	60	60	0
Direito Processual Penal - Processos e Procedimentos	60	60	0
Direito Processual do Trabalho	60	60	0
Prática Jurídica I - Prática Simulada Cível	120	30	90
Carga Horária do 7º Semestre	420	330	90
COMPONENTES CURRICULARES 8º SEMESTRE	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Direito Empresarial I (extensionista)	60	60	0
Direito Administrativo - Atos, Processos e Contratações Públicas	60	60	0
Direito Tributário I	60	60	0
Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA	30	30	0
Ética Geral e Jurídica	30	30	0
Direito Processual Penal - Execução Penal	60	60	0
Trabalho de Conclusão de Curso I (Projeto de Pesquisa)	30	0	30
Prática Jurídica II - Direito Penal e Processo Penal	120	30	90
Carga Horária do 8º Semestre	450	330	120
COMPONENTES CURRICULARES 9º SEMESTRE	CH Total	CH Teórica	CH Prática
Direito Empresarial II	60	60	0
Direito Tributário II	60	60	0
Projeto Integrador III (Extensionista)	30	10	20
Optativa I	60	60	0
Direito Internacional (Público e Privado)	60	30	30
Trabalho de Conclusão de Curso II	30	0	30



A Tecnologia faz a Diferença

Prática Jurídica III -Prática Trabalhista	120	60	60
Carga Horária do 9º Semestre	420	280	140
COMPONENTES CURRICULARES	CH	CH	CH
10º SEMESTRE	Total	Teórica	Prática
Optativa II	30	30	0
Direito Processual Constitucional	60	30	30
Direito Financeiro	60	60	0
Direito Previdenciário	60	60	0
Direito do Agronegócio	60	30	30
Direito Minerário (extensionista)	60	30	30
Prática Jurídica IV- Casos Concretos e Atendimentos	120	60	60
Carga Horária do 10º Semestre	450	300	150
Carga Horária do Curso			

MATRIZ CURRICULAR CARGA HORÁRIA	CH Total
Disciplinas Obrigatórias + Curricularização da extensão	3180
Atividades Práticas Supervisionadas/Núcleo de Práticas Jurídicas	480
Atividades Complementares	320
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60
Total	4.040

DISCIPLINAS OPTATIVAS				
Disciplinas	CH Total	CH Teórica	CH Prática	CH EaD
Nome				
Administração de Carreiras	60	60	0	
Atualidades do Direito Público	30	30		
Atualidades do Direito Privado	30	30		
Contratos Internacionais e Comércio Exterior	30	30		
Direito Desportivo	60	60	0	
Felicidade	60	60	0	
Licenciamento Ambiental	60	60	0	
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	60	0	
Negociação e Mediação em Relações Empresariais	60	60	0	



A Tecnologia faz a Diferença

*O conteúdo de Educação Ambiental será disponibilizado com ênfase específica na disciplina de **Direito Ambiental**, contudo, a Educação Ambiental será uma atividade de cunho institucional da Faculdade Dinâmica, ou seja, serão periodicamente desenvolvidos eventos que envolverão todos os cursos da instituição. Tais eventos serão direcionados para palestras e projetos de extensão que abordem temas sobre o meio ambiente, educação ambiental e sustentabilidade.

**Disciplina de Políticas Públicas e Comunidades Vulneráveis

O conteúdo de educação em direitos humanos será ministrado de forma específica na Disciplina Direitos Humanos, mas também transversalmente ou outras disciplinas como Direitos das Comunidades Vulneráveis que

Os conteúdos de Relações Étnico-Raciais, de Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, africana e dos Povos Originários e Educação em Direitos Humanos serão disponibilizados nas disciplinas de **Estudos Socioantropológicos, Direito Internacional (Público e Privado), Direitos do Consumidor, Difusos e Coletivos e Direitos Humanos.

O currículo proposto para o Curso de Direito reflete a concepção, objetivos e perfil profissional que a Faculdade Dinâmica estabeleceu como referenciais, bem como está fundamentado nas diretrizes, princípios e determinações estabelecidos nos seguintes instrumentos legais:

- Projeto Político Institucional da Faculdade Dinâmica;
- Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade Dinâmica;
- Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Resolução CNE/CES n.º 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- Resolução CNE/CES n.º 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;
- Decreto n.º 9.235/2017, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- Resolução CNE/CP n.º 01 de 17 de junho de 2004 (Diretrizes Curriculares; Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena);
- Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n.º 4.281, de 25 de junho de 2002 (Políticas de Educação Ambiental);
- Resolução CNE n.º 1, de 30 de maio de 2012 (Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos);
- Resolução CNE/CES n.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação — PNE 2014-2024 e dá outras providências;
- Resolução CNE/CES n.º 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Direito, Bacharelado, e dá outras providências.



A matriz curricular do Curso de Graduação em Direito da FACDIN estrutura-se em conformidade com o Art. 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito, contemplando três perspectivas formativas articuladas: Formação Geral, Formação Técnico-Jurídica e Formação Prático-Profissional. A Formação Geral assegura ao estudante o domínio de fundamentos humanísticos, filosóficos, históricos, sociológicos, políticos, econômicos, éticos e metodológicos, favorecendo a compreensão crítica da sociedade e do fenômeno jurídico. A Formação Técnico-Jurídica contempla os conteúdos essenciais dos diversos ramos do Direito, incluindo Direito Constitucional, Civil, Penal, Processual, Administrativo, Tributário, Empresarial, Trabalhista, Internacional, Previdenciário, Financeiro, Digital, Ambiental, Agrário, Minerário e formas consensuais de solução de conflitos. A Formação Prático-Profissional integra teoria e prática por meio dos Projetos Integradores, do Trabalho de Conclusão de Curso e das Práticas Jurídicas, possibilitando ao acadêmico o desenvolvimento de competências relacionadas à argumentação, redação forense, oratória, pesquisa, atendimento jurídico, solução de conflitos, uso de tecnologias e atuação ética diante de demandas reais e simuladas. Segue o ementário.

1º PERÍODO

CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA DO ESTADO

60 horas

Ementa: Conceituação de Ciência Política e Teoria do Estado. As Sociedades Políticas. Desenvolvimento histórico e os elementos do Estado (Soberania, Território e Povo). Formas de Estado e de Governo. Finalidades e Função do Estado. Democracias Direta, Semidireta e Representativa. Regimes Políticos. Investidura dos Governantes. Partidos Políticos. Política contemporânea (desenvolvimento sustentável e poder local).

Bibliografia Básica:

VESTING, Thomas. **IDP - Teoria do Estado** - 1ª Edição 2022. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786555599244. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599244/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado - 37ª Edição 2025**. 37. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553626397. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626397/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Direito constitucional: da organização do Estado, dos poderes e histórico das constituições**. (Sinopses jurídicas). São Paulo: SaraivaJur, 2024. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623651>. Livro eletrônico. MB

Bibliografia Complementar:

SIMÕES, Carlos. **Teoria & crítica dos direito sociais: o estado social e o estado democrático de direito**. São Paulo: Cortez Editora, 2014. *E-book*. p.capa. ISBN 9788524922558. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524922558/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

BARROS, Alberto Ribeiro Gonçalves de; MELO, Rurion S.; LOPES, Marisa da S.; et al. **Manual de Filosofia Política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. *E-book*. p.1. ISBN 9786555595673. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555595673/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

PINHO, Rodrigo César R. **Sinopses Jurídicas v 18 - direito constitucional - da organização do estado, dos poderes e histórico das constituições**. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. *E-book*. p.CAPA. ISBN 9788553619641. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619641/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

REALE, Miguel. **Teoria do Direito e do estado**. 5.ed.. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. *E-book*. p.1. ISBN 9788502135437. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502135437/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

METODOLOGIA CIENTÍFICA	30 horas
-------------------------------	-----------------



A Tecnologia faz a Diferença

Ementa: Relação entre ensino, pesquisa e extensão na vida universitária. Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). As etapas da pesquisa: levantamento de dados, registro de informações e redação do relatório. Pesquisa Jurídica: Conceito, Classificação e Métodos. A Elaboração de um Projeto de Pesquisa: Estrutura e Conteúdo. Ciência aberta (movimento de acesso aberto) e ciência livre. Plágio e consequências legais.

Bibliografia Básica

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa Jurídica - 18ª Edição 2024**. 18. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553622320. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

FEFERBAUM, Marina; MAFEI, Rafael. **Metodologia da Pesquisa Em Direito - 4ª Edição 2026**. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786584004290. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004290/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

MEZZAROBIA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito - 9ª Edição 2023**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.III. ISBN 9786553627307. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627307/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

MONEBHURRUN, Nitish. **Manual de metodologia jurídica: técnicas para argumentar em textos jurídicos, 1ª edição..** Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015. *E-book*. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502626553. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502626553/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

NUNES, Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica - 16ª Edição 2026**. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786551770241. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770241/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

MATTAR, João. **Metodologia científica na era digital**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2017. *E-book*. p.I. ISBN 9788547220334. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547220334/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

VARGAS, Caroline. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786553620827. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620827/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

QUEIROZ, Rafael Mafei R.; FEFERBAUM, Marina. **Metodologia da Pesquisa Em Direito - 3ª Edição 2023**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.1. ISBN 9786553627994. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627994/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

LINGUAGEM JURÍDICA, REDAÇÃO FORENSE E ORATÓRIA	30 horas
---	-----------------

Ementa: Conceitos de gêneros textuais jurídicos. Planejamento de textos referenciais com base na gramática técnico-científica. Elaboração de resumos, resenhas e análises jurídicas. Técnicas de leitura, interpretação e produção de textos jurídicos (Memorandos, petição inicial, recurso e acórdão). Diferença entre voto vencedor e vencido. Uso de inteligência artificial em pesquisas jurisprudenciais.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Roberta A. **Português básico. (UniA)**. Porto Alegre: Penso, 2015. *E-book*. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788584290550. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584290550/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

BITTAR, Eduardo C B. **Linguagem Jurídica - 8ª Edição 2022**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786553620346. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620346/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

MARTINO, Agnaldo; LENZA, Pedro. **Português - Coleção Esquematizado - 12ª Edição 2025**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553627868. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627868/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:



A Tecnologia faz a Diferença

NEVES, Maria Helena de M. **Gramática funcional**. São Paulo: Editora Contexto, 2018. *E-book*. p.1. ISBN 9786555412932. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555412932/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

CASTILHO, Ataliba T De. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010. *E-book*. p.1. ISBN 9788572444620. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572444620/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

PETRI, Maria Jose C. Manual de Linguagem Jurídica - 4ª Edição 2023. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.IV. ISBN 9786553627451. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627451/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

SOARES, Ricardo Mauricio F. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica - 5ª Edição 2023**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.XXXVII. ISBN 9786555598797. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598797/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

HISTÓRIA DO PENSAMENTO JURÍDICO
--

60 horas

Ementa: Introdução: saber, história e Direito. Direito Romano (*Civil Law*). Direito Consuetudinário (*Common Law*). Direito Natural (Jusnaturalismo). Direito Moderno e o Humanismo. História do Direito Brasileiro (Colônia, Império e República). Pensamento jurídico contemporâneo.

Bibliografia Básica:

CICCO, Claudio de. **História do Direito e do Pensamento Jurídico - 9ª Edição 2023**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.IV. ISBN 9786553626300. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626300/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

MACIEL, José Fabio R.; AGUIAR, Renan. **Manual de História do Direito - 11ª Edição 2026**. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786584004450. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004450/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

PALMA, Rodrigo F. **História do Direito - 10ª Edição 2026**. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786584004573. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004573/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto M.; LOPES, José Reinaldo de L. **Ensaio de teoria do direito (Coleção Teoria e História do Direito)**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2013. *E-book*. p.1. ISBN 9788502203655. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502203655/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. **História do pensamento econômico**. 2. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2024. *E-book*. p.1. ISBN 9786555583625. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555583625/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

TEIXEIRA, Anderson V.; OLIVEIRA, Elton Somensi de. **Correntes Contemporâneas do Pensamento Jurídico**. Barueri: Manole, 2010. *E-book*. p.A. ISBN 9788520446447. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520446447/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

ALVES, José Carlos M. **Direito Romano**. 20.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. *E-book*. p.1. ISBN 9786559640645. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640645/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

BITTAR, Eduardo. **Introdução ao Estudo do Direito: Humanismo, Democracia e Justiça**. 4.ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. *E-book*. p.i. ISBN 9788553623471. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623471/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL – DAS PESSOAS	60 horas
--	-----------------

Ementa: A constitucionalização do Direito Civil. Das Pessoas. Personalidade e Capacidade. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Sociedades irregulares ou de fato. Desconsideração da personalidade jurídica. Extinção da pessoa jurídica. Direitos da personalidade. Domicílio. Bens. Lei de Introdução ao Direito Brasileiro (LINDB).



Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria H. **Curso de Direito Civil Brasileiro - Vol.1 - 43ª Edição 2026**. 43. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786584004863. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004863/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro - Parte Geral - Vol. 1 - 23ª Edição 2025**. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788553626243. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626243/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

LÔBO, Paulo. **Direito Civil - Parte Geral - Vol.1 - 2026**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786584004825. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004825/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

DINIZ, Maria H. **Manual de Direito Civil - 6ª Edição 2026**. 6. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786551770463. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770463/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. **Novo Curso de Direito Civil - Parte Geral Vol.1 - 28ª Edição 2026**. 28. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786551770913. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770913/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. **Manual de direito civil**: volume único. São Paulo: SaraivaJur, 2023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624559>. Livro eletrônico. NÃO TEM

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo - 9ª Edição 2026**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. *E-book*. p.Capa. ISBN 9786551770814. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770814/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. **Prática Civil - 15ª Edição 2025**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. *E-book*. p.195. ISBN 9788553625055. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625055/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

FILOSOFIA JURÍDICA	30 horas
---------------------------	-----------------

Ementa: Conceitos e marcos históricos da Filosofia Geral e Jurídica. As Escolas Filosóficas (Grécia, Roma, França, Inglaterra, China, Coreia, Japão). O pensamento jurídico no século XX: Positivismo, Realismo e Jusnaturalismo. Pós-modernidade e Decolonialidade. Direitos Humanos e Immanuel Kant: universalismo, relativismo e interculturalidade. Tecnologias digitais e cultura jurídica contemporânea.

Bibliografia Básica:

BARROS, Alberto Ribeiro Gonçalves de; MELO, Rurion S.; LOPES, Marisa da S.; et al. **Manual de Filosofia Política - 4ª Edição 2021**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. *E-book*. p.1. ISBN 9786555595673. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555595673/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

CASTILHO, Ricardo. **Filosofia Geral e Jurídica - 8ª Edição 2023**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. *E-book*. p.I. ISBN 9786553624580. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624580/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito, 20ª edição**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. *E-book*. p.I. ISBN 9788502136557. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502136557/>. Acesso em: 20 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

FERRARI, Sônia Campaner M. **Filosofia política**. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2019. *E-book*. p.i. ISBN 9788571440197. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571440197/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

MASCARO, Alysson L. **Filosofia do direito e filosofia política**. 2. ed.. Rio de Janeiro: Atlas, 2008. *E-book*. p.Capa. ISBN 9788522471898. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522471898/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

ROSAS, João C. **Manual de Filosofia Política**. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2013. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9789724051284. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724051284/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO
--

30 horas

Ementa: Definição e elementos do Direito. Relação entre Direito e moral. Direito natural e positivo. Equidade e justiça. Direito objetivo e subjetivo: público e privado. Fontes e princípios gerais do Direito. Norma jurídica: validade, vigência e eficácia. Ordenamento jurídico: unidade, coerência e completude. Tutela da relação jurídica.

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo. **Introdução ao Estudo do Direito: Humanismo, Democracia e Justiça**. 4.ed.. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i. ISBN 9788553623471. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623471/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

BETIOLI, Antonio B. **Introdução ao Direito: Lições de Propedêutica Jurídica Tridimensional**. 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9786553627147. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627147/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

DINIZ, Maria H. **Compêndio de Introdução À Ciência do Direito**. 29. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553623709. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623709/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

SOARES, Ricardo Maurício F. **Teoria Geral do Direito**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553623464. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623464/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

MACIEL, José Fabio R.; AGUIAR, Renan. **Manual de História do Direito**. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004450. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004450/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

MASCARO, Alysson L. *Filosofia do direito e filosofia política*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Atlas, 2008. E-book. p.Capa. ISBN 9788522471898. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522471898/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

WOLKMER, Antônio C. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. 9.ed.. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502625884. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502625884/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

2º PERÍODO

TEORIA DO GERAL DO DIREITO CIVIL II (EXTENSIONISTA)

60 horas

Ementa: Fatos, atos e negócios jurídicos. Vícios da vontade e do objeto. Nulidade e anulabilidade. Atos ilícitos, decadência e prescrição.

Bibliografia básica:

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro: Parte Geral**: Vol. 1. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004375. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004375/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

GARCIA JUNIOR, Vanderlei. **Negócios Jurídicos**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553620278. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620278/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do Fato Jurídico**. 23. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553620261. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620261/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

Bibliografia complementar:

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil: Parte Geral**. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.I. ISBN 9786553623606. Disponível em:

Commented [1]: Ok
Corrigir: TEORIA DO GERAL DO DIREITO CIVIL II (EXTENSIONISTA) e DIREITO CIVIL – DAS OBRIGAÇÕES 60 h estão no mesmo período.

Commented [UdW2R1]:

Commented [UdW3R1]:

Commented [UdW4R1]:

Commented [UdW5R1]:

Commented [UdW6R1]:

Commented [UdW7R1]: Ok



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623606/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

RIGOLIN, Ivan B. **Comentários ao regime único dos servidores públicos civis**. 7.ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502174481. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502174481/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro: Direito das Sucessões Vol.7**. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004610. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004610/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Vol.1**. 22. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9788530998769. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998769/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

PAIANO, Daniela B.; ESPOLADOR, Rita de Cássia Resquetti T.; STROZZI, Arthur L.; A, Guilherme. **Negócios jurídicos: Aspectos públicos e privados**. São Paulo: Almedina, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788584937196. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584937196/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

ESTUDOS SOCIOANTROPOLÓGICOS	60 horas
------------------------------------	-----------------

Ementa: Conceituações, desenvolvimento histórico e as principais teorias sociológicas (gerais e jurídicas) e antropológicas. Durkheim e o Fato Social. Weber e Ação Social. Marx e a Luta de Classes. Claude Lévi-Strauss e as contribuições para a Antropologia. Importância da cultura para a formação do pensamento crítico-social. Estudos das relações étnico-raciais, culturas afro-brasileiras, africanas e povos originários. Debates contemporâneos: globalização e influência tecnológica.

Bibliografia Básica:

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e jurídica**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788553611720. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553611720/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

SILVA, Felipe G.; RODRIGUEZ, José R. **Manual de Sociologia Jurídica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9786555599503. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599503/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

CARNIO, Henrique G. **Direito e Antropologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.Capa. ISBN 9788553618101. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553618101/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

PALMA, Rodrigo F. **Antropologia Jurídica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9786553627000. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627000/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

VIANA, Nildo. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Autêntica Editora, 2007. E-book. p.Capa. ISBN 9788551300206. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788551300206/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

SILVA, Felipe G.; RODRIGUEZ, José R. **Manual de Sociologia Jurídica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9786555599503. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599503/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

MACHADO, Igor. **Introdução à Antropologia**. São Paulo: Editora Contexto, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786555412116. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555412116/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

DIREITO CONSTITUCIONAL I	60 horas
---------------------------------	-----------------

Ementa: Teoria da Constituição. O poder constituinte. Da Constituição: objeto, objetivos e métodos. Normas constitucionais: interpretações e efetividade. Direitos e Garantias fundamentais. Remédios Constitucionais.

Bibliografia Básica:



A Tecnologia faz a Diferença

BARROSO, Luís R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771620. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771620/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional: Coleção Esquematizado**. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771873. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771873/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

MENDES, Gilmar F.; BRANCO, Paulo Gustavo G. **Série Idp - Curso de Direito Constitucional - 21ª Edição** 2026. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771811. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771811/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

BULOS, Uadi L. **Curso de Direito Constitucional**. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. Ebook. ISBN 9788553621217. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621217/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

JÚNIOR, Paulo Hamilton S. **Direito Processual Constitucional**. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.I. ISBN 9786555599626. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599626/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626908. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626908/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

PINHO, Rodrigo César R. **Direito Constitucional: Organização do Estado, Poderes e Hist. das Constituições**. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.IV. ISBN 9786553623651. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623651/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

TAVARES, André R. **Curso de Direito Constitucional**. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770715. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770715/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

**DIREITO PENAL - TEORIA DO CRIME****60 horas**

Ementa: Conceito. Síntese histórica. Princípios de Direito Penal. Lei penal no tempo e no espaço. A norma penal. A teoria geral do crime. Tipo e Tipicidade. A teoria do erro. Antijuridicidade. Imputabilidade. Culpabilidade. Consumação. Tentativa.

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal:** Parte Geral - Vol. 1. 32. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771200/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal:** Parte Geral Vol.1. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770654. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770654/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Direito Penal:** Parte Geral: Coleção Esquemático. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.I. ISBN 9786551770678. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770678/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

ANDREUCCI, Ricardo A. **Manual de Direito Penal.** 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625222. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625222/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano D.; FIGUEIREDO, Vanzolini. **Manual de Direito Penal.** 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551772030. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772030/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Penal:** Vol. 1. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9788530999278. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999278/>. Acesso em: 22 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

ASSIS, Mariana Gloria de; FRAGA, Patrícia F.; MASSARUTTI, Eduardo A. de S.; et al.

Direito penal I. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595025646.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025646/>.

Acesso em: 22 jul. 2026. MB

JESUS, Damásio de. **Código penal anotado**. 23. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015. E-

book. p.1. ISBN 9788502634343. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502634343/>. Acesso em: 22 jul.

2026. MB

TEORIA GERAL DO PROCESSO	60 horas
---------------------------------	-----------------

Ementa: Especificidades do Direito Processual: conceitos fundamentais, problemas e temas relevantes. Desenvolvimento histórico e Fontes da Teoria do Processo. Institutos fundamentais do Direito Processual: jurisdição, ação e processo. Principais espécies de direito processual. Princípios e garantias processuais. Perspectivas do Direito Processual e o acesso à justiça.

Bibliografia Básica:

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de M. **Processo Civil:** Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento - 19ª Edição 2024. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i.

ISBN 9786553629356. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629356/>. Acesso em: 28 jul.

2026. MB

SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV,

2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771460. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771460/>. Acesso em: 28 jul.

2026. MB

MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado - 37ª Edição 2025. 37. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024.

E-book. p.Capa. ISBN 9788553626397. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626397/>. Acesso em: 28 jul.

2026. MB

Bibliografia Complementar:

GAJARDONI, Fernando da F.; DELLORE, Luiz; Andre Vasconcelos Roque; et al.

Comentários Ao Código de Processo Civil - 6ª Edição 2026. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense,

2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530997496. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997496/>. Acesso em: 28 jul. 2026. MB

DONIZETTI, Elpídio. Novo Código de Processo Civil Comentado - 3ª Edição 2018. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. p.i. ISBN 9788597016734. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597016734/>. Acesso em: 28 jul. 2026. MB

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de M. Processo Civil-Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento - 19ª Edição 2024. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i. ISBN 9786553629356. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629356/>. Acesso em: 28 jul. 2026. MB

MAZZEI, Rodrigo R. Comentários ao Código de Processo Civil - Arts 610 a 673 Vol.XII - 1ª Edição 2023. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786555599923. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599923/>. Acesso em: 28 jul. 2026. MB

PROJETO INTEGRADOR I	30 horas
-----------------------------	-----------------

Ementa: Integração dos conhecimentos nas diversas disciplinas do semestre, de forma inter e transdisciplinar, promovendo o desenvolvimento de competências e capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz das atividades requeridas pela natureza do trabalho, de acordo com o tema de cada semestre.

Bibliografia básica

Todas as referências bibliográficas das disciplinas do semestre que integram a matriz curricular.

Bibliografia complementar

Todas as referências bibliográficas das disciplinas do semestre que integram a matriz curricular

3º PERÍODO	
DIREITO CIVIL – TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES	60 horas

Ementa: Fundamentos do Direito das obrigações. Fundamentos históricos e constitucionais. Obrigações: fontes e elementos constitutivos. Classificação: obrigações de dar, de restituir,



A Tecnologia faz a Diferença

pecuniárias, de dar coisa incerta, de fazer, de não fazer, alternativas facultativas, divisíveis e indivisíveis, solidárias, naturais, principais e acessórias, líquidas e ilíquidas, condicionais, modais e a termo. Solidariedade ativa e passiva. Efeitos das obrigações. Modos de extinção: diretos e indiretos. Consequências da inexecução. Transmissão das obrigações. Obrigações com cláusula penal. Cessão de crédito. Concurso de credores.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro - Teoria Geral das Obrigações - Vol.2.** 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004399. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004399/>. Acesso em: 28 jul. 2026. MB

LÔBO, Paulo. **Direito Civil – Obrigações.** 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004788. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004788/>. Acesso em: 28 jul. 2026. MB

NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto F.; Luis Guilherme A. Bondioli; et al. **Código de Processo Civil e Legislação Processual Em Vigor.** 57. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771835. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771835/>. Acesso em: 28 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo Mário Veiga P. **Manual de Direito Civil - 10ª Edição** 2026. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771262. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771262/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. **Novo Curso de Direito Civil - Parte Geral Vol.1 - 28ª Edição** 2026. 28. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770913. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770913/>. Acesso em: 28 jul. 2026. MB

DINIZ, Maria H. **Manual de Direito Civil.** 6. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770463. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770463/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770814. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770814/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO CONSTITUCIONAL II	60 horas
----------------------------------	-----------------

Ementa: Organização do Estado brasileiro. Repartição de competências. Organização dos Poderes. Do processo legislativo. Poder Judiciário. Defesa do Estado e das instituições democráticas. A ordem econômica. Princípios gerais da atividade econômica. O sistema financeiro nacional. Normas gerais sobre finanças públicas.

Bibliografia Básica:

BARROSO, Luís R. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771620. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771620/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SARLET, Ingo W.; MARINONI, Guilherme L.; MITIDIERO, Daniel. **Curso de Direito Constitucional**. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771972. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771972/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MARTINS, Flávio. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626908. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626908/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

MENDES, Gilmar F. **Comentários À Constituição do Brasil - Série IDP**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9786553625044. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553625044/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional - Coleção Esquematizado**. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771873. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771873/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771224. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771224/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

TAVARES, André R. **Curso de Direito Constitucional**. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770715. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770715/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

BULOS, Uadi L. **Curso de Direito Constitucional - 17ª Edição 2025**. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553621217. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621217/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PSICOLOGIA JURÍDICA	30 horas
----------------------------	-----------------

Ementa: Desenvolvimento do ser humano. Formação da personalidade: do físico ao psicológico. Genética e meio; natureza e cultura. Descrição e compreensão das fases da evolução do ser humano: vida gestacional, infância, adolescência, idade adulta e velhice. Do individual ao social: o ser humano na sociedade. Atitudes e representações sociais. Trabalho e qualidade de vida. Relações da Psicologia com o Direito.

Bibliografia Básica:

PINHEIRO, Carla. **Manual de Psicologia Jurídica**. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770555. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770555/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PUTHIN, Sarah R.; PIRES, Luciana R.; AMARAL, Sabine H.; et al. **Psicologia jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, [Inserir ano de publicação]. E-book. p.Capa. ISBN 9788595025783. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025783/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

FEIST, Gregory J.; ROBERTS, Tomi-Ann; FEIST, Jess. **Teorias da Personalidade**. 10. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2025. E-book. p.i. ISBN 9786558822165. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558822165/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:



A Tecnologia faz a Diferença

FIORELLI, José O.; MANGINI, Rosana Cathya R. **Psicologia Jurídica** - 12ª Edição 2024. 12. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9786559775569. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775569/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PAPALIA, Diane E.; MARTORELL, Gabriela. **Desenvolvimento humano**. 14. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2022. E-book. p.i. ISBN 9786558040132. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558040132/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

CAMARGOS, Gustavo L.; LEHNEN, Alexandre M.; CORTINAZ, Tiago. **Crescimento, desenvolvimento e envelhecimento humano**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595028692. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595028692/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney E. **Teorias da personalidade**. 4. ed. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2021. E-book. p.Cover. ISBN 9786555583946. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555583946/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ROSSATO, Nelson Piletti, Solange Marques Rossato, G. **Psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Contexto, 2014. E-book. p.10. ISBN 9788572448581. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572448581/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

FORMAS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	30 horas
---	-----------------

Ementa: Negociação. Conflito e negociação. Inteligência cultural e a inter-relação atual entre diferentes sistemas e ordenamentos jurídicos. Métodos de negociação. Conciliação. Mediação. Arbitragem. Métodos de negociação: estilos de negociação, a linguagem não-verbal. Negociação baseada em princípios, simulações de negociação, mediação e arbitragem nos âmbitos nacional e internacional. Arbitragem: princípios e conceitos fundamentais.

Bibliografia Básica:

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de Mediação e Arbitragem**. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553628469.



A Tecnologia faz a Diferença

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628469/>.

Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de A. **Manual de Arbitragem e Mediação** - 6ª Edição 2022. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.3. ISBN 9786553620568. Disponível

em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620568/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MIKLOS, Jorge; MIKLOS, Sophia. **Mediação de Conflitos**. Rio de Janeiro: Expressa, 2020.

E-book. p.1. ISBN 9786558110477. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558110477/>. Acesso em: 29 jul.

2026. MB

Bibliografia Complementar:

LAGRASTA, Valeria F. **Inovações Tecnológicas nos Métodos Consensuais de Solução de**

Conflitos. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553621992. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553621992/>. Acesso em: 29 jul.

2026. MB

TEIXEIRA, Tarcisio; LIGMANOVSKI, Patricia Ayub da C. **Arbitragem em evolução:**

aspectos relevantes após a reforma da Lei Arbitral. Barueri: Manole, 2018. E-book. p.Capa.

ISBN 9786555762204. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555762204/>. Acesso em: 29 jul.

2026. MB

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia L.; SILVA, Paulo Eduardo

Alves da. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem** - 6ª Edição 2026. 6. ed. Rio de

Janeiro: Forense, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9788530999667. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999667/>. Acesso em: 29 jul.

2026. MB

JUNIOR, Luiz Antonio S. **Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação** - 11ª Edição

2023. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786559648191. Disponível

em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648191/>. Acesso em: 29

jul. 2026. MB

FLÁVIA, Messa, A. Manual de arbitragem. São Paulo: Almedina Brasil, 2024. E-book. p.1.

ISBN 9786556272702. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272702/>. Acesso em: 29 jul.

2026. MB



DIREITO PENAL - DAS PENAS	60 horas
----------------------------------	-----------------

Ementa: Concurso de Pessoas. Teoria da Pena: princípios, funções da pena, espécies, cominação, aplicação, suspensão condicional, livramento condicional, efeitos da condenação, reabilitação. A pena sob o enfoque garantista. Medidas de segurança, Ação Penal, Extinção da Punibilidade.

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal** - Parte Geral - Vol. 1 - 32ª Edição 2026. 32. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771200/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal** - Parte Geral Vol.1 - 30ª Edição 2026. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770654. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770654/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Direito Penal** - Parte Geral - Coleção Esquematizado - 15ª Edição 2026. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.I. ISBN 9786551770678. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770678/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

ANDREUCCI, Ricardo A. **Manual de Direito Penal** - 17ª Edição 2025. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625222. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625222/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano D.; FIGUEIREDO, Vanzolini. **Manual de Direito Penal** - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551772030. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772030/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ESTEFAM, André. **Direito Penal** - Parte Geral - Vol.1 - 15ª Edição 2026. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770043. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770043/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Penal** - Vol. 1 - 10ª Edição 2026. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9788530999278. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999278/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GIACOMELLI, Cinthia L F.; TEIXEIRA, Juliana K M.; GUIMARÃES, Marina S.; et al. **Direito Penal II**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595026230. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595026230/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO PROCESSUAL CIVIL I	60 horas
-----------------------------------	-----------------

Ementa: Conceito, características e princípios. Ação. Jurisdição e Competência. Exceção. Processo. Sujeitos do Processo. Procedimento. Atos Processuais. Parte e Procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de Terceiros. Formação, Suspensão e Extinção do Processo.

Bibliografia Básica:

BUENO, Cassio S. **Manual de Direito Processual Civil** - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770630. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770630/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Direito Processual Civil** - Coleção Esquemático - 17ª Edição 2026. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770579. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770579/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil** - 11ª Edição 2026. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771460. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771460/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

ASOARES, Ricardo Mauricio F. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica** - 5ª Edição 2023. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.XXXVII. ISBN 9786555598797. Disponível



A Tecnologia faz a Diferença

em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598797/>. Acesso em: 29 jul. 2026. **MB**

GAJARDONI, Fernando da F.; DELLORE, Luiz; Andre Vasconcelos Roque; et al. **Comentários Ao Código de Processo Civil** - 6ª Edição 2026. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530997496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997496/>. Acesso em: 29 jul. 2026. **MB**

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de M. **Processo Civil**-Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento - 19ª Edição 2024. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i. ISBN 9786553629356. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629356/>. Acesso em: 29 jul. 2026. **MB**

NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto F.; Luis Guilherme A. Bondioli; et al. **Código de Processo Civil e Legislação Processual Em Vigor** - 57ª Edição 2026. 57. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771835. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771835/>. Acesso em: 29 jul. 2026. **MB**

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo** - 8ª Edição 2026. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004498. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004498/>. Acesso em: 29 jul. 2026. **MB**

4º PERÍODO

DIREITO CIVIL — TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

60 horas

Ementa: Teoria geral dos contratos. Compra e venda; permuta; promessa de compra e venda. Doação – Locação de coisas. Prestação de serviços. Empreitada. Comodato e mútuo. Depósito. Mandato e gestão de negócios. Edição e representação dramática. Sociedade. Contratos agrários. Constituição de renda. Seguro. Jogo e aposta. Fiança. Contratos inominados. Declarações unilaterais de vontade: títulos ao portador e promessa de recompensa.

Bibliografia Básica:



A Tecnologia faz a Diferença

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo Mário Veiga P. **Manual de Direito Civil** - 10ª Edição 2026. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771262. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771262/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro** - Contratos e Atos Unilaterais Vol.3 - 23ª Edição 2026. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004474. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004474/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto F.; Luis Guilherme A. Bondioli; et al. **Código de Processo Civil e Legislação Processual Em Vigor** - 57ª Edição 2026. 57. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771835. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771835/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

RENNAN, Thamay., **A função social do contrato**: atualizado de acordo com a lei da liberdade econômica (lei 13.874/2019) e o regime jurídico emergencial de direito privado (lei 14.010/2020). São Paulo: Almedina Brasil, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786556272641. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272641/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

JR., Vanderlei G. **Manual Prático de Contratos** - 2ª Edição 2024. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.I. ISBN 9786553628816. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628816/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GAGLIANO, Pablo S. **Contrato de Doação** - 6ª Edição 2024. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.4. ISBN 9788553623433. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623433/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LÔBO, Paulo. **Direito Civil** - Contratos - Vol.3 - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004849. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004849/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ARAKAKI, Fernanda F S.; BERNARDES, Karina C.; ZAFFARI, Eduardo K.; et al. **Direito civil IV: contratos em espécie**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. p.Capa. ISBN



A Tecnologia faz a Diferença

9788533500273. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788533500273/>. Acesso em: 29 jul.
2026. MB

DIREITOS HUMANOS	60 horas
-------------------------	-----------------

Ementa: Conceitos, marco histórico, tratados e princípios de Direitos Humanos. Sistema Global de Direitos Humanos (Nações Unidas). Sistemas Regionais de Proteção aos Direitos Humanos (africano, americano e europeu). Tribunais Internacionais. Extraterritorialidade. A internalização dos Direitos Humanos como Direitos Fundamentais. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Paz e segurança internacional. Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

Bibliografia Básica:

BITTAR, Eduardo C B. **Democracia, justiça e direitos humanos:** estudos de teoria crítica e filosofia do direito. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553620179. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620179/>. Acesso em: 29 jul.
2026. MB

CASTILHO, Ricardo. **Liberdade: fundamento dos Direitos Humanos.** Rio de Janeiro: Expressa, 2021. E-book. p.1. ISBN 9786553623071. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623071/>. Acesso em: 29 jul.
2026. MB

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional** - 24ª Edição 2026. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771224. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771224/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar

SOUZA, Lima, Carolina Alves De. **Cidadania, direitos humanos e educação.** São Paulo: Almedina Brasil, 2024. E-book. p.1. ISBN 9788584935529. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584935529/>. Acesso em: 29 jul.
2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

CASTILHO, Ricardo. Direitos Humanos - Coleção Sinopses Jurídicas. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553628384. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628384/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ARAKAKI, Fernanda F S.; VIERO, Guérula M. **Direitos humanos**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595025370. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025370/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GUERRA, Sidney. **Curso de Direitos Humanos** - 9ª Edição 2025. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553628322. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628322/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PIOVESAN, Flavia. Temas de Direitos Humanos - 13ª Edição 2025. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626434. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626434/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ECONOMIA POLÍTICA	30 horas
--------------------------	-----------------

Ementa: Fundamentos da Economia Política: Definição e desenvolvimento histórico. Teorias Econômicas Clássicas: Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Teorias Econômicas Modernas: Keynesianismo, Monetarismo e Neoliberalismo. Estruturas de Mercado: Concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística.

Bibliografia Básica:

HUNT, E K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do Pensamento Econômico:** Uma Perspectiva Crítica. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2012. E-book. p.1. ISBN 9788595159143. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595159143/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MANKIW, N G. **Introdução à Economia**. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2025. E-book. p.i. ISBN 9788582606773. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582606773/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

VASCONCELOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9788571441415. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571441415/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

VASCONCELOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9788571441415. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788571441415/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à Economia**. 6. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2023. E-book. p.Capa. ISBN 9788595159679. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595159679/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LACERDA, Antônio Corrêa de. **Economia brasileira**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Uni, 2018. E-book. p.I. ISBN 9788547231798. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547231798/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

BOARATI, Vanessa. **Economia para o direito**. Barueri: Manole, 2006. E-book. p.Capa. ISBN 9788520443309. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520443309/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Carlos. **Introdução à Economia**. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2017. E-book. p.i. ISBN 9788595152205. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595152205/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO DIGITAL E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

30 horas

Ementa: Direito Digital. Noções básicas de gestão. Gestão pública, privada e corporativa. Gestão e Direito dos negócios (*Business Law*). Gestão da inovação e Direito Digital. Marco Civil da Internet. Poder Judiciário e Novas Tecnologias. *Lawtechs* e *Legaltechs*: direito, inovação e *startups*. Proteção à propriedade intelectual. Inteligência Artificial (IA) e debates contemporâneos.

Bibliografia Básica:



A Tecnologia faz a Diferença

SARLET, Ingo W.; SARLET, Gabrielle B S.; BITTAR, Eduardo C B. **Inteligência artificial, proteção de dados pessoais e responsabilidade na era digital**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786555599527. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599527/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PINHEIRO, Patricia P. **Direito Digital** - 8ª Edição 2026. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786553624979. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624979/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

TEIXEIRA, Tarcisio; KASEMIRSKI, André. **Direito Digital e Processo Eletrônico** - 10ª Edição 2026. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551772429. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772429/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

SARAIVA, Editora. **Lei geral de proteção de dados (LGPD) e marco civil da internet**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553620384. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620384/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

JESUS, Damásio Evangelista de; OLIVEIRA, José Antônio M. Milagre de. **Marco Civil da Internet** : comentários à Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014, 1ª Edição,. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502203200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502203200/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MARCHSIN, Karina Bastos K. **Blockchain e smart contracts**: As inovações no âmbito do Direito. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786555599398. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599398/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

REIS, Dalcio Roberto dos. **Gestão da Inovação Tecnológica**. 2. ed. Barueri: Manole, 2008. E-book. p.i. ISBN 9788520452141. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520452141/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MENDES, Gilmar F. **Série IDP – Linha Administração e Políticas Públicas** - Gestão Pública e Direito Municipal: tendências e desafios. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. E-book. p.[Inserir



A Tecnologia faz a Diferença

número da página]. ISBN 9788547204686. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547204686/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO ELEITORAL	60 horas
--------------------------	-----------------

EMENTA: Histórico, Fontes e Princípios do Direito Eleitoral no Brasil. Regimes políticos e participação popular. Teoria da Representação. Participação democrática em países emergentes. Legislação Eleitoral: partidos políticos, Fundo Partidário Eleitoral (FPE), votação, práticas ilícitas, apuração, recursos e diplomação dos eleitos. Sistema Eleitoral: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Justiça Eleitoral. Processo Penal e o Ministério Público Eleitoral. Regimes políticos e participação popular.

Bibliografia Básica

VELOSO, Carlos Mário da S.; AGRA, Walber M. **Elementos de Direito Eleitoral** - 8ª Edição 2023. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.4. ISBN 9786555598810. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598810/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

REIS, Márlon; LENZA, Pedro. **Direito Eleitoral** - Coleção Esquematizado - 3ª Edição 2025. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Cap. ISBN 9788553624225. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624225/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ROLLO, Alexandre Luís M. **Direito Processual Eleitoral:** Ações Cíveis Eleitorais por descumprimento da Lei das Eleições. p.1. (Coleção direito eleitoral). Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786555599381. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599381/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar

BRITO, Auriney Uchoa de; LONGHI, João Victor R. **Propaganda eleitoral na Internet**, 1ª edição.. Rio de Janeiro: Saraiva, 2014. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502228610. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502228610/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

CHIMENTI, Ricardo C. Sinopses Jurídicas v 29 - **Direito eleitoral**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.CAPA. ISBN 9788553620005. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620005/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

REIS, Márlon; LENZA, Pedro. **Direito Eleitoral** - Coleção Esquematizado - 3ª Edição 2025. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553624225. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624225/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

VELOSO, Carlos Mário da S.; AGRA, Walber M. **Elementos de Direito Eleitoral** - 8ª Edição 2023. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.4. ISBN 9786555598810. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598810/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GOMES, José J. **Direito Eleitoral** - 22ª Edição 2026. 22. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786559778980. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778980/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO PENAL – DOS CRIMES CONTRA A PESSOA	60 horas
---	-----------------

Ementa: Crimes contra a pessoa. Crimes contra os costumes. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Crimes contra a família.

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal** - Parte Geral - Vol. 1 - 32ª Edição 2026. 32. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771200/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal** - Parte Geral Vol.1 - 30ª Edição 2026. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770654. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770654/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Penal** - Vol. 1 - 10ª Edição 2026. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9788530999278. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999278/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

ANDREUCCI, Ricardo A. **Manual de Direito Penal** - 17ª Edição 2025. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625222. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625222/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ESTEFAM, André; GONÇALVES, Victor Eduardo R. **Direito Penal** - Parte Geral - Coleção Esquemático - 15ª Edição 2026. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.I. ISBN 9786551770678. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770678/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano D.; FIGUEIREDO, Vanzolini. **Manual de Direito Penal** - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551772030. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772030/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

BITENCOURT, Cezar R. **Código penal comentado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.CAPA. ISBN 9788553615704. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553615704/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO PROCESSUAL CIVIL II	60 horas
------------------------------------	-----------------

Ementa: Principais procedimentos aplicados ao direito processual civil: comuns e ordinários. Petição inicial e resposta do requerente. Revelia; providências preliminares; julgamento conforme o estado do processo; provas; audiência de instrução e julgamento; sentença. Suspensão, extinção do processo e coisa julgada. Procedimento dos Juizados Especiais.

Bibliografia Básica:

BUENO, Cassio S. **Manual de Direito Processual Civil** - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770630. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770630/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto F.; Luis Guilherme A. Bondioli; et al. **Código de Processo Civil e Legislação Processual Em Vigor** - 57ª Edição 2026. 57. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771835. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771835/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil** - 11ª Edição 2026. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771460. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771460/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

SOARES, Ricardo Mauricio F. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica** - 5ª Edição 2023. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.XXXVII. ISBN 9786555598797. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598797/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GAJARDONI, Fernando da F.; DELLORE, Luiz; Andre Vasconcelos Roque; et al. **Comentários Ao Código de Processo Civil** - 6ª Edição 2026. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530997496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997496/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Direito Processual Civil** - Coleção Esquematizado - 17ª Edição 2026. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770579. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770579/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de M. **Processo Civil-Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento** - 19ª Edição 2024. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i. ISBN 9786553629356. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629356/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo** - 8ª Edição 2026. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004498. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004498/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



5º PERÍODO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL III

60 horas

Ementa: Processo de execução: partes, competência, título executivo, responsabilidade patrimonial, liquidação da sentença. Espécies de execução: na legislação codificada e na legislação extravagante. Embargos do devedor. Remição. Suspensão e extinção do processo. Processo Cautelar. Ações cautelares jurisdicionais e administrativas. Ações cautelares nominadas e inominadas. Legislação Extravagante.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Marcus Vinicius R. **Direito Processual Civil** - Coleção Esquemático - 17ª Edição 2026. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770579. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770579/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo** - 8ª Edição 2026. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004498. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004498/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil** - 11ª Edição 2026. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771460. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771460/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

SOARES, Ricardo Mauricio F. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica** - 5ª Edição 2023. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.XXXVII. ISBN 9786555598797. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598797/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GAJARDONI, Fernando da F.; DELLORE, Luiz; Andre Vasconcelos Roque; et al. **Comentários Ao Código de Processo Civil** - 6ª Edição 2026. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530997496. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997496/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

BUENO, Cassio S. **Manual de Direito Processual Civil** - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770630. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770630/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de M. **Processo Civil: -Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento** - 19ª Edição 2024. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i. ISBN 9786553629356. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629356/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto F.; Luis Guilherme A. Bondioli; et al. **Código de Processo Civil e Legislação Processual Em Vigor** - 57ª Edição 2026. 57. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771835. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771835/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO CIVIL — DAS COISAS	60 horas
-----------------------------------	-----------------

Ementa: Conceito e princípios do Direito das Coisas. Posse. Direitos reais. Propriedade. Superfície, servidões, usufruto, uso, habitação, direito do promitente comprador, penhor, hipoteca e anticrese. Perspectivas do Direito das Coisas.

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. **Novo Curso de Direito Civil** - Vol. 5 - Direitos Reais - 8ª Edição 2026. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771064. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771064/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro** - Direito das Coisas Vol.5 - 21ª Edição 2026. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004511. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004511/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

LÔBO, Paulo. **Direito Civil - Coisas - Vol.4 - 11ª Edição** 2026. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004801. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004801/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das Coisas - 9ª Edição** 2021. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. p.i. ISBN 9788530990886. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530990886/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo Mário Veiga P. **Manual de Direito Civil: volume único**. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771262. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771262/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LOTUFO, Renan. **Código Civil comentado**. v.1. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. E-book. p.26. ISBN 9788502637214. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502637214/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Carlos R. **Sinopses Jurídicas - Direito Civil - Direito das Coisas - 21ª Edição** 2024. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i. ISBN 9786553623507. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623507/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo - 9ª Edição** 2026. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770814. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770814/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO PENAL - DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA (extensionista)

60 horas

Ementa: Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Direito Penal Econômico. Direito Penal Ambiental. Contravenções Penais.

Bibliografia Básica:



A Tecnologia faz a Diferença

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal** - Parte Especial . 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551772016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772016/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal** - Parte Especial: Arts. 213 a 359-t - Vol.3 - 24ª Edição 2026. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771309. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771309/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ESTEFAM, André. **Direito Penal** - Parte Especial - Vol.3 - 13ª Edição 2026. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771248. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771248/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

ANDREUCCI, Ricardo A. **Manual de Direito Penal** - 17ª Edição 2025. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.XV. ISBN 9788553625222. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625222/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal** - Parte Especial: Arts. 121 a 212 - Vol.2 - 26ª Edição 2026. 26. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770401. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770401/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

BITENCOURT, Cezar R. **Código penal comentado**. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.CAPA. ISBN 9788553615704. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553615704/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo L. **Direito Penal 2** - parte especial - crimes contra a pessoa a crimes contra o patrimônio (arts. 121 a 183). 36. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.Capa. ISBN 9788553619863. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619863/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Victor Eduardo R.; LENZA, Pedro. **Direito Penal** - Parte Especial - Coleção Esquemático - 16ª Edição 2026. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770326.

Disponível

em:

228



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770326/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO DO TRABALHO – FUNDAMENTOS E RELAÇÕES TRABALHISTAS	60 horas
--	-----------------

Ementa: Direito do Trabalho: Conceituações, Fontes, desenvolvimento histórico e princípios. Natureza. Hermenêutica e interpretação do Direito do Trabalho. Relação de trabalho e relação de emprego. Contrato de trabalho e contratos afins. Condições especiais de trabalho e categorias profissionais diferenciadas. Remuneração e salário.

Bibliografia Básica:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de Direito do Trabalho** - 21ª Edição 2026. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770777. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770777/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de Direito do Trabalho** - 18ª Edição 2026. 18. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771897. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771897/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ROMAR, Carla Teresa M.; LENZA, Pedro. **Direito do Trabalho - Coleção Esquematizado** - 11ª Edição 2026. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551772283. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772283/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

GARCIA, Arthur A.; CENI, Caroline I C.; ZAFFARI, Eduardo K.; et al. **Prática Trabalhista**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786556903453. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556903453/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LIMA, Adrienne; ALCASSA, Flávia; PAPPERT, Milena. **LGPD no Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553621954. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553621954/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

MARTINEZ, Luciano; JÚNIOR, Pedro Lino de C. **Assédio moral trabalhista: ações coletivas e processo estrutural**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553620018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620018/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MARTINEZ, Luciano. **Curso de Direito do Trabalho** - 17ª Edição 2026. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551772054. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772054/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MONTEIRO, Antonio L. **Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais** - 12ª Edição 2024. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.I. ISBN 9786553628533. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628533/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PROJETO INTEGRADOR II	30 horas
------------------------------	-----------------

Ementa: Integração dos conhecimentos nas diversas disciplinas do semestre, de forma inter e transdisciplinar, promovendo o desenvolvimento de competências e capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz das atividades requeridas pela natureza do trabalho, conforme o tema de cada semestre.

Bibliografia básica

Todas as referências bibliográficas já estudadas e das disciplinas do semestre que integram a matriz curricular.

Bibliografia complementar

Todas as referências bibliográficas já estudadas e das disciplinas do semestre que integram a matriz curricular

DIREITO E CONTRATOS AGRÁRIOS	60 horas
-------------------------------------	-----------------

Ementa: Direito Agrário: Conceituações, Fontes, desenvolvimento histórico e princípios. Lei da Reforma Agrária. Contratos agrários. Tributação da Terra e sobre a Atividade Rural. Assistência Financeira e Creditícia. Estatuto da Terra. Direito Agrário e Meio Ambiente. Discussão sobre eco desenvolvimento e desenvolvimento sustentável.



A Tecnologia faz a Diferença

Bibliografia Básica:

MARQUES, Benedito F.; MARQUES, Carla Regina S. **Direito Agrário Brasileiro** - 12ª Edição 2017. Rio de Janeiro: Atlas, 2016. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788597009118. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009118/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GODOY, Bueno, Francisco de. **Contratos agrários**: novas modalidades e cláusulas obrigatórias. São Paulo: Almedina Brasil, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786556277387.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556277387/>.

Acesso em: 29 jul. 2026. MB

HAVRENNE, Michel. Coleção Método Essencial - **Direito Agrário** - 1ª Edição 2022. Rio de Janeiro: Método, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786559644865. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644865/>. Acesso em: 29 jul.

2026. MB

Bibliografia Complementar:

GODOY, Bueno, Francisco de. **Contratos agrários agroindustriais**: análise à luz da teoria dos contratos atípicos. São Paulo: Edições 70, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788584933099.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933099/>.

Acesso em: 29 jul. 2026. MB

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8629-25-fevereiro-1993-363222-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2026.

BERTOLLO, Mait; DANTAS, Jhonatan S.; XAVIER, Ana C F.; et al. **Geografia agrária**.

Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-book. p.Capa. ISBN 9786556900551. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556900551/>. Acesso em: 29 jul.

2026. MB

FELICIANO, Carlos A. **Movimento Camponês Rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2006. E-book. p.8. ISBN 9788572443142. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788572443142/>. Acesso em: 29 jul.

2026. MB

**DIREITO AMBIENTAL****60 horas**

Ementa: Conceituações, fontes, desenvolvimento histórico e princípios do Direito Ambiental. Tutela constitucional e administrativa do Meio Ambiente. Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Poder de polícia ambiental. Responsabilidade administrativa, civil por dano ambiental e por crime ambiental. Tutelas específicas: flora, recursos hídricos, patrimônio histórico-cultural, cidades.

Bibliografia Básica:

FIORILLO, Celso Antônio P.; FERREIRA, Renata M. **Direito Ambiental Contemporâneo**, 1ª edição.. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502631595. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502631595/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

RODRIGUES, Marcelo A.; LENZA, Pedro. **Direito Ambiental** - Coleção Esquematizado - 13ª Edição 2026. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551772207. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772207/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

TRENNEPOHL, Terence. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: SaraivaJur, 2024. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620265>. Livro eletrônico.

TRENNEPOHL, Terence. **Manual de Direito Ambiental** - 13ª Edição 2026. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770142. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770142/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

FIORILLO, Celso Antonio P. **Licenciamento ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.1. ISBN 9788553607471. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553607471/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ANTUNES, Paulo de B. **Direito Ambiental** - 24 Edição 2025. 24. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559777433. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777433/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SIRVINSKAS, Luís P. **Manual de Direito Ambiental** - 20ª Edição 2022. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.4. ISBN 9786553620438. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620438/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

TRENNEPOHL, Terence. **Meio ambiente empresarial**. Rio de Janeiro: Expressa, 2020. E-book. p.1. ISBN 978655594874. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978655594874/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

TRENNEPOHL, Gunnar; TRENNEPOHL, Natascha; TRENNEPOHL, Terence. **Litigância Climática, Mercado De Carbono e Transição Energética** - 1ª Edição 2025. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625468. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625468/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

6º PERÍODO	60 horas
DIREITO CIVIL – DAS RELAÇÕES FAMILIARES	

Ementa: Direito de Família: desenvolvimento histórico, fontes, princípios (constitucionais e específicos) e conceitos fundamentais. União estável. Casamento: processo de habilitação, impedimentos e sua oposição. Efeitos jurídicos do casamento. Dissolução da sociedade conjugal e divórcio. Filiação. Reconhecimento dos filhos. Tutela. Curatela. Ausência. Parentesco. Alimentos. Adoção.

Bibliografia Básica:

DINIZ, Maria H. Curso de Direito Civil Brasileiro - Vol.5 - 40ª Edição 2026. 40. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770029. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770029/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. **Novo Curso de Direito Civil** - Vol.6 - Direito de Família - 16ª Edição 2026. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771101. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771101/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

LÔBO, Paulo. **Direito Civil - Famílias - Vol.5 - 16ª Edição** 2026. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004887. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004887/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia complementar:

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro - Direito de Família Vol.6 - 23ª Edição** 2026. 23. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004634. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004634/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Carlos R. **Coleção Sinopses Jurídicas-Direito Civil-Direito de Família - 24ª Edição** 2024. 24. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9786553623576. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623576/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DANIELA, Paiano,. **Direito de família e das sucessões 1.** São Paulo: Almedina Brasil, 2025. E-book. p.capa. ISBN 9788584937882. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584937882/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MALUF, Carlos Alberto D.; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas D. **Curso de Direito da Família.** 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. E-book. p.22. ISBN 9786555598117. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598117/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO PROCESSUAL PENAL - DA AÇÃO PENAL

60 horas

Ementa: Direito Processual Penal: princípios e conceitos fundamentais; fundamentos históricos e constitucionais. Inquérito Policial. Prisão Provisória. Ação penal pública, privada e privada subsidiária. Jurisdição e competência. Sujeitos do processo. Sanções processuais. Nulidades e exceções. Teoria geral da prova. Atos de comunicação processual.

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal - 33ª Edição** 2026. 33. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770852. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770852/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal - 30ª Edição 2023. 30. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786559773060. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MARCÃO, Renato. Curso de Processo Penal. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786555598872. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598872/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

ANDREUCCI, Ricardo A. **Legislação Penal Especial** - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625482. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625482/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

BONFIM, Edilson M. Curso de Processo Penal - 16ª Edição 2026. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771934. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771934/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DELMANTO, Roberto. **Liberdade e prisão no processo penal** - as modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.CAPA. ISBN 9788553612956. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553612956/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

JR., Aury L. **Fundamentos Do Processo Penal** - Introdução Crítica - 11ª Edição 2025. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625611. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625611/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Victor Eduardo R.; LENZA, Pedro. **Legislação Penal Especial** - Coleção Esquemático - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770449. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770449/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

ÉTICA GERAL E JURÍDICA	30 horas
-------------------------------	-----------------

Ementa: Ética fundamental: o fenômeno humano e a liberdade. Relações entre ética e direito. Bioética. Da classificação da ética e a ética profissional nas diversas áreas. Deontologia Jurídica. Código de Ética da Magistratura. Estatuto da OAB e o Código de Ética do Advogado. Análise prática de casos.

Bibliografia Básica

TAILLE, Yves de L. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: ArtMed, 2006. E-book. p.1. ISBN 9788536306285. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536306285/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

RACHID, Alysson. **Dominando Ética** - 8ª Edição 2026. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p. Capa. ISBN 9786551770265. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770265/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

RODRIGUES, Willian G.; SALVI, Taísa L.; SOUTO, Fernanda R.; et al. **Ética geral e jurídica**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595024564. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024564/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar

DE, Oliveira, Hugo M. **Ser você é uma escolha**: como transformar crises em oportunidades e viver sua melhor versão. São Paulo: Edições 70, 2025. E-book. p.1. ISBN 9786554273893. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786554273893/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ALMEIDA, Guilherme Assis de; CHRISTMANM, Martha O. **ÉTICA E DIREITO** - 3ª Edição 2009. Rio de Janeiro: Atlas, 2009. E-book. p.Capa. ISBN 9788522467150. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522467150/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

RAMOS, André De C. **Curso de Direitos Humanos** - 13ª Edição 2026. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770166. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770166/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. 10. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788597021653. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021653/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SANTOS, Ana P M.; DIONIZIO, Mayara; LOZADA, Cristiano R.; et al. Legislação e ética profissional. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595029019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595029019/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

JÚNIOR, Goffredo da Silva T. **Ética** : do mundo da célula ao mundo dos valores, 3ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2014. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502209169. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502209169/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO DO TRABALHO – JORNADA, EXTINÇÃO E DIREITO COLETIVO	60 horas
---	-----------------

Ementa: Duração do trabalho. Alteração do contrato. Suspensão e interrupção do contrato de emprego. Extinção do contrato de emprego. Aviso prévio. Estabilidade e garantia de emprego. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Proteções especiais à mulher e à criança e ao adolescente. Meio ambiente do trabalho. Prescrição e decadência. Direito coletivo do trabalho. Direito internacional do trabalho.

Bibliografia Básica:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de Direito do Trabalho** - 21ª Edição 2026. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770777. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770777/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de Direito do Trabalho** - 18ª Edição 2026. 18. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771897. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771897/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LENZA, Carla Teresa Martins Romar, P. Coleção Esquematizado - **Direito do Trabalho** - 10ª Edição 2025. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553621842. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621842/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

Bibliografia Complementar:

GARCIA, Arthur A.; CENI, Caroline I C.; ZAFFARI, Eduardo K.; et al. **Prática Trabalhista**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786556903453. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556903453/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LIMA, Adriane; ALCASSA, Flávia; PAPPERT, Milena. **LGPD no Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553621954. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553621954/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MARTINEZ, Luciano; JÚNIOR, Pedro Lino de C. **Assédio moral trabalhista: ações coletivas e processo estrutural**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553620018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620018/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho - 17ª Edição 2026. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551772054. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772054/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MONTEIRO, Antonio L. **Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais - 12ª Edição 2024**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.I. ISBN 9786553628533. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628533/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV	60 horas
------------------------------------	-----------------

Ementa: Procedimentos Especiais. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária na legislação codificada e na legislação extravagante. Ação de consignação em pagamento. Ação de Depósito. Ação de Prestação de Contas. Ações Possessórias. Ação Monitória. Alienações Judiciais.

Bibliografia Básica:

BUENO, Cassio S. **Manual de Direito Processual Civil - 12ª Edição 2026**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770630. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770630/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto F.; Luis Guilherme A. Bondioli; et al. **Código de Processo Civil e Legislação Processual Em Vigor** - 57ª Edição 2026. 57. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771835. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771835/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SÁ, Renato Montans de. **Manual de Direito Processual Civil** - 10ª Edição 2025. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.I. ISBN 9788553625208. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625208/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

SOARES, Ricardo Mauricio F. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica** - 5ª Edição 2023. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.XXXVII. ISBN 9786555598797. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598797/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GAJARDONI, Fernando da F.; DELLORE, Luiz; Andre Vasconcelos Roque; et al. **Comentários Ao Código de Processo Civil** - 6ª Edição 2026. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530997496. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997496/>. Acesso em: 29 jul. 2026.

GONÇALVES, M. V. R. **Novo curso de direito processual civil**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. MB

MAZZEI, Rodrigo R. **Comentários ao Código de Processo Civil** - Arts 610 a 673 Vol.XII - 1ª Edição 2023. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786555599923. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599923/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de. **Manual de Direito Processual Civil Contemporâneo** - 8ª Edição 2026. 8. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004498. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004498/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)	30 horas
---	-----------------



A Tecnologia faz a Diferença

Ementa: Histórico, princípios e fontes da proteção da infanto-adolescência. Convenções Internacionais e os Direitos fundamentais sobre as crianças e os adolescentes. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e a doutrina jurídica da proteção integral. Direito fundamental à convivência familiar e comunitária.

Bibliografia Básica:

MACIEL, Katia Regina Ferreira Lobo A.; CARNEIRO, Rosa Maria Xavier G.; AMIN, Andréa R. **Curso de Direito da Criança e do Adolescente** - 17ª Edição 2025. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.I. ISBN 9788553626847. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626847/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ROSSATTO, Luciano A.; LÉPORE, Paulo E.; CUNHA, Rogério S. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - 12ª Edição 2020. 12. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.1. ISBN 9786555590814. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555590814/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ZAPATER, Máira. **Direito da Criança e do Adolescente** - 3ª Edição 2025. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626441. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626441/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar

TOPOROSI, Susana. **Em carne viva: abuso sexual de crianças e adolescentes**. São Paulo: Editora Blucher, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786555065473. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555065473/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Curso de direito da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez Editora, 2024. E-book. p.capa. ISBN 9786555554250. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555554250/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

JÚNIOR, Antônio Jorge P. **Direitos da criança e do adolescente em face da TV**, 1ª edição.. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502220355. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502220355/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

JÚNIOR, Gediel Claudino de A. **Prática no Estatuto da Criança e do Adolescente** - 4ª Edição 2026. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786559777631. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777631/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LEGISLAÇÃO ESPECIAL PROCESSUAL E PENAL	30 horas
---	-----------------

Ementa: Lei penal brasileira. Efeitos penais especiais. Legislação e cumprimento da lei. Processo penal: atualidades. Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional. Crimes Falimentares. Crimes de lavagem de dinheiro. Crimes de Abuso de Autoridade. Crimes de Trânsito. Criminalidade Organizada. Drogas. Meio Ambiente. Estatuto Idoso. Crimes hediondos. Eleitoral. Outras leis penais especiais: segurança nacional, responsabilidade, trânsito e estatuto do desarmamento.

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal** - Parte Especial. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627554. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627554/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal** - Parte Especial. 26. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770401. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770401/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Victor Eduardo R.; LENZA, Pedro. **Legislação Penal Especial** - Coleção Esquemático - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770449. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770449/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

ANDREUCCI, Ricardo A. **Manual de Direito Penal** - 17ª Edição 2025. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.XV. ISBN 9788553625222. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625222/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

ANDREUCCI, Ricardo A. **Legislação Penal Especial** - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625482. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625482/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

JR., Aury L.; PINHO, Ana Claudia Bastos de; ROSA, Alexandre Moraes da. **Pacote Anticrime: um ano depois**. Rio de Janeiro: Expressa, 2021. E-book. p.1. ISBN 9788553618453. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553618453/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Victor Eduardo R.; LENZA, Pedro. **Legislação Penal Especial** - Coleção Esquematizado - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770449. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770449/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ESTEFAM, André. **Direito Penal** - Parte Especial - Vol.3 - 13ª Edição 2026. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771248. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771248/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

POLÍTICAS PÚBLICAS E AS COMUNIDADES VULNERÁVEIS	30 horas
--	-----------------

Ementa: Políticas Públicas: introdução, fases e fontes. Programas de Políticas Públicas nos níveis Federal, Estadual e Municipal. Discussões sobre a violência doméstica e as realidades do signo mulher. Vulnerabilidades e conquistas da Comunidade LGBTQIAPN+. Direitos dos Povos Originários. Direito achado na rua.

Bibliografia Básica:

FONTE, Felipe de M. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. E-book. p.1. ISBN 9786555597417. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597417/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIMOULIS, Dimitri. **Direito de Igualdade: antidiscriminação, minorias sociais, remédios constitucionais**. 2. ed. São Paulo: Almedina, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786556279169. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556279169/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

SILVA, Flávia Piovesan. Silvio José Albuquerque E. **Combate ao racismo**. Rio de Janeiro: Expressa, 2021. E-book. p.1. ISBN 9786555597721. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597721/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

NIGRI, Tânia. **Direitos LGBTQIAPN**. São Paulo: Editora Blucher, 2024. E-book. p.1. ISBN 9788521223399. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521223399/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Tamara A. **Direitos humanos das mulheres e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos**, 1ª Edição.. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502187825. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502187825/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SCOTT, Joan W. **A fantasia da história feminista**. São Paulo: Autêntica Editora, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786559283910. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559283910/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ADELMAN, Miriam. **A Voz e a Escuta: Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. 2. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. p.1. ISBN 9788580391473. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580391473/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

NIGRI, Tânia. **Direitos LGBTQIAPN**. São Paulo: Editora Blucher, 2024. E-book. p.1. ISBN 9788521223399. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521223399/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

7º PERÍODO	
DIREITO CIVIL – DAS SUCESSÕES	60 horas



A Tecnologia faz a Diferença

Ementa: Direito Sucessório: fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. Sucessão Legítima. Sucessão Testamentária. Abertura e transmissão da herança. Herança Jacente. Testamento. Inventário e Partilha. Arrolamento. Inventário Negativo.

Bibliografia Básica:

GIACOMELLI, Cinthia L F.; ZAFFARI, Eduardo K.; SOUTO, Fernanda R.; et al. **Direito Civil: Direito das Sucessões**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9786556901329. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556901329/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil - Direito das Sucessões - Vol. 6 - 18ª Edição** 2018. Rio de Janeiro: Atlas, 2018. E-book. p.i. ISBN 9788597014846. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597014846/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MALUF, Carlos Alberto D.; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas D. **Curso de Direito das Sucessões**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. E-book. p.1. ISBN 9786555598094. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598094/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

GOMES, Orlando. **Sucessões - 17ª Edição** 2019. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788530986049. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530986049/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro - Direito das Sucessões Vol.7 - 20ª Edição** 2026. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004610. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004610/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

OLIVEIRA, Euclides de; AMORIM, Sebastião. **Inventário e Partilha - Teoria e Prática - 28ª Edição** 2024. 28. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553623044. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623044/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

FERREIRINHA, Fernando N. **Inventário Notarial**. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. p.178. ISBN 9789724085227. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724085227/>. Acesso em: 29 jul. 2026.5. MB

DIREITOS DO CONSUMIDOR	60 horas
-------------------------------	-----------------

Ementa: Direito estatal das coletividades. Estabilidade e direito coletivo. Particularidades do Contrato. Diversidade e pluralismo jurídico. O pluralismo jurisdicional. Ordenamento jurídico estatal e sua relação com outros ordenamentos. O direito do estado e o estado de direito. Novos sujeitos sociais. Interesse público, coletivo, individual e transindividuais. Direito positivo brasileiro. Tutela coletiva e as ações de classe (*class action*). Ação popular. Ação civil pública. O código do consumidor. Legitimação ativa para a tutela dos direitos transindividuais e difusos.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de; LENZA, Pedro. **Direito do Consumidor** - Coleção Esquematizado - 14ª Edição 2026. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771408. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771408/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

NUNES, Rizzatto. **Curso de Direito do Consumidor** - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625987. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625987/>. Acesso em: 29 jul. 2026.MB

NETO, Orlando Celso da S. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor** - 1ª Edição 2013. Rio de Janeiro: Forense, 2013. E-book. p.Capa1. ISBN 978-85-309-5039-2. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5039-2/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de; LENZA, Pedro. **Direito do Consumidor** - Coleção Esquematizado - 14ª Edição 2026. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771408. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771408/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ANDRADE, Adriano; MASSON, Cleber; ANDRADE, Landolfo. **Interesses Difusos e Coletivos** - Vol.1 - 13ª Edição 2025. 13. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.Capa.



A Tecnologia faz a Diferença

ISBN 9788530997458. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997458/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

EDUCAÇÃO, Saraiva. **Código de proteção e defesa do consumidor**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786553624214. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624214/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GOMES, Sodré, M. **Direitos difusos e direitos humanos: tensões e mutações na sociedade contemporânea**. São Paulo: Almedina Brasil, 2026. E-book. p.1. ISBN 9788584939169. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584939169/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SOUZA, Motaury Ciocchetti de. **Interesses difusos em espécie : direito ambiental, direito do consumidor e probidade administrativa, 3ª Edição.** Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502203365. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502203365/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO ADMINISTRATIVO – FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO E CONTROLE	60 horas
---	-----------------

Ementa: Fundamentos constitucionais e princípios do Direito Administrativo; regime jurídico. Organização da Administração: direta/indireta; centralização, descentralização e desconcentração. Poderes administrativos: vinculado/discrecionário; hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Agentes públicos: ingresso, deveres e responsabilização. Serviços públicos: noções e formas de prestação. Controle da Administração (interno, externo e social) e responsabilidade civil do Estado. Transparência e dados pessoais no setor público (Lei de Acesso à Informação e noções da Lei Geral de Proteção de Dados).

Bibliografia Básica:

SPITZCOVSKY, Celso; LENZA, Pedro. **Direito Administrativo - Coleção Esquematizado - 9ª Edição** 2026. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771125. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771125/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do C. **Curso de Direito Administrativo** - 5ª Edição 2022. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553620452. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620452/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Manual de Direito Administrativo** - 5ª Edição 2022. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553620421. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620421/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

MACIEL, Igor M. **Manual de Direito Administrativo** - 2ª Edição 2025. 2. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553628483. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628483/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MAZZA, Alexandre. **Administrativo #naprática**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.Capa. ISBN 9788553617357. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553617357/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786553627055. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627055/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do C. **Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos** - 1ª Edição 2021. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. E-book. p.1. ISBN 9786555598223. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598223/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SPITZCOVSKY, Celso; CARDINOT, Rodrigo. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos** - 3ª Edição 2025. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553623785. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623785/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROCESSOS E PROCEDIMENTOS	60 horas
---	-----------------

Ementa: Procedimento comum e demais procedimentos constantes da legislação processual penal. Tribunal do Júri. Nulidades. Recursos. Execução. Sistema penitenciário.

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal** - 33ª Edição 2026. 33. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770852. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770852/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal** - 30ª Edição 2023. 30. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786559773060. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786555598872. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598872/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

ANDREUCCI, Ricardo A. **Legislação Penal Especial** - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625482. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625482/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

BONFIM, Edilson M. **Curso de Processo Penal** - 16ª Edição 2026. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771934. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771934/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DELMANTO, Roberto. **Liberdade e prisão no processo penal** - as modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.CAPA. ISBN 9788553612956. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553612956/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

JR., Aury L. **Fundamentos Do Processo Penal** - Introdução Crítica - 11ª Edição 2025. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625611. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625611/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Victor Eduardo R.; LENZA, Pedro. **Legislação Penal Especial** - Coleção Esquemático - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770449. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770449/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	60 horas
---------------------------------------	-----------------

Ementa: Fundamentos, fontes e princípios, com compatibilização com o CPC; Organização e competência da Justiça do Trabalho; Petição inicial e pedidos líquidos; Citação/notificação, revelia e confissão, e resposta do réu (contestação, exceções e reconvenção); Audiência (una/fracionada), oralidade e preclusões; Provas (ônus dinâmico, prova técnica simplificada e testemunhal); Sentença e coisa julgada; Recursos e noções de transcendência; Liquidação e execução (pesquisa patrimonial e meios eletrônicos), cumprimento de sentença; Tutelas provisórias e métodos consensuais (conciliação e mediação).

Bibliografia Básica:

GARCIA, Gustavo Filipe B. **Curso de Direito Processual do Trabalho** - 14ª Edição 2026. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770753. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770753/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de Direito Processual do Trabalho** - 24ª Edição 2026. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771385. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771385/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

FILHO, Ives Gandra da Silva M. Série Idp - **Manual de Direito e Processo do Trabalho** - 31ª Edição 2026. 31. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771484. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771484/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso Prático de Processo do Trabalho**. 26. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.CAPA. ISBN 9788553619467. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553619467/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MARTINS, Sergio P. **Direito Processual do Trabalho** - 48ª Edição 2026. 48. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770692. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770692/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LENZA, Carla Teresa Martins Romar, P. Coleção Esquemático - **Direito Processual do Trabalho** - 5ª Edição 2025. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553621729. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621729/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

FILHO, Rodolfo P.; SOUZA, Tercio Roberto P. **Curso de Direito Processual do Trabalho** - 3ª Edição 2022. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressa, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553623002. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623002/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de Direito do Trabalho** - 18ª Edição 2026. 18. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771897. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771897/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PRÁTICA JURÍDICA I - PRÁTICA SIMULADA CÍVEL	60 horas
--	-----------------

Ementa: Formação simulada de autos processuais. Redação de peças processuais. Realização de atividades relacionadas à execução de citações, intimações, medidas preventivas e assecuratórias, com a lavratura de certidões dos atos nos referidos feitos. Análise dos prazos processuais. Estudo de casos concretos. Elaboração de trabalhos, em grupos ou individualmente, atentando-se à pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Simulação de audiências. Visitas orientadas. Audiências reais. Mediação e Arbitragem. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica nesta ementa. Concentração nos aspectos psicológicos, éticos, políticos e pedagógicos da prática jurídica. Propiciar ao discente o comprometimento social mediante estágio realizado em escritórios de advocacia, órgão da administração pública e congêneres, supervisionado pelo docente da disciplina.

Bibliografia Básica:



A Tecnologia faz a Diferença

BARROSO, Darlan; LETTIERE, Juliana F. **Prática no processo civil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.319. ISBN 9788553611935. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553611935/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

CHACON, Luis Fernando R. **Manual de Prática Forense Civil** 12ª Edição 2025. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625093. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625093/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. **Prática Civil** - 15ª Edição 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.195. ISBN 9788553625055. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625055/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

BUENO, Cassio S. **Manual de Direito Processual Civil** - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770630. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770630/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo Mário Veiga P. **Manual de Direito Civil** - - volume único. 10ª Edição 2026. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771262. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771262/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

NEGRÃO, Theotonio; GOUVÊA, José Roberto F.; Luis Guilherme A. Bondioli; et al. **Código de Processo Civil e Legislação Processual Em Vigor** - 57ª Edição 2026. 57. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771835. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771835/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

JÚNIOR, Gediel Claudino de A. **Prática No Processo Civil** - 28ª Edição 2026. 28. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.442. ISBN 9786559778072. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559778072/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

VALLES, Edgar. **Prática Processual Civil**. 12. ed. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. p.1. ISBN 9789724084381. Disponível em: 251



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724084381/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

8º PERÍODO	
DIREITO EMPRESARIAL I	60 horas

Ementa: Fundamentos das atividades empresariais. Direito Empresarial: histórico, fontes, princípios e conceitos fundamentais; problemas e temas relevantes; fundamentos históricos e constitucionais. O Código Civil de 2002 e a autonomia do Direito Empresarial. Empresário: qualidade, prerrogativas e obrigações. Empresa e Empresário. Registro de Comércio. Propriedade Industrial. Comerciante Individual. Sociedades Mercantis. Microempresa.

Bibliografia Básica:

CAMPINHO, Sérgio. **Curso de Direito Comercial - Direito de Empresa - 21ª Edição** 2025. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627004. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627004/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

CHAGAS, Edilson Enedino das; LENZA, Pedro. **Direito Empresarial - Coleção Esquematizado - 13ª Edição** 2026. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551772122. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772122/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial -títulos de Crédito - Vol.2 - 16ª Edição** 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626786. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626786/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial - 14ª Edição** 2024. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i. ISBN 9788553620166. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620166/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

CAMPINHO, Sérgio. **Curso de Direito Comercial - Falência e Recuperação de Empresa - 16ª Edição** 2026. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004658.



A Tecnologia faz a Diferença

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004658/>.

Acesso em: 29 jul. 2026. MB

TEIXEIRA, Tarcisio. **Direito Empresarial Sistematizado** - 14ª Edição 2026. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771583. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771583/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial** - Teoria Geral e Direito Societário-vol.1 - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626793. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626793/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

VIDO, Elisabete. **Curso de Direito Empresarial** - 14ª Edição 2026. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771606. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771606/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO ADMINISTRATIVO – ATOS, PROCESSOS E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	60 horas
---	-----------------

Ementa: Atos administrativos: elementos, atributos, invalidades e autotutela. Processo administrativo: princípios e Lei 9.784/1999 (inclui PAD). Licitações e contratos: regime da Lei 14.133/2021 (planejamento, modalidades, contratação direta, execução e sanções). Bens públicos e domínio público. Intervenções na propriedade: desapropriação e limitações administrativas. Parcerias e regulação: MROSC/terceiro setor, agências reguladoras e integridade/anticorrupção (Lei 12.846/2013).

Bibliografia Básica:

COUTO, Reinaldo; CAPAGIO, Álvaro do C. **Curso de Direito Administrativo** - 5ª Edição 2022. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553620452. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620452/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MACIEL, Igor M. **Manual de Direito Administrativo** - 2ª Edição 2025. 2. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553628483. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628483/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

SPITZCOVSKY, Celso; LENZA, Pedro. **Direito Administrativo** - Coleção Esquematizado - 9ª Edição 2026. 9. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771125. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771125/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Fabrício Bolzan de. **Manual de Direito Administrativo** - 5ª Edição 2022. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553620421. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620421/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MAZZA, Alexandre. **Administrativo #naprática**. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.Capa. ISBN 9788553617357. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553617357/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786553627055. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627055/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SPITZCOVSKY, Celso; CARDINOT, Rodrigo. **Lei de Licitações e Contratos Administrativos** - 3ª Edição 2025. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553623785. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623785/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

ALVES, Felipe D. **Manual de Direito Administrativo** - 2ª Edição 2025. 2. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625413. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625413/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO TRIBUTÁRIO I

60 horas

Ementa: Direito tributário: desenvolvimento histórico, fontes, princípios (constitucionais e específicos) e conceitos fundamentais. Normas gerais de Sistema Tributário Nacional. Competência impositiva. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Normas gerais de direito tributário.



A Tecnologia faz a Diferença

Bibliografia Básica:

COSTA, Regina H. **Curso de Direito Tributário** - 16ª Edição 2026. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770593. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770593/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786553627284. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627284/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo** - 17ª Edição 2026. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771507. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771507/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

AMARO, L. D. S. **Direito tributário financeiro**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

CARNEIRO, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro** - 11ª Edição 2025. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553624331. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624331/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

CARNEIRO, Claudio. **Impostos Federais, Estaduais E Municipais**. 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788553612123. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553612123/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

BRAZUNA, José Luis R. **Direito Tributário Aplicado**. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. E-book. p.1. ISBN 9786556273723. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273723/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

TAVARES, Alexandre M. **Fundamentos de direito tributário**. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502136830. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502136830/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

DIREITO PROCESSUAL PENAL - DA EXECUÇÃO PENAL	60 horas
---	-----------------

Ementa: A execução penal: aspectos da lei de execução penal. Órgãos da execução penal. Regime prisional: modalidades, estabelecimentos. Processo penal e a sentença: benefícios e cálculo de pena. Juizado especial criminal. Procedimentos e assistência ao condenado.

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal** - 33ª Edição 2026. 33. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770852. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770852/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal** - 30ª Edição 2023. 30. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786559773060. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559773060/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786555598872. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598872/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

ANDREUCCI, Ricardo A. **Legislação Penal Especial** - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625482. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625482/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

BONFIM, Edilson M. **Curso de Processo Penal** - 16ª Edição 2026. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771934. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771934/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DELMANTO, Roberto. **Liberdade e prisão no processo penal** - as modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.CAPA. ISBN 9788553612956. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553612956/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

JR., Aury L. **Fundamentos Do Processo Penal** - Introdução Crítica - 11ª Edição 2025. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625611. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625611/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

GONÇALVES, Victor Eduardo R.; LENZA, Pedro. **Legislação Penal Especial** - Coleção Esquemático - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770449. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770449/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PRÁTICA JURÍDICA II – DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL	60 horas
---	-----------------

Ementa: Relaxamento de Prisão em Flagrante: Requisitos; Vícios do Flagrante; Elaboração da peça de Relaxamento de Prisão. Pedido de Liberdade Provisória com Fiança e Liberdade Provisória: Requisitos; Elaboração da Peça de Liberdade Provisória com Fiança; Elaboração da Peça de Liberdade Provisória. Prisão Preventiva: Aspectos da Prisão Preventiva; Requisitos da Prisão Preventiva; Elaboração da petição de Revogação de Prisão Preventiva. Notícia crime (*Notitia Criminis*): requisitos, termo e elaboração. Representação Criminal: Requisitos; Termo da Representação Criminal; Elaboração da Representação Criminal; Queixa-Crime: Requisitos; Requerimento de Pedido de Explicações; Requerimento de Queixa-Crime. Defesa Prévia: Requisitos; Forma de elaboração. Exceções: Requisitos; Forma de elaboração. Alegações Finais: Requisitos; Elaboração de Alegações Finais. *Habeas Corpus*: Requisitos; Elaboração de todos os tipos de Habeas Corpus. Recursos no Processo Penal: Apelação Penal; Recurso Sentido Estrito; Carta Testemunhável; Recurso Ordinário em matéria criminal; Agravo de execução; Revisão Criminal.

Bibliografia Básica:

MASSON, Cleber; JUNIOR, Ernani V. **Prática Penal, Civil e Tutela Coletiva** - Ministério Público - 7ª Edição 2025. 7. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530996949. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530996949/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal** - Parte Especial: Arts. 213 a 359-t - Vol.3 - 24ª Edição 2026. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771309.



A Tecnologia faz a Diferença

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771309/>.

Acesso em: 29 jul. 2026. MB

SILVA, Luiz C.; SILVA, Franklyn Roger A. **Manual de Processo e Prática Penal** - 6ª Edição 2012. Rio de Janeiro: Forense, 2012. E-book. p.Capa1. ISBN 978-85-309-5598-4. Disponível

em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5598-4/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia complementar:

ANDREUCCI, Ricardo A. **Legislação Penal Especial** - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625482. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625482/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal** - Parte Geral Vol.1 - 30ª Edição 2026. 30. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770654. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770654/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DELMANTO, Roberto. **Liberdade e prisão no processo penal** - as modalidades de prisão provisória e seu prazo de duração. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.CAPA. ISBN

9788553612956.

Disponível

em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553612956/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano D.; FIGUEIREDO, Vanzolini. **Manual de Direito Penal** - 12ª Edição 2026. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551772030.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772030/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MARCÃO, Renato. **Curso de Processo Penal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.1. ISBN

9786555598872.

Disponível

em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598872/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

9º PERÍODO	
DIREITO EMPRESARIAL II	60 horas



A Tecnologia faz a Diferença

Ementa: Classificação das sociedades à luz do Código Civil, personalidade jurídica, contrato social. Sociedades reguladas pelo Código Civil. Sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Teoria Geral dos títulos de crédito. Letra de câmbio. Nota Promissória. Cheque. Duplicata mercantil e de serviços. Duplicata fiscal. Títulos de crédito: rural, industrial, comercial, imobiliário, conhecimento de depósito, de transporte, warrant, títulos de dívida agrária, títulos de sociedades por ações (ações, partes beneficiárias, debêntures, bônus de subscrição). Outros títulos. Contratos mercantis. Contratos bancários. Contratos de navegação marítima e aérea.

Bibliografia Básica:

CAMPINHO, Sérgio. **Curso de Direito Comercial** - Direito de Empresa - 21ª Edição 2025. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627004. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627004/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

LENZA, P.; CHAGAS, E. E. D. **Direito empresarial**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial** -títulos de Crédito - Vol.2 - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626786. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626786/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

VIDO, Elisabete. **Curso de Direito Empresarial** - 14ª Edição 2026. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771606. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771606/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

CAMPINHO, Sérgio. **Curso de Direito Comercial** - Direito de Empresa - 21ª Edição 2025. 21. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627004. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627004/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

EGRÃO, Ricardo. **Manual de Direito Empresarial** - 14ª Edição 2024. 14. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.i. ISBN 9788553620166. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620166/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

TEIXEIRA, Tarcísio. **Direito Empresarial Sistematizado** - 14ª Edição 2026. 14. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771583. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771583/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

CHAGAS, Edilson Enedino das; LENZA, Pedro. **Direito Empresarial** - Coleção Esquemático - 13ª Edição 2026. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551772122. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551772122/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de Direito Empresarial** - Teoria Geral e Direito Societário- vol.1 - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553626793. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553626793/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

DIREITO TRIBUTÁRIO II	60 horas
------------------------------	-----------------

Ementa: Tributos: federais, estaduais e municipais. Crimes tributários. Processo administrativo tributário. Direito tributário penal. Processo judicial tributário. Normas nacionais e internacionais reguladoras do direito tributário. Aplicação, integração e interpretação da legislação tributária. Obrigação tributária, espécies, fato gerador, sujeição ativa e passiva, solidariedade, domicílio tributário, capacidade e responsabilidade tributária.

Bibliografia Básica:

COSTA, Regina H. **Curso de Direito Tributário** - 16ª Edição 2026. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770593. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770593/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786553627284. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627284/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo** - 17ª Edição 2026. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771507. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771507/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

Bibliografia Complementar:

BRAZUNA, José Luis R. *Direito Tributário Aplicado*. 2. ed. São Paulo: Almedina Brasil, 2021. E-book. p.1. ISBN 9786556273723. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556273723/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

CARNEIRO, Claudio. **Curso de Direito Tributário e Financeiro** - 11ª Edição 2025. 11. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553624331. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624331/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

CARNEIRO, Claudio. **Impostos Federais, Estaduais E Municipais**. 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788553612123. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553612123/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

MARCUS, LivioGomes, **Curso de direito tributário**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024. E-book. p.1. ISBN 9788584931743. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584931743/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

SCHOUERI, Luís E. **Direito Tributário** - 15ª Edição 2026. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771996. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771996/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

PROJETO INTEGRADOR III

30 horas

Ementa: Integração dos conhecimentos nas diversas disciplinas do semestre, de forma inter e transdisciplinar, promovendo o desenvolvimento de competências e capacidade pessoal de mobilizar, articular e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes e valores necessários para o desempenho eficiente e eficaz das atividades requeridas pela natureza do trabalho, conforme o tema de cada semestre.

Bibliografia básica

Todas as referências bibliográficas já estudadas e das disciplinas do semestre que integram a matriz curricular.

Bibliografia complementar



A Tecnologia faz a Diferença

Todas as referências bibliográficas já estudadas e das disciplinas do semestre que integram a matriz curricular

OPTATIVA I	60 horas
-------------------	-----------------

Disciplina constante em tabela própria, após o ementário das disciplinas do 10º período.

DIREITO INTERNACIONAL (PÚBLICO E PRIVADO)	60 horas
--	-----------------

Ementa: Conceitos, Fontes e Sujeitos de Direito Internacional. Tratados. Relações diplomáticas. Código de Bustamante. Conflitos da Lei no tempo e no Espaço. Cooperação Jurídica Internacional. Sentença Estrangeira. Lei de Migração. Nacionalidade. Expulsão de Estrangeiro. Asilo. Comércio Exterior.

Bibliografia Básica:

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento E.; CASELLA, Paulo B. **Manual de Direito Internacional Público** - 27ª Edição 2025. 27. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625239. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625239/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

RAMOS, André de C. **Curso de Direito Internacional Privado** - 4ª Edição 2025. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553624478. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624478/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público** - 20ª Edição 2025. 20. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553624997. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624997/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

GUERRA, Sidney. **Curso de Direito Internacional Público** - 17ª edição 2025. 17. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553628339. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628339/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

RECHSTEINER, Beat W. **Direito Internacional Privado** - Teoria e Prática - 22ª Edição 2024. 22. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.1. ISBN 9788553623228. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623228/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

TEIXEIRA, Carla N. **Manual de direito internacional público e privado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9786553624511. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624511/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

RAMOS, André de C. **Direito Internacional dos Refugiados**. Rio de Janeiro: Expressa, 2021. E-book. p.1. ISBN 9786555597578. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597578/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I (PROJETO DE PESQUISA)

60 horas

EMENTA: Projeto de Pesquisa: elementos, construção e orientação. Metodologia de Pesquisa Jurídica. Estrutura do Projeto de Pesquisa: Introdução; Justificativa; Metodologia; Objetivos (gerais e específicos); Referencial Teórico; Referências.

Bibliografia Básica

BITTAR, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa Jurídica** - 18ª Edição 2024. 18. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553622320. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

FEFERBAUM, Marina; MAFEI, Rafael. **Metodologia da Pesquisa Em Direito** - 4ª Edição 2026. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004290. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004290/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

MEZZAROBIA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito** - 9ª Edição 2023. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.III. ISBN 9786553627307. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627307/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:



A Tecnologia faz a Diferença

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. **Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito** - 9ª Edição 2023. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.III. ISBN 9786553627307. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627307/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

MONEBHURRUN, Nitish. **Manual de metodologia jurídica: técnicas para argumentar em textos jurídicos**, 1ª edição.. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502626553. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502626553/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

NUNES, Rizzatto. **Manual da Monografia Jurídica** - 16ª Edição 2026. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770241. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770241/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

SOARES, Ricardo Mauricio F. **Hermenêutica e Interpretação Jurídica** - 5ª Edição 2023. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.XXXVII. ISBN 9786555598797. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598797/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

SORDI, José Osvaldo de. **Elaboração de pesquisa científica**, 1ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502210332. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502210332/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

PRÁTICA JURÍDICA III – PRÁTICA TRABALHISTA

120 horas

Ementa: Práticas simuladas. Atendimento e entrevista trabalhista; análise de documentos e teoria do caso; elaboração de peças essenciais (petição inicial com pedidos líquidos nos ritos ordinário e sumariíssimo, defesa/contestação, impugnações, pedidos contrapostos no sumariíssimo, recursos, requerimentos de tutela de urgência e incidentes); audiências trabalhistas (una e de instrução), técnicas de inquirição, conciliação e elaboração de termos de acordo; provas documental, testemunhal e pericial; liquidação e cumprimento de sentença; execução trabalhista com pesquisa patrimonial e meios eletrônicos (SISBAJUD, RENAJUD, SERASAJUD) e medidas executivas atípicas; rotinas no PJe-JT e prática pré-processual



A Tecnologia faz a Diferença

(CEJUSC-JT, acordo extrajudicial e peticionamento eletrônico); custas, depósitos recursais e gratuidade de justiça; ética profissional e proteção de dados na prática forense. Atividades externas: visitas orientadas à Justiça do Trabalho e participação em audiências, com elaboração dos termos e relatórios reflexivos para discussão em sala.

Bibliografia Básica:

GARCIA, Arthur A.; CENI, Caroline I C.; ZAFFARI, Eduardo K.; et al. **Prática Trabalhista**. Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786556903453. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556903453/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

VIANA, Marcelo Muniz B. **Audiência Trabalhista na Prática - 1ª Edição 2023**. Rio de Janeiro: Expressa, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786553623989. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623989/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

REDINZ, Marco A. **Passo a passo para elaboração de petições trabalhistas: noções sobre cálculos trabalhistas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.I. ISBN 9786553624047. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624047/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

MARTINEZ, Luciano; JÚNIOR, Pedro Lino de C. **Assédio moral trabalhista: ações coletivas e processo estrutural**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786553620018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620018/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

MONTEIRO, Antonio L. **Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais - 12ª Edição 2024**. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.I. ISBN 9786553628533. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553628533/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

LEITE, Carlos Henrique B. **Curso de Direito do Trabalho - 18ª Edição 2026**. 18. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771897. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771897/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho**: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. São Paulo: SaraivaJur, 2023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553625945>. Livro eletrônico. MB.

10º PERÍODO	
OPTATIVA II	30 horas

Disciplina constante em tabela própria, após o ementário das disciplinas do 10º período.

DIREITO PROCESSUAL CONSTITUCIONAL	60 horas
-----------------------------------	----------

Ementa: Processo Constitucional: Constituição e Processo. Teoria Geral do Processo constitucional. A Concretização dos Princípios Constitucionais no Estado Democrático de Direito. Ações Constitucionais típicas: ação popular, ação civil pública, habeas data, habeas corpus, mandado de injunção, mandado de segurança individual e coletivo. Aspectos processuais do Controle de Constitucionalidade. Técnica Processual de Elaboração de Recursos Constitucionais: Recursos ordinário, especial e extraordinário. Pressupostos constitucionais de admissibilidade. Interpretação jurisprudencial. Elaboração de recursos constitucionais.

Bibliografia Básica:

EDUCAÇÃO, Saraiva. **Vade mecum saraiva**: tradicional. 36. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786553624030. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624030/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

FUX, Luiz. Curso de Direito Processual Civil - 6ª Edição 2023. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. p.Capa. ISBN 9786559648474. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648474/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

JÚNIOR, Paulo Hamilton S. Direito Processual Constitucional 8ª Edição 2022. 8. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.I. ISBN 9786555599626. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555599626/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:



A Tecnologia faz a Diferença

FILHO, Manoel Gonçalves F. Curso de Direito Constitucional - 42ª Edição 2022. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786559644599. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559644599/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

BRANCO, Paulo Gustavo G. Série IDP - Juízo de ponderação na jurisdição constitucional, 1ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502146686. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502146686/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

MARTINS, Leonardo. Direito Processual Constitucional Alemão. Rio de Janeiro: Atlas, 2011. E-book. p.1. ISBN 9788522481149. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522481149/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

DAVID, Araujo, Luiz A.; SERRANO, Nunes Júnior, V. Curso de direito constitucional. 24. ed. Barueri: Manole, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9788520474617. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520474617/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

PINHO, Rodrigo César R. Direito Constitucional: Organização do Estado, Poderes e Hist. das Constituições-20ª Ed. 2024. 20. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.IV. ISBN 9786553623651. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553623651/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

DIREITO FINANCEIRO	30 horas
---------------------------	-----------------

Ementa: Atividade financeira do estado. Histórico das finanças públicas em face do desenvolvimento social. Federalismo fiscal. Distribuição de funções entre os poderes. Leis orçamentárias. Crédito orçamentário. Despesa pública. Responsabilidade fiscal. Financiamento de gastos. Operações de crédito. Equilíbrio fiscal. Partilha de receitas. Receita pública. Controle de execução orçamentária. Tribunal de contas. Direito Econômico: definições, desenvolvimento histórico, fontes e princípios (constitucionais e específicos). A intervenção estatal no domínio econômico. A defesa da concorrência. Abuso de poder econômico. Regulamentação *antidumping* brasileira.



A Tecnologia faz a Diferença

Bibliografia Básica:

FILHO, Carlos Alberto de Moraes R.; LENZA, Pedro. Coleção Esquematizado - Direito Financeiro e Econômico - 7ª Edição 2025. 7. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553624119. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624119/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

SCHAPIRO, Mário G.; CARVALHO, Vinícius Marques de; CORDOVIL, Leonor. Direito econômico concorrencial. (Série Gvlaw: direito econômico). Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502205314. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502205314/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

MORAES, Guaracy do N.; ELTZ, Magnum; FERREIRA, Gabriel B.; et al. Direito Financeiro. Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786556902135. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902135/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

ABRAHAM, Marcus. Curso de Direito Financeiro Brasileiro - 9ª Edição 2026. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9788530998394. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530998394/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

CHIMENTI, Ricardo C. Coleção sinopses jurídicas; v. 16 - Direito tributário. 21. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788553609956. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553609956/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

SCHAPIRO, Mário G.; CARVALHO, Vinícius Marques de; CORDOVIL, Leonor. Direito econômico concorrencial. (Série Gvlaw: direito econômico). Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502205314. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502205314/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

PISCITELLI, Tathiane. Direito Financeiro - 10ª Edição 2025. 10. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559777471. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777471/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO****60 horas**

Ementa: Seguridade Social: conceito, princípios, fontes e organização; Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e previdência complementar. Sujeitos: filiação/inscrição, segurados e dependentes, qualidade de segurado e carência. Custeio: contribuições, obrigação tributária, decadência e prescrição. Benefícios do RGPS (aposentadorias, salário-maternidade, pensão por morte, incapacidade e acidente/NTEP) e BPC/LOAS. Processo previdenciário administrativo (INSS/CRPS) e judicial (competência, provas, recursos, tutelas e precedentes). Atualizações e temas contemporâneos, com ênfase na Emenda Constitucional 103/2019.

Bibliografia Básica:

AGOSTINHO, Theodoro. Manual de Direito Previdenciário - 4ª Edição 2026. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553623518. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623518/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

SANTOS, Marisa Ferreira dos; LENZA, Pedro. Direito Previdenciário - Coleção Esquematizado - 16ª Edição 2026. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771521. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771521/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

SANTOS, Marisa Ferreira dos. Sinopses Jurídicas v 25 - Direito previdenciário - verificado. 15. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.CAPA. ISBN 9786555592429. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555592429/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

Bibliografia Complementar:

ALENCAR, Hermes A. Cálculo De Benefícios Previdenciários - 15ª Edição 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627660. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627660/>. Acesso em: 30 jul. 2026..MB

GOES, Hugo. Manual de Direito Previdenciário - 18ª Edição 2024. 18. ed. Rio de Janeiro: Método, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788530995256. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995256/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

MARTINEZ, Luciano. Reforma da previdência - entenda o que mudou. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p.1. ISBN 9788553616800. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553616800/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

PAULO, Giambiagi, Fabio, T. A reforma inacabada: o futuro da previdência social no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2024. E-book. p.1. ISBN 9788550823089. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788550823089/>. Acesso em: 30 jul. 2026..MB

ALENCAR, Hermes A. Direito Previdenciário para Concursos - 7ª Edição 2024. 7. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.I. ISBN 9788553620647. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620647/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

DIREITO MINERÁRIO	60 horas
--------------------------	-----------------

Ementa: O tratamento jurídico da mineração. Princípios constitucionais do Direito Minerário. Política econômica para a atividade minerária. Contratos minerários. Direitos reais e mineração. Procedimentos administrativos para outorga de Títulos Minerários. Direito Ambiental aplicado à mineração. Tributação da atividade minerária. Responsabilidade civil decorrente da atividade minerária. Crimes.

Bibliografia Básica:

FEIGELSON, Bruno; SOUZA, Bernardo; COSTA, Thiago. Curso de Direito Minerário. 5. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553623839. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623839/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

POSCHER, Thorsten Kingreen, R. Direitos fundamentais. (Série IDP). 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9786553629400. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553629400/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

FONTE, Felipe de M. Políticas públicas e direitos fundamentais. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. E-book. p.1. ISBN 9786555597417. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555597417/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

Bibliografia Complementar

MICHAEL, Lothar; MORLOK, Martin. Série IDP – Direitos fundamentais. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2016. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547212421. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547212421/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

HESSE, Konrad. Série IDP - Temas fundamentais do Direito Constitucional, 1ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2009. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502139480. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502139480/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

ANTUNES, Paulo de B. Direito Ambiental - 24 Edição 2025. 24. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786559777433. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559777433/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional - 24ª Edição 2026. 24. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551771224. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551771224/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II (MONOGRAFIA)

60 horas

Ementa: Análise e resultados da pesquisa. Estrutura do trabalho e redação de suas partes constitutivas: introdução, capítulos de desenvolvimento, considerações finais e referências. Elementos pós-textuais. Revisão das normas da ABNT.

Bibliografia Básica

BITTAR, Eduardo. Metodologia da Pesquisa Jurídica - 18ª Edição 2024. 18. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553622320. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553622320/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

FEFERBAUM, Marina; MAFEI, Rafael. Metodologia da Pesquisa Em Direito - 4ª Edição 2026. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004290. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004290/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB



A Tecnologia faz a Diferença

MEZZAROBBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia S. Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito - 9ª Edição 2023. 9. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.III. ISBN 9786553627307. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627307/>. Acesso em: 30 jul. 2026. **MB**

Bibliografia Complementar:

MONEBHURRUN, Nitish. **Manual de metodologia jurídica: técnicas para argumentar em textos jurídicos, 1ª edição..** Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2015. *E-book*. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502626553. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502626553/>. Acesso em: 20 jul. 2026. **MB**

NUNES, Rizzatto. Manual da Monografia Jurídica - 16ª Edição 2026. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770241. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770241/>. Acesso em: 30 jul. 2026. **MB**

SOARES, Ricardo Mauricio F. Hermenêutica e Interpretação Jurídica - 5ª Edição 2023. 5. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.XXXVII. ISBN 9786555598797. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555598797/>. Acesso em: 30 jul. 2026. **MB**

SORDI, José Osvaldo de. Elaboração de pesquisa científica, 1ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502210332. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502210332/>. Acesso em: 30 jul. 2026. **MB**

VARGAS, Caroline. **Metodologia da Pesquisa Jurídica: teoria e prática.** Rio de Janeiro: Expressa, 2022. *E-book*. p.1. ISBN 9786553620827. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620827/>. Acesso em: 20 jul. 2026. **MB**

PRÁTICA JURÍDICA IV – CASOS CONCRETOS E ATENDIMENTOS

120 horas

Ementa: Formação simulada de autos processuais. Redação de peças processuais como Petição Inicial. Ação de Separação de Corpos; Ação de Divórcio Consensual; Ação de Divórcio Litigioso; Divórcio Extrajudicial; Ação Declaratória e Dissolutória de União Estável; Ação de



A Tecnologia faz a Diferença

Alimentos; Ação de Oferta de Alimentos; Ação Revisional de Alimentos; Ação de Execução de Alimentos; Ação de Exoneração de Alimentos; Petição inicial para Abertura de Inventário, entre outras. Realização de Formação simulada de autos processuais na área de Família e Sucessões. Redação de peças processuais. Realização de atividades relacionadas à execução de citações, intimações, medidas preventivas e assecuratórias, com a lavratura de certidões dos atos nos referidos feitos. Análise dos prazos processuais. Estudo de casos concretos. Elaboração de trabalhos, em grupos ou individualmente, atentando-se à pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Simulação de audiências. Visitas orientadas. Audiências reais. Mediação e Arbitragem. Discussão de temas atuais, não previstos de forma específica nesta ementa. Concentração nos aspectos psicológicos, éticos, políticos e pedagógicos da prática jurídica voltados para a área de Família e Sucessões. Atividades simuladas, exclusivamente práticas, com professores orientadores, compreendendo pareceres jurídicos, análise e elaboração de petição.

Bibliografia Básica

Todas referências já estudadas

Bibliografia Complementar:

Todas referências já estudadas.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

320 horas

Ementa: Componentes curriculares obrigatórios, enriquecedores e implementadores do perfil do formando; possibilitam o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. As atividades complementares compreendem a participação em iniciação científica, projetos multidisciplinares, trabalhos em equipe, desenvolvimento de protótipos, seminários, palestras, congressos, encontros, simpósios, mesas redondas, ciclos de debates, estágios extracurriculares sem vínculo empregatício, atividades de extensão e outras atividades científicas, cursos livres, participação em fóruns, colóquios, cursos, Jornada Jurídica, Sarau Cultural, Semana Acadêmica, visitas técnicas, apresentação de bancas de TCC, oficinas pedagógicas e outras atividades realizadas na própria Instituição ou em outras Instituições,



A Tecnologia faz a Diferença

devidamente validadas pela Coordenação do Curso e de acordo com o Regulamento de Atividades Complementares.

Bibliografia Básica

Todas referências já estudadas

Bibliografia Complementar:

Todas referências já estudadas

DISCIPLINAS OPTATIVAS

ADMINISTRAÇÃO DE CARREIRAS

60 horas

EMENTA: Elaboração do projeto de carreira, como parte de sua formação profissional. Os principais pilares da construção de uma carreira no contexto atual das organizações e a importância do seu papel (enquanto indivíduo) na elaboração do próprio projeto de carreira. Promoção do autoconhecimento e desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos.

Bibliografia Básica

DUTRA, Joel S. **Gestão de carreiras na empresa contemporânea**. Rio de Janeiro: Atlas, 2009. E-book. p.Capa. ISBN 9788522468171. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522468171/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

DUTRA, Joel S. **Gestão de Carreiras - A Pessoa, a Organização e as Oportunidades**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017. E-book. p.i. ISBN 9788597012958. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597012958/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

JOÃO, Gonçalves,. **Carreira descomplicada: a tríade do profissional de sucesso**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2024. E-book. p.2. ISBN 9788550824598. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788550824598/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

Bibliografia Complementar

SOUZA, Ana C. A A.; LESSA, Bruno S. **Coaching e carreira**. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788533500082. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788533500082/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

KUAZAQUI, Edmir. **Gestão de Carreira**. Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2015. E-book. p.Capa. ISBN 9788522122431. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522122431/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

PASSARELLA, Wanderlei. **Conselheiro de empresas: o que você precisa saber para uma carreira promissora**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786555207774. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555207774/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

ESTEVES, Sofia; MAGLIOCCA, Renata; GALDINI, Danilca. **Carreira, Você está cuidando da sua?**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2018. E-book. p.i. ISBN 9786555201871. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555201871/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

SETTE-MOSANER, Marcelo. **Carreiras de Impacto: Como unir sentido, propósito, realização financeira em sua carreira**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786555206296. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555206296/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

ATUALIDADES DO DIREITO PRIVADO	30 horas
---------------------------------------	-----------------

EMENTA: Disciplina com ementa aberta. A obrigatoriedade está em abordagens acerca das tendências relativas ao Direito Privado por parte do docente responsável pela disciplina. Logo, a ementa variará sempre que ofertada.

Bibliografia Básica

Disciplina com bibliografia variável, associada aos objetivos definidos pelo docente responsável pela disciplina quando a mesma for ofertada. Em regra, as referências versarão sobre tópicos não contemplados em outras disciplinas da graduação. Dessa maneira poderá haver melhor integração dos discentes frente as inovações do Direito Privado e os desenvolvimentos sociais.

Bibliografia Complementar



A Tecnologia faz a Diferença

Disciplina com bibliografia variável, associada aos objetivos definidos pelo docente responsável pela disciplina quando a mesma for ofertada. Em regra, as referências versarão sobre tópicos não contemplados em outras disciplinas da graduação. Dessa maneira poderá haver melhor integração dos discentes frente as inovações do Direito Público e os desenvolvimentos sociais.

ATUALIDADES DO DIREITO PÚBLICO	30 horas
---------------------------------------	-----------------

EMENTA: Disciplina com ementa aberta. A obrigatoriedade está em abordagens acerca das tendências relativas ao Direito Público por parte do docente responsável pela disciplina. Logo, a ementa variará sempre que ofertada.

Bibliografia Básica

Disciplina com bibliografia variável, associada aos objetivos definidos pelo docente responsável pela disciplina quando a mesma for ofertada. Em regra, as referências versarão sobre tópicos não contemplados em outras disciplinas da graduação. Dessa maneira poderá haver melhor integração dos discentes frente as inovações do Direito Público e os desenvolvimentos sociais.

Bibliografia Complementar

Disciplina com bibliografia variável, associada aos objetivos definidos pelo docente responsável pela disciplina quando a mesma for ofertada. Em regra, as referências versarão sobre tópicos não contemplados em outras disciplinas da graduação. Dessa maneira poderá haver melhor integração dos discentes frente as inovações do Direito Público e os desenvolvimentos sociais.

CONTRATOS INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR	30 horas
---	-----------------

EMENTA: Contratos internacionais: histórico, definição, princípios, fontes, espécies (Compra e venda de mercadorias), normas trabalhistas e tributação. Organização Mundial do Comércio (OMC). Políticas antitruste como fomento ao *Compliance* concorrencial. Figura do *dumping* social e seu prejuízo à organização. Delimitação da certificação NBR 16001 e ISO 26000. Cláusulas e selos sociais.

Bibliografia Básica

CAPARROZ, Roberto; LENZA, Pedro. Comércio Internacional e Legislação Aduaneira Esquematizado - 10ª Edição 2025. 10. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN



A Tecnologia faz a Diferença

9788553624379. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624379/>. Acesso em: 30 jul.
2026.MB

RECHSTEINER, Beat W. Direito Internacional Privado - Teoria e Prática - 22ª Edição 2024.
22. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.1. ISBN 9788553623228. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623228/>. Acesso em: 30 jul.
2026. MB

TEIXEIRA, Carla N. Manual de direito internacional público e privado. 6. ed. Rio de Janeiro:
Saraiva Jur, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9786553624511. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553624511/>. Acesso em: 30 jul.
2026. MB

Bibliografia Complementar

APPLEYARD, Dennis R.; JR., Alfred F.; COBB, Steven L.; et al. Economia Internacional. 6.
ed. Porto Alegre: ArtMed, 2010. E-book. p.1. ISBN 9788563308641. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788563308641/>. Acesso em: 30 jul.
2026.MB

MAIA, Jayme de M. Economia Internacional e Comércio Exterior. 16. ed. Rio de Janeiro: Atlas,
2020. E-book. p.i. ISBN 9788597023640. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597023640/>. Acesso em: 30 jul.
2026.MB

SOUZA, José Manuel Meireles de. FUNDAMENTOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.
Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. E-book. p.a. ISBN 9788502100961. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502100961/>. Acesso em: 30 jul.
2026.MB

MOTTA, Andrea Limani B. Curso Introdutório de Direito Internacional do Comércio. Barueri:
Manole, 2010. E-book. p.A. ISBN 9788520446454. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520446454/>. Acesso em: 30 jul.
2026.MB

SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. Direito internacional em expansão - encruzilhada entre
comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente, 1ª edição.. Rio de Janeiro: Saraiva
Jur, 2016. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502625341. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502625341/>. Acesso em: 30 jul.
2026.MB



DIREITO DESPORTIVO

60 horas

EMENTA: Direito Desportivo e interações com outros ramos do direito. Principais organismos internacionais do esporte. Lei Geral do Esporte. Sistema Nacional do Esporte (Sinesp) e o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Esportivos (SNIIE). Direitos e deveres dos atletas profissionais e especificidades do contrato de trabalho desportivo. Vínculo desportivo e direitos federativos, econômicos e de clube formador. Implicações empresariais do Direito Desportivo. Direito Desportivo Disciplinar e funcionamento dos tribunais.

Bibliografia Básica

MARTINS, Sergio P. **Direitos Trabalhistas do Atleta Profissional de Futebol** - 3ª Edição 2026. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786584004238. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004238/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

CAÚS, Cristiana; GÓES, Marcelo. **Direito aplicado a gestão do esporte**, 1ª edição. São Paulo: Trevisan Editora, 2013. E-book. p.1. ISBN 9788599519561. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788599519561/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

SIMÕES, André G. **Justiça desportiva: Muito Além do Julgamento por Mero Esporte**. São Paulo: Edições 70, 2023. E-book. p.6. ISBN 9786554271332. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786554271332/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

Bibliografia Complementar

ANDREI, Kampff. **20 histórias que mudaram o esporte**: de Vini Jr. a atletas iranianas e ídolos da NBA, direitos humanos como combustível de mudança. São Paulo: Edições 70, 2026. E-book. p.1. ISBN 9786554273985. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786554273985/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

MATTAR, Michel F.; MATTAR, Fauze N. **Gestão de Negócios Esportivos**. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2013. E-book. p.II. ISBN 9788595158573. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595158573/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

KAMPFF, Andrei. **Direitos Humanos e Esporte: Como o “Caso George Floyd” Ajudou a Transformar Regras do Jogo**. São Paulo: Edições 70, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786554271493.



A Tecnologia faz a Diferença

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786554271493/>.

Acesso em: 30 jul. 2026.MB

PALMA, Deborah D.; JUNIOR, Lafaiete L. de O.; ROMÃO, Mariluce F.; et al. Gestão do Esporte e Lazer. Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. p.Capa. ISBN 9786556902432.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556902432/>.

Acesso em: 30 jul. 2026.MB

TUBINO, Manoel José G. Dimensões sociais do esporte. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2026. E-book. p.6. ISBN 9788524916892. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524916892/>. Acesso em: 30 jul.

2026.MB

FELICIDADE

60 horas

Ementa: Psicologia positiva como forma de contribuir para a felicidade dos indivíduos. Os sete passos necessários para a felicidade. A felicidade como a precursora do sucesso. Oauto-conhecimento como pré-requisito para a felicidade. A energia psíquica e o conceito psicológico de energia. Empatia e abstração

Bibliografia Básica

MONTEIRO, Ana Maria M.; ARREPIA, Renata F. **A ciência da felicidade na liderança positiva**. Rio de Janeiro: Expressa, 2021. E-book. p.1. ISBN 9786587958187. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786587958187/>. Acesso em: 30 jul.

2026.MB

TABOADA, Nina. **Psicologia no cotidiano**: Em busca de uma vida melhor. São Paulo: Editora Contexto, 2020. E-book. p.1. ISBN 9786555410167. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555410167/>. Acesso em: 30 jul.

2026.MB

SNYDER, C.R.; LOPEZ, Shane J. **Psicologia positiva: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas**. Porto Alegre: ArtMed, 2011. E-book. p.Capa. ISBN 9788536318288.

Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536318288/>. Acesso em: 30 jul.

2026.MB

Bibliografia Complementar



A Tecnologia faz a Diferença

CALDERONI, David; JUSTO, Marcelo G.; ROCHA, André. Construções da felicidade. São Paulo: Autêntica Editora, 2015. E-book. p.6. ISBN 9788582175903. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582175903/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

STEARNS, Peter N. História da Felicidade. São Paulo: Editora Contexto, 2022. E-book. p.1. ISBN 9786555411942. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555411942/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

PAULA, Marcos Ferreira de. Sobre a felicidade. São Paulo: Autêntica Editora, 2014. E-book. p.Capa. ISBN 9788582174814. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582174814/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

HUTZ, Claudio S. **Avaliação em psicologia positiva**. Porto Alegre: ArtMed, 2014. E-book. p.Capa. ISBN 9788582710876. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582710876/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

TOURINHO, Leal, S. Direito à felicidade. São Paulo: Almedina Brasil, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788584933174. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584933174/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

LICENCIAMENTO AMBIENTAL	60 horas
--------------------------------	-----------------

EMENTA: Histórico, fontes e princípios da legislação ambiental. Licenciamento ambiental como instrumento da Política Ambiental com seus: Aspectos políticos e administrativos. Estrutura organizacional, institucional de meio ambiente federal e estadual e municipal; Competência, autorização, tipos, etapas, atividades, técnicas de avaliação e critérios para o licenciamento ambiental. Critérios para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

Bibliografia Complementar:

CALIJURI, Maria do C.; CUNHA, Davi Gasparini F. Engenharia Ambiental - Conceitos, Tecnologias e Gestão. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN LTC, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788595157446. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595157446/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

NETO, Antonio Jose de M. Curso de Direito Agroambiental Brasileiro - 2ª Edição 2023. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. p.IV. ISBN 9788553621477. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553621477/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

FIORILLO, Celso Antonio P. Licenciamento ambiental. 3. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.1. ISBN 9788553607471. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553607471/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar

JR., Arlindo P.; FREITAS, Vladimir Passos de; SPÍNOLA, Ana Luiza S. Direito Ambiental e Sustentabilidade. Barueri: Manole, 2016. E-book. p.A. ISBN 9788520439241. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520439241/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

RONEI, Tiago S.; PIRES, Anderson S.; GIACOMELLI, Cinthia L F.; et al. Meio ambiente. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.Capa. ISBN 9788595025738. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025738/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

JR., Arlindo P.; ROMÉRO, Marcelo de A.; BRUNA, Gilda C. Curso de Gestão Ambiental. 2. ed. Barueri: Manole, 2014. E-book. p.A. ISBN 9788520443200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520443200/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

SANTOS, Luciano Miguel Moreira dos. Avaliação Ambiental de Processos Industriais. 4. ed. Porto Alegre: Oficina de Texto, 2025. E-book. p.1. ISBN 9788579751127. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788579751127/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB

TRENNEPOHL, Terence. Manual de Direito Ambiental - 13ª Edição 2026. 13. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9786551770142. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786551770142/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	60 horas
---	-----------------

EMENTA: Aspectos culturais do deficiente auditivo. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a fonologia, morfologia e sintaxe, possibilitando ao aluno o uso desta língua em contextos reais de comunicação.

Bibliografia Básica

QUADROS, Ronice M.; KARNOPP, Lodenir B. **Língua de sinais brasileira**. Porto Alegre: ArtMed, 2003. E-book. p.1. ISBN 9788536311746. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536311746/>. Acesso em: 30 jul. 2026..MB

CORRÊA, Ygor; CRUZ, Carina R. **Língua brasileira de sinais e tecnologias digitais**. Porto Alegre: Penso, 2019. E-book. p.i. ISBN 9788584291687. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584291687/>. Acesso em: 30 jul. 2026..MB

QUADROS, Ronice M.; CRUZ, Carina R. **Língua de sinais: instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: ArtMed, 2009. E-book. p.1. ISBN 9788536325200. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536325200/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

Bibliografia Complementar

SILVA, Ronice Müller de Quadros, Rodrigo Nogueira Machado, Jair Barbosa da. **Introdução ao estudo da Libras**. São Paulo: Editora Contexto, 2025. E-book. p.capa. ISBN 9786555416367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555416367/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

BEGROW, Cecília Moura, Desirée De V. **Libras e surdos: políticas, linguagem e inclusão**. São Paulo: Editora Contexto, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786555413953. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555413953/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

FILHO, Waldir Macieira da C.; LEITE, Flávia Piva A.; RIBEIRO, Lauro Luiz G. **Comentários ao estatuto da pessoa com deficiência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788553612109. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553612109/>. Acesso em: 30 jul. 2026. MB



A Tecnologia faz a Diferença

ALVES, Lara, M. Estatuto da pessoa com deficiência: reflexões e perspectivas. São Paulo: Almedina Brasil, 2024. E-book. p.1. ISBN 9786556276922. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556276922/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

MORAIS, Carlos E L.; PLINSKI, Rejane R K.; MARTINS, Gabriel P. T C.; et al. Libras. 2. ed. Porto Alegre: SAGAH, 2019. E-book. p.Capa. ISBN 9788595027305. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027305/>. Acesso em: 30 jul. 2026.MB

NEGOCIAÇÃO E MEDIAÇÃO EM RELAÇÕES EMPRESARIAIS

60 horas

Ementa: A estrutura dos processos de negociação e de mediação em relações e conflitos comerciais e empresariais. Autonomia negocial e intervenção estatal. O papel das instituições interempresariais (federações, confederações, entre outras). Resolução de conflitos comerciais e empresariais. Mecanismos de cooperação comercial e empresarial. Advocacia extrajudicial e seu papel na negociação e na mediação comercial e empresarial.

Bibliografia Básica:

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de A. **Manual de Arbitragem e Mediação** - 6ª Edição 2022. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2022. E-book. p.3. ISBN 9786553620568. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553620568/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

PINHO, Humberto Dalla Bernardina de; MAZZOLA, Marcelo. **Manual de Mediação e Arbitragem**. 3. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.Capa. ISBN 9788553628469. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553628469/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

MIKLOS, Jorge; MIKLOS, Sophia. **Mediação de Conflitos**. Rio de Janeiro: Expressa, 2020. E-book. p.1. ISBN 9786558110477. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558110477/>. Acesso em: 29 jul. 2026. MB

Bibliografia Complementar:

RAMALHO, Almeida, R. Arbitragem comercial internacional: determinação do direito aplicável. São Paulo: Almedina Brasil, 2025. E-book. p.capa. ISBN 9788584937653.



A Tecnologia faz a Diferença

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584937653/>.

Acesso em: 30 jul. 2026.MB

TEIXEIRA, Tarcisio; LIGMANOVSKI, Patricia Ayub da C. **Arbitragem em evolução:** aspectos relevantes após a reforma da Lei Arbitral. Barueri: Manole, 2018. E-book. p.Capa.

ISBN 9786555762204.

Disponível

em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555762204/>. Acesso em: 29 jul.

2026. MB

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia L.; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. **Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem** - 6ª Edição 2026. 6. ed. Rio de

Janeiro: Forense, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9788530999667. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999667/>. Acesso em: 29 jul.

2026. MB

JUNIOR, Luiz Antonio S. **Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação** - 11ª Edição

2023. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786559648191. Disponível

em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648191/>. Acesso em: 29

jul. 2026. MB

FLÁVIA, Messa, A. **Manual de arbitragem**. São Paulo: Almedina Brasil, 2024. E-book. p.1.

ISBN 9786556272702.

Disponível

em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556272702/>. Acesso em: 29 jul.

2026. MB

O Currículo está organizado em blocos curriculares semestrais, com indicação de disciplinas teórico-práticas, trabalho de conclusão de curso, disciplina optativa, estágio curricular supervisionado e atividades complementares. A flexibilização curricular está presente, na proposta de estrutura curricular, com medidas de redução dos pré-requisitos, de modo a permitir um certo grau de “individualização” do processo formativo (sem afastar as unidades curriculares), as disciplinas optativas e também nas atividades complementares voltadas para a aquisição de conhecimentos fora do ambiente acadêmico e orientadas para estimular a prática de estudos independentes.

A matriz curricular do curso está organizada de forma a apresentar em dez semestres letivos, os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural, as atividades de práticas a serem vivenciadas no decorrer do curso, bem como o estágio de prática profissional e as atividades complementares, que irão propiciar os conhecimentos e situações de aprendizagem



A Tecnologia faz a Diferença

necessárias para o desenvolvimento das competências e habilidades exigidas no perfil do Bacharel em Direito formado pela Faculdade Dinâmica.

A proposta busca a formação integral e pertinente por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O Curso de Direito adota como referência os princípios da autonomia e da flexibilidade. Neste contexto, a flexibilidade e a autonomia curricular não constituem apenas possibilidades, mas condições necessárias à efetivação deste projeto pedagógico de curso, considerando que os processos de flexibilização curricular decorrem do exercício concreto da autonomia universitária e devem encontrar seus limites no projeto pedagógico institucional e no acompanhamento do discente como a avaliação e os trabalhos de atividades teóricas e práticas.

O compromisso da Faculdade Dinâmica é formar profissionais comprometidos com a qualidade de vida da população, com pleno domínio da natureza dos conhecimentos e das teorias, técnicas, metodologias e tendências da engenharia jurídico-social. A matriz curricular do Curso define os conteúdos que serão tratados ao longo do curso. O desenvolvimento dos conteúdos ocorre por seu sequenciamento ao longo do curso e pela integração horizontal e vertical dos componentes curriculares.

A adoção de uma dinâmica curricular integradora, considerando a interdisciplinaridade, ocorre tanto entre as disciplinas quanto com as outras atividades que configuraram a formação e que até agora foram consideradas complementares ao ensino, tais como: NPJ Itinerante, estágio, monitoria, atividades complementares, projetos de responsabilidades sociais, pesquisa e extensão.

O planejamento da estrutura curricular também foi pensado para promover a permanência do estudante com deficiência e nesse aspecto houve a preocupação com a eliminação de barreiras arquitetônicas para sua circulação e nesse sentido observou-se, inclusive as vagas em estacionamentos, rampas com corrimãos e elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas em portas de banheiros e salas. Além disso, a instalação de barras de apoio nas paredes de banheiros e lavabos com a altura que possibilite aos cadeirantes a sua utilização.

Já para deficiência visual, a Faculdade Dinâmica se compromete a manter sala de apoio equipada com *softwares* de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, régua de leitura, scanner acoplado ao computador e tradução em Braille. Além disso, adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braille e de fitas sonoras para uso didático.



A Tecnologia faz a Diferença

Para deficiência auditiva, sempre que necessário, haverá o intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno. Além disso, adotará a flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; estimulando o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso, ao mesmo tempo proporcionará, aos professores, acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno com deficiência auditiva.

Ainda a Faculdade Dinâmica investirá no desenvolvimento de metodologias diferenciadas, voltadas para aprendizagem ativa, com forte enfoque no uso de tecnologias, estudos de casos, e dinâmicas participativas que permitam ao aluno contextualizar o exercício da profissão no contexto brasileiro. Essa estrutura propicia toda a segurança, tranquilidade e conforto a todos os atores institucionais para o desempenho das atividades previstas no curso.



13. COERÊNCIA DO CURRÍCULO COM O PERFIL DO EGRESSO

A elaboração da matriz curricular procura manter equilíbrio e integração entre os vários conteúdos, evitando a sua sobreposição e buscando, sempre que possível, o retorno, de forma complementar, ao ponto central que constitui o eixo da proposta do Curso. Além disso, considerou-se a distribuição de conteúdos exigidos em avaliações externas a que nosso aluno será submetido ao final do curso, como Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), e o exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), conforme demonstrado no projeto pedagógico do curso. Nesse sentido, pode-se dizer que o currículo apresenta um alto grau de interdisciplinaridade, tanto interna quanto externa.

13.1. Objetivos do Curso

A IES tem, como um de seus principais objetivos, preparar profissionais éticos e competentes, capazes de contribuir para o desenvolvimento da região e o bem-estar e qualidade de vida de seus cidadãos. Para tanto, ciente de sua responsabilidade social, busca a compreensão das reais necessidades e caminhos para que esse desenvolvimento ocorra, primando pela inclusão social de seus alunos e egressos e desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação.

13.1.1. Objetivo Geral

Favorecer a formação de um profissional crítico e reflexivo, que possua um conhecimento amplo da área do Direito associada ao contexto sócio-histórico-cultural e educacional do país. Um profissional que se caracteriza pela promoção e desenvolvimento de atitudes éticas, bem como da autonomia intelectual, criatividade e criticidade referente ao conhecimento e atuação profissional e, ainda que possuam sólidos conhecimentos teóricos, fortalecidos pela efetiva prática profissional, com postura reflexiva e visão crítica, qualificados para o exercício das carreiras jurídicas.



13.1.2. Objetivos Específicos

- ✓ Proporcionar uma sólida formação geral, humanística e axiológica com o domínio dos fundamentos de compreensão e utilização do Direito em suas variadas manifestações e aplicações;
- ✓ Possibilitar ao aluno desenvolver a postura reflexiva e a visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica;
- ✓ Desenvolver no aluno, juntamente com o conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz e o domínio das teorias e técnicas forenses e não forenses com a solução das questões complexas surgidas no cotidiano do exercício da profissão;
- ✓ Incentivar o estudo dos fenômenos de massa, a evolução da sociedade brasileira e seus anseios, de forma a poder aplicar o Direito de forma efetiva e adequada à realidade social;
- ✓ Incentivar o estudo da Ciência Jurídica nas diversas formas que se apresenta na realidade em que se revela, com ênfase nas questões que permeiam a questão social regional;
- ✓ Permitir a compreensão, sob o ângulo jurídico, do universo dos problemas e questões sociais que atingem a comunidade regional, em especial aquelas de ordem ambiental e de desenvolvimento sustentável, qualificando o aluno para o exercício da atividade profissional pertinente e, ainda, prepará-lo para adotar uma postura de julgamento crítico;
- ✓ Capacitar os alunos para as demandas da realidade onde a Instituição está inserida;
- ✓ Incentivar a atuação do aluno junto à comunidade regional, como forma de não apenas prover o atendimento às necessidades da comunidade, mas também de tomar consciência da importância do Direito como instrumento de transformação social, de construção da cidadania e do desenvolvimento sustentável;
- ✓ Estimular a pesquisa e a extensão, visando à produção e a divulgação do conhecimento jurídico adequado à realidade social, assim como a adequação da formação oferecida às demandas da sociedade.

A Faculdade Dinâmica sempre em sintonia com o que há de mais atual na educação em todo o mundo, está atenta para que os conteúdos curriculares pertinentes aos seus cursos garantam o efetivo alcance do perfil do egresso pretendido com a atualização necessária para que o profissional formado tenha êxito e reconhecimento na sua atuação na área. Assim, o curso de graduação em Direito da FACDIN deverá possibilitar a formação profissional que revele,



pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o graduando a:

I - Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas;

II - Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

III - Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;

IV - Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;

V - Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;

VI - Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;

VII - Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;

VIII - Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;

IX - Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas;

X - Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;

XI - Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;

XII - Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;

XIII - Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;

XIV - Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos; e

XV - Atuar, de forma ética, crítica e interdisciplinar, nas demandas jurídicas relacionadas ao Direito Mineral e ao Direito Agropecuário, considerando as especificidades econômicas, sociais, ambientais e territoriais da região em que a FACDIN está inserida.



Logo, o curso de Direito da Faculdade Dinâmica estimula o acesso aos novos cenários impostos ao profissional da área. Dentre a matriz curricular proposta, não há apego apenas às disciplinas comuns do curso, necessária à formação do egresso. Há, também, atenção a temas de grande envergadura para a modernidade do mundo, a exemplo do Compliance, da Proteção e Tratamento de Dados, da Criminologia, Dos Contratos Internacionais e Comércio Exterior, da Gestão e da Inovação, da Economia e do Empreendedorismo.

Diante disso, espera-se que o profissional formado no Curso de Direito, na modalidade presencial, presencial da Faculdade Dinâmica, possua capacidade para atuar nas mais diversas frentes que o bacharelado no curso permite, a exemplo da iniciativa privada, empreendedorismo, empregabilidade ou concurso público, sempre tendo a ética e a responsabilidade social como os vetores profissionais principais, o que exige a percepção global da conjuntura econômica, política, social e cultural; e a compreensão de que suas ações, na

13.2. Conteúdos curriculares: coerência do currículo com os objetivos do curso

O desenvolvimento dos componentes curriculares do Curso de Graduação em Direito da Faculdade Dinâmica será orientado por, no mínimo, quatro preocupações pedagógicas fundamentais:

1. O que deve ser ensinado?
2. Como o conteúdo será abordado e com qual profundidade?
3. De que forma esse conteúdo poderá tornar-se significativo para o estudante?
4. Como avaliar os conhecimentos desenvolvidos e como utilizar os resultados dessa avaliação para aperfeiçoar o processo de ensino e aprendizagem?

Essas questões exigem que se considere, permanentemente, a seguinte reflexão: por que determinado componente curricular é importante para a formação do estudante e quais objetivos formativos ele pretende alcançar? Desse modo, não se pode deixar em segundo plano a necessária articulação entre os conteúdos das diferentes disciplinas, bem como sua vinculação com a prática real do exercício profissional.

Essa integração é fundamental para que o acadêmico desenvolva uma visão sistêmica do curso, compreendendo o significado, a relevância e a aplicabilidade dos diferentes conteúdos na formação do bacharel em Direito. A organização da carga horária e a disposição dos componentes curriculares foram estruturadas de modo a favorecer uma formação



interdisciplinar, articulada e progressiva, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 5/2018, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2021, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

Como forma de garantir a formação integral do bacharel em Direito, apto a atuar em diferentes campos profissionais e a responder às demandas sociais contemporâneas, a matriz curricular contempla conteúdos de formação geral, técnico-jurídica e prático-profissional, articulados ao ensino, à pesquisa, à extensão, às práticas jurídicas e às atividades complementares.

Conforme preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito, a interdisciplinaridade constitui elemento estrutural da formação jurídica. Para tanto, o curso integra atividades teóricas e práticas, fomentando também a pesquisa e a extensão como dimensões indissociáveis do processo formativo, bem como instrumentos de iniciação científica, intervenção social e aproximação com a realidade profissional.

A formação geral do bacharel em Direito da Faculdade Dinâmica contempla componentes curriculares de natureza humanística, filosófica, histórica, sociológica, antropológica, ética, política, econômica e psicológica, além de conteúdos relacionados às novas tecnologias da informação e comunicação. Essa perspectiva formativa favorece a compreensão crítica do fenômeno jurídico em diálogo com outras áreas do conhecimento, contribuindo para que o estudante compreenda o Direito como prática social, histórica, cultural e política.

Nesse eixo, destacam-se conteúdos relacionados à Ciência Política, Teoria do Estado, Metodologia Científica, História do Pensamento Jurídico, Filosofia Jurídica, Estudos Socioantropológicos, Psicologia Geral e Jurídica, Economia Política, Direitos Humanos, Ética Geral e Jurídica e Políticas Públicas e Comunidades Vulneráveis. Tais conteúdos dialogam com o inciso I do art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2021, ao assegurar uma formação voltada à compreensão dos fundamentos do Direito em articulação com as expressões do conhecimento filosófico, humanístico, social e tecnológico.

O eixo de formação técnico-jurídica, por sua vez, tem como finalidade assegurar ao acadêmico o domínio dos conteúdos dogmáticos, normativos e sistemáticos dos diversos ramos do Direito, sem perder de vista sua contextualização histórica, social, econômica, política e cultural. Esse eixo contempla conteúdos essenciais como Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Penal, Direito Processual, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito



A Tecnologia faz a Diferença

Previdenciário, Direito Financeiro, Direito Digital e Formas Consensuais de Solução de Conflitos.

Além desses conteúdos, a matriz curricular contempla áreas de grande relevância para a realidade regional e para os novos campos de atuação profissional, tais como Direito Ambiental, Direito do Consumidor, Direitos Difusos e Coletivos, Direito Agrário, Direito do Agronegócio, Direito Mineral, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito Eleitoral e Legislação Especial Penal e Processual Penal. A presença desses componentes fortalece a formação jurídica do estudante, ampliando sua capacidade de atuação em contextos locais, regionais e nacionais, especialmente considerando as demandas do Norte Goiano e das regiões marcadas por atividades agropecuárias, minerárias, ambientais e sociais.

A formação técnico-jurídica também contempla temas contemporâneos relacionados à proteção de dados, inovação jurídica, direito digital, desmaterialização da Justiça, lawtechs, legaltechs, mediação tecnológica, compliance, novas formas de resolução de conflitos e transformação digital do sistema de justiça. Desse modo, o curso busca formar profissionais capazes de compreender e atuar diante das mudanças sociais, econômicas, políticas e tecnológicas que impactam o exercício das carreiras jurídicas.

A formação prático-profissional constitui outro eixo fundamental da formação do bacharel em Direito da Faculdade Dinâmica. Essa perspectiva objetiva integrar os conteúdos teóricos desenvolvidos ao longo do curso às práticas profissionais, especialmente por meio dos Projetos Integradores, das Práticas Jurídicas, do Trabalho de Conclusão de Curso, das atividades extensionistas e das experiências supervisionadas.

As Práticas Jurídicas contemplam atividades simuladas e reais, estudos de casos, elaboração de peças processuais, análise de situações-problema, atendimentos orientados, práticas em Direito Civil, Direito Penal, Direito do Trabalho, Direito Processual e demais áreas correlatas. Essas atividades possibilitam ao estudante desenvolver competências relacionadas à argumentação jurídica, interpretação normativa, redação forense, oralidade, postura ética, resolução de conflitos, atendimento ao público e atuação profissional responsável.

Em consonância com o art. 5º, inciso III, da Resolução CNE/CES nº 5/2018, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2021, a formação prático-profissional também contempla o letramento digital e as práticas remotas mediadas por tecnologias da informação e comunicação. Nesse sentido, a Faculdade Dinâmica formalizou contrato com O Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN firmou convênio com o Centro Judiciário de



Solução de Conflitos e Cidadania — CEJUSC, fortalecendo a articulação entre a formação acadêmica, a prática jurídica supervisionada, a extensão universitária e o compromisso social da Instituição.

A parceria com o CEJUSC representa importante avanço para a formação dos acadêmicos do Curso de Direito, uma vez que possibilita a aproximação dos estudantes com práticas reais e orientadas de mediação, conciliação, negociação e solução adequada de conflitos. Essa vivência contribui para o desenvolvimento de competências essenciais à atuação jurídica contemporânea, especialmente a escuta qualificada, a argumentação, a ética profissional, a comunicação, o respeito às partes envolvidas e a busca por soluções pacíficas e socialmente responsáveis.

Por meio do convênio, os estudantes poderão participar de atividades formativas, observações, oficinas, projetos, ações educativas e práticas supervisionadas relacionadas à cultura da paz, à cidadania, ao acesso à justiça e aos métodos consensuais de solução de conflitos, sempre sob orientação docente e em consonância com as normas institucionais e legais aplicáveis.

A atuação integrada entre FACDIN e CEJUSC também amplia o compromisso social do curso, ao contribuir para o atendimento das demandas da comunidade de Santa Terezinha de Goiás e região. Dessa forma, o Curso de Direito fortalece sua inserção regional, promovendo a educação em direitos, a pacificação social, a prevenção de conflitos e a valorização de práticas jurídicas humanizadas.

Esse convênio dialoga diretamente com o perfil do egresso proposto pelo PPC, ao favorecer a formação de bacharéis em Direito críticos, éticos, humanistas e preparados para atuar tanto no âmbito judicial quanto extrajudicial. Além disso, contribui para a consolidação do Núcleo de Prática Jurídica — NPJ, das atividades extensionistas e da formação prático-profissional dos estudantes.

Assim, a parceria com o CEJUSC reafirma o compromisso da Faculdade Dinâmica com uma educação jurídica de qualidade, socialmente referenciada, voltada à cidadania, ao acesso à justiça e à construção de uma cultura de diálogo, cooperação e paz social.

O incentivo aos estágios supervisionados, nos termos da Lei nº 11.788/2008, bem como às atividades complementares, constitui diretriz adotada pela Faculdade Dinâmica para ampliar a formação acadêmica e profissional dos estudantes. Para tanto, a instituição busca estabelecer convênios com órgãos públicos, instituições do sistema de justiça, entidades sociais e demais espaços de atuação jurídica, possibilitando ao acadêmico conhecer diferentes campos



A Tecnologia faz a Diferença

profissionais e construir seu percurso formativo de maneira mais autônoma, crítica e vocacionada.

A articulação entre conteúdos teóricos, práticas jurídicas, extensão, pesquisa, atividades complementares e tecnologias educacionais requer do professor a habilidade de conduzir o estudante para além da mera reprodução de conceitos e normas. Espera-se que o processo formativo favoreça o desenvolvimento de competências profissionais, pensamento crítico, raciocínio jurídico, capacidade argumentativa e aptidão para propor soluções diante de problemas novos e complexos.

Nesse sentido, o ensino jurídico deve contribuir para a formação de estruturas superiores de pensamento, permitindo ao estudante analisar situações concretas, interpretar criticamente a realidade, formular hipóteses, debater alternativas e propor soluções fundamentadas. Essa proposta pode ser operacionalizada por meio de metodologias ativas, estudos de caso, situações-problema, júris simulados, práticas de mediação e conciliação, projetos integradores, atividades extensionistas, pesquisas aplicadas e resolução cooperativa de tarefas. Tais estratégias são determinantes para a formação de um profissional do Direito apto a atuar de maneira colaborativa, ética, crítica, humanizada e socialmente comprometida.

Os conteúdos de Educação Ambiental, em observância à Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e ao Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamentam a Política Nacional de Educação Ambiental, são contemplados especialmente no componente curricular Direito Ambiental, além de serem trabalhados de forma transversal em projetos de extensão, atividades institucionais, palestras, eventos acadêmicos e ações interdisciplinares. A Educação Ambiental constitui uma dimensão institucional da Faculdade Dinâmica, sendo desenvolvida anualmente por meio de eventos e projetos que envolvem os diferentes cursos da instituição e abordam temas relacionados ao meio ambiente, à sustentabilidade, à cidadania e à responsabilidade socioambiental.

Os conteúdos referentes às Relações Étnico-Raciais, à História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena e à Educação em Direitos Humanos são contemplados de forma transversal e interdisciplinar, especialmente nos componentes Estudos Socioantropológicos, Direitos Humanos, Direito Internacional Público e Privado, Direitos do Consumidor, Difusos e Coletivos, Políticas Públicas e Comunidades Vulneráveis e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esses conteúdos contribuem para a formação de profissionais sensíveis à



A Tecnologia por a Diferença

diversidade, à igualdade racial, à dignidade humana, à inclusão social, à proteção das minorias e ao enfrentamento das desigualdades historicamente construídas.

No tocante à acessibilidade pedagógica, a Faculdade Dinâmica compreende que o acesso ao currículo, para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação ou necessidades educacionais específicas, requer a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais, metodológicas, tecnológicas, atitudinais e pedagógicas. Para isso, são adotadas estratégias de flexibilização, adaptação razoável, apoio pedagógico, recursos de tecnologia assistiva, metodologias diferenciadas e acompanhamento individualizado, respeitando os objetivos de aprendizagem, os processos avaliativos e a temporalidade necessária ao desenvolvimento acadêmico de cada estudante.

Nesse contexto, destaca-se a atuação do NAE — Núcleo de Apoio ao Estudante, que conta com profissionais qualificados, como psicopedagogo e pedagogo, para acompanhar estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem ou outras demandas acadêmicas e psicopedagógicas. O NAE atua de forma articulada com coordenação de curso, docentes e demais setores institucionais, visando assegurar condições adequadas de permanência, participação, aprendizagem e êxito acadêmico.

A estrutura física da instituição também foi planejada com vistas à promoção da acessibilidade e da permanência dos estudantes. Para tanto, a Faculdade Dinâmica busca garantir a eliminação de barreiras arquitetônicas, assegurando condições adequadas de circulação, acesso e utilização dos espaços institucionais. Entre as condições previstas, destacam-se vagas de estacionamento acessíveis, rampas com corrimãos, elevadores, portas com largura adequada para circulação de cadeiras de rodas, banheiros adaptados, barras de apoio e mobiliários compatíveis com as necessidades dos estudantes.

Para estudantes com deficiência visual, a Faculdade Dinâmica compromete-se a disponibilizar recursos de apoio, tais como softwares de ampliação de tela, equipamentos para ampliação de textos, lupas, régua de leitura, scanner acoplado ao computador, materiais acessíveis e, quando necessário, tradução em braille. A instituição também prevê a adoção gradual de acervo bibliográfico acessível, incluindo materiais em braille, arquivos digitais compatíveis com leitores de tela e recursos sonoros para uso didático.

Para estudantes com deficiência auditiva, sempre que necessário, será assegurado o acompanhamento por intérprete de Libras/Língua Portuguesa, especialmente em atividades acadêmicas, avaliações, revisões de provas, eventos institucionais e demais situações pedagógicas que demandem apoio à comunicação. A instituição também adotará flexibilidade na correção de avaliações escritas, valorizando o conteúdo semântico e considerando as



A Tecnologia faz a Diferença

especificidades linguísticas do estudante surdo. Além disso, serão incentivadas ações de formação docente voltadas à compreensão da Libras, da cultura surda e das metodologias inclusivas.

A Faculdade Dinâmica investirá, ainda, no desenvolvimento de metodologias diferenciadas, com ênfase em aprendizagem ativa, uso de tecnologias educacionais, estudos de casos, resolução de problemas, práticas simuladas, projetos interdisciplinares, atividades extensionistas e dinâmicas participativas. Essas estratégias permitirão ao estudante contextualizar o exercício profissional do Direito na realidade brasileira, compreendendo as demandas sociais, éticas, jurídicas, tecnológicas e humanísticas que envolvem a atuação do bacharel em Direito.

Dessa forma, os conteúdos curriculares do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica demonstram coerência com os objetivos do curso, com o perfil do egresso, com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com as demandas sociais contemporâneas. A matriz curricular articula formação geral, formação técnico-jurídica e formação prático-profissional, assegurando ao acadêmico uma trajetória formativa crítica, interdisciplinar, inclusiva, tecnológica, humanística e comprometida com a justiça, a cidadania, a ética e a transformação social.



14. RECURSOS HUMANOS

14.1. Corpo Docente/Nominata

A Faculdade Dinâmica tem como diferencial em seus cursos a contratação e manutenção em seus quadros de um corpo docente que atenda a dois critérios considerados indispensáveis: a formação acadêmica e a experiência profissional. Com isso, busca-se alcançar a sintonia com as novas definições de cada área e as práticas correntes no mercado de trabalho.

O Corpo Docente do Curso de Direito foi constituído por professores criteriosamente selecionados pelo gestor da instituição, e pela coordenadora do curso, levando-se em conta sua trajetória profissional e acadêmica e a titulação adequada às linhas de formação específicas do curso.

A Coordenação do Curso buscou alocar os docentes às disciplinas correlatas com sua área de formação acadêmica de graduação.

Nesta seção são apresentados dados sobre docentes do curso, contendo as seguintes informações: regime de trabalho, titulação, CPF e os componentes curriculares vinculados aos professores no ensino de graduação e a seguir a experiência docente.

O corpo docente do Curso de Direito é composto por 16 professores, apresentando elevada qualificação acadêmica, experiência no ensino superior, diversidade de atuação profissional e produção científica compatível com as demandas formativas do curso.



Quadro 08 – Corpo docente do Curso de Direito

PROFESSORES	TITULAÇÃO	DISCIPLINAS QUE JÁ MINISTRARAM OU IRÃO MINISTRAR NO PRÓXIMO SEMESTRE
Alvinan Magno Catão Lopes	Doutor	Psicologia Geral E Jurídica
Clodoaldo Moreira Dos Santos Júnior	Doutor	Teoria Geral Do Direito Civil - Das Pessoas Direito Civil - Das Relações Familiares Direito Empresarial I Prática Jurídica Civil I
Clodoaldo Valverde	Doutor	Direito Constitucional I TCC I Linguagem Jurídica, Redação Forense E Oratória
Denize Dos Reis Jacinto Correa	Especialista	Teoria Do Geral Do Direito Civil - Fatos Jurídicos Direito Civil – Teoria Geral Das Obrigações Direito Civil – Teoria Geral Dos Contratos Direito Civil - Das Coisas
Edilane Neves	Mestra	Direitos Humanos Formas Consensuais De Solução De Conflitos (Extensão) Prática Jurídica I e II
Edna Maria De Jesus	Doutora	Políticas Públicas e as Comunidades Vulneráveis
Ezenilson Valeriano Correa Junior	Especialista	Direito Digital E Inovações Tecnológicas Direito Contratos Agrários Direito Ambiental Ética Geral e Jurídica
Francisco Venâncio De Amorim	Mestre	Introdução Ao Direito Direito Processual Penal - Da Ação Penal Legislação Especial Processual E Penal Direito Processual Penal - Processo e Procedimentos
Helmer Marra	Mestre	Filosofia Jurídica Economia Política
Isaque Alves Leite	Especialista	Direito Do Trabalho - Fundamentos E Relações Trabalhistas Direito De Trabalho - Jornada, Extensão E Direito Coletivo Direito Processual Do Trabalho Direitos Do Consumidor, Difusos E Coletivos
José Xavier Rodovalho	Doutor	Metodologia Científica



A Tecnologia dos Grupos

Lucas Rocha Andrade	Mestre	Teoria Geral Do Direito Penal - Teoria Do Crime Direito Penal – Dos Crimes Contra A Pessoa Direito Penal – Dos Crimes Contra a Incolumidade Pública Teoria Geral Do Direito Penal – Das Penas
Maria Izabel de Melo Oliveira dos Santos	Doutora	Direito Civil - Das Relações Familiares Direito Civil - Das Sucessões
Ricardo José Ramos De Arruda	Mestre	Teoria Geral Do Estado Ciência Política E Teoria Do Estado Direito Financeiro E Estudos Sócio Econômicos Estatuto da Criança e do adolescente - ECA
Samuel Balduino	Mestre	Direito Constitucional II Direito Eleitoral Direito Administrativo - Fundamentos, Organização e Controle Direito Administrativo - Atos, Processos e Contratações Públicas
Sonilda Aparecida de Fátima Santos	Doutora	Estudos Sócioantropológicos
Thiago Felipe Cardoso	Mestre	Teoria Geral Do Processo Direito Processual Civil I ao IV Direito Tributário I
Vannuzia Leal de Andrade Peres	Pós Doutora	Psicologia Geral E Jurídica

O corpo docente do Curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Dinâmica — FACDIN apresenta significativa qualificação acadêmica e profissional, evidenciada pela predominância de professores com titulação em nível de pós-graduação stricto sensu.

Análise da Titulação do Corpo Docente do Curso de Direito

Titulação	Quantidade	Percentual
Doutores/Pós-doutora	8	44,44%
Mestres	7	38,89%
Especialistas	3	16,67%
Total	18	100%

Do total de 18 docentes vinculados ao curso, 8 possuem titulação de doutor ou pós-doutor, correspondendo a 44,44% do corpo docente; 7 possuem titulação de mestre, representando 38,89%; e 3 possuem titulação de especialista, correspondendo a 16,67%.

A presença expressiva de mestres, doutores e pós-doutores favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas qualificadas, a produção científica, a iniciação científica, a extensão, a



A Tecnologia faz a Diferença

interdisciplinaridade, a articulação entre teoria e prática e o aprofundamento dos conteúdos jurídicos, humanísticos e profissionais previstos na matriz curricular.

Dessa forma, o corpo docente do Curso de Direito da FACDIN constitui um dos elementos de sustentação da qualidade acadêmica do curso, contribuindo para a formação de bacharéis em Direito críticos, éticos, humanistas, tecnicamente preparados e comprometidos com a justiça, a cidadania e o desenvolvimento regional.

A composição do corpo docente demonstra aderência entre a formação acadêmica, a experiência profissional e as disciplinas ministradas no Curso de Direito. Os docentes atuam em componentes curriculares essenciais à formação jurídica, tais como Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Processual Civil, Direito Processual Penal, Direito do Trabalho, Direitos Humanos, Psicologia Jurídica, Filosofia e Ética, Teoria Geral do Estado, Metodologia Científica, Prática Jurídica, Direito Digital, Direito Ambiental, Mediação, Conciliação e Arbitragem, entre outros. Essa distribuição favorece a interdisciplinaridade, a articulação entre teoria e prática e a formação crítica, ética, técnica e humanística do estudante.

No que se refere ao regime de trabalho, 7 docentes atuam em regime integral, correspondendo a 43,75% do corpo docente, e 9 docentes atuam em regime parcial, representando 56,25%. A presença de docentes em regime integral favorece o atendimento aos discentes, a participação em reuniões pedagógicas, colegiado de curso, Núcleo Docente Estruturante, orientação acadêmica, atividades de pesquisa, extensão, planejamento didático, elaboração e correção de avaliações, bem como o acompanhamento das ações de melhoria contínua do curso.

A experiência no ensino superior também constitui ponto de destaque. O corpo docente soma 211 anos de experiência acadêmica, com média aproximada de 13,2 anos por docente. Do total, 50% dos professores possuem 10 anos ou mais de atuação no ensino superior, e 43,75% possuem 20 anos ou mais de experiência. Esses dados demonstram maturidade acadêmica, domínio didático-pedagógico, capacidade de orientação discente, experiência em processos avaliativos e participação qualificada na consolidação do projeto pedagógico do curso.

Em relação à produção acadêmica, o corpo docente apresenta expressiva produção bibliográfica, científica e técnica, totalizando aproximadamente 152 artigos, 5 livros, 3 organizações de livros e 16 produções técnicas. Essa produção contribui para o fortalecimento



da pesquisa, da iniciação científica, da extensão, da atualização dos conteúdos curriculares e da articulação entre ensino e produção do conhecimento.

Dessa forma, o corpo docente do Curso de Direito apresenta perfil qualificado, experiente e compatível com os objetivos do curso e com o perfil do egresso, evidenciando condições favoráveis ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, orientação acadêmica, prática jurídica e formação profissional. A composição docente demonstra aderência ao Projeto Pedagógico do Curso, contribui para a qualidade da formação jurídica e fortalece os indicadores institucionais relacionados à Dimensão Corpo Docente e Tutorial.

Quanto à experiência profissional, o corpo docente do Curso de Direito apresenta significativa consolidação da qualidade acadêmica, da articulação entre teoria e prática e da formação crítica, ética e técnica dos estudantes. Os 16 docentes que compõem o quadro possuem, conjuntamente, 347 anos de experiência profissional, resultando em uma média aproximada de 21,7 anos de atuação por professor.

Esse dado demonstra a maturidade profissional do corpo docente e sua capacidade de relacionar os conteúdos curriculares às demandas concretas do mundo do trabalho, da prática jurídica, da gestão pública, da docência, da pesquisa, da extensão e das diferentes áreas de atuação vinculadas à formação do bacharel em Direito. A experiência acumulada pelos professores contribui para que o processo de ensino-aprendizagem seja desenvolvido de forma contextualizada, interdisciplinar e conectada à realidade social, institucional e profissional.

Observa-se que 100% dos docentes possuem 10 anos ou mais de experiência profissional, o que evidencia um quadro qualificado e consolidado. Além disso, 62,5% dos professores possuem 20 anos ou mais de experiência, e 43,75% apresentam 25 anos ou mais de atuação profissional. Esses percentuais revelam a presença de profissionais experientes, com trajetória acadêmica e profissional relevante, capazes de contribuir para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Pedagógico do Curso.

A experiência profissional dos docentes favorece a utilização de exemplos práticos em sala de aula, a problematização de situações reais, a análise crítica de casos concretos, a aproximação entre os fundamentos teóricos e a prática jurídica, bem como o fortalecimento das atividades de orientação acadêmica, prática jurídica, iniciação científica, extensão, estágio e Trabalho de Conclusão de Curso.

Dessa forma, a experiência profissional do corpo docente constitui um diferencial importante do Curso de Direito, pois contribui para a formação de egressos com sólida base humanística, jurídica, social, ética e técnica, preparados para atuar de maneira crítica,



responsável e comprometida com a justiça, a cidadania, os direitos humanos, o desenvolvimento regional e as transformações da sociedade contemporânea.

PROFESSORES TITULAÇÃO Experiência profissional anos

ALVINAN MAGNO CATÃO LOPES - DOUTOR: 15.

DENIZE DOS REIS JACINTO CORREA - ESPECIALISTA: 21.

EDNA MARIA DE JESUS CARDOSO - DOUTORA: 28.

EZENILSON VALERIANO CORREA JUNIOR - ESPECIALISTA: 10.

FRANCISCO VENÂNCIO DE AMORIM - MESTRE: 16.

CLODOALDO MOREIRA DOS SANTOS JÚNIOR - DOUTOR: 25.

CLODOALDO VALVERDE - DOUTOR: 22.

EDILANE NEVES - MESTRA: 15.

ISAQUE ALVES LEITE - ESPECIALISTA 10.

JOSÉ XAVIER RODOVALHO - DOUTOR 31.

LUCAS ROCHA ANDRADE - MESTRE 12.

MARIA IZABEL DE MELO OLIVEIRA DOS SANTOS - DOUTORA: 20.

OSVAIR COUTINHO GOMES - MESTRE: 25.

RICARDO JOSÉ RAMOS DE ARRUDA - MESTRE: 35.

SAMUEL BALDUINO - MESTRE: 25.

SONILDA APARECIDA DE FÁTIMA SANTOS - DOUTORA: 35.

THIAGO FELIPE CARDOSO - MESTRE: 22.

O Colegiado do Curso de Direito constitui instância acadêmica fundamental para a gestão pedagógica, administrativa e didático-científica do curso, atuando como órgão de acompanhamento, análise, deliberação e proposição de ações voltadas à consolidação e ao aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso – PPC. Na estrutura organizacional da Instituição, o Colegiado configura-se como unidade acadêmica mínima responsável por discutir, planejar, acompanhar e avaliar as atividades do curso, assegurando a participação representativa de docentes e discentes nos processos decisórios.

O Colegiado é presidido pelo Coordenador do Curso e composto por representantes do corpo docente, representantes discentes e, quando necessário, assessores ad hoc designados pela Coordenação. Essa composição favorece a gestão democrática, participativa e colegiada, permitindo que as decisões relativas ao curso sejam construídas de forma coletiva,



considerando as demandas acadêmicas, pedagógicas, institucionais e sociais que envolvem a formação do bacharel em Direito.

A atuação dos professores no Colegiado do Curso de Direito é efetiva e se materializa por meio da participação em reuniões ordinárias e extraordinárias, análise do desenvolvimento das disciplinas, acompanhamento da execução do PPC, discussão sobre metodologias de ensino, avaliação da aprendizagem, práticas extensionistas, atividades de pesquisa, estágio, Trabalho de Conclusão de Curso, Núcleo de Prática Jurídica e demais ações formativas. Os docentes contribuem com sua experiência acadêmica e profissional para a identificação de fragilidades, proposição de melhorias e tomada de decisões voltadas à qualidade do ensino.

Entre as atribuições do Colegiado, destacam-se o acompanhamento da implementação do Projeto Pedagógico do Curso, a proposição de alterações e atualizações nas matrizes curriculares, a análise de temas relacionados ao curso, o planejamento das atividades acadêmicas, a avaliação das práticas pedagógicas e o encaminhamento de ações de melhoria contínua. Nesse sentido, o Colegiado atua de forma articulada com a Coordenação de Curso, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, os docentes, os discentes e os demais setores institucionais.

A participação docente no Colegiado contribui diretamente para a qualificação do curso, uma vez que permite a análise permanente da coerência entre os conteúdos curriculares, o perfil do egresso, as competências e habilidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e as demandas contemporâneas da formação jurídica. Os professores, a partir de suas áreas de atuação, apresentam sugestões para atualização bibliográfica, revisão de planos de ensino, integração entre disciplinas, fortalecimento das metodologias ativas, incentivo à pesquisa, à extensão e à prática jurídica.

O Colegiado também constitui espaço relevante para o acompanhamento do desempenho acadêmico dos estudantes, da frequência, da permanência, da evasão, das dificuldades de aprendizagem e das demandas apresentadas pelos representantes discentes. A presença dos estudantes no Colegiado fortalece o diálogo institucional e possibilita que as decisões considerem as percepções e necessidades do corpo discente, favorecendo a corresponsabilidade no processo formativo.

As decisões do Colegiado são registradas em atas e encaminhadas aos setores competentes, assegurando formalização, transparência, acompanhamento e avaliação das ações deliberadas. Essa sistemática permite que o curso desenvolva uma gestão acadêmica organizada, participativa e orientada por evidências, fortalecendo os processos de planejamento, execução, avaliação e replanejamento das atividades acadêmicas.



Dessa forma, a atuação do Colegiado do Curso de Direito demonstra compromisso com a qualidade da formação jurídica, com a atualização permanente do Projeto Pedagógico do Curso, com a gestão democrática e com a melhoria contínua dos processos acadêmicos. A participação ativa dos professores nesse órgão colegiado fortalece a integração entre ensino, pesquisa, extensão e prática profissional, contribuindo para a formação de egressos críticos, éticos, humanistas, tecnicamente qualificados e comprometidos com a justiça, a cidadania, os direitos humanos e o desenvolvimento social.

O corpo docente do Curso de Direito apresenta relevante **produção científica, técnica, bibliográfica e cultural**, evidenciando compromisso com a produção do conhecimento, a atualização acadêmica e a qualificação permanente das práticas de ensino, pesquisa e extensão. A produção informada demonstra a participação dos professores em atividades intelectuais diversificadas, incluindo publicação de artigos científicos, livros, organização de obras, produções técnicas e produções culturais.

Considerando os dados apresentados, os 16 docentes do curso possuem, conjuntamente, 151 artigos científicos publicados, 5 livros, 3 organizações de livros, 6 produções técnicas e 16 produções culturais, totalizando 181 produções acadêmicas, científicas, bibliográficas, técnicas e culturais. Esse quantitativo evidencia um corpo docente produtivo, com inserção em diferentes espaços de divulgação do conhecimento e com atuação compatível com as exigências da educação superior.

A produção científica dos professores contribui diretamente para o fortalecimento do Curso de Direito, pois favorece a atualização dos conteúdos curriculares, a ampliação do repertório teórico-metodológico, o incentivo à iniciação científica, a orientação de trabalhos acadêmicos e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, a existência de docentes com produção bibliográfica consolidada possibilita maior integração entre os componentes curriculares, as demandas sociais contemporâneas e os desafios da formação jurídica.

Destaca-se que a produção docente contempla diferentes áreas do conhecimento, o que favorece a interdisciplinaridade e a formação crítica, ética, humanística e técnico-jurídica dos estudantes. As publicações e produções registradas dialogam com campos como Direito, Educação, Ciências Humanas, Ética, Direitos Humanos, Psicologia Jurídica, Metodologia Científica, Políticas Públicas, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Processual, Direito do Trabalho, Prática Jurídica, cultura e formação cidadã.



A presença de artigos científicos, livros e produções técnicas demonstra o envolvimento dos docentes com a pesquisa, com a sistematização do conhecimento e com a socialização de resultados acadêmicos e profissionais. As produções culturais, por sua vez, ampliam a compreensão da formação jurídica para além da dimensão estritamente normativa, contribuindo para uma formação sensível às questões sociais, culturais, regionais e humanas.

A produção acadêmica do corpo docente também fortalece as ações institucionais voltadas à pesquisa, à extensão, ao Trabalho de Conclusão de Curso, às práticas interdisciplinares, aos eventos científicos, às atividades complementares e à formação continuada dos estudantes. Dessa forma, os professores contribuem não apenas para a transmissão de conteúdos, mas também para a construção de uma cultura acadêmica investigativa, crítica e comprometida com a realidade social.

Ressalta-se, ainda, que a produção científica, técnica, bibliográfica e cultural dos docentes constitui importante indicador de qualidade do curso, pois demonstra atualização permanente, domínio das áreas de atuação, capacidade de orientação acadêmica e compromisso com a melhoria contínua do processo formativo. Assim, o corpo docente do Curso de Direito apresenta perfil produtivo e qualificado, contribuindo para a consolidação do Projeto Pedagógico do Curso e para a formação de egressos capazes de atuar de forma ética, crítica, técnica e socialmente responsável.

PROFESSORES TITULAÇÃO PUBLICAÇÕES

ALVINAN MAGNO CATÃO LOPES - DOUTOR: 04 artigos e 01 livro.

DENIZE DOS REIS JACINTO CORREA - ESPECIALISTA: 2 Artigos.

EDNA MARIA DE JESUS CARDOSO - DOUTORA: 18 artigos, 03 Organização de livros e 06 Produções Técnicas.

EZENILSON VALERIANO CORREA JUNIOR - ESPECIALISTA: 1 Artigos e 01 Produção Cultural.

FRANCISCO VENÂNCIO DE AMORIM - MESTRE: 03 artigos e 03 Produção Cultural.

CLODOALDO MOREIRA DOS SANTOS JÚNIOR - DOUTOR: 32 artigos.

CLODOALDO VALVERDE - DOUTOR: 29 artigos.

EDILANE NEVES - MESTRA: 15 artigos

ISAQUE ALVES LEITE - ESPECIALISTA: 01 artigo e 01 Produção Cultural.

JOSÉ XAVIER RODOVALHO - DOUTOR: 1 livro e 5 artigos.

LUCAS ROCHA ANDRADE - MESTRE 07 artigos.

MARIA IZABEL DE MELO OLIVEIRA DOS SANTOS - DOUTORA: 5 artigos e 01 livro.



OSVAIR COUTINHO GOMES - MESTRE: 05 artigos.

RICARDO JOSÉ RAMOS DE ARRUDA - MESTRE: 05 artigos e 06 Produção Cultural.

SAMUEL BALDUINO MESTRE: 02 artigos

SONILDA APARECIDA DE FÁTIMA SANTOS - DOUTORA: 4 livros, 17 artigos e 05 Produção Cultural.

THIAGO FELIPE CARDOSO - MESTRE: 5 artigos.

14.2. Plano de Carreira Docente

O Plano de Carreira Docente estabelece as normas que regulamentam a trajetória acadêmica e profissional dos professores no âmbito da Instituição, definindo as atribuições dos integrantes do corpo docente, as classes da carreira, os regimes de trabalho, os critérios de remuneração, os mecanismos de promoção vertical e horizontal, bem como os prêmios, estímulos e incentivos destinados à valorização da atuação docente.

A elaboração do Plano de Carreira Docente contou com a escuta e a participação do corpo docente, considerando sugestões voltadas ao fortalecimento da qualidade acadêmica, ao incentivo à produção científica, à assiduidade, à criatividade, à dedicação institucional e ao desenvolvimento profissional contínuo. Nesse sentido, o Plano constitui importante instrumento de gestão, valorização e reconhecimento do trabalho docente, contribuindo para a permanência, a qualificação e o comprometimento dos professores com o ensino, a pesquisa, a extensão e a melhoria contínua dos cursos.

O referido Plano contempla critérios objetivos para progressão na carreira, observando aspectos relacionados à titulação, desempenho acadêmico, produção científica, participação institucional, compromisso com as atividades pedagógicas e contribuição para o desenvolvimento da Instituição. Dessa forma, favorece a transparência nos processos de promoção e fortalece a política institucional de valorização do corpo docente.

O Plano de Carreira Docente foi aprovado pela Resolução CONSUP nº 007/2019, de 18 de novembro de 2019, constituindo documento normativo que orienta a organização da carreira



docente e reafirma o compromisso institucional com a qualificação, a valorização e o reconhecimento dos seus professores.

14.3. Corpo Técnico Administrativo

O Curso de Direito é apoiado pelo pessoal técnico administrativo já existente na Faculdade Dinâmica, o qual é dimensionado de acordo com as necessidades da Faculdade e de cada Curso em si, respeitadas as particularidades que são inerentes a cada um.

A Faculdade Dinâmica, conta com profissionais administrativos específicos para cada área:

- Bibliotecárias em todos os períodos de funcionamento da Biblioteca;
- Pessoal de apoio da Secretaria Geral, presentes dentro da sala dos professores durante todo o período de aulas;
- Suporte de Informática, atendendo todo o período de atividade acadêmica e também em regime de plantão;
- Pessoal de apoio para as atividades da Coordenação do Curso;
- Pessoal de atendimento na Clínica de Psicologia, Seguranças, Núcleo de Estágio, Núcleo de Pesquisa, Núcleo de Apoio Pedagógico Núcleo de Práticas Jurídicas e na Secretaria.

A exemplo da política de pessoal adotada para o seu Corpo Docente, a Instituição segue princípios semelhantes em relação ao plano de cargos e salários, uma vez que todas as pessoas selecionadas para compor o quadro técnico administrativo passam por avaliação, em caso de aprovação no processo seletivo, são enquadrados dentro de um plano de carreira, que prevê a possibilidade de ascensão funcional, com critérios previamente definidos.

14.4. Discentes

O ingresso de alunos para o Curso de Direito ocorrerá, basicamente, de quatro maneiras: vestibular, nota obtida no ENEM, transferência externa ou ingresso de portadores de diploma. Iniciado o Curso, depois de aprovado no processo de seleção, estando regularmente matriculado, o Discente pode utilizar todas as instalações que a Instituição disponibiliza para realização das atividades acadêmicas, de cultura, lazer e recreação.



15. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Administração Acadêmica do Curso de Direito

A administração acadêmica do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica – FACDIN estrutura-se de forma sistêmica, participativa e integrada à gestão institucional, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, o Regimento Interno, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e os demais atos normativos aplicáveis à educação superior.

A gestão do curso é conduzida pela Coordenação de Curso, em articulação permanente com a Direção Institucional, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, o Colegiado de Curso, a Comissão Própria de Avaliação – CPA, o corpo docente, o corpo discente, o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ e os setores técnico-administrativos da Instituição. Essa organização assegura a coerência entre o planejamento acadêmico, a execução do Projeto Pedagógico do Curso – PPC, os processos avaliativos e as ações de melhoria contínua.

A Coordenação do Curso de Direito exerce liderança acadêmico-pedagógica e administrativa, atuando no planejamento, acompanhamento, supervisão e avaliação das atividades de ensino, extensão, iniciação científica, estágio supervisionado, práticas jurídicas e demais componentes formativos. Sua atuação contempla o acompanhamento da integralização curricular, a orientação aos docentes quanto à elaboração, execução e atualização dos planos de ensino, o monitoramento do desempenho acadêmico dos estudantes, a organização de reuniões pedagógicas, a articulação de práticas interdisciplinares, o acompanhamento dos registros acadêmicos e o cumprimento do calendário institucional.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE constitui instância acadêmica de natureza consultiva, propositiva e de acompanhamento permanente do PPC. Sua atuação é fundamental para assegurar a atualização, a coerência e a efetividade da proposta pedagógica do curso, considerando o perfil do egresso, os objetivos educacionais, a matriz curricular, as metodologias de ensino-aprendizagem, os processos avaliativos, as atividades de extensão, os estágios, as práticas jurídicas, as atividades complementares e as demandas sociais,



A Tecnologia faz a Diferença

profissionais e regionais. O NDE analisa, de forma sistemática, os resultados das avaliações internas e externas, propondo ações corretivas e inovadoras voltadas à qualificação do curso.

O Colegiado de Curso configura-se como órgão de deliberação, acompanhamento e participação democrática na gestão acadêmica. Sua composição contempla representantes da gestão, do corpo docente, do corpo discente e demais segmentos previstos no Regimento Interno da FACDIN. Compete ao Colegiado analisar demandas acadêmicas, acompanhar a execução do PPC, propor melhorias para o funcionamento do curso, deliberar sobre questões didático-pedagógicas e contribuir para a consolidação de uma cultura de gestão participativa, transparente e orientada por resultados.

A administração acadêmica do Curso de Direito fundamenta-se no acompanhamento contínuo dos indicadores acadêmicos, pedagógicos e institucionais, utilizando-os como subsídios para o planejamento e a tomada de decisões. São considerados, nesse processo, os resultados da autoavaliação institucional conduzida pela CPA, os relatórios de avaliação externa, os índices de desempenho discente, a participação dos estudantes nas atividades acadêmicas, os registros de evasão, retenção e aproveitamento, bem como as demandas apresentadas por docentes, discentes, egressos e comunidade externa.

A articulação entre gestão acadêmica e práticas formativas constitui elemento estruturante do curso. Nesse sentido, a Coordenação, o NDE, o Colegiado e o Núcleo de Prática Jurídica atuam de forma integrada para assegurar a indissociabilidade entre teoria e prática, ensino, extensão e iniciação científica. As atividades desenvolvidas no âmbito do NPJ, dos estágios supervisionados, dos projetos integradores, das práticas extensionistas e das ações comunitárias possibilitam ao estudante a vivência de situações reais e simuladas da atuação jurídica, favorecendo o desenvolvimento de competências técnicas, éticas, críticas, humanísticas, argumentativas e sociais.

A FACDIN adota uma concepção de administração acadêmica orientada pela melhoria contínua, pela inovação pedagógica e pela responsabilidade social. Para tanto, promove reuniões sistemáticas de planejamento e avaliação, acompanha a execução dos planos de ensino, incentiva metodologias ativas e interdisciplinares, fortalece a comunicação entre os segmentos acadêmicos e utiliza os resultados avaliativos como instrumentos de aperfeiçoamento da gestão do curso.

A gestão acadêmica também assegura a adequação entre o perfil do corpo docente, a organização curricular e os objetivos do curso, valorizando a titulação, a experiência profissional, a produção acadêmica, a atuação extensionista e a aderência dos professores às unidades curriculares ministradas. Esse acompanhamento contribui para a qualificação



permanente do ensino jurídico e para a formação de profissionais aptos a compreender e intervir, de forma ética e responsável, nas demandas jurídicas, sociais, econômicas, ambientais e culturais da região.

Dessa forma, a administração acadêmica do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica evidencia-se como processo planejado, documentado, participativo, avaliativo e orientado por indicadores, demonstrando plena articulação entre gestão institucional e gestão do curso. Tal organização contribui para a efetividade do PPC, para a qualidade da formação jurídica, para o fortalecimento das práticas acadêmicas e para o compromisso institucional com a formação de bacharéis em Direito críticos, éticos, humanizados, tecnicamente competentes e socialmente comprometidos.

15.1. Coordenação do Curso de Direito

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica – FACDIN constitui instância estratégica de gestão acadêmico-pedagógica, responsável pela condução, acompanhamento, avaliação e aprimoramento contínuo do Projeto Pedagógico do Curso – PPC, em articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Projeto Pedagógico Institucional – PPI, o Regimento Interno, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e demais normativas aplicáveis à educação superior.

A função de coordenador do Curso de Direito é exercida por docente com formação compatível, experiência acadêmica e profissional aderente à área jurídica, capacidade de liderança, domínio da organização didático-pedagógica do curso e atuação comprometida com a qualidade da formação discente. O regime de trabalho da coordenação assegura o atendimento efetivo às demandas do curso, contemplando a gestão acadêmica, o acompanhamento docente, o atendimento aos discentes, a articulação com os setores institucionais e a representatividade nos órgãos colegiados da Instituição.

A atuação da Coordenação está alinhada ao PPC e fundamenta-se em plano de ação documentado, compartilhado e periodicamente avaliado, com definição de objetivos, metas, ações, responsáveis, prazos, estratégias de acompanhamento e indicadores de desempenho. Esse plano orienta a gestão do curso e permite o monitoramento sistemático das atividades



A Tecnologia faz a Diferença

acadêmicas, pedagógicas e administrativas, favorecendo a transparência, a tomada de decisões baseada em evidências e a melhoria contínua dos processos formativos.

Compete à Coordenação do Curso de Direito planejar, acompanhar e avaliar a execução da matriz curricular; orientar os docentes na elaboração, atualização e cumprimento dos planos de ensino; acompanhar os processos de avaliação da aprendizagem; monitorar o desempenho acadêmico dos estudantes; propor ações de enfrentamento à evasão e à retenção; promover reuniões pedagógicas; acompanhar a integralização curricular; articular atividades de ensino, extensão, iniciação científica, estágio supervisionado e práticas jurídicas; e zelar pelo cumprimento do calendário acadêmico e das normas institucionais.

A Coordenação atua de forma integrada com o Núcleo Docente Estruturante – NDE, o Colegiado de Curso, a Comissão Própria de Avaliação – CPA, o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, os docentes, os discentes e os setores técnico-administrativos da FACDIN. Essa articulação possibilita o acompanhamento permanente da execução do PPC, a análise dos resultados das avaliações internas e externas, a identificação de fragilidades e potencialidades e a implementação de ações corretivas, preventivas e inovadoras.

No âmbito da gestão do corpo docente, a Coordenação acompanha a aderência entre a formação, a titulação, a experiência profissional e acadêmica dos professores e as unidades curriculares ministradas, buscando potencializar as competências individuais e coletivas do quadro docente. Esse acompanhamento favorece a integração entre os professores, a interdisciplinaridade, a atualização metodológica, a qualificação das práticas pedagógicas e o fortalecimento da identidade formativa do curso.

A Coordenação também assegura canais permanentes de comunicação e atendimento aos estudantes, promovendo escuta qualificada, orientação acadêmica, acompanhamento da trajetória discente e encaminhamento das demandas aos setores competentes. Esse processo contribui para a permanência estudantil, para a melhoria do desempenho acadêmico e para o fortalecimento do vínculo entre discentes, docentes e gestão do curso.

A gestão da Coordenação é orientada por indicadores acadêmicos e institucionais, tais como desempenho discente, frequência, evasão, retenção, participação em atividades extensionistas, resultados da autoavaliação institucional, cumprimento dos planos de ensino, desenvolvimento das práticas jurídicas, resultados de avaliações externas e demandas apresentadas pela comunidade acadêmica. Tais indicadores subsidiam o planejamento, a revisão de estratégias pedagógicas e a proposição de melhorias no curso.

A Coordenação do Curso de Direito da FACDIN evidencia atuação proativa, documentada, participativa e orientada por resultados, assegurando a integração entre gestão



A Tecnologia faz a Diferença

acadêmica, corpo docente, corpo discente, NDE, Colegiado, CPA e comunidade externa. Dessa forma, contribui para a efetividade do PPC, para a consolidação de práticas pedagógicas inovadoras, para a qualificação permanente do ensino jurídico e para a formação de bacharéis em Direito com sólida base técnico-jurídica, postura ética, visão crítica, compromisso social e capacidade de atuação responsável nas demandas jurídicas, sociais, econômicas, ambientais e culturais da região.

15.2. Colegiado do Curso de Direito

O Colegiado do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica – FACDIN constitui órgão acadêmico de natureza consultiva, deliberativa e de acompanhamento, configurando-se como instância essencial de gestão participativa, planejamento, avaliação e aprimoramento contínuo do curso. Sua atuação está diretamente articulada ao Projeto Pedagógico do Curso – PPC, ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, ao Regimento Interno da Instituição, às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e às demais normativas aplicáveis à educação superior.

Como unidade acadêmica mínima da estrutura organizacional, o Colegiado tem por finalidade acompanhar a implementação do PPC, avaliar a efetividade da organização didático-pedagógica, propor melhorias nas matrizes curriculares, discutir demandas acadêmicas, planejar ações formativas, analisar indicadores de desempenho e contribuir para a consolidação da qualidade do curso. Sua atuação fortalece a integração entre coordenação, docentes, discentes e gestão institucional, assegurando maior representatividade, transparência e corresponsabilidade nas decisões acadêmicas.

O Colegiado do Curso de Direito é composto por:

- I – Coordenador do Curso, como presidente nato;
- II – Cinco representantes do corpo docente, eleitos por seus pares, para mandato de um ano, permitida a recondução;
- III – Dois representantes discentes, eleitos por seus pares, para mandato de um ano, permitida a recondução;
- IV – Assessores ad hoc, designados pelo Coordenador do Curso, quando a natureza da matéria exigir contribuição técnica, pedagógica, administrativa ou jurídica específica.

A composição do Colegiado assegura a participação efetiva dos segmentos acadêmicos na análise e deliberação de questões relacionadas ao funcionamento do curso, favorecendo a



escuta institucional, o diálogo permanente e a construção coletiva de soluções para as demandas acadêmicas e pedagógicas.

Compete ao Colegiado do Curso de Direito acompanhar a execução do PPC; analisar propostas de atualização curricular; discutir e propor estratégias de melhoria do processo de ensino-aprendizagem; acompanhar os resultados das avaliações internas e externas; avaliar demandas apresentadas por docentes e discentes; propor ações de combate à evasão e à retenção; acompanhar a oferta de componentes curriculares; contribuir para a organização das atividades de ensino, extensão, iniciação científica, estágio supervisionado e práticas jurídicas; e subsidiar a Coordenação do Curso na tomada de decisões acadêmico-administrativas.

As reuniões do Colegiado ocorrem de forma ordinária, conforme calendário acadêmico e planejamento do curso, e, extraordinariamente, sempre que convocadas pela Coordenação ou diante de demandas relevantes. As discussões e deliberações são registradas em atas, garantindo documentação, transparência, memória institucional e acompanhamento das decisões tomadas.

A atuação do Colegiado é pautada na análise sistemática de indicadores acadêmicos e institucionais, tais como desempenho discente, frequência, evasão, retenção, integralização curricular, resultados da autoavaliação institucional, relatórios da Comissão Própria de Avaliação – CPA, demandas do corpo docente e discente, resultados de avaliações externas e necessidades formativas identificadas no contexto regional.

Em articulação com a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, a CPA, o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ e demais setores institucionais, o Colegiado contribui para a efetividade do PPC, para o fortalecimento da gestão acadêmica, para a qualificação das práticas pedagógicas e para a consolidação de uma cultura de avaliação, planejamento e melhoria contínua.

Dessa forma, o Colegiado do Curso de Direito da FACDIN evidencia-se como instância acadêmica participativa, representativa, documentada e orientada por resultados, contribuindo de modo efetivo para a qualidade da formação jurídica, para a integração entre teoria e prática e para a formação de bacharéis em Direito críticos, éticos, humanizados, tecnicamente competentes e socialmente comprometidos com as demandas da região.

15.3. Secretaria Acadêmica

A Secretaria Acadêmica da Faculdade Dinâmica – FACDIN constitui setor estratégico de apoio à gestão acadêmica e administrativa da Instituição, responsável por centralizar, organizar, registrar, acompanhar e disponibilizar informações referentes à vida acadêmica dos



estudantes, assegurando regularidade, eficiência, transparência e segurança aos processos institucionais.

Implantada nos primeiros anos de funcionamento da Instituição, a Secretaria Acadêmica tem como objetivo centralizar os atendimentos aos discentes, docentes, egressos e à comunidade interessada, proporcionando maior celeridade, padronização e efetividade aos fluxos acadêmicos e administrativos. Sua atuação contribui diretamente para a qualidade da gestão institucional e para o adequado funcionamento dos cursos ofertados pela FACDIN.

O atendimento é realizado de forma personalizada por colaboradores devidamente capacitados, em espaço amplo, confortável, climatizado e informatizado, garantindo acolhimento, orientação e resolutividade às demandas apresentadas pela comunidade acadêmica. A Secretaria Acadêmica configura-se como ponto de referência do estudante em suas relações com a Instituição, abrangendo processos relativos à sua trajetória acadêmica, registros institucionais, procedimentos administrativos e obrigações financeiras.

A FACDIN utiliza a plataforma de gestão acadêmica **Unicollege**, disponível em **unicollege.com.br**, como sistema informatizado de apoio à organização, controle e acompanhamento dos processos acadêmicos. A plataforma possibilita maior integração entre os setores institucionais, favorecendo o registro, a consulta, o acompanhamento e a atualização de informações acadêmicas, tais como matrículas, frequência, notas, avaliações, planos de ensino, situação acadêmica dos estudantes, requerimentos e demais procedimentos vinculados à vida acadêmica.

Entre os serviços prestados pela Secretaria Acadêmica, destacam-se: realização de matrículas e rematrículas; emissão de contratos; abertura, tramitação e acompanhamento de processos acadêmicos e administrativos; recebimento e encaminhamento de requerimentos em geral; emissão de declarações, atestados e documentos acadêmicos; atualização cadastral; disponibilização de informações sobre notas, avaliações, frequência e integralização curricular; inscrições em cursos e atividades acadêmicas; além de orientações relativas a acordos, negociações e regularização de mensalidades, em articulação com o setor financeiro.

A Secretaria Acadêmica atua em conformidade com o Regimento Interno, o Calendário Acadêmico, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, os Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs e demais normas institucionais e legais aplicáveis à educação superior. Seus procedimentos são organizados de modo a assegurar a fidedignidade dos registros acadêmicos,



a guarda documental, a acessibilidade das informações, o cumprimento dos prazos institucionais e a proteção dos dados dos estudantes.

O setor mantém articulação permanente com a Direção Institucional, Coordenações de Curso, docentes, setor financeiro, biblioteca, Núcleos de Prática, Comissão Própria de Avaliação – CPA e demais instâncias acadêmico-administrativas, contribuindo para a fluidez da comunicação institucional e para a efetividade dos processos de gestão. Essa integração favorece o acompanhamento da trajetória acadêmica discente e subsidia a tomada de decisões por parte da gestão institucional e das coordenações de curso.

Dessa forma, a Secretaria Acadêmica da FACDIN evidencia-se como espaço de gestão, atendimento, registro e orientação acadêmica, pautado pela eficiência, transparência, acolhimento, informatização dos processos e melhoria contínua dos serviços prestados. Sua atuação fortalece a organização institucional, qualifica o atendimento à comunidade acadêmica e contribui para a consolidação de uma gestão acadêmica eficiente, integrada e orientada à qualidade da formação dos estudantes.

15.4. Núcleo de estágio e de atividades complementares

O Núcleo de Estágio e de Atividades Complementares proporciona a integração da Faculdade com a comunidade, assegurando que o relacionamento Escola-Empresa contribua efetivamente para a prática profissional e melhor capacitação do aluno.

Especificamente para o Curso de Direito, a Faculdade Dinâmica buscou parcerias que proporcionarão campos de estágio para os acadêmicos, sendo:

- Fórum do município de Santa Terezinha e de Crixás
- Fórum da Comarca de Crixás
- Prefeitura Municipal
- Escritórios de Advocacia
- Empresas locais e regionais

Outra parceria importante para o curso, acadêmicos e toda a região foi o convênio com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania — CEJUSC, fortalecendo a articulação entre a formação acadêmica, a prática jurídica supervisionada, a extensão universitária e o compromisso social da Instituição.

A parceria com o CEJUSC representa importante avanço para a formação dos acadêmicos do Curso de Direito, uma vez que possibilita a aproximação dos estudantes com práticas reais e orientadas de mediação, conciliação, negociação e solução adequada de conflitos. Essa vivência contribui para o desenvolvimento de competências essenciais à atuação



jurídica contemporânea, especialmente a escuta qualificada, a argumentação, a ética profissional, a comunicação, o respeito às partes envolvidas e a busca por soluções pacíficas e socialmente responsáveis.

Por meio do convênio, os estudantes poderão participar de atividades formativas, observações, oficinas, projetos, ações educativas e práticas supervisionadas relacionadas à cultura da paz, à cidadania, ao acesso à justiça e aos métodos consensuais de solução de conflitos, sempre sob orientação docente e em consonância com as normas institucionais e legais aplicáveis.

A atuação integrada entre FACDIN e CEJUSC também amplia o compromisso social do curso, ao contribuir para o atendimento das demandas da comunidade de Santa Terezinha de Goiás e região. Dessa forma, o Curso de Direito fortalece sua inserção regional, promovendo a educação em direitos, a pacificação social, a prevenção de conflitos e a valorização de práticas jurídicas humanizadas.

Esse convênio dialoga diretamente com o perfil do egresso proposto pelo PPC, ao favorecer a formação de bacharéis em Direito críticos, éticos, humanistas e preparados para atuar tanto no âmbito judicial quanto extrajudicial. Além disso, contribui para a consolidação do Núcleo de Prática Jurídica — NPJ, das atividades extensionistas e da formação prático-profissional dos estudantes.

Assim, a parceria com o CEJUSC reafirma o compromisso da Faculdade Dinâmica com uma educação jurídica de qualidade, socialmente referenciada, voltada à cidadania, ao acesso à justiça e à construção de uma cultura de diálogo, cooperação e paz social.

15.5. Formas de ingresso

O ingresso de alunos para o Curso é feito, basicamente, de quatro maneiras: vestibular, transferência externa, ingresso de portadores de diploma e alunos provenientes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Iniciado o Curso, estando regularmente matriculado, o Discente pode utilizar todas as instalações que a Instituição disponibiliza para a realização das atividades acadêmicas de cultura, lazer e recreação, bem como usufruir dos serviços de apoio pedagógico, psicológico e de apoio à carreira profissional.



15.6. Apoio Psicopedagógico

A Faculdade possui uma Assessoria Psicopedagógica que visa atender aos docentes e discentes, contribuindo para assegurar o adequado desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino de graduação e pós-graduação.

A Assessoria é composta por uma pedagoga e por uma psicóloga, que trabalham de forma integrada às coordenações de curso, buscando mediar e solucionar, junto ao corpo docente e discente, eventuais situações que necessitem de atendimento. A Assessoria Psicopedagógica tem como objetivos:

- Atender discentes que apresentem dificuldades de aprendizagem e/ou tenham necessidades educacionais especiais.
- Oferecer suporte necessário a docentes e discentes, para um melhor aproveitamento no processo ensino-aprendizagem;
- Acompanhar o desempenho acadêmico, a evasão escolar, índices de aproveitamento e de frequência às aulas e demais atividades dos acadêmicos.

A Assessoria Psicopedagógica realiza:

- Prestação de atendimentos especializados aos discentes quanto a aspectos cognitivos, afetivos, funcionais e sociais manifestados;
- Prestação de atendimentos especializados aos docentes quanto a aspectos didático pedagógicos e de apoio às atividades curriculares e extracurriculares;
- Sensibilização dos discentes para que adotem postura participativa e solidária, respeitando a diversidade inerente à comunidade acadêmica;
- Planejamento e implementação de eventos e atividades que promovam o aprimoramento das relações acadêmicas, tais como palestras motivacionais, atendimentos de orientação vocacional, treinamentos pedagógicos, dinâmicas de grupo, e assim por diante;
- Cursos de nivelamento nas áreas de Português e de Matemática, com o objetivo de manter o acadêmico no ensino superior, sem traumas, sem medo de participar e tirar suas dúvidas.

15.7. Programa de Preparação para o ENADE e para o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

A Faculdade Dinâmica – FACDIN reconhece a relevância dos processos avaliativos externos como instrumentos de diagnóstico, acompanhamento e aprimoramento da qualidade da formação acadêmica. Nesse sentido, o Curso de Direito desenvolve, de forma sistemática e planejada, o Programa de Preparação para o ENADE e para o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, com o objetivo de fortalecer o desempenho discente, consolidar competências



e habilidades previstas no Projeto Pedagógico do Curso – PPC e ampliar a compreensão dos estudantes sobre a importância desses exames para sua trajetória acadêmica e profissional.

O Programa constitui ação permanente de apoio pedagógico e acadêmico, articulada à Coordenação do Curso, ao Núcleo Docente Estruturante – NDE, ao Colegiado de Curso, ao corpo docente e aos setores institucionais de acompanhamento discente. Sua finalidade é promover a sensibilização dos estudantes quanto à importância do ENADE, como componente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, e do Exame da OAB, como etapa relevante para o exercício profissional da advocacia.

As ações desenvolvidas contemplam campanhas informativas, reuniões de orientação, seminários temáticos, oficinas de resolução de questões, simulados periódicos, revisão de conteúdos fundamentais, análise de desempenho dos estudantes, atividades interdisciplinares e treinamentos específicos voltados às competências avaliadas nos exames. Tais atividades são organizadas a partir de cronograma próprio, elaborado pela Coordenação do Curso em articulação com os docentes e amplamente divulgado à comunidade acadêmica.

No âmbito do ENADE, o Programa busca desenvolver a compreensão dos estudantes sobre a estrutura da avaliação, seus objetivos, sua importância institucional e sua relação com a qualidade do curso. Para isso, são promovidas ações de orientação sobre formação geral, conhecimentos específicos, leitura crítica, interpretação de situações-problema, análise de dados, argumentação, escrita acadêmica e aplicação dos conhecimentos jurídicos em contextos sociais, econômicos, culturais, políticos e ambientais.

No que se refere ao Exame da OAB, o Curso de Direito desenvolve atividades direcionadas à revisão dos principais conteúdos jurídicos exigidos, ao desenvolvimento do raciocínio jurídico, à interpretação de enunciados, à resolução de questões objetivas e discursivas, à elaboração de peças prático-profissionais e ao fortalecimento da postura ética e técnica necessária ao futuro bacharel em Direito. As atividades consideram as diferentes áreas da formação jurídica, garantindo abordagem interdisciplinar e progressiva ao longo do percurso formativo.

O acompanhamento do desempenho discente nos simulados e demais atividades permite à Coordenação do Curso, ao NDE e ao corpo docente identificar fragilidades, potencialidades e necessidades específicas de intervenção pedagógica. A partir desses resultados, são planejadas ações de reforço, nivelamento, revisão de conteúdos, oficinas de aprendizagem e



estratégias metodológicas voltadas à melhoria do desempenho acadêmico e à consolidação das competências previstas no perfil do egresso.

O Programa de Preparação para o ENADE e para o Exame da OAB também contribui para o fortalecimento da cultura avaliativa no Curso de Direito, uma vez que utiliza os resultados das avaliações internas, dos simulados, das atividades diagnósticas e dos indicadores acadêmicos como subsídios para a tomada de decisões. Dessa forma, a preparação não se limita a ações pontuais, mas integra o processo contínuo de acompanhamento da aprendizagem, revisão curricular, qualificação das práticas docentes e aprimoramento do PPC.

As atividades são desenvolvidas de forma articulada com os componentes curriculares, com as práticas jurídicas, com o estágio supervisionado, com as atividades de extensão e com os projetos interdisciplinares, assegurando coerência entre teoria e prática e favorecendo uma formação jurídica sólida, crítica, ética e socialmente comprometida.

Dessa forma, o Programa de Preparação para o ENADE e para o Exame da OAB da FACDIN evidencia o compromisso institucional com a qualidade da formação jurídica, com o acompanhamento sistemático da aprendizagem, com a melhoria contínua dos indicadores acadêmicos e com a formação de bacharéis em Direito tecnicamente competentes, éticos, críticos e preparados para os desafios da vida profissional e da atuação cidadã.

15.8. Organização estudantil

A Faculdade Dinâmica – FACDIN reconhece a organização estudantil como dimensão fundamental da gestão acadêmica participativa, democrática e transparente, assegurando aos discentes espaços institucionais de escuta, representação, diálogo e participação nos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas.

Todas as turmas dos cursos da Faculdade contam com representação discente, escolhida por seus pares, com a finalidade de atuar como elo entre os estudantes, a Coordenação de Curso, a Direção Institucional e demais setores acadêmico-administrativos. O representante de turma integra o Conselho Discente e assume a responsabilidade de sistematizar, encaminhar e acompanhar as demandas coletivas de sua turma, contribuindo para a melhoria contínua dos processos formativos e institucionais.

O Conselho Discente constitui espaço formal de participação dos estudantes, voltado à escuta qualificada, ao levantamento de demandas, à proposição de melhorias e ao fortalecimento do protagonismo estudantil. Sua atuação favorece a comunicação institucional, a corresponsabilidade acadêmica e a construção coletiva de soluções para questões relacionadas



A Tecnologia faz a Diferença

ao ensino, à aprendizagem, à infraestrutura, ao atendimento, à convivência acadêmica e à organização das atividades formativas.

No mínimo duas vezes por semestre letivo, a Direção da FACDIN convoca reuniões formais com os representantes discentes, com a participação das Coordenações de Curso e, quando necessário, de setores institucionais específicos. Para essas reuniões, os representantes devem realizar levantamento prévio junto às suas turmas, identificando sugestões, dificuldades, necessidades e potencialidades, apresentando relatório ou síntese das principais questões discutidas pelos estudantes.

Após a análise das demandas apresentadas, a Coordenação de Curso reúne-se com as turmas, sempre que necessário, para discutir possíveis encaminhamentos, esclarecer procedimentos institucionais, apresentar providências já adotadas e pactuar estratégias de acompanhamento. Esse fluxo assegura devolutiva aos estudantes, transparência nas decisões e fortalecimento da confiança entre corpo discente e gestão acadêmica.

A participação efetiva dos discentes nas decisões acadêmicas também se concretiza por meio da representação estudantil nos órgãos colegiados da Instituição, especialmente no Colegiado de Curso, nos conselhos institucionais e em outras instâncias previstas no Regimento Interno. Essa participação permite que os estudantes contribuam diretamente para discussões relacionadas ao Projeto Pedagógico do Curso – PPC, à organização curricular, às atividades acadêmicas, às práticas extensionistas, aos processos avaliativos e às estratégias de melhoria da qualidade do ensino.

A organização estudantil articula-se, ainda, aos processos de autoavaliação institucional conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, possibilitando que as percepções, avaliações e sugestões dos discentes sejam consideradas no planejamento institucional e na tomada de decisões. Dessa forma, as demandas estudantis não se restringem ao registro pontual, mas passam a compor um processo sistemático de diagnóstico, acompanhamento e aprimoramento institucional.

Nesse sentido, a FACDIN valoriza o protagonismo discente, a escuta ativa e a participação coletiva como princípios essenciais da formação cidadã, ética, crítica e democrática. A organização estudantil contribui para o fortalecimento da cultura de participação, para a melhoria dos serviços acadêmicos e administrativos e para a consolidação de uma gestão comprometida com a qualidade da formação, a permanência estudantil e o desenvolvimento integral dos acadêmicos.



15.9. Centro Acadêmico

O Centro Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica – FACDIN constitui entidade representativa dos estudantes, vinculada diretamente às demandas, interesses e expectativas do corpo discente. Sua atuação fortalece a participação estudantil, o diálogo institucional e o protagonismo acadêmico, contribuindo para a construção de uma gestão democrática, participativa e comprometida com a qualidade da formação.

Como instância de representação discente, o Centro Acadêmico tem a finalidade de organizar, sistematizar e encaminhar as demandas dos estudantes à Coordenação do Curso, ao Colegiado de Curso, à Direção Institucional e aos demais setores competentes. Além disso, pode propor ações acadêmicas, culturais, científicas, extensionistas e de integração, favorecendo o desenvolvimento da vida universitária e o fortalecimento da identidade do curso.

O Centro Acadêmico também poderá apresentar sugestões, propostas de melhoria e contribuições para o aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico do Curso – PPC, especialmente no que se refere às necessidades formativas, às práticas pedagógicas, às atividades complementares, às ações extensionistas, à organização acadêmica e às expectativas dos estudantes em relação ao processo de formação jurídica.

A participação do Centro Acadêmico nas discussões institucionais contribui para ampliar a escuta discente, fortalecer a corresponsabilidade dos estudantes na vida acadêmica e subsidiar a tomada de decisões pela Coordenação, pelo NDE e pelo Colegiado de Curso. Dessa forma, sua atuação favorece a consolidação de uma cultura institucional pautada pelo diálogo, pela transparência, pela participação coletiva e pela melhoria contínua do curso.

Assim, o Centro Acadêmico configura-se como importante espaço de exercício da cidadania, da liderança estudantil, da representação democrática e da formação política, ética e social dos acadêmicos, em consonância com os princípios institucionais da FACDIN e com o compromisso do Curso de Direito com uma formação crítica, humanizada e socialmente comprometida.

15.10. Ouvidoria

A Ouvidoria da Faculdade Dinâmica – FACDIN constitui canal institucional de comunicação, escuta, mediação e acompanhamento das manifestações da comunidade acadêmica e da sociedade em geral. Trata-se de órgão de ampla capilaridade na Instituição, por possibilitar o registro, o acolhimento e o encaminhamento de reivindicações, sugestões,



A Tecnologia faz a Diferença

denúncias, elogios, solicitações e demais manifestações relacionadas aos serviços acadêmicos, administrativos e institucionais.

A Ouvidoria atua como espaço de interlocução entre a Instituição, os estudantes, professores, colaboradores, egressos e comunidade externa, contribuindo para o fortalecimento da transparência, da participação social, da melhoria contínua e da qualidade dos processos institucionais. Seu funcionamento assegura que as demandas apresentadas sejam devidamente registradas, analisadas e encaminhadas aos setores competentes, respeitando-se os princípios da ética, da confidencialidade, da imparcialidade, da responsabilidade e da celeridade no tratamento das informações.

As manifestações recebidas pela Ouvidoria constituem importante fonte de diagnóstico institucional, pois permitem identificar fragilidades, potencialidades, demandas recorrentes e oportunidades de aprimoramento nos processos acadêmicos e administrativos. Tais registros são objeto de análise pelos órgãos de gestão, controle e avaliação da FACDIN, subsidiando a tomada de decisões, o planejamento de ações corretivas e preventivas e o aperfeiçoamento dos serviços prestados.

No âmbito do Curso de Direito, os dados e relatórios oriundos da Ouvidoria podem subsidiar a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, o Colegiado de Curso e a Comissão Própria de Avaliação – CPA na análise da efetividade do Projeto Pedagógico do Curso – PPC, na identificação de necessidades acadêmicas e na proposição de intervenções voltadas à melhoria do processo de ensino-aprendizagem, da infraestrutura, do atendimento discente e da organização didático-pedagógica.

A Ouvidoria, portanto, não se limita ao recebimento de manifestações, mas integra o sistema de avaliação, acompanhamento e gestão da qualidade institucional. Suas informações contribuem para a revisão de práticas, a correção de eventuais fragilidades, o fortalecimento da comunicação institucional e a consolidação de uma cultura de escuta, responsabilidade, transparência e melhoria contínua.

Dessa forma, a Ouvidoria da FACDIN configura-se como instrumento estratégico de gestão democrática e participativa, contribuindo para o aprimoramento do Curso de Direito, para a efetividade do PPC e para o fortalecimento do compromisso institucional com a qualidade acadêmica, o respeito à comunidade acadêmica e a responsabilidade social.



16. ESTRUTURA FÍSICA

A Faculdade Dinâmica possui salas para as Diretorias, salas de reuniões, Secretaria Geral, Almoxarifado, Instalações Sanitárias, Salas de coordenações de cursos de graduação, salas de aula, laboratórios de informática, laboratórios específicos dos cursos de graduação, Salas de Professores, Biblioteca, lanchonete, uma fotocopadora, sala da CPA, Núcleo de Apoio Pedagógico, Núcleo de Estágio, Núcleo de Práticas Jurídicas, Sala de Mediação de Conflitos, Suporte Laboratórios, estacionamento com mais de 200 vagas, dentre outras.

A Instituição possui salas de aula climatizadas com ar condicionado, laboratório de atendimento psicológico, laboratório de Enfermagem, Laboratório das Engenharias e Laboratório de Informática

As salas de aula apresentam dimensões compatíveis com a capacidade instalada de alunos, isolamento adequado de ruídos externos e boa acústica interna, mobiliário adequado e suficiente, e passam por rigorosa limpeza diária.

A FACDIN também tem uma constante preocupação com as pessoas com deficiências, por isso criou o Núcleo de Acessibilidade.

16.1. Núcleo de Acessibilidade

Entendendo acessibilidade como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015) é que a IES pensa suas ações. As intervenções consideram os tipos de acessibilidade descritos por Sassaki (2002), sendo desenvolvidas da seguinte forma:

Acessibilidade arquitetônica: ações para eliminação das barreiras ambientais físicas nos espaços e equipamentos. A IES rampas de acesso na entrada e elevador para os andares, piso tátil, placas de identificação táteis, banheiro e bebedouro adaptados.

Acessibilidade comunicacional: ações para eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braille, uso do computador portátil), virtual (acessibilidade digital), sempre que solicitados. A IES tem em seu quadro de colaboradores, uma intérprete de libras.



Acessibilidade metodológica: ações para eliminação de barreiras nos métodos e técnicas de estudo. A Comunidade Acadêmica, em especial, os professores concebem o conhecimento, a avaliação e a inclusão educacional; promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e a utilização de recursos a fim de viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência.

Para o acompanhamento dessas demandas, está disponível a todos os discentes a Assessoria Psicopedagógica, com profissionais preparados para atender e acompanhar as atividades pedagógicas.

Acessibilidade instrumental: ações para eliminação de barreiras nos instrumentos: utensílios e ferramentas de estudo (escolar)

Acessibilidade programática: ações para eliminação de barreiras invisíveis embutidas em normas e regulamentos. A IES promove a sensibilização de todos os envolvidos, no processo para as políticas de regulação e o acesso facilitado às informações sobre os direitos e deveres dos estudantes.

Acessibilidade atitudinal: ações para trabalhar preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, nas pessoas em geral. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

Para promover a inclusão dos portadores de necessidades especiais a Faculdade, adota as seguintes medidas:

- Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo;
- Rampa demarcada com corrimão e elevador, que visam facilitar o acesso de modo seguro e confortável;
- Reservas de vagas no estacionamento;
- Instalação de bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas;
- Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;
- Colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros.

Considerando que é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantindo a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior. Tal direito será assegurado nas políticas de educação, sem



discriminação e com base na igualdade de oportunidades, de acordo com os preceitos da Convenção PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO da FACDIN sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Caso seja comprovada a necessidade de apoio às atividades de comunicação, interação social, locomoção, alimentação e cuidados pessoais, esta IES, quando uma pessoa com transtorno do espectro autista ou com outra deficiência estiver matriculada em quaisquer de seus cursos, disponibilizará acompanhante especializado no contexto escolar, nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei no 12.764, de 2012.

16.2. Instalações para os Docentes

Os professores possuem uma sala com computadores para acesso à Internet, preparação de aulas, elaboração de provas, lançamento de notas e frequências no sistema on-line e colaboradores para suporte e também sala de atendimento para o professor de tempo integral.

A Faculdade Dinâmica dispõe de infraestrutura física adequada, funcional e compatível com as atividades acadêmicas desenvolvidas pelos docentes, assegurando condições plenas de trabalho, pesquisa, atendimento discente e permanência institucional, especialmente para professores em regime de tempo integral.

Adequação à Política de Dedicação Integral

A infraestrutura oferecida é compatível com a política institucional de valorização da dedicação integral, garantindo permanência docente no campus para:

- Atividades de ensino;
- Atendimento discente;
- Desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão;
- Participação em colegiados e reuniões acadêmicas;
- Formação continuada.

A existência de gabinetes estruturados e ambiente de trabalho adequado fortalece a governança acadêmica, a qualidade pedagógica e o compromisso institucional com a excelência do curso.

Gabinetes para Docentes em Regime de Tempo Integral

Os docentes em regime de dedicação integral dispõem de gabinetes específicos, destinados ao desenvolvimento de atividades acadêmicas, administrativas e de orientação.

Os gabinetes apresentam:

- Espaço individualizado ou compartilhado em conformidade com a carga horária docente;
- Mobiliário ergonômico (mesa, cadeira anatômica, armários);
- Computador institucional com acesso à internet de alta velocidade;



- Telefone institucional;
- Espaço reservado para atendimento individualizado de estudantes, garantindo privacidade;
- Ambiente climatizado;
- Iluminação adequada;
- Recursos para organização e arquivamento de documentos;
- Condições de acessibilidade conforme normas técnicas vigentes (incluindo circulação adequada e acesso adaptado).

O ambiente assegura condições apropriadas para:

- Orientação de TCC;
- Atendimento extraclasse;
- Desenvolvimento de projetos de pesquisa;
- Produção científica;
- Planejamento pedagógico;
- Participação em atividades administrativas e acadêmicas

16.3. Espaço de trabalho para o coordenador

A Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica dispõe de sala exclusiva, com área aproximada de 15 m², destinada ao desenvolvimento das atividades de gestão acadêmica, atendimento discente, reuniões pedagógicas e articulação institucional.

O espaço foi planejado para garantir funcionalidade, privacidade, acessibilidade e condições adequadas de permanência prolongada, compatíveis com as atribuições do coordenador de curso.

A sala apresenta:

- Ambiente climatizado;
- Iluminação natural e artificial adequada;
- Ventilação apropriada;
- Condições ergonômicas de mobiliário (mesa de trabalho, cadeira anatômica e assentos para atendimento);
- Espaço reservado para atendimento individualizado e reuniões de pequeno porte;
- Organização que assegura privacidade nas orientações acadêmicas e atendimentos administrativos.

O espaço conta com:



- Computador institucional com acesso à internet de alta velocidade;
- Acesso à rede sem fio institucional;
- Sistema acadêmico on-line para gestão de dados (notas, frequência, relatórios);
- Telefone institucional;
- Impressão por meio de rede interna;
- Equipamentos e acessórios necessários à gestão pedagógica.

Esses recursos asseguram eficiência na comunicação institucional, acompanhamento acadêmico e tomada de decisões.

A sala dispõe de armário para guarda de documentos acadêmicos, garantindo organização e confidencialidade das informações. O ambiente possui controle de acesso institucional e integra a política de manutenção periódica da infraestrutura física.

16.4. Apoio Técnico-Administrativo

A Coordenação conta com apoio técnico-administrativo permanente, assegurando suporte às demandas acadêmicas, organização de documentos, atendimento discente e encaminhamentos institucionais.

Essa estrutura possibilita:

- Monitoramento de indicadores acadêmicos;
- Gestão do PPC;

O ambiente permite a realização de reuniões com docentes, atendimento a estudantes e análise de documentos institucionais com conforto e segurança.

- Atendimento a docentes e discentes;
- Organização de colegiados e NDE;
- Acompanhamento de estágios e TCC;
- Articulação com CPA e demais setores institucionais

Enfim cabe ressaltar que as instalações atendem às normas de acessibilidade vigentes, garantindo circulação adequada e acesso seguro ao espaço.

16.5. Sala de professores

A instituição mantém sala exclusiva para uso dos docentes, equipada com:

- Computadores com acesso à internet de alta velocidade;
- Sistema acadêmico on-line para lançamento de notas e frequências;
- Impressora institucional compartilhada;
- Recursos tecnológicos para preparação de aulas e avaliações;



- Mesa de trabalho coletiva;
- Armários individuais para guarda de pertences e materiais;
- Rede Wi-Fi institucional segura;
- Ambiente climatizado;
- Iluminação natural e artificial adequada;
- Condições ergonômicas compatíveis com as normas vigentes.

O espaço favorece a interação acadêmica, o planejamento coletivo e a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Condições de Acessibilidade e Segurança

As instalações destinadas aos docentes atendem às normas de acessibilidade arquitetônica, possibilitando circulação segura e autônoma. O ambiente conta com:

- Controle de acesso institucional;
- Monitoramento e segurança;
- Manutenção preventiva periódica;
- Serviço regular de limpeza e conservação

A Faculdade Dinâmica (FACDIN) dispõe atualmente de 13 salas de aula, adequadamente dimensionadas e estruturadas para atender às demandas pedagógicas dos cursos ofertados, garantindo condições plenas de conforto, acessibilidade, tecnologia e funcionalidade.

As salas de aula apresentam:

- Espaço físico compatível com o número de estudantes matriculados;
- Layout que favorece diferentes metodologias ativas de ensino;
- Mobiliário ergonômico e em bom estado de conservação;
- Mesa e cadeira para docente;
- Quadro branco;
- Iluminação natural e artificial adequada;
- Ventilação apropriada;
- Ambiente climatizado;
- Condições acústicas satisfatórias.

A disposição do mobiliário permite organização em diferentes formatos (tradicional, em grupos, em círculo), favorecendo dinâmicas participativas e atividades colaborativas.

As salas são equipadas com:

- Computador ou ponto de conexão para notebook;



- Projetor multimídia;
- Acesso à internet sem fio institucional;
- Recursos audiovisuais para apoio às aulas;
- Tomadas adequadas e distribuídas no ambiente.

Esses recursos possibilitam a utilização de metodologias inovadoras, ambientes virtuais de aprendizagem e estratégias pedagógicas digitais.

- As instalações atendem às normas de acessibilidade vigentes, assegurando:
- Circulação adequada;
- Acesso facilitado para pessoas com mobilidade reduzida;
- Portas com largura compatível;
- Espaço reservado para estudantes com necessidades específicas.

A instituição mantém política de manutenção preventiva e corretiva periódica, garantindo:

- Conservação do mobiliário;
- Funcionamento adequado dos equipamentos;
- Limpeza regular dos ambientes;
- Segurança estrutural.

As salas de aula estão alinhadas ao Projeto Pedagógico do Curso, permitindo:

- Desenvolvimento de atividades expositivas;
- Realização de trabalhos em grupo;
- Apresentações acadêmicas;
- Práticas interativas;
- Avaliações presenciais.

A quantidade de salas disponíveis assegura organização eficiente dos horários e adequada distribuição das turmas, evitando superlotação e garantindo qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

16.6. Acesso dos alunos aos equipamentos de informática

A Faculdade Dinâmica (FACDIN) dispõe de Laboratório de Informática estruturado e adequado às demandas acadêmicas dos cursos ofertados, garantindo suporte às atividades de ensino, pesquisa, extensão e produção científica.

O laboratório conta atualmente com 20 computadores, devidamente instalados e em pleno funcionamento, permitindo atendimento simultâneo aos estudantes conforme a organização das turmas e planejamento pedagógico.



O ambiente apresenta:

- Espaço físico compatível com o número de equipamentos;
- Layout organizado que favorece circulação adequada;
- Mobiliário ergonômico;
- Iluminação natural e artificial adequada;
- Ambiente climatizado;
- Condições acústicas apropriadas;
- Ventilação adequada;
- Acessibilidade conforme normas vigentes.

A disposição dos equipamentos assegura conforto, segurança e funcionalidade durante as atividades acadêmicas.

O laboratório é equipado com:

- 20 computadores com configurações compatíveis às necessidades acadêmicas;
- Acesso à internet de alta velocidade;
- Rede institucional segura;
- Softwares básicos e específicos conforme as demandas dos cursos;
- Pacote Office ou equivalente;
- Navegadores atualizados;
- Programas para produção acadêmica e pesquisa;
- Recursos multimídia.

A instituição mantém política de atualização tecnológica e manutenção periódica dos equipamentos, garantindo desempenho adequado às atividades pedagógicas.

O laboratório é utilizado com finalidade Pedagógica para:

- Aulas práticas;
- Pesquisas acadêmicas;
- Desenvolvimento de TCC;
- Produção de trabalhos científicos;
- Atividades de extensão;
- Capacitações e oficinas;
- Uso orientado por docentes.

O acesso é organizado por agendamento institucional, assegurando planejamento e uso adequado do espaço.

O Laboratório de Informática sustenta o desenvolvimento de competências digitais, investigação científica, uso de metodologias ativas e integração com ambientes virtuais de



aprendizagem, estando alinhado ao Projeto Pedagógico do Curso e às demandas contemporâneas da formação superior

A Instituição dispõe de infraestrutura tecnológica de apoio às atividades acadêmicas e administrativas, tais como laboratórios de informática de uso comum, equipamentos de informática (*hardware*) e programas (*software*); sistemas *online* de controle acadêmico e de gestão administrativa e financeira.

A Faculdade dispõe de um total de 35 computadores distribuídos entre laboratórios, bibliotecas e administração, sendo que em cada laboratório existe, além dos computadores para os alunos, um computador para o professor.

A manutenção dos computadores é feita na própria Instituição, uma vez que dispomos dos equipamentos necessários. Os terminais são atualizados conforme exigências dos softwares e num prazo máximo de três anos.

Além disso, os equipamentos adquiridos apresentam um ano de garantia, sendo sua manutenção realizada pelo fabricante e a manutenção preventiva executada pelo responsável pela área de Informática.

16.7. Espaço de Trabalho para Professor em Regime de Tempo Integral

A Faculdade Dinâmica – FACDIN dispõe de sala exclusiva destinada ao professor em regime de tempo integral, organizada para garantir condições adequadas ao desenvolvimento das atividades acadêmicas, pedagógicas, administrativas e institucionais vinculadas ao Curso de Direito.

O espaço foi concebido para favorecer o planejamento das atividades docentes, a elaboração e revisão de planos de ensino, a preparação de aulas e materiais didáticos, o acompanhamento de projetos de extensão e iniciação científica, a orientação aos estudantes, a análise de indicadores acadêmicos e a participação nas ações de gestão do curso.

A sala conta com ambiente adequado, climatizado, mobiliado e informatizado, possibilitando ao docente o exercício de suas atribuições com privacidade, funcionalidade e conforto. Esse espaço contribui para a permanência do professor na Instituição, fortalece sua integração com a Coordenação do Curso, com o Núcleo Docente Estruturante – NDE, com o Colegiado de Curso e com os demais setores acadêmico-administrativos da FACDIN.

A existência de espaço próprio para o professor em tempo integral evidencia o compromisso institucional com a valorização do trabalho docente, com a melhoria das condições de atuação acadêmica e com o fortalecimento das ações de ensino, extensão, iniciação científica, atendimento discente e gestão pedagógica. Dessa forma, a FACDIN



assegura infraestrutura compatível com as demandas do Curso de Direito e com a efetivação do Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

16.8. Recursos e Equipamentos Audiovisuais de Apoio

A Faculdade Dinâmica – FACDIN disponibiliza aos docentes, discentes e setores acadêmico-administrativos equipamentos audiovisuais de apoio às atividades de ensino, extensão, iniciação científica, reuniões pedagógicas, eventos institucionais, seminários, oficinas, atividades práticas e demais ações vinculadas ao desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

Os equipamentos podem ser utilizados pelos professores mediante agendamento prévio junto ao setor responsável, sendo destinados ao uso em salas de aula, laboratórios, salas de reuniões, espaços de convivência e demais ambientes institucionais, conforme a natureza da atividade acadêmica planejada. Todas as salas, sem exceção, possuem data show e computador disponíveis aos docentes.

A FACDIN conta com equipamentos audiovisuais de apoio, tais como projetores multimídia, telas de projeção, televisores, aparelhos de som, computadores e demais recursos tecnológicos e didáticos que contribuem para a diversificação das metodologias de ensino, para a utilização de tecnologias educacionais e para a realização de aulas, apresentações, seminários e atividades interativas.

Dessa forma, a Instituição assegura infraestrutura compatível com as necessidades acadêmicas do Curso de Direito, ampliando as possibilidades didáticas dos docentes e favorecendo experiências formativas mais dinâmicas, participativas e alinhadas às demandas contemporâneas da educação superior.

Quantidade	Tipo de Equipamento
13	Retroprojektor
05	DVD Player
01	Aparelho Som (hack)
08	Projetores de Mídia
05	Telas de Projeção
01	Televisor 14"
04	Televisor 20"



A Tecnologia faz a Diferença

08	Televisor 29"
1	Televisor 54"
05	Vídeo
35	Computadores

16.9. Núcleo de Práticas Jurídicas

O Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica – FACDIN constitui espaço acadêmico essencial para a articulação entre teoria e prática, possibilitando aos estudantes a vivência de atividades jurídicas simuladas e reais, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC, com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito e com o compromisso institucional de formação crítica, ética, humanística e socialmente responsável.

O NPJ tem como finalidade proporcionar ao acadêmico experiências práticas indispensáveis à formação profissional, permitindo o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas à atuação jurídica, à interpretação e aplicação do Direito, à argumentação, à redação técnico-jurídica, à resolução de conflitos, à ética profissional, à comunicação, à escuta qualificada e ao atendimento à comunidade.

As atividades desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Práticas Jurídicas compreendem práticas simuladas, estudos de casos, elaboração de peças processuais, audiências simuladas, análise de processos, atendimento orientado, atividades de conciliação e mediação, acompanhamento de demandas jurídicas, práticas extensionistas e demais ações voltadas à aproximação do estudante com situações concretas da realidade profissional.

O NPJ funciona sob orientação e supervisão de professores do Curso de Direito, garantindo acompanhamento pedagógico, técnico e ético das atividades realizadas pelos estudantes. Essa supervisão assegura que as práticas jurídicas sejam desenvolvidas de forma planejada, responsável e compatível com o nível de formação discente, contribuindo para a consolidação dos conhecimentos construídos ao longo do curso.

Além de seu caráter formativo, o Núcleo de Práticas Jurídicas possui relevante função social, ao possibilitar a realização de ações voltadas à comunidade, especialmente por meio de orientações jurídicas, atividades de educação em direitos, projetos extensionistas e práticas de cidadania. Dessa forma, o NPJ fortalece a relação entre a FACDIN e a sociedade, contribuindo para o acesso à informação jurídica, para a promoção da cidadania e para o atendimento das demandas sociais da região.



A atuação do NPJ é articulada com a Coordenação do Curso, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, o Colegiado de Curso, os docentes responsáveis pelas práticas jurídicas, os estágios supervisionados e as atividades de extensão. Essa integração favorece o acompanhamento contínuo das atividades práticas, a avaliação dos resultados formativos e a proposição de melhorias para o desenvolvimento do PPC.

As ações do Núcleo de Práticas Jurídicas são planejadas, registradas, acompanhadas e avaliadas, considerando os objetivos do curso, o perfil do egresso, os componentes curriculares, as demandas da comunidade e os indicadores acadêmicos institucionais. Esse processo contribui para a melhoria contínua da formação jurídica e para o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, extensão, prática profissional e responsabilidade social.

Dessa forma, o Núcleo de Práticas Jurídicas da FACDIN configura-se como ambiente formativo estratégico para o desenvolvimento da autonomia intelectual, da postura ética, da capacidade crítica, da competência técnica e do compromisso social dos estudantes, consolidando a formação de bacharéis em Direito aptos a atuar de maneira responsável, humanizada e transformadora diante das demandas jurídicas e sociais contemporâneas.

16.10. Considerações sobre a Infraestrutura

A infraestrutura da Faculdade Dinâmica – FACDIN evidencia o compromisso institucional com a oferta de condições adequadas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, pedagógicas, administrativas, extensionistas e práticas vinculadas ao Curso de Direito. Os espaços físicos, os recursos tecnológicos, os ambientes de atendimento, os laboratórios, as salas de aula, os espaços docentes, a Coordenação de Curso, o Núcleo de Práticas Jurídicas, a biblioteca, os setores de apoio e os equipamentos audiovisuais compõem uma estrutura integrada, funcional e compatível com as demandas do Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

A Instituição demonstra preocupação permanente com a qualidade dos ambientes acadêmicos, assegurando salas climatizadas, mobiliário adequado, recursos de informática, acesso à internet, equipamentos de apoio didático, espaços de atendimento individualizado, ambientes destinados aos professores e condições apropriadas para o planejamento, a orientação, a pesquisa, a extensão e a gestão acadêmica. Essa organização favorece o desenvolvimento de metodologias diversificadas, o acompanhamento da aprendizagem, a



integração entre teoria e prática e a efetivação de experiências formativas mais dinâmicas e significativas.

A FACDIN também reafirma seu compromisso com a acessibilidade, a inclusão, a segurança, a manutenção preventiva e corretiva dos ambientes, a conservação dos equipamentos e a melhoria contínua da infraestrutura institucional. Tais ações contribuem para garantir condições de permanência, participação e aprendizagem aos estudantes, bem como melhores condições de trabalho aos docentes, coordenadores e colaboradores técnico-administrativos.

No âmbito do Curso de Direito, a infraestrutura disponível fortalece a execução do PPC, especialmente por meio do suporte às atividades de ensino, extensão, iniciação científica, estágio supervisionado, práticas jurídicas, atendimento discente, reuniões pedagógicas, atividades interdisciplinares e ações voltadas à comunidade. O Núcleo de Práticas Jurídicas, os espaços de mediação, os laboratórios, os equipamentos tecnológicos e os ambientes acadêmicos possibilitam a articulação entre formação teórica, prática profissional, responsabilidade social e compromisso ético.

Dessa forma, a infraestrutura da Faculdade Dinâmica apresenta-se como elemento essencial para a qualidade da formação jurídica, demonstrando coerência entre os espaços institucionais, os objetivos do curso, o perfil do egresso e as necessidades acadêmicas da comunidade regional. A FACDIN assegura, assim, condições adequadas para o pleno desenvolvimento do Curso de Direito, reafirmando seu compromisso com a excelência acadêmica, a formação humanizada, a inovação pedagógica, a inclusão e a responsabilidade social.



17. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE LIVROS DA BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

A Política de formação do Acervo Bibliográfico da Faculdade procura atender sua missão institucional, disponibilizando os meios necessários para que os estudantes possam “desenvolver seus projetos de vida como cidadãos conscientes dos seus direitos, deveres e responsabilidades sociais”. Assim, já possui um acervo de qualidade, atualizado e formado por obras e fontes das mais diversas, que se constitui em ferramenta indispensável para subsidiar a formação dos alunos do curso de Direito e áreas afins.

A Biblioteca

O Processo de Aquisição do acervo foi realizado por meio de um trabalho conjunto com o coordenador do curso, professores e bibliotecária da unidade.

Quanto ao acervo de periódicos assim que for autorizado o curso a instituição se responsabiliza a adquirir, de acordo

17.1. Política de formação do acervo bibliográfico

A Biblioteca Maria Eunice, da Faculdade Dinâmica, tem como missão promover o ensino pesquisa e extensão, por meio da socialização do conhecimento e do saber, contribuindo para formação de indivíduos capazes de promover a transformação e o desenvolvimento da sociedade.

Para o curso de graduação em Direito, foram selecionados periódicos avaliados pela Qualis/ CAPES com conceito A1 e A2. Os quais poderão ser acessados diretamente pelo portal do aluno, no site da FACDIN.

As aquisições são feitas de forma democrática e pedagógica, contando com a participação dos membros do NDE, das coordenações pedagógicas e de cursos, corpo docente e discente, pessoal técnico e possui política permanente de atualização. Reforçando os objetivos de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação e pós-graduação, a política de seleção da Biblioteca visa ainda servir de orientação ao bibliotecário para a melhor utilização dos recursos na formação e desenvolvimento da coleção.

Para cumprir com sua missão, a biblioteca empreende investimentos em um processo de aquisição de documentos de forma qualitativa e quantitativa, procurando paulatinamente



implantar melhorias no sistema de atendimento aos usuários e melhorias na disposição do acervo, levando em consideração a sinalização, que indica onde se encontram os materiais de empréstimos, os conteúdos das estantes, materiais e coleções especiais.

A Política de formação do Acervo Bibliográfico da Faculdade procura atender sua missão institucional, disponibilizando os meios necessários para que os estudantes possam “desenvolver seus projetos de vida como cidadãos conscientes dos seus direitos, deveres e responsabilidades sociais”. Assim, já possui um acervo de qualidade, atualizado e formado por obras e fontes das mais diversas, que se constitui em ferramenta indispensável para subsidiar a formação dos alunos do curso de Direito.

De acordo com o estipulado nas diretrizes emanadas do MEC a instituição adquiriu a biblioteca Virtual MINHA BIBLIOTECA e a da Editora SARAIVA, as quais contêm praticamente toda a indicação bibliográfica feita pelo NDE, além de um grande acervo físico, uma vez que a instituição entende ser imprescindível a aquisição de livros e periódicos indicados pelo corpo docente, a fim de cumprir o atendimento das ementas de cada disciplina, sempre em consonância com as Diretrizes Curriculares do MEC, além de atender a assuntos de interesse e complementação à formação dos estudantes.

17.1.1. Bibliografias Básicas

O acervo contempla títulos da bibliografia básica necessários para o funcionamento do curso, nos dois primeiros anos e atende de modo pleno os conteúdos pertinentes aos componentes curriculares em quantidades suficientes para o número de vagas pleiteadas para o curso.

O acervo é informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES e disponíveis para consulta, podendo cada qual procurar nos computadores localizados na biblioteca, os títulos de preferência por autores, assuntos, editoras e outros mecanismos de pesquisa. Todos os títulos da bibliografia básica foram descritos na seção ementas, especificamente dentro de cada componente curricular.

Há funcionários à disposição para auxiliar no esclarecimento de dúvidas, bem como a supervisão da profissional biblioteconomista Ana Cristina Alves da Silva (CRB1-1908) responsável pela coordenação da unidade de informada

O acervo bibliográfico disponível na biblioteca física e na Plataforma virtual MINHA BIBLIOTECA assegura livros disponíveis para todo o curso.

A Faculdade Dinâmica (FACDIN) assegura a disponibilidade e atualização da bibliografia básica prevista nas Unidades Curriculares (UCs), contemplando, para fins de



avaliação, o acervo correspondente ao primeiro ano dos Cursos Superiores de Tecnologia (CST) e aos dois primeiros anos dos cursos de Bacharelado e Licenciatura.

A definição da bibliografia básica é realizada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), em articulação com o Colegiado de Curso, observando:

Coerência com o perfil do egresso;

Atualidade das obras;

Relevância acadêmica e científica;

Alinhamento às Diretrizes Curriculares Nacionais;

Adequação à carga horária e aos conteúdos programáticos das UCs.

A FACDIN mantém acervo bibliográfico físico compatível com as demandas dos cursos, além de assinatura ativa da Plataforma Virtual “Minha Biblioteca”, que disponibiliza amplo acervo digital multidisciplinar.

- A plataforma oferece:
- Milhares de títulos atualizados;
- Obras das principais editoras acadêmicas nacionais e internacionais;
- Acesso remoto 24 horas por dia;
- Disponibilidade simultânea para múltiplos usuários;
- Recursos de leitura digital, marcação e exportação de citações;
- Integração com dispositivos móveis.

Essa assinatura garante acesso ampliado, democratizado e contínuo à bibliografia básica indicada nos planos de ensino.

Adequação Quantitativa e Qualitativa

Para cada Unidade Curricular, são indicados, no mínimo, três títulos de bibliografia básica, disponíveis no acervo físico e/ou digital, assegurando acesso adequado ao número de estudantes matriculados.

- O acervo contempla:
- Obras atualizadas;
- Edições recentes;
- Autores de referência nas respectivas áreas;
- Produções alinhadas às demandas contemporâneas do campo profissional.

A combinação entre acervo físico e biblioteca digital amplia significativamente a disponibilidade de exemplares, superando a limitação de exemplares físicos por aluno.



A atualização da bibliografia básica ocorre periodicamente, por meio de:

- Revisão anual realizada pelo NDE;
- Análise de relatórios de uso da biblioteca digital;
- Indicações docentes fundamentadas;
- Adequação às atualizações curriculares;
- Consideração de avaliações externas e recomendações do MEC.

Esse processo garante coerência entre bibliografia, conteúdos e práticas pedagógicas.

Os estudantes e docentes recebem orientação quanto ao uso da plataforma digital e do acervo físico, contando com suporte da biblioteca institucional para:

- Pesquisa bibliográfica;
- Normalização de trabalhos acadêmicos;
- Orientação quanto a bases de dados;
- Capacitações para uso de recursos digitais.

Por fim, cabe destacar que a Faculdade Dinâmica mantém uma política de aquisição programada ou emergencial de bibliografias em atendimento às especificidades das disciplinas do curso.

17.1.2. Bibliografias Complementares

O acervo complementar do curso atende aos conteúdos e programas apresentados nos respectivos componentes curriculares. Além disso, a indicação da bibliografia complementar tem por base a mesma linha de pensamento estabelecida pelos autores da bibliografia básica, construindo desta forma um elo, porém não deixando de lado as visões de cada autor sobre um determinado assunto. Salienta-se que todos os exemplares estão tombados junto ao patrimônio da instituição e disponíveis para consulta no acervo físico da Faculdade Dinâmica. Ademais, na seção ementas, encontra-se a descrição de cada título da bibliografia complementar dentro da descrição dos componentes curriculares.

O acervo bibliográfico disponível na biblioteca física e na Plataforma virtual MINHA BIBLIOTECA assegura livros disponíveis para todo o curso.

A Faculdade Dinâmica (FACDIN) assegura a disponibilidade e atualização da bibliografia complementar prevista nas Unidades Curriculares (UCs), contemplando, para fins de avaliação, o acervo correspondente aos cursos que oferece.

A definição da bibliografia complementar é realizada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), em articulação com o Colegiado de Curso, observando:



Coerência com o perfil do egresso;

Atualidade das obras;

Relevância acadêmica e científica;

Alinhamento às Diretrizes Curriculares Nacionais;

Adequação à carga horária e aos conteúdos programáticos das UCs.

A FACDIN mantém acervo bibliográfico físico compatível com as demandas dos cursos, além de assinatura ativa da Plataforma Virtual “Minha Biblioteca”, que disponibiliza amplo acervo digital multidisciplinar.

- A plataforma oferece:
- Milhares de títulos atualizados;
- Obras das principais editoras acadêmicas nacionais e internacionais;
- Acesso remoto 24 horas por dia;
- Disponibilidade simultânea para múltiplos usuários;
- Recursos de leitura digital, marcação e exportação de citações;
- Integração com dispositivos móveis.

Essa assinatura garante acesso ampliado, democratizado e contínuo à bibliografia básica indicada nos planos de ensino.

Adequação Quantitativa e Qualitativa

Para cada Unidade Curricular, são indicados, no mínimo, cinco títulos de bibliografia básica, disponíveis no acervo físico e/ou digital, assegurando acesso adequado ao número de estudantes matriculados.

- O acervo contempla:
- Obras atualizadas;
- Edições recentes;
- Autores de referência nas respectivas áreas;
- Produções alinhadas às demandas contemporâneas do campo profissional.

A combinação entre acervo físico e biblioteca digital amplia significativamente a disponibilidade de exemplares, superando a limitação de exemplares físicos por aluno.

A atualização da bibliografia básica ocorre periodicamente, por meio de:

- Revisão anual realizada pelo NDE;
- Análise de relatórios de uso da biblioteca digital;
- Indicações docentes fundamentadas;



- Adequação às atualizações curriculares;
 - Consideração de avaliações externas e recomendações do MEC.
- Esse processo garante coerência entre bibliografia, conteúdos e práticas pedagógicas.
- Por fim, informa-se que a Faculdade mantém política de aquisição programada ou emergencial, em virtude da especificidade do curso.

17.1.3. Política de aquisição de livros da bibliografia básica e complementar

A Política de formação do Acervo Bibliográfico da Faculdade procura atender sua missão institucional, disponibilizando os meios necessários para que os estudantes possam “desenvolver seus projetos de vida como cidadãos conscientes dos seus direitos, deveres e responsabilidades sociais”. Assim, já possui um acervo de qualidade, atualizado e formado por obras e fontes das mais diversas, que se constitui em ferramenta indispensável para subsidiar a formação dos alunos do curso de Direito e áreas afins.

O Processo de Aquisição do acervo foi realizado por meio de um trabalho conjunto com o coordenador do curso, professores e bibliotecária da unidade.

A faculdade fez parceria com a biblioteca virtual MINHA BIBLIOTECA



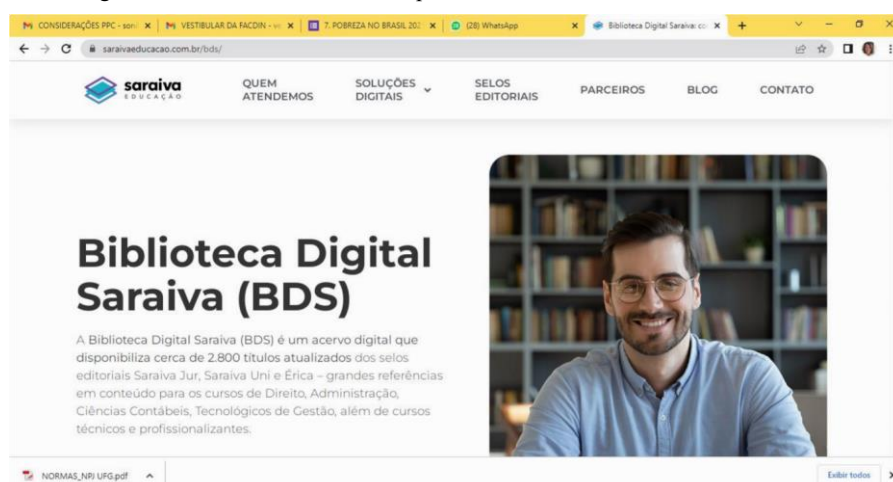
A biblioteca virtual desenvolvida para ser o melhor provedor de conteúdo universitário do Brasil e a melhor solução digital de e-books para instituições de ensino superior, a Minha Biblioteca é uma plataforma digital de livros que possui um vasto acervo de títulos técnicos e científicos.



Formada por mais de **15** grandes editoras acadêmicas do Brasil e 38 selos editoriais, por meio da Minha Biblioteca, estudantes, professores e profissionais têm acesso rápido, fácil e simultâneo a milhares de títulos, basta que haja acesso à internet.

Com um amplo acervo multidisciplinar, são **milhares de títulos** técnicos, acadêmicos e científicos, em português, divididos em 7 catálogos: Medicina, Saúde, Exatas, Jurídica, Sociais Aplicadas, Pedagógica e Artes & Letras, que atendem à bibliografia de mais de 400 cursos de graduação.

Outra biblioteca digital que a instituição adquiriu para dar o suporte de livros virtuais ao Curso de Direito, foi a Biblioteca Digital Saraiva (BDS), a qual conta com um acervo digital que disponibiliza cerca de 2.800 títulos atualizados dos selos editoriais SaraivaJur, Saraiva Uni e Érica – grandes referências em conteúdo para os cursos de Direito.



17.2. Núcleo de prática Jurídica

A integração entre a teoria e a prática é uma preocupação constante do PPC. Desde o início do curso os alunos serão estimulados, por meio das Atividades Práticas Interdisciplinares, do 1º ao 6º período a trabalharem o fazer jurídico, desenvolvendo competências e habilidades necessárias às suas atividades. No 7º e 8º períodos, os alunos terão atividades simuladas nas disciplinas de Práticas Simuladas que serão ministradas em sala de aula e no espaço próprio de práticas simuladas, e, concomitantemente, acompanharão a realização de atividades práticas reais, conhecendo e vivenciando as rotinas forenses e extrajudiciais. Isto fará com que o aluno tenha oportunidade de realizar peças, atos e procedimentos jurídicos simulados, acompanhar a



A Tecnologia faz a Diferença

realização de atividades reais para que possa, no 9º e 10º períodos, realizar atividades jurídicas reais, por meio do Estágio Supervisionado.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) é o órgão de coordenação e supervisão das atividades práticas reais e simuladas, com instalações adequadas para o desenvolvimento de suas atividades, objetivando a vivência das carreiras profissionais de Advocacia, Magistratura, Ministério Público, demais profissões jurídicas e na prestação de assistência judiciária, é composto pelo coordenador, professores orientadores, funcionários administrativos e alunos que estiverem cumprindo as atividades práticas do Curso de Direito.

São funções institucionais do NPJ, dentre outras:

- Supervisionar, controlar e orientar o estágio de prática jurídica real e simulada no cumprimento das atividades previstas Resolução CNE/CES nº 09, de 29 de setembro de 2004;
- Proporcionar serviço de assistência jurídica aos necessitados;
- Proporcionar atividades práticas em redação de peças processuais e profissionais; assistência e observação em audiências, sessões e visitas técnicas a órgãos judiciários;
- Prestar serviços de assistência judiciária e técnicas de negociação;
- Oferecer técnicas de mediação, conciliação e arbitragem;
- Orientar, controlar o estágio supervisionado desenvolvido pelos estagiários, à vista dos relatórios e documentos respectivos, comunicando os resultados à direção do curso.

O NPJ tem por Coordenador um professor-advogado nomeado pela Diretoria da

FACDIN, com regime em tempo parcial, para exercício das atribuições decorrentes de sua função e velar pelo cumprimento das finalidades da Instituição, fazendo cumprir seu Regimento.

Os professores orientadores serão nomeados pela Diretoria, com tempo parcial, mediante comprovação de regular exercício e inscrição na OAB, exercer as atribuições de orientar, supervisionar, auxiliar e avaliar as atividades desenvolvidas pelo estagiário no NPJ, com a fiscalização da assiduidade e desempenho dos estagiários, zelando pela regularidade e qualidade dos serviços realizados e exercer as demais atividades que lhe sejam designadas pela Coordenação do NPJ, ou que por sua natureza recaiam na esfera de sua competência.

Foi elaborado um Regulamento próprio do NPJ e as atividades de Prática Jurídica devem proporcionar ao aluno a participação em situações reais e simuladas de desempenho profissional, bem como proporcionar meios para a análise crítica dos conhecimentos teóricos adquiridos e relacioná-las com as atividades jurídicas.

A prática jurídica prevista ao discente do Curso de Graduação em Direito da FACDIN, permite ao aluno vivenciar experiências que lhe serão imprescindíveis na atuação profissional,



assim em cada uma das disciplinas ministradas, os alunos tem o direcionamento para atividades práticas, incluindo-se a simulação de situações reais, sempre sob a orientação e controle do Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, que conta com a coordenação de um docente, que também desempenha a função de Coordenador da Graduação em Direito ou será designado um docente como coordenador específico do NPJ.

No intuito de aliar a teoria com a prática, a FACDIN estimula a discussão de casos hipotéticos e de situações fáticas, buscando integrar o acadêmico à linha da análise e encaminhamento para a carreira profissional, considerando a complexidade com a qual os fatos se alinham e se projetam. No Curso de Graduação em Direito os alunos integram o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ, onde desenvolvem atividades jurídicas, sempre sob a orientação dos docentes vinculados ao setor, contando o NPJ com o mesmo coordenador do Curso de Direito.

O Estágio Supervisionado tem como objetivo proporcionar ao estudante experiências práticas, considerando o Núcleo de Prática Jurídica – NPJ como órgão de fomento das atividades simuladas e das atividades fáticas, conferindo ao acadêmico a oportunidade de uma salutar identidade com exercício prático do direito, para que assim as diferentes demandas que possa abraçar, representem oportunidade para o sucesso profissional. O Estágio Obrigatório tem suas especificidades contempladas em regulamento próprio, que respeita as determinações das Diretrizes Curriculares e do Projeto Pedagógico do Curso, assim como todos os dispositivos legais Federais e os fixados pelo Ministério da Educação. As atividades de Estágio estão previstas a partir do 7º semestre do curso e possuem uma carga horária total de 480 Horas/relógio.

O NPJ é o órgão responsável pela supervisão das atividades do Estágio de Prática Jurídica, previsto na Resolução n.º 09 do CNE/ CES de 29/09/2004, Resolução n.º 03 do CNE/CES de 14/07/2017 e Resolução n.º 05 do CNE/CES de 17/12/2018, no Regulamento Geral da Instituição e no Projeto Pedagógico do Curso de Direito a ser desenvolvido nos quatro últimos semestres letivos do curso de Direito.

As atividades de estágio formam um elemento curricular obrigatório, imprescindível à efetivação da atuação profissional almejada, intrínseca ao perfil do acadêmico de direito, que deve ser realizado, em conformidade com as diretrizes constantes no Manual do Estagiário.

A Coordenação de Núcleo de Prática Jurídica é um órgão ligado a Coordenação do Curso de Direito da Faculdade Dinâmica, sendo responsável pela realização e supervisão do Estágio Curricular Supervisionado e Extracurricular.



Ao Núcleo de Prática Jurídica compete:

I proporcionar aos discentes regularmente matriculados no curso de Direito, ministrado pela Faculdade Dinâmica – FACDIN o exercício da prática jurídica curricular, bem como a prática profissional da advocacia e das demais atividades dos operadores de Direito;

II proporcionar integral assistência jurídica às pessoas físicas vulneráveis, sem qualquer tipo de ônus, em casos que ofereçam grande valor acadêmico, a critério do advogado orientador, sujeito a recurso a Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica;

III prestar integral assistência jurídica às pessoas jurídicas sem fins lucrativos, que façam jus ao benefício da gratuidade de justiça, na defesa de direitos meta individuais, em casos que apresentem valor acadêmico a critério do advogado orientador, sujeito a recurso a Coordenação do Núcleo de Prática Jurídica.

A prática é extensiva para os demais semestres, a saber, 8º Semestre, 9º Semestre e 10º Semestre, cada um com seu conteúdo específico, a saber:

PRÁTICA JURÍDICA I - PRÁTICA SIMULADA CÍVEL	120 horas
--	------------------

Ementa: Formação simulada de atos processuais. Redação de peças processuais. Realização de atividades relacionadas à execução de citações, intimações, medidas preventivas e assegurações, com a lavratura de certidões dos atos nos referidos feitos. Análise dos prazos processuais. Estudo de casos concretos. Elaboração de trabalhos, em grupos ou individualmente, atentando-se à pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Simulação de audiências. Visitas orientadas. Audiências reais. Mediação e Arbitragem. Discussão de temas atuais. Concentração nos aspectos psicológicos, éticos, políticos e pedagógicos da prática jurídica. Propiciar ao discente o comprometimento social mediante estágio realizado em escritórios de advocacia, órgão da administração pública e congêneres, supervisionado pelo docente da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHACON, Luis Fernando R. Manual de Prática Forense Civil 12ª Edição 2025. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625093. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625093/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

SÁ, Renato Montans de; AGUIRRE, João. Prática Civil - 15ª Edição 2025. 15. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2024. E-book. p.200. ISBN 9788553625055. Disponível em:



A Tecnologia faz a Diferença

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625055/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

VICTALINO, Ana C.; PAULINO, Conrado; BARROSO, Darlan; et al. *Prática Civil. (Coleção Prática Forense)*. 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p.IV. ISBN 9786553626164. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626164/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO, Carla; DELLORE, Luiz. **Coleção Esquematizado - Oab 2ª Fase - Prática Civil** - 4ª Edição 2025. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627875. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627875/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

GAGLIANO, P. S.; FILHO, R. P. **Manual de direito civil** - volume único. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2025. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997229/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

NEGRÃO, T. **Código civil e legislação civil em vigor**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2025. . Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627875/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

NEGRÃO, T. **Código de processo civil e legislação processual em vigor**. 51. ed. São Paulo: Saraiva, 2025. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627875/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. **Manual de Prática Civil**. 20. ed. Rio de Janeiro: Método, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788530997229. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997229/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

PRÁTICA JURÍDICA II- PRÁTICA SIMULADA PENAL

120 horas

Ementa: Trabalhos simulados orientados de prática jurídica penal, forense e não forense. Noções sobre o exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na área criminal. Prisão Temporária e Prisão Cautelar. Denúncia, queixa e Representação do Ofendido. Habeas Corpus. Liberdade Provisória e Fiança. Recursos e Incidentes da Execução Penal. Leis



A Tecnologia faz a Diferença

Especiais: atividades simuladas. Juri Simulado. Elaboração de peças processuais e a vivência de procedimentos criminais, desde a fase investigativa até a execução penal, preparando o estudante para a atuação como advogado, defensor, Ministério Público ou magistrado. Juizados Especiais Criminais. Visitas orientadas. Participação em audiência e Júri Simulado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MESSA, Ana F. Prática Penal Para o Exame da Oab - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p. Capa. ISBN 9788553624508. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624508/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

NUCCI, Guilherme de S. Prática Forense Penal - 16ª Edição 2025. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. E-book. p. Capa. ISBN 9788530997717. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530997717/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

SILVA, Luiz C.; SILVA, Franklyn Roger A. Manual de Processo e Prática Penal - 6ª Edição 2012. Rio de Janeiro: Forense, 2012. E-book. p. Capa. ISBN 978-85-309-5598-4. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5598-4/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITENCOURT, Cezar R. Código penal comentado. 10. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2019. E-book. p. CAPA. ISBN 9788553615704. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553615704/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

BONFIM, Edilson M. Código de Processo Penal anotado, 6ª edição. 6. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788547210540. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788547210540/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

CARVALHO, Carla; DELLORE, Luiz. **Coleção Esquematizado - Oab 2ª Fase - Prática Civil** - 4ª Edição 2025. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553627875. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553627875/>. Acesso em: 09 fev. 2026.



A Tecnologia para a Educação

PRÁTICA JURÍDICA III – PRÁTICA TRABALHISTA	120 horas
---	------------------

Ementa: Práticas simuladas. Atendimento e entrevista trabalhista; análise de documentos e teoria do caso; elaboração de peças essenciais (petição inicial com pedidos líquidos nos ritos ordinário e sumaríssimo, defesa/contestação, impugnações, pedidos contrapostos no sumaríssimo, recursos, requerimentos de tutela de urgência e incidentes); audiências trabalhistas (una e de instrução), técnicas de inquirição, conciliação e elaboração de termos de acordo; provas documental, testemunhal e pericial; liquidação e cumprimento de sentença; execução trabalhista com pesquisa patrimonial e meios eletrônicos (SISBAJUD, RENAJUD, SERASAJUD) e medidas executivas atípicas; rotinas no PJe-JT e prática pré-processual (CEJUSC-JT, acordo extrajudicial e peticionamento eletrônico); custas, depósitos recursais e gratuidade de justiça; ética profissional e proteção de dados na prática forense. Atividades externas: visitas orientadas à Justiça do Trabalho e participação em audiências, com elaboração dos termos e relatórios reflexivos para discussão em sala.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GARCIA, Arthur A.; CENI, Caroline I C.; ZAFFARI, Eduardo K.; et al. Prática Trabalhista. Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. p.Capa. ISBN 9786556903453. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556903453/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

LUZ, Valdemar P da. Manual do advogado: advocacia prática civil, trabalhista e criminal. 35. ed. Barueri: Manole, 2024. E-book. p.354. ISBN 9786555769173. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555769173/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

MARTINS, Sérgio P. Prática Trabalhista - 12ª Edição 2025. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p. Capa. ISBN 9788553623853. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553623853/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARRION, Valentin. CLT-Comentários À Consolidação das Leis Trabalhistas - 49ª Edição 2025. 49. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p. Capa. ISBN 9788553624034. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553624034/>. Acesso em: 30 jun. 2026.



A Tecnologia faz a Diferença

MARTINEZ, Luciano. Reforma trabalhista – entenda o que mudou: CLT compa-rada e comentada. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2017. E-book. p.1. ISBN 9788553600885. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553600885/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

SANDES, Fagner. Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2020. E-book. p. CAPA. ISBN 9786555591682. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555591682/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

SANTOS, Susana Ferreira dos; FALCÃO, David. Casos Práticos - Direito do Trabalho. 4. ed. São Paulo: Almedina, 2020. E-book. p.1. ISBN 9789724084367. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9789724084367/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

PRÁTICA JURÍDICA IV – CASOS CONCRETOS E ATENDIMENTOS

120 horas

Ementa: Técnicas redacionais e de interpretação de peças cíveis recursais. Formação de processos simulados. Realização de audiências de instrução e julgamento simuladas. Visitas orientadas a audiências de instrução e sessões a órgãos colegiados (tribunais e/ou turmas recursais), com a entrega dos termos de audiência em anexo aos relatórios correspondentes e discussão em sala de aula. Estudo de casos concretos. Elaboração de trabalhos, em grupos ou individualmente, atentando-se à pesquisa doutrinária e jurisprudencial. Simulação de audiências. Visitas orientadas. Audiências reais. Mediação e Arbitragem. Discussão de temas atuais. Concentração nos aspectos psicológicos, éticos, políticos e pedagógicos da prática jurídica Atividades e práticas, com professores orientadores, compreendendo pareceres jurídicos, análise e elaboração de petição. Ênfase na resolução de conflitos com emprego da mediação e conciliação. Atuação no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHACON, Luis Fernando R. Manual de Prática Forense Civil 12ª Edição 2025. 12. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.Capa. ISBN 9788553625093. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553625093/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia L.; SILVA, Paulo Eduardo Alves da. Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem - 6ª Edição 2026. 6. ed. Rio de



A Tecnologia faz a Diferença

Janeiro: Forense, 2026. E-book. p.Capa. ISBN 9788530999667. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530999667/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio S. Arbitragem - Mediação, Conciliação e Negociação - 11ª Edição 2023. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. E-book. p.1. ISBN 9786559648191. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559648191/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Elcias Ferreira da. Deontologia Jurídica - Ética das Profissões Jurídicas - 4ª Edição 2013. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. E-book. p.i. ISBN 978-85-309-5629-5. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-309-5629-5/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

GRINOVER, Ada P.; WATANABE, Kazuo; NETO, Caetano L. Mediação e gerenciamento do processo: revolução na prestação jurisdicional: guia prático para a instalação do setor de conciliação e mediação. Rio de Janeiro: Atlas, 2007. E-book. p. Capa. ISBN 9788522466986. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522466986/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

VICTALINO, Ana C.; PAULINO, Conrado; BARROSO, Darlan; et al. Prática Civil. (Coleção Prática Forense). 4. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. p. IV. ISBN 9786553626164. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626164/>. Acesso em: 09 fev. 2026.

MIKLOS, Jorge; MIKLOS, Sophia. Mediação de Conflitos. Rio de Janeiro: Expressa, 2020. E-book. p.1. ISBN 9786558110477. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786558110477/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

NEGRÃO, T. **Código civil e legislação civil em vigor**. 38. ed. São Paulo: Saraiva,

O Núcleo de Práticas Jurídicas está situada à Avenida Dona Dita – s/n, no Setor Júlio Venâncio, em Santa Terezinha de Goiás.



17.2.1. Normas regulamentares do núcleo de prática jurídica-NPJ

Título I - Dos Princípios Gerais e Objetivos

Capítulo I - Dos Princípios Gerais

Art. 1. Estas normas regem as atividades teórico-práticas referentes ao Curso de Graduação em Direito, da Faculdade Dinâmica.

Art. 2. O Núcleo de Prática Jurídica - NPJ, é o órgão de coordenação, controle, supervisão e orientação das atividades obrigatórias de estágio de prática jurídica do Curso de Graduação em Direito, integrante do currículo pleno.

Art. 3. O NPJ destina-se a coordenar, supervisionar e executar as atividades do estágio curricular do Curso de Direito, mediante a prestação de serviços de consultoria, assessoria e assistência jurídica às pessoas carentes nos termos do art. 5º, LXXV da CF, defesa dos direitos humanos fundamentais e apoio à projetos comunitários da cidadania.

Art. 4. O NPJ dispõe de instalações adequadas para treinamento das atividades profissionais de advocacia, magistratura, Ministério Público, demais profissões jurídicas e para atendimento ao público.

Art. 5. O Núcleo de Prática Jurídica será regido pelos seguintes princípios:

- I- da articulação entre pesquisa, ensino e extensão;
- II- das atividades essencialmente práticas, buscando proporcionar a participação em situações simuladas e reais de vida e trabalho, vinculadas à área de formação jurídica, bem como sua análise crítica;
- III- da ética profissional e sua prática que devem perpassar todas as atividades vinculadas ao estágio;
- IV- da defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania;
- V- da interdisciplinaridade.

Capítulo II - Dos Objetivos

Art. 6. O Núcleo de Prática Jurídica tem por objetivo:

- I- proporcionar aos acadêmicos de graduação a visão crítica do direito, a partir de múltiplas práticas relacionadas à área de formação acadêmica, assegurando a abordagem multidisciplinar;
- II- qualificar o acadêmico do curso de Direito para o exercício profissional da advocacia, magistratura, Ministério Público, demais profissões jurídicas e para atendimento ao público; inclusive, com a prática de atividades judiciais reais e simuladas.
- III- desenvolver atividades, junto à comunidade, de orientação para o exercício da cidadania e educação para os direitos humanos;
- IV- exercer a negociação e arbitragem como técnicas de resolução de conflitos;



V- relacionar-se com entes governamentais e não-governamentais, mediante convênio e parcerias que possam trazer benefício à comunidade em qualquer das perspectivas de atuação do NPJ;

VI- supervisionar, controlar e orientar o estágio curricular;

VII- manter serviço de assistência judiciária à população carente, diretamente ou em convênio com a Defensoria Pública e outras entidades ligadas ao Direito e ao Judiciário;

VIII- promover projetos de extensão jurídica, diretamente ou em convênio com entidades públicas e/ou privadas, envolvendo os acadêmicos em atividades de prestação de serviço comunitário.

Capítulo III - Do funcionamento

Seção I - Da Coordenadoria-Geral de Estágios

Art. 7. A Coordenadoria-Geral de Estágios do NPJ, será exercida por um coordenador designado pelo Diretor da Faculdade e aprovado pelo Conselho Superior, só podendo ocupar o cargo um dos professores com exercício mínimo de 2 (dois) anos junto a unidade.

Art. 8. Compete à Coordenadoria-Geral de Estágios do NPJ:

I- coordenar o NPJ, cumprir e fazer cumprir suas normas;

II- emitir parecer sobre a viabilidade didática e prática dos projetos alternativos de estágio, encaminhados ao Departamento Profissionalizante;

III- propor ao Diretor da faculdade modificações nas presentes normas, mediante aprovação do Conselho Superior;

IV- encaminhar ao coordenador do Curso as propostas de convênios de estágio provenientes aprovados;

V- Coordenar as atividades e frequência dos professores, orientadores, monitores e demais servidores do NPJ;

VI- elaborar a escala de horários de atividades dos estagiários no NPJ, de forma a manter uma distribuição equitativa de acadêmicos nos diversos horários de funcionamento;

VII- encaminhar relatório das atividades desenvolvidas pelo NPJ à Direção da faculdade e ao Coordenador do Curso;

VIII- elaborar anual ou semestralmente programa básico, ementa e sistema de aferição das horas de atividades dos estagiários, através do manual de normas de estágio para aprovação do Conselho Superior;



IX- estabelecer e avaliar os critérios e condições para o credenciamento ou convênios de cooperação e/ou parceria com públicas e privadas para receberem acadêmicos para o desenvolvimento de estágio;

X- aprovar atividades externas de estágio, em escritório de advocacia, órgão, entidade ou empresa previamente conveniada com a FACDIN para os estagiários previamente matriculados na disciplina de Prática Jurídica I, II, III e IV, selecionados na forma e de acordo com os critérios estabelecidos pelo NPJ;

XI- fixar o horário de funcionamento da Assistência Jurídica, com aprovação do Diretor da Faculdade;

XII- coordenar e supervisionar todas as demais atividades de estágio na forma destas normas e demais legislações vigentes.

Seção II - Do Estágio

Art. 9. Compete ao Coordenador do NPJ:

I- inscrever o estagiário, distribuir em equipes aos professores e/ou orientadores, controlar os registros dos atos de suas atividades, dando ampla publicação dos prazos e das avaliações dos resultados semestralmente, bem como das atividades programadas pelo NPJ;

II- manter arquivo de controle de toda a correspondência recebida e expedida, bem como de toda a documentação referente ao estágio;

III- manter arquivo de controle de convênios da FACDIN, da área de Direito, bem como as cópias dos termos de compromisso dos respectivos estagiários;

IV- manter arquivo individual de cada estagiário, contendo relatório das atividades práticas e simuladas, os procedimentos realizados nas atividades reais de assistência jurídica, com avaliação dos professores e orientadores;

V- manter a agenda das audiências referentes aos processos ajuizados através do Serviço de Assistência Jurídica, que deve ser atualizada pelos estagiários;

VI- manter arquivo com fichas individuais de todos os estagiários que estejam realizando etapa de seu estágio em órgãos conveniados;

VII- manter arquivo de controle e a atualização das cópias de atos praticados pelo estagiário nos processos ajuizados;

VIII- efetuar a inscrição e encaminhamento das partes ao atendimento pelos estagiários, respeitando a proporcionalidade por equipe;

IX- acompanhar, juntamente com os estagiários as publicações oficiais;

X- elaborar e fornecer todos os formulários de atividades necessários para o funcionamento dos atos do estágio;



XI- elaborar e publicar os calendários de atividades do NPJ mensais, semestrais e anuais, dando ampla divulgação;

XII- controlar e requisitar todo o material de consumo e bens móveis para utilização no NPJ;

XIII- desempenhar as demais atividades de sua competência e as que lhe forem solicitadas pelo Coordenador do Curso, na forma prevista nestas normas.

XIV- Incinerar a documentação classificada como definitivamente arquivada há mais de cinco (5) anos, mediante registro e autorização da Coordenação do Curso de Direito.

Seção III - Da Assistência Jurídica

Art. 10. O coordenador do NPJ disponibilizará:

I- atendimento das partes carentes da comunidade, compreendendo triagem, pesquisa, elaboração de peças processuais e acompanhamento dos respectivos processos das atividades práticas reais do estágio nas áreas cível, criminal e trabalhista.

II- Uma distribuição das equipes para os professores/orientadores, que serão responsáveis pela orientação e acompanhamento dos atos processuais, firmando suas assinaturas, incluindo as pendências das partes que puderem ser solucionadas sem o necessário protocolo judicial.

III- O funcionamento durante o ano letivo em horário de atendimento ao público fixado em local de ampla divulgação pelo NPJ após aprovação da Direção da Faculdade.

Parágrafo Único. Durante os períodos de férias e recessos haverá obrigatoriamente plantão em horário previamente fixado de acordo com os horários de atendimentos da FACDIN, com a finalidade de atender aos atos urgentes de assistência e acompanhamento de processos em andamento.

Art. 11. São objetivos do NPJ:

I. Implementar e inserir o acadêmico na rotina da prática forense;

II. Desenvolver a pesquisa doutrinária e jurisprudencial a ser aplicada no caso simulado;

III. Despertar no acadêmico os princípios éticos e morais a serem adotados nas atividades inerentes aos operadores do Direito;

IV. Familiarizar o acadêmico quanto à postura dos profissionais do Direito nas suas diversas áreas de atuação;

V. Fazer com que o acadêmico utilize mais da estrutura da faculdade para produzir seus trabalhos, servindo do Laboratório como local adequado para realização de suas atividades propostas em sala de aula.



VI. Promover o Tribunal do Júri Simulado, sendo que para tanto, o NPJ deverá realizar um evento contando com o maior número possível de Faculdades de Direito.

Art. 12. O NPJ conta com a seguinte estrutura:

- I. Escritório-Modelo contendo estrutura material e administrativa cartorária necessária, tais como: mesa, balcão, arquivos para os processos simulados, computador, carimbos, livros de registros etc.
- II. Sala de audiências com o mobiliário necessário e inerente às atividades simuladas;
- III. Sala de atendimento individualizada para os professores e futuros advogados atenderem à comunidade.

Capítulo IV - Do Estágio e das Atividades do Estágio

Art. 13. O Estágio Supervisionado de prática jurídica é componente curricular obrigatório e suas atividades serão ministradas mediante a supervisão do Núcleo de Prática Jurídica, por sua coordenação, sendo necessária a matrícula do estagiário na Secretaria da Faculdade e inscrição no NPJ.

§ 1. Para efeito do Estágio Supervisionado, tratado no presente dispositivo, as atividades a serem avaliadas, com a atribuição de notas, serão as mesmas desenvolvidas nas disciplinas integrantes do Projeto Pedagógico do Curso, a saber: Prática Jurídica I, II, III e IV.

§ 2. Das atividades de que trata o presente artigo será elaborado relatório, obedecendo às normas da ABNT, para a avaliação.

§ 3. Somente poderá se inscrever no estágio o acadêmico regularmente matriculado que estiver cursando o 5º (quinto) período de sistema de crédito, ocasião em que terá ciência do MANUAL DO ESTAGIÁRIO.

§ 4. O estágio será desenvolvido em cada semestre letivo, mediante o cronograma estabelecido pelo NPJ, que disporá sobre os critérios de avaliação para atribuição de notas das atividades realizadas, por meio das disciplinas próprias.

§ 5. O estagiário que for servidor de órgãos judiciais, para-judiciais, jurídicos ou técnico jurídicos, ou que esteja desenvolvendo estágio em entidade conveniada, não está dispensado das atividades previstas NPJ.

Art. 14. As atividades de Estágio terão natureza essencialmente prática na área jurídica e serão desenvolvidas e supervisionados pelo NPJ, compreendendo:

- I - Prática Jurídica Real;
- II- Prática Jurídica Simulada;
- III- Acompanhamento de Audiências e Visitas Orientadas;
- IV- Acompanhamento de extensão de serviços comunitários.



Art.15. As atividades de Prática Jurídica Real serão obrigatoriamente desenvolvidas sob orientação e acompanhamento de professor/orientador responsável pela equipe/disciplina de estagiários.

§ 1º. A Prática Jurídica Real consiste em triagem, petição de peças processuais e acompanhamento de audiências relativas ao processo, ainda que o estagiário exerça cargo ou função ou mesmo esteja em estágio junto a órgão conveniado de natureza judicial ou parajudicial ou técnico-jurídicos.

§ 2º. A critério da Coordenação do NPJ, o estagiário terá que cumprir atividades de práticas reais, devendo atender ao público, elaborar peças processuais, acompanhar andamento de processos, participar de audiências, efetuar diligências junto as secretarias, cartórios ou escriturarias, sem prejuízo dos demais atos que se fizerem necessário ao atendimento do estágio, cabendo aos professores-orientadores avaliar cada atividade, conforme o MANUAL DO ESTAGIÁRIO vigente.

Art. 16. As atividades de Prática Jurídica Simulada devem estimular a composição e apresentação de litígios figurados, ou a reprodução de litígios reais de fatos atuais, o debate contraditório e o julgamento motivado.

Parágrafo único. As atividades de Prática Jurídica Simulada consistirão na análise de autos findos, elaboração de processos simulados, redação de petições simuladas, realização de atos de persuasão oral ou escrito, júri simulado, técnicas de negociação coletivas, de arbitragem e conciliação, seminário, sem prejuízo de outras atividades afins.

Art. 17. As atividades de Acompanhamento de Audiências e Visitas Orientadas serão realizadas sob a orientação dos professores/orientadores, com a entrega de relatório feito de acordo com formulário fornecido pela Secretária de Estágio, devendo conter a assinatura da autoridade responsável pela realização do ato ou do professor-orientador.

§ 1º. As atividades de Acompanhamento de Audiências na Justiça Comum Estadual de 1º e 2º graus, Justiça Federal, Justiça do Trabalho, Juizados Especiais Criminais e Cíveis Estaduais Federais, Sessões na Câmara de Conciliação e Arbitragem, Conselho Penitenciário e Conselho Administrativo Tributário, além de outros órgãos judiciais, serão realizadas sob a orientação do professor/orientador responsável, que informará aos estagiários os aspectos éticos e formais do ato.

§ 2º As Visitas Orientadas se realizarão sob a coordenação e acompanhamento de professor/orientador responsável pela atividade, de acordo com a programação feita pelo NPJ.



Art.18. As atividades de extensão comunitária compreendem o acompanhamento de programas de ações comunitárias em setores periféricos, os realizados pelas lideranças governamentais e não governamentais, clubes de serviços e outros, para efeito de atribuição de avaliação de estágio.

Art.19. O NPJ contará com plantões diários, de forma a permitir que os estagiários desenvolvam todas as atividades oferecidas pelo NPJ.

Art.20. O NPJ contará com a presença de professores/orientadores especialmente indicados para atuarem na prática das atividades, com escala de distribuição por equipes/disciplinas de estagiários para orientação, supervisão e acompanhamento das atividades práticas, reais e simuladas.

Parágrafo único. Os acadêmicos-estagiários poderão ser distribuídos em grupos aos professores/orientadores, que os supervisionarão em todas as atividades práticas desenvolvidas, internas e externas, efetuando nos trabalhos executados as respectivas avaliações.

Capítulo V - Do Estágio Extracurricular e do Estágio na Defensoria Pública (Estágio Profissional da Advocacia)

Art. 21. O estágio profissional de advocacia, previsto na Lei nº 8.906, de 04/07/94, de caráter extracurricular, inclusive para graduados, que não se confunde com o estágio supervisionado obrigatório, podendo, contudo, ser oferecido, mediante convênio com a OAB, complementando-se a carga horária efetivamente cumprida no estágio supervisionado e sem prejuízo dela, com atividades práticas típicas de advogado e de estudo do Estatuto da advocacia e da OAB e do Código de Ética e Disciplina.

Capítulo VI - Dos Estagiários

Art. 22. São considerados estagiários os acadêmicos devidamente matriculados e que estejam cursando disciplinas referentes ao quinto período do curso de Direito.

Art. 23. São deveres do estagiário:

- I- cumprir o Plano de Estágio e seu respectivo cronograma dentro dos princípios da ética, com assiduidade e pontualidade;
- II- atender às orientações dadas pelos professores e orientadores na coordenação de estágio, assegurada sua liberdade de expressão e participação;
- III- efetuar triagem inicial de carência econômica das pessoas que solicitarem atendimento no NPJ;
- IV- atender às partes no NPJ;
- V- tratar todos e especialmente os funcionários, professores/orientadores e consultantes do NPJ com seriedade, respeito e urbanidade, assegurando-lhes os direitos fundamentais;



VI- assinar, em sua escala de plantão, o livro de ponto, cumprindo, com pontualidade e assiduidade, o horário de estágio, de acordo com escala realizada pela Coordenação do NPJ, no início do semestre;

VII- manter rigorosa vigilância sobre os casos reais que lhes forem distribuídos, zelando para que não se perca nenhum prazo, e comunicando imediatamente ao orientador, qualquer despacho ou fluência de prazos;

VIII- manter atualizada as anotações das fichas de andamento dos casos reais ou sob sua responsabilidade, apresentado ao orientador todas as cópias das peças processuais elaboradas e as demais ocorrências que se verificarem nos processos sob a sua responsabilidade;

IX- apresentar, mensalmente, ou quando solicitado, relatório de andamento das causas sob sua responsabilidade ao professor e/ou orientador.

X- Efetuar a entrega de todas as peças processuais devidamente impressas, às suas expensas, no número de vias necessário.

Art. 24. É vedado ao estagiário:

I- cobrar, aceitar ou receber, a qualquer título, dinheiro ou qualquer outro valor da parte atendida no NPJ;

II- cobrar, aceitar ou receber honorários por serviços prestados aos consulentes do NPJ;

III- Reter, indevidamente, documentação das pessoas atendidas.

IV- Proceder em desacordo com os princípios de ética estabelecidos na Lei nº 8.906/94 (OAB).

V- Efetuar relatórios de audiência para efeito de aproveitamento para o estágio, em que for parte.

Parágrafo único. Quando for necessário o pagamento de custas ou a realização de qualquer outra despesa relacionada com o andamento do processo o interessado fará o depósito da quantia correspondente diretamente na Secretaria da FACDIN, mediante guia preenchida pelo estagiário.

Capítulo VII - Das Monitorias

Art. 25. O NPJ contará com o mínimo de quatro monitores remunerados ou não remunerados, escolhidos mediante prévia seleção entre acadêmicos da faculdade que já tenham desenvolvido cinquenta por cento (50%) das atividades do Estágio Supervisionado e tenham concluído o 3º ano seriado, correspondente ao 6º período.



A Tecnologia faz a Diferença

Art. 26. Compete aos monitores das disciplinas de prática Jurídica I, II, III e IV a tarefa de assessorar aos professores/orientadores de estágio e orientar os estagiários no desempenho de suas atividades e as demais atribuições que forem solicitadas pela Coordenadoria do NPJ.

Capítulo VIII - Da Comprovação dos Resultados

Art. 27. A comprovação do cumprimento do estágio, far-se-á mediante o encaminhamento ao NPJ, pelos professores responsáveis pelas disciplinas de práticas Jurídicas, das notas e da frequência dos acadêmicos, segundo a carga horária mínima prevista.

Art. 28. A comprovação das atividades realizadas pelos acadêmicos-estagiários, quando não acompanhados pelo Professor/orientador, será feita por meio de documento expedido pela autoridade competente do órgão onde elas se realizarem, constando do documento o dia e o horário das atividades do estagiário.

§ 1º - Os estagiários deverão apresentar relatórios sobre as atividades desenvolvidas em audiência que se submeterão ao conceito que lhes será atribuído.

§ 2º - Aplicam-se, no que couber, as mesmas disposições aos acadêmicos que fizerem o Estágio no Serviço de Assistência Jurídica do NPJ.

Art. 29. O estagiário aprovado receberá Certificado de aprovação expedido pelo NPJ.

Título II - Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 30. A inscrição do Estagiário no Núcleo de Prática Jurídica é obrigatória a partir do 5º período letivo inclusive, devendo ser feita após matrícula na Secretaria da Faculdade.

Art. 31. Aplica-se a presente norma a todos os estagiários já matriculados no NPJ.

Art. 32. Os casos omissos não resolvidos pela Coordenação de Estágio serão levados ao Conselho Superior da Faculdade, com o prévio parecer da Coordenadoria do Estágio, por intermédio de atos administrativos competentes.

Art. 33. As presentes normas entram em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior, revogadas as disposições em contrário.

As atividades de teórico-práticas serão realizadas do 1º ao 10º semestre do Curso de Direito, sob coordenação do Núcleo de Prática Jurídica, sendo divididas em Atividade Prática Interdisciplinar (1º ao 6º semestre) e Práticas Jurídicas (5º ao 10º semestre).

Destarte, entende a IES que se encontra fortalecida, permitindo aos alunos a aquisição de conhecimentos que, no decorrer do Curso de Direito, irão se acumulando, completando e aperfeiçoando, como forma de, ao final, prover-se à comunidade um profissional do Direito preparado para atendê-la nos seus anseios e necessidades.



18. PLANEJAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O planejamento econômico-financeiro da Faculdade Dinâmica – FACDIN é desenvolvido de forma sistemática, responsável e compatível com as diretrizes institucionais previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, no Projeto Pedagógico Institucional – PPI e no Projeto Pedagógico do Curso – PPC. A gestão dos recursos financeiros é realizada pela entidade mantenedora, JX Rodovalho EIRELI, observando critérios de sustentabilidade, equilíbrio orçamentário, controle de despesas, previsão de receitas e planejamento de investimentos necessários ao pleno funcionamento da Instituição e de seus cursos.

A mantenedora possui fins lucrativos e administra seus recursos por meio de processo de gestão orçamentária, no qual o fluxo financeiro é planejado, acompanhado e executado com rigoroso controle das receitas, despesas operacionais, custos acadêmicos, encargos administrativos e investimentos institucionais. Esse processo visa assegurar a continuidade das atividades educacionais, a manutenção da infraestrutura, a qualificação dos serviços acadêmicos e administrativos e o cumprimento das metas institucionais.

As principais fontes de receita da Faculdade Dinâmica são oriundas do recebimento de mensalidades escolares, convênios, parcerias institucionais e demais atividades compatíveis com sua finalidade educacional. Para viabilizar o recebimento das mensalidades e garantir maior segurança jurídica e administrativa na relação entre a Instituição e seus estudantes, é firmado, no ato da matrícula, o Contrato de Prestação de Serviços Educacionais, documento que regulamenta direitos, deveres, valores, formas de pagamento e condições de prestação dos serviços educacionais.

O planejamento econômico-financeiro contempla a previsão de recursos destinados à manutenção e ao aprimoramento da infraestrutura física e tecnológica, aquisição e atualização de equipamentos, funcionamento dos laboratórios, biblioteca, salas de aula, Núcleo de Práticas Jurídicas, espaços docentes, ambientes administrativos, acessibilidade, segurança, conservação predial, suporte técnico, capacitação de pessoal e demais demandas necessárias à execução do PPC do Curso de Direito.

A gestão financeira da FACDIN também considera as necessidades pedagógicas do curso, assegurando condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, extensão,



A Tecnologia faz a Diferença

iniciação científica, estágio supervisionado, práticas jurídicas, eventos acadêmicos, ações comunitárias, formação continuada de docentes e atendimento aos discentes. Dessa forma, o planejamento orçamentário encontra-se articulado às metas acadêmicas e institucionais, favorecendo a qualidade da formação ofertada.

Os recursos financeiros são alocados de modo a garantir a regularidade das atividades acadêmicas, a sustentabilidade institucional e a melhoria contínua dos processos educacionais. O acompanhamento da execução orçamentária permite identificar necessidades de ajustes, estabelecer prioridades, planejar investimentos e assegurar que as demandas do curso sejam atendidas de forma progressiva, responsável e compatível com a realidade institucional.

A FACDIN compreende o planejamento econômico-financeiro como instrumento estratégico de gestão, indispensável à consolidação de uma instituição de ensino superior comprometida com a qualidade acadêmica, a responsabilidade administrativa, a inovação pedagógica, a valorização do corpo docente e técnico-administrativo e a formação integral dos estudantes.

Dessa forma, o planejamento econômico-financeiro da Faculdade Dinâmica demonstra coerência entre a gestão dos recursos, a sustentabilidade institucional, a manutenção da infraestrutura e a efetivação do Projeto Pedagógico do Curso de Direito, contribuindo para a oferta de uma formação jurídica sólida, ética, humanizada e socialmente comprometida.